



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA
DAS CIÊNCIAS**

ROSANE MARIA SOUZA E SILVA

**NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA NA BAHIA, NO
CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1968-1980)**

Salvador

2020

ROSANE MARIA SOUZA E SILVA

**NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA NA BAHIA, NO
CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1968-1980)**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Linha de Pesquisa: História das Ciências

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi
Coorientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso
Coorientadora: Profa. Dra. Fernanda Rebelo-Pinto (*In memoriam*)

Salvador

2020

Silva, Rosane Maria Souza e.

Nos subterrâneos da história : institucionalização da Psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar (1968-1980) / Rosane Maria Souza e Silva. - 2020. 261 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lucileide Costa Cardoso.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Rebelo-Pinto (*In memoriam*).

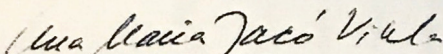
Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) -
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020.

Programa de Pós-Graduação em convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana.

1. Psicologia - Estudo e ensino (Superior) - História - Bahia. 2. Ciência - História. 3. Psicanálise - História. 4. Ditadura - Brasil. 5. Movimentos estudantis. I. Baiardi, Amílcar. II. Cardoso, Lucileide Costa. III. Rebelo-Pinto, Fernanda. IV. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. V. Universidade Estadual de Feira de Santana. VI. Título.



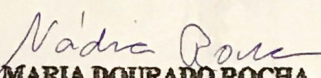
Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS (PPGEFHC), realizada em 06/10/2020 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS no. 18/20, linha de pesquisa História e Filos das Ciências e Implic p/ o Ens das Ciências, do candidato ROSANE MARIA SOUZA E SILVA, matrícula 216121858, intitulada NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA NA BAHIA, NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR (1968-1980). Às 14:00 do citado dia, em <https://conferenciaweb.rnp.br/events/defesa-de-doutorado-de-rosane-maria-souza-e-silva>, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. AMILCAR BAIARDI que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. LUIZ CARLOS SOARES, Prof. Dra. LUCILEIDE COSTA CARDOSO, Prof. Dra. 2. ANA MARIA JACÓ-VILELA, Prof. Dr. ALEX VIEIRA DOS SANTOS e Prof. Dra. NADIA MARIA DOURADO ROCHA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. 2. ANA MARIA JACÓ-VILELA, UERJ

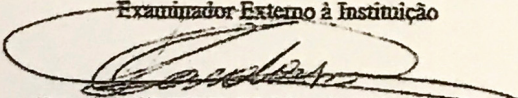
Examinador Externo à Instituição


Dr. ALEX VIEIRA DOS SANTOS, UNIFACS

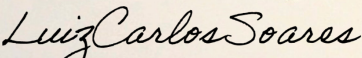
Examinador Externo à Instituição


Dra. NADIA MARIA DOURADO ROCHA

Examinador Externo à Instituição


Dra. LUCILEIDE COSTA CARDOSO, UFBA

Examinador Externo ao Programa


Dr. LUIZ CARLOS SOARES, UFBA

Examinador Interno



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS (PPGEFHC)**

Amilcar Baiardi
AMILCAR BAIARDI, UFRB

Presidente

Rosane Souza
ROSANE MARIA SOUZA E SILVA

Doutorando

À

Francisco (*In memoriam*) e Alzira, meus pais, por seu amor.

Artur e Fernanda, meus filhos, amor sem medida.

Elisa, por me ensinar a transformar amor em potência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos os que foram por mim entrevistados e que, a partir de suas memórias, contribuíram para a tecitura deste trabalho. Aos pioneiros, protagonistas, atores e testemunhas da história da psicologia na Bahia, meu agradecimento e reverência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter concedido a bolsa de doutorado e ao Programa de Pós-Graduação, pela presteza e empenho na viabilização das condições para o sucesso da pesquisa. Ao meu orientador Amílcar Baiardi e minha coorientadora, Lucileide Costa Cardoso, pelo acolhimento, apoio, sugestões e indicações. Estendo os agradecimentos aos professores Ana Maria Jacó-Vilela, Nádia Maria Dourado Rocha e Olival Freire Júnior, pelas críticas durante a participação na banca de qualificação. Agradeço à minha coorientadora Fernanda Rebelo-Pinto (*in memoriam*), que, com sua delicadeza e sabedoria, nos iluminou com tantos ensinamentos e sugestões durante o período em que estive conosco.

Sou grata aos arquivistas da Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD), especialmente Edna, Danilo Carvalho, Guedes e Nanci Santos, sempre competentes e disponíveis para colaborar. Também agradeço à doce Mary, primeira arquivista que me atendeu na Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas. Em outros arquivos que visitei e pesquisei, estive assessorada por profissionais da maior importância para a pesquisa: Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, Biblioteca Central dos Barris e Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Sou extremamente grata.

A todos os amigos, familiares, colegas e companheiros que compartilharam comigo tantos momentos de dúvidas, angústias e desafios, em especial a Anamélia Lins e Silva Franco, Antônio Maurício Freitas Brito, Artur Souza e Silva, Cleise Mendes, Edleise Mendes, Elisa Mendes, Elenice Martins Barros Castro, Fernanda Souza e Silva, Geraldo Barreto, Isael Sena, Jairo Gerbase, Joviniano de Carvalho Neto, Márcia Paraquett, Márcia Myriam Gomes (*in memoriam*), Priscila Cabral, Raul Marques, Sonia Maria Costa de Amorim e Syra Tahin Lopes.

Vocês trabalham para quê? Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a cansaça da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar o saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas um avanço para longe da humanidade. O precipício entre vocês e a humanidade pode crescer tanto, que ao grito alegre de vocês, grito de quem descobriu alguma coisa nova, responda um grito universal de horror.

Vida de Galileu - Bertolt Brecht (1991, p. 165)

Fui tão político às vezes que desdenhei as formas
E contestei as normas
E confessei ridículas as pétalas de rosas
Fui tão político às vezes que fiz da beleza uma coisa perigosa
E tão político às vezes que tornou-se a noite pavorosa
Fui tão político às vezes que se desfizeram as minhas mãos amorosas
E tão político às vezes que pensei entender a guerra
O chumbo e a pólvora
Fui tão político às vezes que despendi mil impossíveis horas
Dissolvendo em amnésia todas as memórias

José Carlos Capinam (1995, p.123)

SILVA, Rosane Maria Souza e. **Nos subterrâneos da história: institucionalização da Psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar (1968-1980)**. Orientadores: Amílcar Baiardi e Lucileide Costa Cardoso. 2020. 259 f. il. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

A pesquisa visa descrever e analisar o processo de institucionalização da Psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar, entre os anos de 1968 a 1980. Considerou-se: a influência que o contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência exerceram sobre a formação e consolidação do curso de graduação em psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; a recepção da Análise do Comportamento e da Psicanálise por parte da comunidade acadêmica, naquele contexto político; e, as lutas e mobilização dos discentes e docentes frente às políticas de Estado. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, que tem como referenciais teóricos os Estudos Sociais das Ciências e a História da Psicologia. Adotam-se procedimentos metodológicos da História do Tempo Presente, utilizando-se da metodologia da História Oral e de Análise Documental para levantamento e análise de dados. Os resultados indicaram que as medidas adotadas pelo regime militar impactaram no processo de institucionalização e desenvolvimento da psicologia, enquanto campo disciplinar e profissional, na Bahia. As políticas educacionais implantadas pelos governos militares no âmbito da Educação produziram efeitos na demanda pela psicologia educacional, enquanto o interesse pela área industrial crescia a partir dos investimentos públicos que expandiram o polo industrial e tecnológico baiano. Houve uma prevalência da clínica, como área de estágio, em detrimento da área educacional e industrial. Demonstrou-se a forte influência do campo psiquiátrico sobre os rumos da psicologia, sob diversos âmbitos, inclusive formativos. Evidenciaram-se as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica na Bahia e sua influência na formação dos psicólogos, a partir da vinda dos psicanalistas argentinos, capitaneados por Emílio Rodrigué, e do psicanalista Carlos Pinto Corrêa, integrante do Círculo Brasileiro de Psicanálise de Minas Gerais. Destacou-se, no modo de recepção da Análise do Comportamento, o papel dos psicólogos formadores de análise do comportamento da Universidade de São Paulo na implantação do laboratório de Psicologia Experimental e na formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento da Bahia. Observou-se, ademais, que houve uma vigilância e tutela sistemática sobre a comunidade acadêmica de psicologia, que impactou na vida universitária e exigiu dos discentes e docentes da área organização da resistência para lidar com a tensão política e capacidade de enfrentamento na luta contra a ditadura militar. Tal cenário forjou um posicionamento político e socialmente ampliado entre os integrantes do movimento estudantil, naquele momento de intensa restrição e carências de toda ordem.

Palavras-chave: História das Ciências - História da Psicologia - História da Psicanálise - Ditadura Militar - Movimento Estudantil.

SILVA, Rosane Maria Souza e. **In the underground of history: institucionalization of psychology in Bahia, in the context of the military dictatorship (1968-1980)**. Advisor: Amílcar Baiardi and Lucileide Costa Cardoso. 2020. 259 s. ill. Thesis (Doctorate in Teaching, Philosophy and History of Sciences) – Faculty of Education, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

The research aims to describe and analyze the institutionalization process of Psychology in Bahia, in the context of the military dictatorship, between the years 1968 to 1980. It was considered: the influence that the authoritarian context and the State policies for the areas of education and science exercised on the formation and consolidation of the undergraduate course in psychology at the Faculty of Philosophy and Human Sciences of the Federal University of Bahia; the reception and appropriation of Behavior Analysis and Psychoanalysis by the academic community, in that political context; and, the struggles and mobilization of students and teachers in the face of State policies. It is a descriptive-analytical study, which has as theoretical references the Social Science Studies and the History of Psychology. Methodological procedures of the History of the Present Time are adopted, using techniques of Oral History and Document Analysis to survey and analyze data. The results indicated that the measures adopted by the military regime had an impact on the institutionalization and development of psychology, as a disciplinary and professional field in Bahia. The educational policies implemented by the military government within the scope of Education produced effects on the demand for educational psychology, while the interest in the industrial area grew from public investments that expanded the industrial and technological pole in Bahia. There was a prevalence of the clinic, as an internship area, to the detriment of the educational and industrial area. The strong influence of the psychiatric field on the direction of psychology was demonstrated, in several areas, including training. The social and political conditions that made possible the emergence of the psychoanalytic culture in Bahia and its influence on the training of psychologists were evident, from the arrival of Argentine psychoanalysts, led by Emílio Rodrigué, and the psychoanalyst Carlos Pinto Corrêa, member of the Brazilian Circle of Psychoanalysis of Minas Gerais. The role of psychologists who train behavior analysis at the University of São Paulo in the implementation of the Experimental Psychology laboratory and in the training of the first generations of teachers and behavior analysts in Bahia was highlighted. Furthermore, it was observed that there was a systematic vigilance and tutelage on the academic psychology community, which impacted university life and demanded resistance from students in the area to deal with political tension and coping skills in the fight against the military dictatorship. This scenario forged a political and socially expanded position among the members of the student movement, at that time of intense restriction and shortages of all kinds.

Keywords: History of science - History of psychology - History of psychoanalysis -- Military dictatorship - Student movement.

SILVA, Rosane Maria Souza e. **En los subterráneos de la historia: institucionalización de la Psicología en Bahia, en el contexto de la dictadura militar (1968-1980)**. Orientador: Amílcar Baiardi y Lucileide Costa Cardoso. 2020. 259 f. il. Tesis (Doctorado en Enseñanza, Filosofía e Historia de las Ciencias) – Facultad de Educación, Universidad Federal de Bahia, Salvador, 2020.

RESUMEN

La investigación visa a describir y analizar el proceso de institucionalización de la Psicología en Bahia, en el contexto de la dictadura militar, entre los años de 1968 a 1980. Se consideró: la influencia que el contexto autoritario y las políticas de Estado para las áreas de educación y ciencia ejercieron sobre la formación y consolidación del curso de Graduación en psicología de la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Bahia; la recepción y apropiación del Análisis del Comportamiento y de la Psicoanálisis de parte de la comunidad académica, en aquel contexto político; y, las luchas y movilización de los discentes y docentes frente a las políticas de Estado. Se trata de un estudio descriptivo-analítico, que tiene como referenciales teóricos los Estudios Sociales de las Ciencias y la Historia de la Psicología. Se adoptan procedimientos metodológicos de la Historia del Tiempo Presente, valiéndose de técnicas de Historia Oral y de Análisis Documental para levantamiento y análisis de datos. Los resultados indicaron que las medidas adoptadas por el régimen militar impactaron el proceso de institucionalización y desarrollo de la psicología, como campo disciplinario y profesional, en Bahia. Las políticas educacionales implantadas por el gobierno militar en el ámbito de la Educación produjeron efectos en la demanda por la psicología educacional, mientras el interés por el área industrial crecía a partir de las inversiones públicas que expandieron el polo industrial y tecnológico bahiano. Hubo una prevalencia de clínica, como área de prácticas, en detrimento del área educacional e industrial. Se ha demostrado la fuerte influencia del campo psiquiátrico sobre los rumbos de la psicología, bajo diversos ámbitos, incluso formativos. Se han evidenciado las condiciones sociales y políticas que posibilitaron la emergencia de la cultura psicoanalítica en Bahia y su influencia en la formación de los psicólogos, a partir de la llegada de los psicoanalistas argentinos, capitaneados por Emilio Rodrigué, y del psicoanalista Carlos Pinto Corrêa, integrante del Círculo Brasileño de Psicoanálisis de Minas Gerais. Se ha destacado, en el modo de recepción del Análisis del Comportamiento, el papel de los psicólogos formadores de análisis del comportamiento de la Universidad de São Paulo en la implantación del laboratorio de Psicología Experimental y en la formación de las primeras generaciones de docentes y analistas del comportamiento de Bahia. Se observó, además, que hubo una vigilancia y tutela sistemática sobre la comunidad académica de psicología, que impactó en la vida universitaria y exigió de los discentes del área resistencia para tratar con la tensión política y capacidad de enfrentamiento en la lucha contra la dictadura militar. Tal escenario ha forjado un posicionamiento político y socialmente ampliado entre los integrantes del movimiento estudiantil, en aquel momento de intensa restricción y carencias de todo orden.

Palabras clave: Historia de la ciencia - Historia de la Psicología - Historia del psicoanálisis – Dictadura militar. Movimiento estudiantil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Matéria do Jornal <i>Gol a Gol</i> , DCE/UFMG, ano II, n. 12, 28.05.1974, p. 3.....	44
Quadro 1	Programa anual de Psicologia para o curso de Filosofia da FFB – 1957.....	81
Quadro 2	Instituições psiquiátricas de médio e grande porte em Salvador – 1970.....	96
Gráfico 1	Matrículas nos cursos de graduação da FFCH/UFBA – 1968 a 1970.....	101
Gráfico 2	Matrículas no curso de graduação em Psicologia - FFCH/UFBA – 1971 a 1980.....	102
Gráfico 3	Matrículas no curso de graduação em Psicologia x Sexo – FFCH/UFBA – 1971 a 1980.....	103
Gráfico 4	Concluintes de curso de graduação em Psicologia – FFCH/UFBA - 1972 a 1980.....	105
Gráfico 5	Concluintes do curso de graduação em Psicologia x Sexo – FFCH/UFBA – 1972 a 1980.....	105
Quadro 3	Instituições para estágio em Psicologia Educacional – Década de 1970.....	108
Quadro 4	Instituições para estágio em Psicologia Industrial/Organizacional - Década de 1970.....	109
Quadro 5	Instituições para estágio em Psicologia Clínica – FFCH/UFBA - Década de 1970.....	111
Gráfico 6	Oferta e demanda por área de estágio em Psicologia – FFCH/UFBA - 1976 e 1977.....	112
Figura 2	Primeira correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori.....	127
Figura 3	Carta emitida pela professora Carolina Bori.....	128
Figura 4	Correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori	131
Figura 5	Capa do catálogo de produtos para instalação de laboratórios de psicologia experimental – FUNBEC – 1968.....	132
Quadro 6	Formação acadêmica do corpo docentes de Psicologia Experimental - Década de 1970.....	139
Quadro 7	Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1971.....	163
Quadro 8	Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia – 1972...	164
Figura 6	Matéria do jornal <i>Tribuna da Bahia</i> - Edição de 08 de março de 1972, p. 5.....	168
Quadro 9	Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1973.....	169
Quadro 10	Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1974.....	173
Quadro 11	Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - DA e DCE – 1975.....	175
Figura 7	Matéria de capa do jornal <i>Diário de Notícias</i> - Edição de 20 de março de 1976....	178
Figura 8	Matéria do jornal <i>Diário de Notícias</i> – Edição 20 de março 1976.....	179
Figura 9	Matéria do jornal <i>Tribuna da Bahia</i> - Edição de 18 de junho de 1976, p. 11.....	181
Quadro 12	Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - DA e DCE – 1977.....	182
Figura 10	Matéria do <i>Jornal da Bahia</i> - Edição de 08 de junho de 1977, p.5.....	186
Figura 11	Matéria do <i>Jornal Tribuna da Bahia</i> - Edição de 07 de junho de 1977, p. 3.....	186

Figura 12	Matéria do Jornal <i>Tribuna da Bahia</i> - Edição de 14 de junho de 1977, p. 3.....	187
Figura 13	Matéria do jornal <i>Tribuna da Bahia</i> - Edição de 27 de janeiro de 1979, p. 9.....	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACPE	Análise de Contingências na Programação de Ensino
AEC	Análise Experimental do Comportamento
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Inteligência
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMEPE	Clínica de Assistência Médica Permanente Ltda
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
APA	Associação Psicanalítica Argentina
APML	Ação Popular Marxista Leninista do Brasil
APESP	Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo
APPIA	Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência do Rio de Janeiro
ARSI	Assessorias Regionais de Segurança e Informações
ARSI/NE	Assessoria Regional de Segurança e Informações do Nordeste
ASI/UnB	Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BEBA	Boletim dos Estudantes da Bahia
CAD	Coordenação de Arquivo e Documentação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBP	Círculo Brasileiro de Psicanálise
CCB	Clube de Cinema da Bahia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CCSMM	Centro Comunitário de Saúde Mental Mário Leal
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPE	Centro de Estudos do Pessoal do Exército
CFE	Conselho Federal de Educação
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIE	Centro de Informações do Exército

CISA	Centro de Segurança de Informações da Aeronáutica
CLAPP	Clínica de Atendimento Psicoterápico e Psicopedagógicos
CMSMV	Comissão Milton Santos de Memória e Verdade
COMAR	Comando Aéreo Regional
CONCRETIDE	Comissão Coordenadora de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva
COPERTIDE	Comissão Permanente de Tempo Integral
CP	Clínica Psiquiátrica
CPI	Curso Programado Individualizado
CRINEP	Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
CRM	Conselho Regional de Medicina
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CTI	Ciência, Tecnologia e Informação
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSI/MJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça
EDUNEB	Editora da Universidade do Estado da Bahia
EMC	Educação Moral e Cívica
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
ENEP	Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia
EPB	Estudo dos Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
FFB	Faculdade de Filosofia da Bahia
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FFCL/USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FMB	Faculdade de Medicina da Bahia
FUNBEC	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências
HCT-BA	Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia
HEML	Hospital Especializado Mário Leal
IBR	Instituto Bahiano de Reabilitação

ICB	Instituto de Cegos da Bahia
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaiás Alves
IDOV	Instituto de Orientação Vocacional
IML	Instituto Médico Legal
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ION	Instituto de Organização Neurológica
IPA	<i>International Psychoanalytic Association</i>
IPM	Inquérito Policial Militar
IPPB	Instituto Psicopedagógico da Bahia
ISOP	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
NEP	Núcleo de Estudos em Psicoterapia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento científico e Tecnológico
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
Polop	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PSI	<i>Personalized System of Instruction</i>
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SETRABES	Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPRJ	Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro
SUPAC/UFBA	Superintendência Acadêmica da Universidade Federal da Bahia
TAT	Teste de Apercepção Temática
UBA	Universidade de Bahia
UEE	União Estadual dos Estudantes

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	A UNIVERSIDADE E A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR.....	28
2.1	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES.....	34
2.2	A PSICOLOGIA DURANTE A DITADURA MILITAR.....	45
3	CONSTRUINDO OS REFERENCIAIS TEÓRICO- METODOLÓGICOS.....	58
3.1	A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE.....	62
3.2	TIPOLOGIA DAS FONTES E METODOLOGIA.....	65
3.2.1	Fontes documentais, arquivos sensíveis.....	66
3.2.2	Fontes orais.....	69
4	A PSICOLOGIA APLICADA À MEDICINA E À EDUCAÇÃO NA BAHIA: ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFBA.....	72
4.1	A PSICOLOGIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: A FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA (1941-1968)	72
4.2	O INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL (1958-1968): CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO DO CAMPO PSICOLÓGICO NA BAHIA.....	86
4.3	AS PRIMEIRAS GERAÇÕES DE PSICÓLOGOS DA BAHIA: ENTRE CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM O CAMPO MÉDICO PSIQUIÁTRICO.....	91
4.3.1	A Faculdade de Medicina da Bahia: breve contextualização.....	91
4.3.2	A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia e a formação do campo “psi” em Salvador.....	94
5	O CURSO DE PSICOLOGIA DA FFCH/UFBA: UMA VISÃO PANORÂMICA.....	99
5.1	A PRÁTICA DE ESTÁGIO E A PREVALÊNCIA DA PSICOLOGIA CLÍNICA.....	106
6	RECEPÇÃO DA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL E DA PSICANÁLISE NA BAHIA: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS.....	120

6.1	A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO DA USP À FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS PSICÓLOGOS DA FFCH/UFBA.....	121
6.2	O LABORATÓRIO DIDÁTICO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FFCH/UFBA.....	125
6.3	OS PSICÓLOGOS BUSCAM A CLÍNICA E ENCONTRAM A PSICANÁLISE.....	143
6.3.1	A psicanálise no curso de psicologia.....	145
6.3.1.1	<i>Primeiro período: a psicanálise no âmbito acadêmico.....</i>	146
6.3.1.2	<i>Segundo período: a psicologia e a psicanálise num movimento extramuros.....</i>	149
6.3.2	Os psicanalistas argentinos na Bahia.....	150
6.3.3	O Círculo Psicanalítico da Bahia: seus primórdios.....	154
7	CONTROLE E VIGILÂNCIA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO: A UFBA E O CURSO DE PSICOLOGIA DURANTE A DITADURA MILITAR.....	159
7.1	MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR: OS DISCENTES DE PSICOLOGIA DA UFBA E SUAS LUTAS COLETIVAS.....	159
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
	REFERÊNCIAS.....	203
	APÊNDICE A - Síntese das entrevistas e da trajetória profissional das entrevistadas.....	238
	APÊNDICE B - Cessão de direitos sobre Depoimento Oral.....	242
	ANEXO A - Revista <i>Veja</i>: "Como eles agem", edição nº 283, de 03 de fevereiro de 1974.....	253
	ANEXO B - Carta de Carolina Bori, dirigida ao vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Prof. Dr. Joaquim Batista Neves, em 14.11.1968.....	254
	ANEXO C - Parecer do Prof. Mário Guidi, instrutor do departamento de psicologia social e experimental da FFCL/USP, em 07.10.1969.....	258
	ANEXO D - Boletim informativo <i>Reflexo</i>, dos estudantes de psicologia da FFCH/UFBA, edição nº 1/junho de 1973.....	260

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa doutoral, de caráter qualitativo e de cunho descritivo e analítico, tem como tema a história da psicologia e como objeto a institucionalização da psicologia na Bahia. A investigação circunscreve o período compreendido entre 1968 - ano de início do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) - a 1980, quando se encerra a fase mais opressora da ditadura militar, pano de fundo desta pesquisa. Para realizá-la, buscamos compreender a influência da atmosfera política, no período restrito da ditadura militar brasileira, sobre o desenvolvimento da psicologia, na perspectiva do microcosmo desse campo disciplinar na Bahia.

A psicologia foi regulamentada no Brasil em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar que perdurou por 21 anos. A institucionalização da profissão em âmbito nacional ocorreu *pari passu* com o avanço da ditadura militar e implantação de medidas que impactaram sobre a educação e as ciências no país. As universidades, consideradas focos de infiltração comunista, passaram a ser fortemente vigiadas. Além de expulsar e prender docentes e estudantes, as forças repressivas também invadiram universidades com uso das forças policial e militar.

O curso de psicologia da FFCH/UFBA teve início em 1968. As universidades públicas enfrentavam naquele ano o desafio de se adequar às mudanças no campo das políticas educacionais. Dentre elas destacamos a Reforma Universitária, implantada através da Lei 5.540/1968¹. Nesse ano, a ditadura militar radicalizou suas medidas, com a implantação de reformas estruturais nas universidades e a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5)² e introduzindo o país num período denominado “anos de chumbo”³. No ano seguinte, deu-se a

¹ BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

² BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

³ O uso da expressão "anos de chumbo" para designar o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, estende-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, até o final do governo Médici, em março de 1974. A expressão foi adotada em vários países (*anni di piombo*, *années de plomb*, *years of lead*), e deriva do título do filme *Die bleierne Zeit* (em português, literalmente, "Tempos de chumbo"), de 1981, da cineasta alemã Margarethe Von Trotta. O título do filme é uma citação do poema de Hölderlin, "Passeio ao campo" (*Der Gang aufs Land*, 1800).

instauração do Decreto-Lei no 477/1969⁴, que dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino.

Para o controle e vigilância dos docentes e discentes, os militares adotaram mecanismos através dos órgãos de segurança e serviço de inteligência. Como um dos braços da estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Assessoria Especial de Segurança e Inteligência do Ministério da Educação e Cultura (AESI/MEC), que atuava nas universidades, adotou instrumentos tecnocráticos, tais como manuais, folhetos e apostilas, nas ações junto à comunidade universitária, evidenciando uma estratégia política de depreciação moral e criminalização dos movimentos estudantis. Nas universidades, as AESIs estavam vinculadas diretamente ao gabinete da Reitoria e repassavam todas as informações coletadas, sistematicamente, através de relatórios, à Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC. Foi nesse contexto político autoritário, que impactou sobre as universidades, que a psicologia se desenvolveu. A partir da análise sobre a forma como esse campo disciplinar e profissional foi influenciado pelas políticas de Estado da época, trazemos a perspectiva do microcosmo da psicologia na Bahia.

A pergunta central, que nos orienta nessa pesquisa é: Como ocorreu o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, tendo como pano de fundo o contexto político do período, compreendido entre os anos de 1968 a 1980? Diante de tal questionamento, partimos do seguinte pressuposto norteador: O contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, implantadas pelo regime militar, influenciaram o processo de implantação e consolidação da psicologia na Bahia, configurando os rumos do seu desenvolvimento, seus modos de atuação e práticas profissionais. Nesse sentido, o ponto principal desta pesquisa, que pode ser identificada como sua tese é a de que a institucionalização da psicologia na Bahia foi influenciada pelo contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, promovidas pelos governos dos generais presidentes.

Nosso objetivo geral é descrever e analisar o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, observando os diversos níveis de negociações e conflitos que orientaram a sua consolidação no contexto da ditadura militar. Os objetivos específicos, voltados para o alcance do objetivo geral são: i) analisar a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia, que

⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 477/1969, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

culminou na implantação do curso de graduação da Universidade Federal da Bahia, tendo como pano de fundo o cenário político da época; ii) compreender o modo como a Análise do Comportamento e a Psicanálise foram recebidas pela comunidade acadêmica de psicologia - instituição, docentes e discentes, bem como a circulação dessas teorias, naquele contexto político; e, iii) investigar o processo de lutas, resistências e mobilização política de discentes e docentes do curso de psicologia da UFBA e os embates com as políticas de Estado vigentes no período.

Para embasar teoricamente este trabalho, adotamos a perspectiva dos Estudos Sociais das Ciências e da História Crítica da Psicologia, cujo núcleo é a investigação dos fatores sociais e institucionais, políticos, culturais e econômicos implicados no desenvolvimento da ciência. Como ferramenta de pesquisa histórica, utilizamos o conceito de recepção ao investigar sobre a entrada das teorias Análise do Comportamento e Psicanálise no curso. Optamos pelo aporte metodológico da História do Tempo Presente, enquanto concepção de operação historiográfica que tem estreita vinculação com a política como campo de observação para esta pesquisa e como uma via para o exercício crítico da história da psicologia em relação ao presente. A História do Tempo Presente e os estudos sobre Memória e História contribuíram como uma perspectiva metodológica para interpelar os agentes históricos integrantes desta pesquisa (psicólogos, docentes e discentes), na realidade sociocultural de Salvador, Bahia, tendo como objeto de estudo a psicologia, enquanto disciplina e campo profissional, atravessada por uma conjuntura política ditatorial iniciada em 1964.

O *corpus* da pesquisa é formado por fontes primárias e orais. As fontes primárias foram acessadas em: 1) Arquivos sobre o curso de psicologia existentes na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e na Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD), ambos da UFBA. As fontes documentais existentes, organizadas e disponibilizadas pelos arquivos da FFCH e do CAD, foram as Atas da Congregação e do Conselho Departamental da FFCH; Atas do Departamento e do Colegiado do curso de psicologia; cartas, ofícios, programas de curso, planos de aulas e relatórios, referentes ao período analisado, qual seja, entre 1968 e 1980. 2) *Arquivos sensíveis*⁵ pesquisados na Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da UFBA e no *site* do Arquivo Nacional – *Memórias Reveladas*. Os documentos pesquisados no

⁵ O emprego da expressão *arquivos sensíveis* surgiu no Brasil para se referir aos arquivos do período da Ditadura Militar. A expressão emergiu em 2005, ano em que se deu o anúncio do recolhimento dos fundos documentais em poder da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). É nesse contexto que a expressão *arquivos sensíveis* aparece em textos acadêmicos do período. (RODRIGUES, 2014)

Arquivo Nacional foram: Relatórios, Ofícios e Informativos sobre o ME, jornais, boletins e panfletos confeccionados e distribuídos pelos estudantes, Inquéritos policiais contra docentes, Folhetos sobre propaganda e contrapropaganda do governo militar e sobre “guerra psicológica”. Por sua vez, o arquivo AESI/UFBA é um acervo documental que se encontra no setor *Estudos Baianos*, localizado na seção *Lugares de Memória*, instalada no último andar da *Biblioteca Central Macedo Costa* da UFBA. Buscamos nesses arquivos AESI/UFBA, documentos que fizessem referência ao curso de psicologia, seus docentes e discentes, e sobre a atuação do Movimento Estudantil (ME), em especial do Diretório Acadêmico (DA) de Psicologia. Utilizamos também como fontes, Ofícios, Relatórios e Informações trocadas entre a AESI e a Reitoria da UFBA e com outros órgãos do sistema de vigilância e repressão do regime militar, bem como panfletos, boletins e jornais confeccionados pelo ME e pareceres sobre contratação de docentes.

Com um tema e um objetivo complexo, iniciamos a pesquisa e nos defrontamos com a peculiaridade em lidar com *arquivos sensíveis*. Vivenciamos desafios ao longo de nossa visita aos diversos arquivos históricos e dedicamos momentos de reflexão sobre o tema, registrados no nosso diário de campo. De fato, como concretizar o então projeto de tese, cujo objetivo definido foi analisar o processo de institucionalização do curso de graduação de psicologia da Universidade Federal da Bahia no contexto da ditadura militar, sem fazer reflexões sobre o percurso trilhado e sobre os desafios que envolveram o caminhar? Em primeiro lugar, destacamos a recuperação de fontes documentais que foram pouco exploradas até agora, em fase de pré-organização, com documentos dispersos, o que não deixa de caracterizar as pesquisas no âmbito do tempo presente. Em segundo lugar, fomos provocados ao lidar com arquivos e documentos de acesso limitado, diante da meta de analisar a história da psicologia no contexto da ditadura militar. Rodrigues (2017) denuncia que há uma disputa silenciosa por esses arquivos, não só pela posse física desses documentos, mas também pelo controle da narrativa sobre o que ocorreu no período. Em vista desse processo, os acervos dos sistemas de inteligência e de polícia política ora se tornam visíveis, ora invisíveis. Assim, além dos obstáculos ao acesso e à consulta aos acervos históricos, devido, por vezes, à precariedade de condições materiais e de profissionais, atualmente existentes, vivenciamos uma problemática específica para o pesquisador que trabalha com acervos sobre a ditadura militar brasileira.

Quanto às fontes orais, a utilização de tal recurso permitiu colher o testemunho de dez psicólogas que integravam o curso de psicologia da UFBA, como discentes ou docentes, no período entre 1968 a 1980. A modalidade utilizada da história oral temática enfatiza a escuta dos entrevistados sobre um tema específico, no caso, a história da psicologia na Bahia durante

os primeiros anos de formação e consolidação do curso de graduação da UFBA, tendo como pano de fundo a ditadura militar. Através da história oral temática, as depoentes puderam resgatar memórias sobre tópicos relativos à história do curso de psicologia e a atmosfera política do período como eixo condutor da narrativa.

Estudos históricos sistematizados sobre a história e a memória da institucionalização da psicologia têm sido desenvolvidos em vários estados brasileiros. Porém, no que se refere à história da psicologia na Bahia, observamos que poderíamos avançar a partir dos raros materiais encontrados sobre o tema, sobretudo na perspectiva de análise do contexto político em vigor no período de institucionalização e consolidação do curso. Foi possível perceber uma lacuna no âmbito dos registros escritos organizados que abordam a temática. Assim, este trabalho vem preencher uma lacuna na história e historiografia da psicologia na Bahia em sua articulação com os fenômenos políticos, sociais e culturais do período analisado.

A mais antiga referência encontrada é a dissertação de mestrado de Mercedes Cunha Chaves de Carvalho, intitulada *Dados para uma avaliação de currículo do curso de Psicologia da UFBA: caracterização do aluno, análise das condições de ensino oferecidas pela instituição* defendida em 1979, na qual, além da avaliação dos primeiros programas curriculares do curso, apresentou os resultados de pesquisa sobre o perfil dos alunos e das condições estruturais de ensino na UFBA. (CARVALHO, 1979b) A autora é uma das professoras pioneiras do curso e, na introdução do trabalho apresentou um relato sobre o processo de implantação do curso.

Em uma outra perspectiva, temos a dissertação de mestrado de Marcus Vinícius de Oliveira Silva, denominada *A emergência da cultura psicológica na Bahia: do pré-psiquiátrico ao pós-psicanalítico, cursos e percursos de uma trajetória*, defendida em 1995. (SILVA, 1995) O autor, também professor do curso de psicologia, analisa a trajetória do desenvolvimento de uma cultura psicológica na Bahia e sua vinculação ao campo médico-psiquiátrico.

A dissertação de mestrado da professora Rita de Cássia Maskell Rapold, intitulada *Uma contribuição para a História da Psicologia: o curso de Psicologia da UFBA, cronologia, memória e alguns documentos (1961-1973)*, defendida em 1999, apresenta as entrevistas realizadas pela autora com personagens pioneiros da psicologia na Bahia e dados e informações sobre o período pré-institucionalização do curso até a conclusão da primeira turma. (RAPOLD, 1999) No seu doutorado, em 2003, a autora defendeu a tese denominada *A psicologia da educação na Bahia: a história do IDOV pela memória de seus personagens*. Rita Rapold privilegiou, mais uma vez, o uso da técnica da história oral, associado às poucas fontes escritas existentes, para construir uma narrativa sobre a trajetória, os principais eventos e os integrantes do Instituto de Orientação Vocacional (IDOV). (RAPOLD, 2003)

Os professores Mercedes Cunha Chaves de Carvalho, Nádia Maria Dourado Rocha e Eduardo Saback Dias de Moraes assinaram um capítulo do livro *UFBA – do século XIX ao século XXI* (TOUTAIN; SILVA, 2010) intitulado *Memória histórica do departamento de psicologia, atual Instituto de Psicologia: sua constituição e desenvolvimento*, no qual é apresentada uma retrospectiva celebrativa sobre o curso, nos seus, então, 42 anos de existência. Mais recentemente, em 2017, a professora Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian *et all* publicaram o artigo denominado *Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste – Bahia, Ceará e Maranhão*, no qual apresentam memórias dos autores sobre o desenvolvimento da Análise do Comportamento nesses Estados. (ULIAN *et al.*, 2016)

Este trabalho está organizado em seis capítulos, além desta introdução (Capítulo 1), das considerações finais, das referências da bibliografia consultada e dos apêndices e anexos:

No Capítulo 2, intitulado *A universidade e a psicologia no contexto da ditadura militar* buscamos apresentar, primeiramente, uma contextualização histórica sobre a ditadura militar e as principais medidas adotadas pelo regime, as quais impactaram sobre as universidades. Em seguida, discorreremos sobre os órgãos de segurança e as estratégias utilizadas pelos tecnocratas do regime para o controle e vigilância de docentes, discentes e servidores e sobre a psicologia e a atuação dos psicólogos durante o período militar. Embora não tenhamos ambicionado fazer uma revisão exaustiva sobre o assunto, tentamos traçar um breve panorama das pesquisas sobre o tema, dando ênfase a autores e pesquisas que contribuíram de modo fecundo para a sua edificação, para que, ao final pudéssemos orientar o desenvolvimento do nosso estudo.

O capítulo 3 - *Construindo os referenciais teórico-metodológicos*, teve como objetivo principal apresentar o referencial que sustentou esta pesquisa e seus conceitos fundamentais. Na primeira parte, buscamos fazer uma breve descrição da evolução do campo histórico e historiográfico da psicologia para, em seguida, discorrer sobre o desenvolvimento da história crítica da psicologia, dimensão que fundamenta este trabalho. Explicitamos os conceitos de *Indigenização e Recepção de teorias psicológicas* que nortearam aspectos desta pesquisa. Na segunda parte, apresentamos a abordagem metodológica da História do Tempo Presente, que utilizamos no campo de observação da pesquisa, para, a partir daí, detalhar sobre as fontes utilizadas e o modo de tratamento empregado neste estudo sobre histórias e memórias do tempo presente.

No Capítulo 4, que denominamos *A psicologia aplicada à medicina e à educação na Bahia: antecedentes da criação do curso de graduação em psicologia da UFBA*, buscamos mostrar o papel de três instituições que se destacaram enquanto espaços acadêmicos formadores

das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na Bahia e a exercer a docência no curso de psicologia que seria criado, no final da década de 1960, na UFBA: a Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB); a Clínica Psiquiátrica (CP) da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB); e o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV). Enfocamos, inicialmente, a aplicação da psicologia nos cursos de licenciatura da FFB e o pioneirismo do educador e diretor da faculdade Isaías Alves, e do médico psiquiatra e criador do curso de psicologia João Inácio de Mendonça. Na segunda parte, descrevemos o campo da Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho, que se expandiu com a instalação do IDOV e a influência do seu supervisor, o espanhol Emílio Mira y López. Por fim, abordamos o papel da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, como espaço de formação e capacitação acadêmica no campo “psi”.

No Capítulo 5, buscamos apresentar uma visão panorâmica sobre o processo de formação e consolidação do curso de psicologia da FFCH/UFBA e os diversos entraves burocráticos e políticos para sua constituição. A partir de dados quantitativos sobre demanda, matrículas, evasão, sexo e número de concluintes, evidenciamos o perfil dos ingressantes no curso, ao longo do período analisado. Também se evidenciaram, aqui, as diversas instituições que atenderam as demandas de estágio supervisionado nas áreas clínica, educacional e industrial, além da forma como tais espaços contribuíram para o processo prático formativo dos discentes. Neste capítulo, nossa atenção voltou-se para refletir sobre a posição social que a psicologia assumia naquele momento, evidenciando que o curso atendia a uma demanda especialmente das mulheres, integrantes da classe média baiana, que via a psicologia como uma profissão liberal e uma oportunidade para ascender socialmente. Analisamos a conjuntura política, determinada pelos ditames do regime militar e seu impacto na vida acadêmica e universitária, o que exigiu dos discentes de psicologia resistência para lidar com a tensão política naqueles anos iniciais do curso. Nesse contexto social e político, analisamos o papel dos professores psiquiatras no âmbito formativo dos discentes de psicologia e ingresso no campo psicoterapêutico, ao nível da clínica individualizada e voltada para as camadas médias urbanas que podiam pagar e se beneficiar desse serviço.

Ao longo do Capítulo 6, *Recepção da psicologia experimental e da psicanálise na Bahia: aspectos teóricos e políticos*, buscamos analisar o modo como a Análise do Comportamento e a Psicanálise foram recebidas pelo campo acadêmico de psicologia em Salvador - compreendido por instituição, docentes e discentes - entre os anos de 1968 a 1980. A partir de uma contextualização sobre a contribuição da Universidade de São Paulo (USP) à formação dos primeiros analistas do comportamento no Brasil, apresentamos uma narrativa sobre a

influência dos docentes de psicologia da USP na implantação do laboratório de Psicologia Experimental do curso de psicologia da FFCH/UFBA e na formação e aperfeiçoamento de seu quadro docente. Em seguida, analisamos o modo como a psicanálise foi recebida e apropriada pela comunidade acadêmica de psicologia na Bahia. Procuramos entender como se deu a circulação da psicanálise, entre os anos de 1968 a 1980, à luz das múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno, ou seja, as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica no país, refletindo sobre a importância do grupo do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), representado pelo psicanalista didata Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais e o grupo de psicanalistas argentinos, capitaneado por Emílio Rodrigué.

No Capítulo 7 - *Controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação: a UFBA e o curso de psicologia durante a ditadura militar*, buscamos mostrar o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de psicologia da FFCH/UFBA e os embates com as políticas de Estado implantadas durante a ditadura. Abordamos os mecanismos de controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança da ditadura militar, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso de psicologia. Destacamos as preocupações em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Ademais, evidenciamos as pautas coletivas, que envolviam o diretório acadêmico do curso na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição e a vigilância perpetrada pelos militares.

Nas partes finais do estudo, além das referências da bibliografia consultada para a realização do trabalho, apresentamos, em apêndices e anexos, documentos acerca das entrevistas realizadas e alguns registros que são importantes como fonte histórica.

2 A UNIVERSIDADE E A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

O objetivo desta seção é apresentar, primeiramente, uma contextualização histórica sobre a ditadura militar e as principais medidas, adotadas pelo regime, tendo como foco as universidades. Em seguida, discutiremos sobre os órgãos de segurança e as estratégias dos golpistas para o controle e a vigilância de docentes, discentes e servidores. Por fim, faremos uma revisão bibliográfica sobre a psicologia e a atuação dos psicólogos durante o período militar.

Em 31 de março de 1964 um golpe de Estado depôs o presidente João Goulart e instaurou o regime militar no Brasil, que permaneceu no poder até março de 1985. Foram 21 anos de ditadura. Esse período foi considerado como

Um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico do processo político, esvaziamento do Poder Legislativo, limitação do Judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo. (COUTO, 2003, p. 41)

A preocupação principal dos vitoriosos, após o golpe, foi o expurgo dos derrotados. Para isso, os agentes do Estado e seus apoiadores iniciaram a denominada *Operação Limpeza*, visando “limpar” os quartéis, o aparelho estatal e as organizações da sociedade civil, afastando todos aqueles que fossem considerados subversivos ou que se posicionassem contra o regime e excluindo os adversários do cenário público. No grupo dos adversários se incluía os comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas de esquerda, dentre outros. (MOTTA, 2014)

As universidades, consideradas focos de infiltração comunista, passaram a ser fortemente visadas. As representações anticomunistas temiam a esquerdização dos jovens universitários e Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura do governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967) deixou clara a intenção de ‘sanear o comunismo’ das universidades e coibir as manifestações contrárias às medidas ditatoriais e reprimir o ME. A Lei 4.464/1964⁶, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que dispunha ‘sobre os órgãos de representação dos estudantes’, colocou na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais de

⁶ BRASIL. Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>

estudantes de ensino superior e instituiu o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos (DAs) de cada curso e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para o âmbito de cada universidade. (LIRA, 2010; MOTTA, 2014)

A *Operação Limpeza* levou à expulsão de estudantes e docentes, outros foram presos ou fugiram por medo da repressão ou para entrar na clandestinidade. Além de expulsar e prender docentes e estudantes, as forças ‘revolucionárias’ também invadiram universidades com uso das forças policial e militar. As aulas foram suspensas em consequência das operações policial-militares e foram retomadas em meados de abril com claras demonstrações do papel dos militares como tutores da vida universitária. A retomada das aulas não significava o fim dos expurgos.

Dentre as situações de invasão às universidades, em 1964, a mais dramática foi a da Universidade de Brasília (UnB). Houve ocupação armada por tropas, tanto da Polícia Militar, quanto do Exército; vários professores e estudantes foram presos, sendo que alguns foram detidos em instituições militares e submetidos a interrogatórios e humilhações. O então reitor Anísio Teixeira (1900-1971) e o vice Almir de Castro foram demitidos. Em outubro de 1965, 223 professores da UnB pediram demissão coletivamente. (SALMERON, 1999; ALBUQUERQUE, 2001; MOTTA, 2014)

Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. (BRASIL, 2014, p. 269)

Os militares passaram a abrir Inquéritos Policiais Militares (IPMs) de modo generalizado, a partir de 1964, para apurar a vida de discentes e docentes, contribuindo para aumentar o clima de medo. O IPM era um procedimento integrante da Justiça Militar para investigar esporádicos crimes militares e políticos, previsto nas instituições militares e na Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo ano foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI) que serviu para reunir os Inquéritos de todas as regiões. Os IPMs geraram centenas de demissões de servidores. (MOTTA, 2014).

A *Operação Limpeza* visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Envolveu, também, o afastamento de reitores que opuseram obstáculos às ações repressivas. Seis reitores foram afastados, das Universidades de Brasília (UnB), do Rio Grande do Sul

(URGS), Rural do Rio de Janeiro (URRJ), do Espírito Santo (UES) e de Goiás (UG). Na época, havia cerca de 25 universidades públicas, incluindo as estaduais e, conforme Motta (2014),

É preciso destacar os setores acadêmicos que apoiaram a intervenção militar nas universidades, assim como nos meios culturais, e que forneceram quadros para o Estado autoritário ao longo dos anos seguintes. Se entre as esquerdas o golpe foi recebido com frustração e ódio, outros segmentos da comunidade universitária reagiram com alívio e entusiasmo. (MOTTA, 2014, p. 33)

Fica claro que houve apoio ao golpe no meio acadêmico. Em algumas instituições, os professores fizeram moções de apoio ao poder ‘revolucionário’ nos órgãos colegiados universitários. Entre professores e estudantes apoiadores do regime, havia integrantes da extrema direita, como ex-integralistas e anticomunistas radicais. Professores de esquerda foram denunciados por colegas, apontados à polícia ou às reitorias, para serem atingidos pela *Operação Limpeza*. (BAIARDI, 2008; MOTTA, 2014)

Passada a primeira fase da *Operação Limpeza*, os estudantes voltaram ao comando das entidades e mesmo a UNE voltou a funcionar na clandestinidade. A partir de 1965, começaram a acontecer protestos e passeatas que se intensificaram a partir do ano seguinte.

Em 1965 ou 1966, era difícil prever que o regime militar iria recrudescer nos fins de 1968, e havia razões para esperar alguma redução na vigilância repressiva. Com a aprovação da nova Constituição, em 1967, chancelada pelo Congresso, e o começo do governo Costa e Silva, que chegou prometendo diálogo e tolerância, o horizonte parecia realmente menos nebuloso. (MOTTA, 2014, p. 61)

E o regime militar, de fato, radicalizou ainda mais a partir de 1968. As medidas impostas pela ditadura militar, sob a presidência de Artur da Costa e Silva (1967-1969), fizeram de 1968 um ano marcante para a história política brasileira, com implantação de reformas estruturais nas universidades e a instauração do AI-5. O ano começou com manifestações de estudantes que reivindicavam ensino público e gratuito, reforma para democratização, melhoria da qualidade do ensino e mais verbas para pesquisa. Passeatas, greves, ocupações de faculdades e manifestações foram deflagradas em todo o país. Fatos dramáticos marcaram o ano, como a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março, durante a invasão policial ao restaurante *Calabouço* e seu enterro simbólico na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, com protestos em todo o país. A Faculdade de Direito da USP foi ocupada em 22 de junho e em 26 daquele mês a *Passeata dos Cem Mil* tomou as ruas do Rio de Janeiro, com estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares.

Cabe contextualizar que, pelos diversos acontecimentos no âmbito nacional e mundial, o ano de 1968 foi emblemático para a História, politicamente atípico, com inúmeras mobilizações e revoltas, dentro e fora do Brasil. Estudantes e trabalhadores em todo o mundo levantaram suas bandeiras em manifestações de protesto contra a ordem social e política. Estudantes, operários, feministas, negros, ambientalistas e homossexuais levantaram suas bandeiras em protesto contra a ordem social e política e agitaram o mundo, como as manifestações contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos e o Maio Libertário, que envolveu estudantes e trabalhadores em todo o mundo. O movimento de contracultura, que surgiu nos Estados Unidos naquela década, representou esse momento de rebeldia e rejeição ao estabelecido, que rompeu com velhos padrões. Toda essa ebulição no contexto internacional repercutiu no Brasil, influenciando o rumo dos acontecimentos ocorridos no país nesse emblemático ano. (COUTO, 2003; ANTUNES; RIDENTI, 2007)

Além do reflexo do que aconteceu no mundo, o Brasil vivia o seu próprio contexto de luta. O ME tentava dialogar com o governo, que intensificava a repressão. Atentados foram praticados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização paramilitar de extrema-direita “composto por estudantes e policiais de direita, financiados por grandes grupos capitalistas e com claro apoio da ditadura militar” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 82). Para Antunes e Ridenti (2007), foi selada, nesse ato, a derrota do movimento estudantil brasileiro.

A militância política passou a concentrar suas atividades em organizações de esquerda, mantendo a luta contra a ditadura na clandestinidade (ANTUNES; RIDENTI, 2007). A mobilização política dos estudantes da UFBA, articulados até então com os estudantes secundaristas, não sobreviveu aos expurgos e ao cancelamento de matrículas dos militantes estudantis e o movimento estudantil foi desarticulado (BRITO, 2008; 2017). Por outro lado, Brito (2008, p. 13), adverte sobre os “[...] muitos exageros sobre o que foi a geração de 68. Fala-se muito da geração de 68 imbuída de combatividade e politização, porém é sempre bom lembrar que uma grande parcela dos estudantes naquela época era indiferente à participação política[...]”.

As universidades públicas enfrentaram naquele ano de 1968 o desafio de se adequar às mudanças advindas especialmente com a Reforma Universitária, implantada através da Lei 5.540/1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, dentre outras medidas. A Reforma Universitária tinha como pressuposto a racionalização, a modernização e a expansão das universidades federais, inspirado nos moldes acadêmicos americanos e levou, dentre outras mudanças, ao fim do sistema de cátedras, além de sua substituição pelo modelo departamental. Os professores catedráticos eram prestigiados, bem

remunerados e com total poder sobre suas respectivas áreas de conhecimento e tinham autonomia para selecionar seus assistentes, professores e pesquisadores, bem como definir os programas de ensino. Os cargos eram vitalícios, o que abria precedente para práticas nepotistas, como contratar parentes para atuar como auxiliares de cátedra. Os catedráticos também controlavam as estruturas decisórias, como congregações e conselhos universitários. A Reforma pretendeu acabar, também, com a duplicação de meios para fins idênticos, termo utilizado na época para referir-se à existência de cátedras dedicadas à mesma área em diferentes faculdades. (MOTTA, 2014)

Com a justificativa de formação da mão de obra para a economia, a reforma universitária levou à ampliação do número de vagas e de novos cursos. Foi implantado o sistema de matrícula por disciplina em substituição às matrículas por série; surgindo, também, o vestibular unificado e a matrícula por créditos. Criou-se, igualmente, o chamado ciclo básico, que separava o processo de entrada na universidade em duas etapas: a primeira seleção para o curso básico (primeiro ciclo) e uma segunda para o curso profissional (segundo ciclo). A introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária foi um mecanismo adotado para reduzir os chamados *excedentes*, que eram aqueles estudantes aprovados nos testes, mas que a faculdade não conseguia absorver. (BOMENY, 1994; MARTINS, 2009; ANTUNES, 2012; MOTTA, 2014)

A Reforma veio no bojo dos projetos adotados pelos golpistas para estruturar as políticas de governo e foi financiada através de acordos com os Estados Unidos. Dentre esses acordos, o que teve maior notoriedade foi aquele firmado em 1965, entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a agência americana USAID⁷. O acordo MEC-USAID imprimiu ao ensino brasileiro um caráter mais técnico e funcionalista do que humanístico e crítico, semelhante ao modelo americano e alcançou maior relevância em função dos desdobramentos efetivos na vida universitária. As reformas estruturais beneficiaram as áreas de ciência, tecnologia e educação, com abertura de novos cursos e ampliação do número de vagas, mas nas áreas de ciências humanas e sociais, embora tenha havido investimentos, estes não foram prioridades da reforma universitária que se implantava e nem tão expressivos quanto nas áreas tecnológicas e das ciências naturais. (CUNHA, 1988; CLEMENTE, 2005, 2006, 2014, 2017; LIRA, 2010; MOTTA, 2014)

⁷A agência americana *United States Agency for International Development* – USAID era voltada ao financiamento de projetos em países e áreas estratégicas, visando o desenvolvimento internacional, dentro da perspectiva desenvolvimentista norte-americana. (MOTTA, 2014)

O ano de 1968 terminou com a decretação do AI-5, que resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções nos Municípios e Estados e suspensão de todas as garantias constitucionais, dando poderes ao governo para cometer atos que violavam direitos humanos fundamentais. No âmbito das universidades, o AI-5 impingiu uma segunda onda de expurgos, acirramento da radicalidade do regime e a manifestação do seu caráter mais repressivo e violento. O AI-5 é lembrado como o “golpe dentro do golpe” e um “divisor de águas dentro do regime militar”. (OLIVEIRA, 1978; BOMENY,1994; COUTO, 2003; ANTUNES; RIDENTI, 2007; SAVIANI, 2008; CARDOSO, 2013; MOTTA, 2014)

[...] o Ato Institucional n. 5 [...] detonou uma sistemática repressão a todo e qualquer ato, isolado ou coletivo, que fosse interpretado como resistência à ditadura. A violação dos direitos humanos e da liberdade de expressão assumiu contornos de escancarada violência, com base num autoritarismo exacerbado e no uso deturpado, ditatorial e desmedido das instituições do Estado brasileiro contra seus próprios cidadãos. O movimento estudantil, contudo, continuou resistindo e, portanto, manteve-se a busca de seu esmagamento. (UFBA CMSMV, 2014, p. 18-19)⁸

No ano seguinte, foi promulgado o Decreto-Lei 477/1969 Discentes foram expulsos por meio de ato administrativo de negativa das matrículas e professores tiveram suas aposentadorias decretadas compulsoriamente. Conforme Motta (2014),

O Decreto-Lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das ‘infrações’ nele impostas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito. (MOTTA, 2014, p.156)

As universidades foram, profunda e paradoxalmente, atingidas pelas propostas implantadas no período ditatorial. Os militares, de um lado, impetraram atos de violência a intelectuais e professores, torturando, prendendo, aposentando compulsoriamente, afastando de suas funções e aparelhando as universidades, mas, por outro, os governos militares empreenderam políticas de governo voltadas à modernização do ensino, investindo em pesquisa e na formação de professores. Em termos reais, foram expressivos os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e em pós graduação, previstos no Plano Básico de

⁸A Comissão Milton Santos de Memória e Verdade foi criada em 2013, no âmbito da Universidade Federal da Bahia e teve como objetivo recolher os documentos e os depoimentos necessários para contar o que se passou no período da ditadura militar na UFBA, em termos de violações dos direitos humanos e das liberdades individuais.

Desenvolvimento científico e Tecnológico (PBDCT), que era parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). (SCHWARTZMAN, 2001; BAIARDI, 1996; FREIRE JR., 2007; MOTTA, 2014)

No próximo tópico, analisaremos as estratégias adotadas pelo regime para o controle e vigilância de docentes e discentes, através dos órgãos de segurança e serviço de inteligência, implantados pela ditadura militar. Descreveremos seus mecanismos de investigação e repressão policial e sua coordenação nas instâncias federal, estadual e municipal, além do papel das AESI ligadas ao MEC nas ações de propaganda e contrapropaganda do governo.

2.1 ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA E INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

Pretendemos, aqui, analisar o processo de atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI), que através de uma formação ideológica, apoiada nos ideais de Segurança Nacional, formava seus agentes e instrumentalizava-os para atuarem nos serviços de inteligência coletando, analisando e organizando informações, em condições de sigilo. A agência de inteligência AESI/MEC atuava como um braço do SNI dentro das universidades e, para isso, utilizou instrumentos, como manuais, folhetos e apostilas, para agir na comunidade acadêmica. Essa estratégia de ação tinha como intuito final depreciar e criminalizar os movimentos estudantis.

Todos os serviços de inteligência existentes no Brasil, implantados pela ditadura militar, seus mecanismos de investigação e sua coordenação nas instâncias federal, estadual e municipal, encontravam-se vinculados ao SNI. Fruto de um projeto formulado pelo General Golbery de Couto e Silva, o SNI foi criado em 13 de junho de 1964 para que o regime pudesse dispor de informações consideradas estratégicas e se municiar contra os inimigos de esquerda recém derrotados. Sua criação tão imediata após o golpe indica a importância que era dada à estruturação de um órgão de informação. (FICO, 2001; GASPARI, 2014b)

Conforme pontua o historiador Carlos Fico (2001; 2004), o SNI deveria atuar como agência de inteligência, enquanto o trabalho de repressão caberia às polícias estaduais, através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), à Polícia Federal, ao Destacamento de

Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e aos serviços de informação ligados às Forças Armadas⁹.

O SNI era composto por diversos órgãos que, juntos integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Os órgãos que compunham a agência de inteligência SNI e que estavam vinculados ao MEC, eram as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). O regulamento das DSI dos Ministérios Civis e das AESIs foi criado através do Decreto 67.325/1970¹⁰. As atividades das AESIs eram coordenadas pelas Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI). (FICO, 2001; SILVEIRA, 2019)

Competia às DSIs assessorar os Ministérios de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e em assuntos relativos à Informação e Contrainformação. As DSIs funcionavam como estruturas de investigação sobre a influência comunista nos aparelhos de Estado, entidades e funcionários públicos. Para isso, contavam com grande acervo de documentação sobre servidores públicos que possibilitaram a investigação e a criação de atos administrativos, aposentadorias compulsórias, sendo, por isso, instrumento estratégico de informação ao SNI, subsidiando ações das polícias estaduais e dos serviços secretos das Forças Armadas. (PEREIRA, 2016)

Enquanto as DSIs funcionavam dentro dos Ministérios, as AESIs atuavam nas empresas públicas estatais e autarquias, dentre elas, as universidades. À AESI competia o assessoramento ao chefe da DSI, a realização de estudos específicos na área do Ministério, através de grupos de trabalho, além de envolver-se no planejamento e execução de ações de contrainformação no Ministério e de comunicação na DSI. Tanto a DSI quanto a AESI repassavam ao SNI informações consideradas de caráter subversivo. (MOTTA, 2008)

⁹ “Durante a ditadura militar, além do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos serviços secretos das Forças Armadas (Centro de Informações do Exército – CIE, Centro de Segurança de Informações da Aeronáutica – CISA, e Centro de Informações da Marinha – CENIMAR), outros órgãos davam sustentação ao sistema repressivo, como a Polícia Federal, e no âmbito estadual, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Em julho de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (Oban) surgiu para concentrar as ações repressivas no comando do Exército. Essa estrutura foi extinta em 1970, para dar lugar ao Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e ao Destacamento de Operações de Informações (DOI) instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-CODI, foram os locais por onde passaram milhares presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execuções e desaparecimentos forçados de opositores ao regime”. Fonte: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/696-doi-codi.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹⁰BRASIL. Decreto n. 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 out. 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-publicacaooriginal-1-pe.html>

Nas universidades, as AESIs estavam vinculadas diretamente ao gabinete da Reitoria e repassavam todas as informações coletadas, sistematicamente, através de relatórios, à DSI/MEC. Esta, por seu turno, gerava um boletim diário ou semanal de informações sobre subversão nas universidades. Desse modo, o MEC passou a intervir mais fortemente nas universidades. (MOTTA, 2008)

As AESIs universitárias atuavam desde a etapa de contratação do corpo docente, fazendo a filtragem ideológica dos candidatos e impedindo o ingresso daqueles considerados esquerdistas, até a aprovação da indicação de diretores de institutos e chefes de departamentos. Além dos docentes, as AESIs vigiavam discentes e técnicos, denunciando aos órgãos de repressão aqueles que fossem considerados suspeitos de agir contra o regime, punindo-os através de atos de expurgo, demissão e aposentadoria. (PEREIRA, 2016)

Nas universidades, as AESI também exerciam controle de pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas de colação de grau. Tinham poder de vetar a concessão de bolsas e controlavam a autorização para saída para pós-graduação e liberação de vistos para viagens internacionais. A censura a eventos de natureza acadêmica e/ou cultural era, por vezes, provocada por ordens superiores e os dirigentes obedeciam, mas havia casos que a iniciativa era da própria administração universitária, demonstrando a adesão aos propósitos do Estado autoritário. (MOTTA, 2008)

Outra função das AESIs era fazer o trabalho de contrapropaganda ou contra informação do regime. Como forma de municiar as AESIs com material instrucional e de orientação aos seus agentes, visando o efetivo exercício da atividade de vigilância junto às universidades, o DSI/MEC elaborava e divulgava Folhetos, Manuais e Apostilas. Pelo seu teor e impacto junto ao ME, destacamos as publicações *Guerra Psicológica*¹¹ e *Como eles agem*¹². Foram produzidos com base na Política de Segurança Nacional e visavam combater a influência comunista nos meios universitários e culturais.

A primeira publicação que destacamos, intitulada *Guerra Psicológica*¹³, versava sobre operações táticas de guerra psicológica. A guerra psicológica era entendida, pelos tecnocratas do regime, como uma violência sistematizada, conduzida e dirigida contra a *mente* do oponente e uma arma eficiente para diminuir as perdas de vida e de bens materiais. Enquanto produto do

¹¹BRASIL. DSI/MEC. **Guerra Psicológica**. Divisão de Segurança e Informações do MEC.1971.

¹²BRASIL. DSI/MEC. **Como eles Agem**: Levantamento sobre o movimento estudantil. Divisão de Segurança e Informações do MEC. 1974.

¹³Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – ASI/UNB. REF: BR_DFANBSB_AA1_0_LGS_0001_d0001de0001.

DSI/MEC, essa publicação tinha o objetivo de instruir e orientar os agentes que atuavam nas universidades.

O emprego da guerra psicológica envolvia a exploração emocional do oponente, objetivando influenciá-lo. Visava à formação de uma opinião favorável, seja de grupos adversos ou neutros, para que esses grupos apoiassem os objetivos nacionais, a saber, aqueles defendidos pela ditadura militar. Os propósitos e o sentido da guerra psicológica estariam relacionados também à atuação sobre o adversário, no sentido de lhe causar prejuízos em possíveis operações, utilizando, para isso, técnicas de discórdia e persuasão.

A publicação descreve as fases da guerra psicológica como Estratégicas, Táticas e de Consolidação, relacionadas à amplitude ou limitação de propósitos e à cooperação dos habitantes após a ocupação. A guerra psicológica estratégica tem objetivos amplos e efeitos a longo prazo; já a guerra psicológica tática tem propósitos limitados e efeitos imediatos. Por seu turno, a guerra psicológica de consolidação tem o objetivo de persuadir os moradores de áreas ocupadas a aceitarem a ocupação e cooperarem com os agentes. Após a consolidação das medidas de ocupação, os efeitos psicológicos esperados seriam influenciar o maior número de pessoas, depreciar lideranças do grupo adversário e, finalmente, criar uma base de controle sustentado para abalar o sistema do adversário.

Entre os requisitos para que uma ação fosse considerada uma guerra psicológica estava o uso da propaganda, considerada uma técnica de influenciar a mente humana em prol de um objetivo. Desse modo, os órgãos de informação do regime faziam uso da guerra psicológica, através da propaganda, para garantir os objetivos traçados pela ditadura. De acordo com o folheto, a propaganda se diferencia da educação, pois,

[...] a educação visa a independência de julgamento e a propaganda visa ao fornecimento de julgamentos previamente criados para os que não pensam. O educador busca um lento processo de desenvolvimento; o propagandista busca resultados rápidos. O educador ensina como pensar; o propagandista o que pensar. (BRASIL, 1971, p. 8)

Além disso, a propaganda estratégica e a tática podem ser classificadas quanto ao seu propósito, podendo ser de conversão, de divisão, de consolidação ou a contrapropaganda. A propaganda de conversão é planejada para modificar a filiação emocional do indivíduo; a propaganda de divisão busca criar elementos de discórdia entre grupos e a de consolidação atua no intuito de angariar simpatia na população de áreas ocupadas. A contrapropaganda pretende atuar no combate às teses do adversário, negando-as ou neutralizando-as. A guerra psicológica seria a arma científica do terror, cujos elementos são a inibição, o pânico, a obsessão e os

sentimentos de culpa e traição. A mensagem é aquilo que se pretende transmitir ao grupo-alvo, influenciando opiniões e favorecendo discussões.

O DSI/MEC utilizou cinco referências bibliográficas para a construção do manual *Guerra Psicológica*, citadas ao final do trabalho: 1) o livro *La Guerre psychologique* do psicólogo francês Maurice Megret¹⁴; 2) o livro *Técnicas de Persuasão*¹⁵, do psiquiatra escocês James Alexander Campbell Brown; 3) um material da Escola de Guerra Naval - Info. 30, denominado *Guerra Psicológica*; 4) uma Coletânea de um ciclo de conferências realizado pelo Estado Maior do Exército, denominada *Guerra Revolucionária e Anticomunismo*; e 5) o *Manual de Segurança e Informações*, do próprio DSI/MEC. Ao final do manual sobre Guerra Psicológica, há um teste com perguntas para consolidação dos conhecimentos do leitor.

Cabe destacar aqui que o emprego do termo *guerra psicológica* foi tratado como assunto estratégico pelos intelectuais do regime golpista e fortemente articulado com o projeto de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em 1949, como um instituto de pesquisa que envolvia civis e militares, a ESG teve como objetivo dirigir e planejar a segurança nacional. A proposição da ESG para a Segurança Nacional, apresentada pelo General Golbery do Couto e Silva, assumiu papel estratégico no governo a partir de 1964, construindo uma Doutrina Nacional para a política de Estado.

O Manual Básico da ESG, de 1975¹⁶, explicita a proposta da Doutrina Nacional, subdividindo-a em Política Nacional de Desenvolvimento e em Política Nacional de Segurança. A ideia de Desenvolvimento visa a promoção do Bem Comum, enquanto a Segurança visa a criar e manter a ordem pública. O Desenvolvimento Nacional é uma

[...] otimização do Poder Nacional, objetivando a consecução do bem comum. É do interesse e da competência da União, como prevê o Artigo 8º da Constituição Federal, promover esse desenvolvimento atuando sobre o Poder Nacional. (BRASIL, 1975, p.344)

A função do Poder Nacional é assegurada pela Lei de Segurança Nacional que “arma o Estado de meios legais para se opor a todas as manifestações e suas ameaças que visem à conquista subversiva do Poder” (BRASIL, 1975, p.254). Nesse sentido, a Segurança Interna deve ter ação mais preventiva que punitiva e as medidas adotadas seriam direcionadas à neutralização dos antagonismos.

¹⁴ MEGRET, M. **La Guerre psychologique**. Presses Universitaires de France. Paris: 1956, 128 p.

¹⁵BROWN, James Alexander Campbell. **Técnicas de persuasão: Da propaganda à lavagem cerebral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

¹⁶ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

A Política Nacional de Segurança utiliza, para a consecução de seus objetivos, das estratégias Política, Econômica, Militar e Psicossocial. A estratégia mais diretamente relacionada ao campo educacional é a Psicossocial, que tem como finalidade “[...] fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados.” (p.157). De acordo com essa estratégia, os fatores psicossociais utilizados para a análise da conjuntura são:

[...] no âmbito nacional - dados demográficos (volume e composição da população, distribuição espacial, etc.), educação, cultura e adestramento técnico, estrutura e dinâmica sociais, mentalidade nacional, moral do povo, ideologias e opinião pública, etc.; - no campo internacional – ideologias em conflito, caracterização psicológica e social de grupos antagônicos, potencial demográfico de outras nações, etc. (BRASIL, 1975, p.253)

O Manual Básico da ESG apresenta diversas conceituações para o entendimento do que seja estratégia psicossocial:

2.1. Operações Psicológicas

São as operações que incluem as ações psicológicas e a guerra psicológica. Compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar num grupo – inimigo, hostil, neutro ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais.

2.2. Ação Psicológica

Ação que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado.

2.3. Guerra Psicológica

É o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais. (BRASIL, 1975, p.316)

As Operações Psicológicas foram utilizadas durante a ditadura militar para o controle e cerceamento dos meios de comunicação. No campo da Educação, uma das formas utilizadas para disseminar os ideais da Doutrina de Segurança Nacional, que seria a de influenciar e persuadir os discentes, foi adotada através da implantação das disciplinas escolares obrigatórias, tais como: Educação Moral e Cívica (EMC), no Ensino Médio, e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), no Ensino Superior.

O segundo manual que destacaremos aqui, produzido pelo DSI/MEC, foi publicado em 1974 e se intitulava *Como eles agem*¹⁷. Tratava sobre ‘esquemas’ considerados ‘subversivos’ nas áreas da Educação, da Cultura e da Religião, expondo os supostos objetivos e planos táticos de infiltração comunista nas universidades. O movimento estudantil universitário é descrito como o maior alvo de infiltração de ‘subversivos’ e o folheto pretende demonstrar esse ponto de vista ao mapear as influências comunistas nos meios universitários e culturais. Já na introdução da publicação *Como eles agem*¹⁸, fica patente a preocupação dos agentes da ditadura com os ‘elementos’ que se infiltram na área da Educação e da Cultura, “tentando atingir principalmente a juventude secundarista e universitária, visando o aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa”. Além de pretender analisar o movimento estudantil universitário, *Como eles agem* apresenta a situação política dos movimentos secundaristas, demonstrando a relação entre eles. Discorre sobre os panfletos distribuídos pelos discentes com temáticas relacionadas às reivindicações estudantis, como aumento de vagas, taxas de inscrição e reforma universitária. Enfatiza o poder das publicações estudantis, como ponto vulnerável à infiltração ideológica comunista e relaciona os principais conteúdos abordados nos panfletos e jornais dos diretórios estudantis.

O objetivo da publicação *Como eles agem* era denunciar o ‘esquema’ de ação que os ‘subversivos’, líderes e seguidores, utilizavam, tentando mostrar que o regime constituído era incapaz de preservar a lei e de proteger a sua população. Afirmava que as organizações esquerdistas buscavam angariar o apoio popular, através da identificação das necessidades e anseios populares, “utilizando-se da propaganda sub-reptícia através das letras e artes, e muitas vezes, de meios ilegais, como os atos de terrorismo e sabotagem”. Citava ocorrências de mensagens de teor ‘subversivo’ numa série de iniciativas do setor da educação, entre elas o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja, o Mobral e o Projeto Minerva, mantidos pelo próprio Ministério da Educação. O folheto ainda advertia que as cadeiras de Educação Moral e Cívica e de Estudos de Problemas Brasileiros vinham se tornando um dos pontos mais visados pelos comunistas, para, através delas, divulgar sua ideologia política.

¹⁷Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ. REF: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0252.

¹⁸O historiador Carlos Fico se inspirou nesse manual para dar título ao seu livro: *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record. 2001.

No verbete sobre Educação, o folheto discorre também sobre o corpo docente nas universidades e afirma que, muitos professores preferem o cargo de chefe de departamento ao de reitor ou diretor, por estarem mais perto dos alunos e poder influenciá-los.

Os professores adeptos da ideologia comunista procuram ter acesso aos cursos de pós-graduação, visando maiores possibilidades de se assenhorem do regime de trabalho estabelecido nas Universidades pela COPERTIDE (Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) e CONCRETIDE (Comissão Coordenadora de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva). (BRASIL, 1974, p.4)

Para mostrar as técnicas empregadas pelos subversivos nas universidades, o manual apresenta os temas que figuram entre os mais frequentes nos panfletos distribuídos nos meios estudantis pelas organizações esquerdistas. Estão listados os temas como o desemprego existente, que leva inúmeras famílias à fome e à miséria; o alto custo de vida, que impossibilita melhores dias para o povo brasileiro; as verbas reduzidas para a educação e a saúde, que estão em contraste com as elevadas em favor das Forças Armadas; e, ensino pago, que é a nova modalidade para sangrar as famílias brasileiras.

O manual discorre sobre o tema Cultura, destacando verbetes em separado sobre Cinema, Teatro, Música e Imprensa, entendidos como meios de comunicação poderosos, nas mãos de ‘subversivos’ para a divulgação de suas mensagens. A publicação considera relevante a vigilância e proibição de eventos culturais, por ser um momento de aprofundamento da infiltração de subversivos. Elementos subversivos estariam se infiltrando na área da Educação e Cultura, tentando atingir, principalmente, a juventude secundarista e universitária, visando aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa, dentre eles são destacados nominalmente: Chico Buarque de Holanda, Ruy Guerra, Glauber Rocha e o Grupo de Teatro Oficina.

Das técnicas utilizadas pelos "subversivos", o folheto *Como eles agem* enumera desde as publicações estudantis mais tímidas, até a farta utilização das drogas e tóxicos como meio de escravizar a juventude, passando pelo favorecimento do amor livre, do divórcio fácil, do descrédito da família e a eliminação dos parques e edifícios de toda boa escultura, a fim de substituir por configurações disformes, sem graça e sem significação. Para os elaboradores do folheto, o uso de drogas é uma forma de criar dependência - que é entendida como uma estratégia dos comunistas para conduzir os estudantes à condição de dependente – além de afirmar que a maconha causa dano cerebral. O referido folheto ressalta a influência das drogas como arma do arsenal comunista “[...] consubstanciando na prática os ensinamentos de Lenin e Mao Tse Tung para a escravidão da humanidade”. (BRASIL, 1974, p.4)

O manual *Como eles agem* causou polêmica e foi ridicularizado nos meios educacionais e nos principais jornais e revistas da época. Ganhou a primeira página do jornal *Estado de São Paulo*, que publicou o folheto na íntegra¹⁹, com o título *MEC diz que há subversão até no Mobral*. Também a revista *Veja*²⁰ publicou uma nota de página inteira, abordando o assunto e criticando o trabalho da DSI/MEC.

O jornal *Estado de São Paulo* publicou, ainda, um editorial de crítica ao folheto e ao próprio Ministério da Educação²², que denominou *MEC e a infiltração subversiva*. De modo sarcástico, afirmou que estranhava que depois de tantos anos de “regime revolucionário” ao apagar das luzes de um mandato presidencial, ainda esteja sendo aventado o problema da subversão e que, analisando friamente o conteúdo do folheto, chega-se à conclusão de ser um discurso repetitivo e sem novidades. Além disso, a publicação ressalta que a advertência de que comunistas subversivos existem e trabalham equivale à segunda descoberta da pólvora. O jornal afirma, ainda, que algo falhou e, nessa hipótese, a nação inteira tem o direito de pedir contas aos responsáveis pelos riscos que a faz correr a infiltração generalizada da ideologia comunista.

O manual *Como eles agem* circulou nas entidades estudantis de todo o país. No jornal *Gol a Gol*, produzido pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)²³, o ME analisou ironicamente a publicação e concluiu que se trata de uma tentativa de impedir e reprimir o trabalho crítico nos meios universitários e culturais nas universidades do país e sua leitura

[...] provocava desde sutis comentários irônicos até as mais gostosas gargalhadas, dado ao anticomunismo hidrófobo raivoso, muito ao estilo dos editoriais de *O Globo*... que, ao se colocar em prática, como orientação para repressão, nos remeteria sem dúvida, aos tempos de caças às bruxas do macarthismo²⁴ americano. (*Jornal Gol a Gol*, DCE/UFMG, Ano II, n. 12, 28.05.1974, p. 3)

Com o título *Como eles atuam na Bahia*, o mesmo jornal *Gol a Gol* do DCE/UFMG divulgou uma nota de denúncia, assinada pelo ME/UFBA e encaminhada às entidades estudantis de todo o país (Figura 1). Nesse documento, o ME baiano relata sobre as condições

¹⁹Jornal *Estado de São Paulo*, edição de 31.01.1974.

²⁰Revista *Veja*, nº 283, edição de 03.02.1974.

²¹ Cf também **Infra**: Anexo A, p. 243

²²Jornal *Estado de São Paulo*, edição de 02.02.1974.

²³Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ. REF: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0257.

²⁴Macarthismo é um termo cunhado para descrever a patrulha anticomunista promovida pelo Senador republicano J. McCarthy (1950 a 1957), caracterizado por uma acentuada repressão política aos comunistas, assim como por uma campanha de medo à influência deles nas instituições estadunidenses e à espionagem por agentes da União Soviética.

de ensino, sobre os cortes no serviço de assistência ao estudante e sobre o fechamento de residência e restaurante da Escola de Enfermagem da UFBA. Expõem as iniciativas tomadas junto à Reitoria para questionar a situação da UFBA, com escassez de verbas e clima de restrições, e denunciam:

[...] durante o desenvolvimento do trabalho, seguindo orientação do documento *Como eles agem*, elaborado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC, sofremos ultimamente um ataque maciço de medidas repressivas por parte da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) e dos órgãos de 'segurança', tais como:

- Prisão do vice-presidente do DCE José Gilson Andrade terceiro ano de medicina no dia 28 de Março;
- Proibição por parte da direção da Escola Politécnica da realização de um Show com Gilberto Gil, promovido pelo Cuca, DCE e DAs;
- Proibição de realizar assembleia geral, programada para o dia 30 de março na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
- A representação Estudantil no Conselho Universitário foi proibida de falar quando denunciava na reunião do Conselho de três de abril a situação repressiva vigente na UFBA;
- Ameaça de 477 e 60 dias de prisão feita aos membros dos diretórios;
- Apreensão do mimeógrafo do DA de medicina;
- Proibição de palestras, murais, distribuição de notas;
- Cortes da residência e restaurante universitário de toda a comissão de assistência do DCE;
- Comparecimento compulsório à Polícia Federal do ex-secretário Geral do DA de Arquitetura Agustin Justo Trigo, atualmente trabalhando no DCE. (Jornal Gol a Gol, DCE/UFMG, Ano II, n. 12, 28.05.1974, p. 12)²⁵

²⁵Matéria intitulada *Como eles atuam na Bahia*, assinada pelos DCE, DAs, Centro Universitário de Cultura e Arte e representação estudantil do Conselho Universitário da UFBA, publicada no jornal *Gol a Gol*, DCE/UFMG, Ano II, n. 12, 28.05.1974, p.12. Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ. REF: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0252.

Figura 1- Matéria do Jornal Gol a Gol, DCE/UFMG, ano II, n. 12, 28.05.1974, p. 3

Como eles atuam na Bahia

Recebemos dos colegas da Universidade Federal da Bahia, uma denúncia de como a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFBA vem atuando, baseada no documento COMO ELES AGEM.

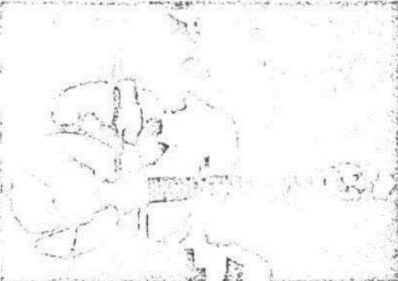
A AESI, na maioria das universidades, onde foi criada por orientação do Ministério da Educação e Cultura, sempre vinha apresentando uma atuação tímida em questões de repressão e cerceamento às atividades das entidades estudantis. Situou-se quase que nos limites de cumprir ordens impostas de fora da universidade.

Mas na UFBA, segundo denúncia dos estudantes, ela está assumindo mesmo as funções policiais: chegou a ameaçar os membros dos Diretórios Acadêmicos e DCE de prisão de 60 dias. Eis a nota:

"AS ENTIDADES ESTUDANTIS DE TODO O PAÍS:

Mil novecentos e setenta e quatro trouxe para nós, estudantes da UFBA, um declínio nas condições de ensino, cortes no serviço de assistência ao estudante, fechamento da Residência e do Restaurante da Escola de Enfermagem, etc.

Diante disso, nós estudantes, tomamos atitude visando discutir esses problemas que comprometem toda nossa formação profissional: fomos a Reitoria exigir soluções para o problema de assistência e questioná-la a respeito da situação de verbas da UFBA. A partir daí, em Assembleia na Escola de Enfermagem, a proposta, entre outras, de pronunciamento nosso ao Ministério



nunciava na reunião do Conselho de 03/4 a situação repressiva vigente na UFBA.

- ameaça de 477 e 60 dias de prisão feita pela AESI aos membros dos Diretórios.
- apreensão do mimeógrafo do D.A. de Medicina.
- proibição de palestras, murais, distribuição de notas.
- cortes da Residência e Restaurante Universitário de toda a Comissão de Assistência do DCE.
- comparecimento compulsório à Polícia Federal do ex-secretário geral do D.A. de Arquitetura, Agustin Justo Trigo, atualmente trabalhando no DCE.

Sabendo que esta situação de verbas não surgiu agora em 74, nem é "privilegio" dos universitários baianos, e o clima de repressão às atividades estudantis é uma constante existente há vários anos no nosso país, faz-se necessário que nós, estudantes brasileiros, nos unifique-mos em função dos nossos interesses e, consequentemente, contra essas medidas repressivas. Como primeira medida para efetivar essa unidade, propomos às entidades de todo o país o envio de telegramas e/ou cartas, solidarizando-se com os estudantes baianos.

SALVADOR, 5 de abril de 1974."

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES
DIRETÓRIOS ACADÊMICOS
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTES
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Gil : proibido na Bahia

rio da Educação, para questionarmos a crônica escassez de verbas e o clima de restrições que estamos vivendo.

Durante o desenvolvimento do trabalho, seguindo orientação do documento COMO ELES AGEM, elaborado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC, sofremos ultimamente um ataque maciço de medidas repressivas por parte da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) e dos órgãos de "segurança", tais como:

- prisão do vice-presidente do DCE, José Gilson Andrade, 3º ano de Medicina, no dia 28/3.
- proibição por parte da direção da Escola Politécnica da realização de um show com Gilberto Gil, promovido pelo CUCA, DCE e DAs.
- proibição pela AESI da Assembleia Geral programada para o dia 30/3, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- a Representação Estudantil no Conselho Universitário foi proibida de falar durante de

GOL A GOL - pag.12

A divulgação do manual *Como eles agem* se deu no período final da gestão de Jarbas Passarinho (1969-1974), Ministro da Educação do governo Médici, e trouxe desgaste ao seu ministério. A repercussão negativa na imprensa nacional foi registrada pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, que documentou os fatos e informou ao SNI²⁶, concluindo que o folheto *Como eles agem* provavelmente era destinado aos órgãos administrativos e sua divulgação não teve proveito à Segurança Nacional. Jarbas Passarinho foi substituído por Ney Braga, que assumiu o Ministério da Educação, em março de 1974, já no governo Geisel.

²⁶Informação Nº 28/74/P/DSI/MJ de 19.02.1974. Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - DSI/MJ. REF: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0252.

Registramos até aqui a estrutura e as formas de atuação do SNI que, durante a ditadura militar, atuou nos mais diversos órgãos e setores do serviço público federal, de modo a vigiar e reprimir qualquer forma de manifestação que fosse considerada contrária aos interesses do regime. No âmbito da educação, a AESI atuava diretamente ligada às reitorias das universidades, estabelecendo um amplo sistema de controle a discentes, docentes e servidores administrativos.

Intentamos demonstrar o poder de atuação do SNI, que através de uma formação ideológica, apoiada nos ideais de Segurança Nacional, formava seus agentes para atuarem de modo repressivo junto à comunidade universitária. Citamos os instrumentos tecnocráticos, como manuais, folhetos e apostilas, que compunham um sistema de informações a serviço da ditadura, instrumentalizando os agentes nos processos de decisão quanto a formas de restrições e punições àqueles considerados contrários aos interesses da ditadura. Evidencia-se, sobretudo, a política de depreciação moral e criminalização dos movimentos estudantis, naquele período.

2.2 A PSICOLOGIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Para compreender a inserção da psicologia, como disciplina e como profissão, na sociedade brasileira, durante período ditatorial, apresentamos uma revisão bibliográfica com base em autores que pesquisaram sobre o tema. Inicialmente, faremos um breve recuo no tempo para compreender o processo de autonomização da psicologia e, posteriormente, sua regulamentação, através da Lei 4.119/1962²⁷. Em seguida, abordaremos a difusão de uma cultura psicológica nas camadas médias urbanas do país, que favoreceram a expansão da psicologia na década de 1970; a busca de reconhecimento e legitimidade que levou a Psicologia a atuar em prol da adaptação dos indivíduos à ordem social vigente; a eclosão da demanda social por um modelo de Psicologia elitista e individualizada, que favoreceu a expansão da psicoterapia como novo campo profissional dos psicólogos. Traremos, ainda, pesquisas que discutem sobre a participação de médicos e psicólogos no aparelho repressivo da ditadura militar, para, em seguida, tratar sobre o impacto das políticas adotadas pelos tecnocratas da ditadura nas organizações sindicais e conselhos de classe da Psicologia. Finalmente, trataremos

²⁷ BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 set. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

sobre a militância política estudantil e a participação de psicólogas na luta armada durante a ditadura militar.

Os estudos sobre os fenômenos psicológicos, no Brasil, já se constituíam em fins do século XIX e início do século XX. A psicologia que se desenvolvia, então, estava voltada, especialmente, às intervenções de caráter higienista, moralizante e normalizante, principalmente das populações pobres, com temáticas relacionadas ao tratamento das doenças mentais, formação moral e cuidados com a higiene mental dos indivíduos, dentre outros. Entre os precursores da psicologia exercida nesse período, estavam médicos, educadores e outros profissionais, que buscavam contribuir para a formação social do país a partir de teorias marcadas pelo racismo científico e que faziam parte do movimento higienista. A Psicologia emerge, desse modo, constituindo modelos de intervenção a serviço do controle social e da adaptação da população aos princípios da sociedade normativa. (PATTO, 2004; LACERDA JÚNIOR, 2013)

Ainda na primeira metade do século XX, o país iniciou um processo de industrialização, que se tornou a base para o desenvolvimento econômico e se acentuou a partir de meados da década de 50, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo projeto nacional era de construção de um homem novo e urbano, integrado a um país novo e moderno. A fundamentação dessa meta de construção de homem e país estava nos ideais positivistas e tecnicistas, cujos alicerces sustentavam discursos e práticas de produção de uma sociedade ordenada, controlada, espacialmente concentrada, urbanamente aglomeradora e socialmente excludente. (BAIARDI, 2016)²⁸

Nesse período, pré-regulamentação da profissão, a psicologia já se consolidava em diferentes contextos institucionais: tornou-se disciplina obrigatória em cursos universitários, como Direito, Medicina, Pedagogia e Filosofia; foram criados e institucionalizados laboratórios de Psicologia; surgem os primeiros cursos de especialização em Psicologia: “A principal instituição a oferecê-los é o Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo”. (JACÓ-VILELA, 2012, p. 37) e profissionais do campo “psi”²⁹ passaram a competir pelo mercado de trabalho que já se formava naquele momento. (ANTUNES, 1999; PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003; LACERDA JÚNIOR, 2013)

²⁸ Esse modelo de desenvolvimento baseado na industrialização tornou-se visão hegemônica do pensamento nacional, na primeira metade do século XX. Ignácio Rangel destaca-se como único pensador a discordar sobre os rumos das políticas de fomento industrial de então, conforme analisa Amílcar Baiardi nesse artigo de 2016.

²⁹O campo, saberes ou práticas “psi” se refere à Psicologia, Psicanálise, Psiquiatria e Psicoterapia, bem como às derivações e sub derivações destas abordagens.

Nesse sentido, a regulamentação da profissão de psicólogo foi consequência de um movimento que, desde a década de 1950, já contava com vários profissionais atuando na área, formando-se através de cursos de curta duração ou auto didaticamente a partir de sua prática profissional, acompanhada por grupos de estudo. Este movimento foi capitalizado por associações que envolviam principalmente professores universitários. A formação da grande maioria desses primeiros profissionais era principalmente em psicotécnica e experimental, com alguma formação filosófica. Havia nesse momento, um contexto favorável à psicologia, ancorado, sobretudo, nas demandas por práticas psicológicas de classificação e ordenamento psicométricos, psicodiagnóstico e ajustamento psicológico, todas essas práticas direcionadas ao âmbito das organizações do trabalho, das escolas e clínicas. Tal contexto legitimou socialmente a psicologia, contribuindo para a sua regulamentação em 1962. (BAPTISTA, 2010; PIÑEDA; JACÓ-VILELA, 2014; COSTA; OLIVEIRA; FERRAZZA, 2014)

Pesquisadores apontam a expansão de uma cultura psicológica que se apoiou em uma concepção individualista e intimista de valorização das escolhas individuais e desvinculação dos interesses e necessidades sociais ou coletivos. (DUMONT, 2000; JACÓ-VILELA, 2001). Essa cultura seguiu uma lógica liberal capitalista, que apregoa a liberdade de escolha e de oportunidades iguais para todos e conduz o indivíduo para um lugar de referência de si mesmo e do mundo. A difusão das práticas ‘psi’ nas camadas médias urbanas da sociedade é o efeito da consolidação desse *ethos* individualista e intimista em difusão no espaço social. Há, nessa perspectiva, uma ampliação do processo de psicologização da vida social e política, ou seja, os fatos sociais são entendidos como originários no próprio indivíduo que, como sujeito livre e autônomo, responde por eles, isoladamente. (DIMENSTEIN, 2000; MANCEBO, 2004; COIMBRA, 2008; BAPTISTA, 2010). Segundo a teoria dumontiana (DUMONT, 2000), está presente na sociedade e marca a ideologia ocidental moderna, a ideia de um indivíduo autônomo, senhor de si e independente, ou seja, ausente de vínculos e dos determinismos universalmente definidos pela cultura. Dimenstein (2000) afirma,

A ideologia do individualismo representa um sistema de ideias [...], uma tendência, uma corrente, um fluxo localizado de ideias e valores presente nos segmentos letrados e intelectualizados das classes médias das sociedades modernas, cujo acento recai sobre a categoria “indivíduo”, não no sentido do agente empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade, mas enquanto valor moral e jurídico (da cidadania, dos direitos e deveres universais), enquanto configuração abstrata calcada em valores como liberdade e igualdade. (DIMENSTEIN, 2000, p. 97)

A expansão e disseminação de uma cultura psicológica na sociedade brasileira urbana estimularam a regulamentação e a criação dos primeiros cursos de formação em psicologia. Essa, no que lhe toca, contribuiu com teorias, modelos de intervenção e técnicas de manutenção da sociedade psicologizada. Atuando especialmente nas áreas clínica, escolar e industrial/organizacional, o psicólogo brasileiro esteve a serviço de funções de regulação e adaptação dos indivíduos a esse *modus operandi* de superdimensionamento das questões mais intimistas, desvinculando-as do contexto social ou político. (GIL, 1985; BAPTISTA, 2010)

Evidencia-se, de todo modo, que a regulamentação da profissão de psicólogo, no Brasil, atendeu várias necessidades sociais dos profissionais envolvidos e possibilitou a ampliação de uma demanda social por profissionais da psicologia. Por um lado, a regulamentação foi um movimento social de racionalização no âmbito do trabalho, naquele momento de incremento no processo de industrialização no país, que atribuiu e demandou funções ao psicólogo nas diversas áreas de atuação. Por outro, possibilitou o reconhecimento profissional para atuar no campo, dentro de uma normativa legal para o exercício da profissão de psicólogo, no Brasil.

Autores têm analisado o desenvolvimento da psicologia brasileira e sua inserção, como disciplina e como profissão, na sociedade brasileira, após a regulamentação em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar. No período ditatorial, a psicologia buscou, além de legitimidade, fazer-se reconhecida perante as classes dominantes do país, como não ameaçadora para a ordem social estabelecida. (LACERDA JÚNIOR, 2013; COSTA; OLIVEIRA; FERRAZZA, 2014) Conforme Lacerda Júnior (2013), a prática predominante adotada pela psicologia junto à sociedade era dirigida à adaptação dos indivíduos, ao controle e submissão passiva à ordem vigente. O autor acentua que a psicologia “promoveu concepções de indivíduo, personalidade ou comportamento que naturalizavam ou justificavam a ordem social extremamente injusta do país” (LACERDA JÚNIOR, 2013, p. 221). Para Bock (1999), houve o predomínio de uma concepção liberal e do compromisso da psicologia brasileira com as elites dominantes. Coimbra (2008) aponta o recrudescimento das abordagens mais intimistas, individualistas e despolitizantes sobre a subjetividade na psicologia brasileira.

Nesse contexto, a psicologia ampliou seu raio de ação a partir da eclosão de uma grande demanda por um modelo de psicologia privativa, individual e elitista. As concepções de subjetividade, amparadas, como assinalamos acima, no *ethos* individualista e intimista em difusão no espaço social, associado ao enriquecimento da classe média urbana, geraram as condições propícias para a conformação da psicoterapia como um novo campo profissional. Evidencia-se, a partir daí, uma grande demanda dos estudantes de psicologia pela clínica, pelo sonho do consultório privado e a psicanálise torna-se um dos modelos de referência

proeminentes no campo terapêutico. (LANGENBACH; NEGREIROS, 1988; DIMENSTEIN, 2000)

A própria ausência de canais de participação – o silenciar sendo uma palavra de ordem – tornava atraente e válido este tipo de espaço. Tal validade era reafirmada pelo próprio Estado, por serem consideradas as práticas em Psicologia provavelmente pouco ameaçadoras, já que, privilegiando a esfera íntima e privada, nela ficariam camufladas complexas questões sociais. Ao buscar individualmente respostas para conflitos, diluía-se a possibilidade de reflexões mais coletivas, as quais poderiam remeter a questionamentos mais substantivos na direção de mudanças políticas. (LANGENBACH, NEGREIROS, 1988, p. 86)

Numa perspectiva de cunho antropológico, Russo (2008) analisa como se deu a convivência entre o obscurantismo político e a busca de liberação ‘interior’ demandada pela sociedade brasileira na década de 1970. Para a autora, o Movimento Contracultural³⁰, que já se desenvolvia no país na década de 1970, redimensionou e deslocou aquilo que era considerado ‘político’ para um outro eixo, politizando questões vistas anteriormente como ‘não políticas’, tais como sexualidade, gênero e relações entre pais e filhos.

Ou seja, esse outro modo de se entender “o político” voltava o sujeito para dentro de si mesmo, levando-o a repensar suas escolhas mais íntimas, seu modo de ser. Deste modo, a interiorização não significava necessariamente “despolitização”. Ao contrário, do ponto de vista da “nova política” contracultural, reformar-se interiormente podia ser interpretado como uma forma de luta política. (RUSSO, 2008, p. 429-430)

Não se pode deixar de considerar, nesse contexto da época, a difusão da psicanálise que impulsionou a ascensão de outra face desse indivíduo moderno, assenhorado em sua interioridade, no auto cultivo e na autoestima. A ideia do indivíduo racional, autônomo e senhor de si é suplantada pela ideia de inconsciente, que move o sujeito por forças que desconhece e

³⁰ A contracultura foi um movimento libertário e de contestação que surgiu na década de 60 nos Estados Unidos e que se ramificou pelo mundo. Pregava o repúdio ao *modus operandi* predominante no Ocidente, que resultou em algumas transformações socioculturais significativas. Entre as manifestações contraculturais mais visíveis, estão, a desvalorização do racionalismo, a construção de novos paradigmas ou visões de mundo, baseadas em correntes culturais não hegemônicas, em filosofias e religiões orientais e em certas vertentes da psicanálise e do marxismo; a recusa ao *american way of life*, expressa em um estilo de vida descompromissado e errante, exemplificado pelo movimento *hippie*; o pacifismo, dirigido principalmente contra ações imperialistas das grandes potências; o hedonismo, caracterizado pela valorização do corpo e das emoções, sendo as suas principais manifestações a ‘revolução sexual’ e o culto às drogas psicotrópicas. As condições que deram origem à contracultura nos EUA estavam presentes no Brasil do final dos anos 1970. Com a contracultura, a ideia de libertação se interioriza e o indivíduo passa a ser definido pela sua subjetividade, pelo seu mundo interior, que se opõe ao mundo social. Para conhecer mais sobre o movimento contracultural no Brasil, cf. CAPELLARI, M. A. **O discurso da contracultura no Brasil**: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

que determina suas motivações e ações. (VELHO, 1987; DIMENSTEIN, 2000) No entanto, as sociedades psicanalíticas sofreram críticas quanto à sua opção pelo silenciamento e neutralidade social diante da situação política do país, cumprindo funções conservadoras, sem criticar a ditadura militar. (KYRILLOS NETO; PÁDUA, 2015) Um caso emblemático ocorreu na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) envolvendo Amílcar Lobo Moreira da Silva (1939-1997), oficial médico do primeiro Batalhão de Polícia do Exército e que trabalhava no DOI-CODI/RJ, no período entre 1970 a 1974. Integrava o corpo médico do aparelho repressivo da ditadura e participava ativamente em sessões de tortura. Com o codinome de Dr. Carneiro, sua função era supervisionar o estado físico de cada torturado e informar se a vítima podia continuar sendo torturada, se estava fingindo e se ainda suportava, não só as sessões para fins de interrogatório, mas também em aulas de tortura para fins didáticos. Em paralelo, Amílcar Lobo fazia sua formação na SPRJ, sendo analisado pelo psicanalista didata Leão Cabernite. Em 1973, uma denúncia contra Amílcar Lobo foi publicada na revista Questionamentos nº 2, coordenada pela psicanalista argentina Marie Langer. A denúncia chegou através do jornal do PCB Voz Operária, feita por Helena Besserman Vianna, psicanalista associada da SBPRJ e que, em consequência de sua denúncia sofreu perseguição por parte da instituição psicanalítica. Mesmo após as várias denúncias feitas por Helena Besserman, nas instâncias locais e internacionais e formalizadas junto à SPRJ e à *International Psychoanalytical Association* (IPA), oficialmente nada foi feito. Em 1980, o caso Amílcar Lobo foi trazido a público através de uma denúncia feita por um ex-presos político, durante uma mesa redonda. Dois integrantes da SPRJ, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, que participaram do evento, ratificaram a denúncia à SPRJ e, em represália, acabaram sendo excluídos da instituição. O caso foi amplamente noticiado na imprensa a partir de 1981 e outros depoimentos de ex-presos políticos foram somados ao primeiro. As atividades de Amílcar Lobo junto ao DOI-CODI expunham a instituição psicanalítica gerando uma crise política e moral que só teve um desfecho depois da redemocratização do país, quando o Conselho Regional de Medicina (CRM) cassou o direito de Amílcar Lobo de exercer a profissão. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985; COIMBRA, 1995; 2008; RUSSO, 2008; PAVÓN-CUÉLLAR, 2017; OLIVEIRA, 2017)

Segundo pesquisa desenvolvida por Coimbra (1995, 2008)³¹ psicólogos também tiveram participação no aparato repressivo da ditadura militar. A autora analisa registros de pesquisas

³¹ A psicóloga Maria Cecília Bouças Coimbra integrou o PCB, foi presa e torturada e, na década de 1970, participou do Grupo Tortura Nunca Mais. Foi uma das responsáveis pela denúncia do caso Amílcar Lobo. Em seu livro *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do “Milagre”* (1995) discorreu sobre a prática do psicólogo nos tempos da ditadura. (SOUZA; JACÓ-VILELA, 2017)

realizadas no início dos anos 1970 para investigar o ‘perfil psicológico’ de militantes políticos presos no Rio de Janeiro. Uma dessas pesquisas contou com a participação de psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos do Pessoal do Exército (CEPE), encomendadas pelo general Antônio Carlos da Silva Murici, chefe do Estado-Maior do Exército, com o intuito de levantar informações sobre os militantes presos, investigando nível de escolaridade e as causas que os levaram à luta armada. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, dos 260 presos, 80% possuíam nível superior, 15% tinham concluído o segundo grau e 5% não haviam concluído o segundo grau. E dentre as causas apontadas pela pesquisa, como justificativas para a luta contra o regime, estavam os desajustes individuais, o descaso dos pais pelos problemas da mocidade, a politização do meio escolar e proselitismo político de professores. (COIMBRA, 1995; 2008)

Outra pesquisa feita pelo Exército, contou com a participação de 500 presos políticos e utilizou.

[...] um extenso questionário, com cerca de cinco folhas datilografadas, apresenta questões sobre infância, adolescência e relacionamento familiar. Uma “anamnese” na qual, entre outras coisas, se pergunta: como foi feita a escolha da profissão; como se envolveu em política; se teve muitos namorados(as); se teve experiências homossexuais; se alguma vez utilizou algum tipo de droga; como é a situação familiar; se tem pais separados; qual a pessoa da família mais importante e por quê; se tem algum parente envolvido em política; o que pensa fazer após a libertação, etc. (COIMBRA, 2008, p.50)

Além de enfatizar a importância da família e do lar na vida dos jovens, a avaliação dos dados indicava que parte dos consultados (1/3) não estava “ajustada à vida familiar”. Também foi aplicado uma bateria de testes para avaliar aptidões, interesses, nível mental e personalidade, em 44 presos. Os resultados dessas pesquisas foram examinados por psicólogos civis, concluindo-se que:

[...] 32 (73%) foram considerados como indivíduos com dificuldades de relacionamento ou escasso interesse humano e social, ou ainda difícil comunicação humana; em suma, como pessoas difíceis; como imaturos [...] 18 (41%) foram incluídos no grupo de desajustados [...]. (COIMBRA, 2008, p.51)

Em uma outra pesquisa realizada no Arquivo do DOPS/RJ pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, foram encontrados documentos confidenciais de uma equipe de psicólogos que havia aplicado o teste de personalidade Rorschach a um grupo de ‘terroristas’, o qual apontava traços dominantes no grupo, tais como:

[...] estabilidade emocional e afetiva precária; dificuldade de adaptação e ajustamento; atitude oposicionista, voltando sua agressividade ora contra o meio, ora contra o próprio ego; escasso interesse humano e social (atitude antissocial); pensamento rígido e índice de estereotipia elevado. (COIMBRA, 2008, p.51)

O uso instrumental dos recursos da psicologia e dos psicotestes, por parte do regime ditatorial, tinha como objetivo desqualificar e patologizar os opositores ao regime militar. Além disso, utilizava-se a pesquisa para obter informações e conhecer mais profundamente os militantes políticos, tendo como fim último, a formação de uma opinião pública contrária aos opositores do regime ditatorial. Agindo de modo condizente com os parâmetros preconizados sobre guerra psicológica e estratégias de contrainformação, os órgãos de repressão tratavam de fortalecer na sociedade, principalmente nas famílias de classe média, a ideia ou crença de que seus filhos eram ‘desajustados’ ou ‘doentes’ emocional e socialmente. (COIMBRA, 2008)

Hur (2005) analisa as políticas adotadas pelos tecnocratas da ditadura e que impactaram nas organizações sindicais e conselhos de classe. A Lei nº 5.766/1971³², que criou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), foi instaurada num dos piores períodos da ditadura, em que se utilizava a tortura e a violência como instrumento de coação. Em pesquisa realizada no CRP de São Paulo, Hur (2005) verificou o forte aparato repressivo que atuou sobre a instituição paulista durante o regime militar. O sindicalismo político foi coibido e os militares reprimiram qualquer tipo de organização de trabalhadores, intervindo diretamente em sindicatos e organizações de classe.

A fundação das entidades de classe da Psicologia (APPESP³³, Sindicato e CRP) se deu durante o período mais pesado da ditadura brasileira, no governo do militar Médici. A repressão aos movimentos era tão grande que as entidades de classe preferiram não mexer com o aparato repressivo do Estado. (HUR, 2005, p.122).

A cisão entre questões políticas e questões técnicas da Psicologia foi uma forma dos participantes da época elaborarem a sua atuação. Não se podia falar em política devido à intensa repressão do Estado. (HUR, 2005, p. 123)

³² BRASIL. Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.&text=2%C2%BA%20O%20Conselho%20Federal%20de,e%20sede%20no%20Distrito%20Federal. Acesso em: 29 abr. 2020.

³³ Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Conforme Hur (2005), a psicologia atuou a serviço dos interesses da ditadura e houve casos de entidades representativas ligadas ao Estado, a exemplo do CFP que prestou homenagem ao General Emílio Garrastazu Médici, outorgando-lhe o diploma de psicólogo honorário; e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo que se recusou a participar da mobilização social contra o assassinato de Wladimir Herzog por agentes da ditadura militar, alegando que Herzog não era psicólogo e que, portanto, não deveria se envolver em lutas estranhas aos interesses da categoria e às questões técnicas da profissão. (HUR, 2012)

Em pesquisa mais recente, Jacó-Vilela e Braghini (2015) analisam as “formulações que vinculam claramente tais Conselhos à ditadura militar – como o diploma de psicólogo concedido a Médici e discursos sobre a prática dos psicólogos vinculada à ditadura ou, mais especificamente, à tortura” (JACÓ-VILELA; BRAGHINI, 2015, p. 89-90). A partir de uma pesquisa nas atas do CFP, os autores concluem que, embora a gestão do CFP do período (1977-1979) tenha prestado homenagens a Geisel e a Médici, não se pode estender essa vinculação ao regime militar ao conjunto dos psicólogos. Quanto ao envolvimento de psicólogos em processos de exame e tortura, os autores citam o trabalho de Coimbra (1995) como “um único texto que vincula os psicólogos, enquanto agentes empíricos – e não na perspectiva de atuação moral -, ao regime militar” (JACÓ-VILELA; BRAGHINI, 2015, p. 93) e afirmam que não há registro de envolvimento de psicólogos em atos de torturas. Nesse artigo, os autores trazem uma perspectiva de análise crítica quanto à aproximação da psicologia à ditadura militar, entendida como uma narrativa estrategicamente construída pelo grupo político que esteve à frente do CFP e de alguns CRPs a ao longo de quase vinte anos a partir de 1998.

Assim, é um raciocínio linear e óbvio considerar a total vinculação da psicologia à ditadura. À constatação de opressão pelo Estado e da utilização dos saberes e práticas psicológicas como consequências/justificativas desta opressão, conclui-se que tais saberes e práticas foram “cúmplices”, “aliados” daquela opressão, ao nível tanto das teorias quanto das práticas dos profissionais. [...] Existem outras formas de relação, bem mais sutis, e pouco exploradas na literatura. Referem-se especificamente ao uso que uma certa “esquerda” pode fazer desta aproximação entre psicologia e ditadura para construir um discurso altamente desqualificador de toda psicologia, firmando-se como única alternativa na construção de uma psicologia “comprometida com o social”. (JACÓ-VILELA; BRAGHINI, 2015, p. 88)

[...] O que esta visão enviesada deixou de lado foi o grande número de psicólogos, professores e estudantes de psicologia que foram perseguidos, torturados, desaparecidos e assassinados pela ditadura militar. (JACÓ-VILELA; BRAGHINI, 2015, p. 93)

Nesse diapasão, ainda que se suponha que a maioria dos psicólogos tenha sido indiferente ao impacto que sua atuação profissional pudesse ter em relação ao projeto político da ditadura, pode-se supor, também, ter havido psicólogos emudecidos pelo sistema, estabelecidos no serviço público, com dificuldades de conseguir outro trabalho, ou presos, exilados, torturados e mortos. Piñeda e Jacó-Vilela (2014) lembram que os estudos a respeito ainda não são precisos, o que não permite conclusões fidedignas, sendo possível, de todo modo, afirmar que a ditadura exerceu seus efeitos na constituição das subjetividades e na formação cultural dos universitários. (VELHO, 1986; COIMBRA, 2008; PIÑEDA; JACÓ-VILELA, 2014)

Tal afirmativa nos leva ao próximo ponto, qual seja, o Movimento Estudantil (ME) de Psicologia e suas práticas políticas no período ditatorial. Ressalta-se que, a militância política de alguns psicólogos e estudantes segue por uma via distinta da prática hegemônica do período - e daquela oferecida pela teorização da psicologia -, que não oferecia subsídios para o enfrentamento contra a ditadura implantada no país. Os poucos estudos realizados sobre o tema já dão provas da ação política e de militância de psicólogos e estudantes de psicologia, que se opuseram à ditadura, sendo vigiados, perseguidos, presos, torturados e mortos.

Hur e Aragusuku (2018) tentam preencher essa lacuna no campo historiográfico da psicologia e discutem as práticas e posicionamentos políticos dos estudantes, a partir da história do ME de psicologia no Brasil. Sobre as possíveis razões para essa escassez de pesquisas, citam a desvalorização dos estudos sobre política pela psicologia, assim como das práticas das entidades políticas da psicologia e do movimento estudantil, devido esse ser, “apenas” um movimento político de estudantes. (HUR; ARAGUSUKU, 2018)

Em um dos poucos trabalhos sobre o tema, Ribeiro (2007) reconstrói a história do ME na psicologia, a partir da análise da dinâmica de funcionamento do Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia (ENEP). O ENEP ou ENEPsi, como era denominado até 1969, foi impedido de funcionar a partir do Decreto-Lei 477/1969, que proibiu manifestações política ou de protestos no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, o que incluía a organização de movimentos estudantis. Assim, o ENEPsi só retornou a partir de 1976, com o nome de ENEP. (RIBEIRO, 2007)

Entre as décadas de 1960 e 1970, umas das alternativas encontradas pelo ME, perseguido pelos órgãos de vigilância e repressão da ditadura, foi a participação em congressos científicos, onde realizavam, clandestinamente, suas reuniões políticas. O I Encontro Nacional de Estudantes (I ENE) realizado no início da década de 1970 ofereceu as bases para a organização do ME, por área. Os discentes de psicologia passaram a promover eventos acadêmicos, como Semanas de Psicologia e a participar de congressos científicos, onde se reuniam para deliberar

e tentar uma articulação pelo ressurgimento da UNE. Os estudantes também se utilizaram das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) onde podiam se articular em total clandestinidade. Um dos resultados desses encontros foi a realização do primeiro e do segundo ENEP nos anos de 1976 e 1978. (RIBEIRO, 2007; HUR; ARAGUSUKU, 2018)

Em 1977, o ME passou a reorganizar as manifestações de rua e assembleias nas universidades e a lutar pela reconstrução de suas entidades. O III Encontro Nacional dos Estudantes, programado para o dia 4 de junho daquele ano, em Belo Horizonte, na UFMG, foi declarado ilegal. Dentre os principais objetivos desse encontro estava a discussão acerca da recriação da UNE, mas os delegados estudantis foram detidos antes de sua realização. As tropas policiais impediram o acesso dos discentes à Belo Horizonte e aqueles que conseguiram chegar se aglomeraram em frente ao DA de Medicina da UFMG, havendo investida da tropa de choque e mais de 400 prisões. (LIRA, 2010). Da UFBA saiu uma comitiva formada por 12 estudantes, apreendidos pela polícia antes de chegar à UFMG, com duas estudantes de Psicologia. Todos foram detidos e investigados pela polícia. (UFBA CMSMV, 2014)

Cabe ainda destacar a participação de psicólogos e estudantes de Psicologia na luta de resistência e oposição à ditadura, especificamente na luta armada³⁴. Hur (2012) considera

[...] a politização de estudantes de Psicologia da década de 1960 como uma ruptura com o caminho institucional trilhado até então pela Psicologia como profissão. (HUR, 2012, p. 45)

Arantes (2012) analisou cinco casos de assassinato de psicólogas e de estudantes de psicologia que se engajaram na luta de resistência. Todas foram executadas durante a ditadura militar, na década de 70, e um dos casos contou com a participação da Operação Condor³⁵. Foram elas: Marilena Villas Boas Pinto; Iara Iavelberg; Aurora Maria Nascimento Furtado; Pauline Philipe Reichstul; Liliana Inés Goldemberg.

Marilena Villas Boas Pinto era estudante do segundo ano de psicologia na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Em 1969, integrou-se à luta de resistência, militando inicialmente na Ação Libertadora Nacional (ALN), em seguida no Movimento Revolucionário

³⁴Para conhecer a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil e a formação dos vários grupos e partidos, cf. GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

³⁵A denominada Operação Condor, foi uma aliança clandestina entre os vários regimes militares da América do Sul—Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e a CIA dos Estados Unidos, nos anos 1970 e 1980 e que ampliou a perseguição aos exilados brasileiros na América Latina. Seu objetivo era monitorar, capturar, ou eliminar perseguidos políticos e exilados, atingindo centenas de refugiados, alguns assassinados. (BRASIL, 2014; GASPARI, 2014b)

Oito de Outubro (MR-8), vivendo, por consequência, na clandestinidade. Marilena foi presa e veio a falecer na Casa de Petrópolis, também conhecida como Casa da Morte, aos 22 anos.

Em São Paulo, a estudante de psicologia da USP, Aurora Maria Nascimento Furtado fez parte, nos anos de 1968, da UNE de São Paulo, onde atuava como responsável pelo setor de imprensa e militava na ALN. Em 1972, Aurora foi presa no Rio de Janeiro, aos vinte e seis anos de idade. Sofreu torturas até a morte. Seu corpo foi jogado numa rua do Rio de Janeiro e os órgãos de repressão divulgaram, através da imprensa, que Aurora havia morrido após tentativa de fuga durante um tiroteio. Sua história inspirou o escritor e cineasta Renato Tapajós na construção do personagem central do livro *Em Câmara Lenta*, que escreveu quando se encontrava preso, entre 1969 e 1974 e publicado em 1977. A publicação do livro levou Tapajós de volta à prisão. Em 2002, por iniciativa da professora Ecléa Bosi, a USP batizou uma das salas da Faculdade de Psicologia com o nome de Sala Aurora Maria do Nascimento. (TAPAJÓS, 1977; GORENDER, 1987; REIMÃO, 2009; ARANTES, 2012; SOUZA, JACÓ-VILELA, 2017)

Nascida em Praga, na antiga Checoslováquia, Pauline Philipe Reichstul estudou psicologia em Genebra, tendo concluído o curso em 1970. Fez contatos com estudantes e exilados brasileiros na Europa e, em 1972, veio para o Brasil, onde abraçou a causa da luta revolucionária e de resistência à ditadura, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Morava em Pernambuco e estava grávida, quando foi presa em 1973, torturada e assassinada com quatro tiros, aos vinte e seis anos de idade, numa emboscada armada por um agente duplo da ditadura, Anselmo dos Santos, o “ex-cabo Anselmo”. O episódio ficou conhecido como “Massacre da Chácara São Bento”. Pauline foi morta juntamente com outros quatro militantes, entre eles seu companheiro Eudaldo Gomes da Silva. (ARANTES, 2012; CARDOSO, 2012b; SOUZA, 2020)

Vítima do terrorismo de estado brasileiro, Iara Iavelberg, em 1968, era psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Iara foi militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e, em seguida, militou nos quadros do MR-8. Morreu em 1971, aos vinte e sete anos de idade, cercada em um apartamento no bairro da Pituba, em Salvador. Os órgãos de repressão publicaram que ela se suicidou e sua morte só foi divulgada um mês depois, juntamente com o anúncio da execução de seu companheiro, Carlos Lamarca, no interior da Bahia. Investigações posteriores, no entanto, foram desmontando a versão apresentada pela polícia, ficando esclarecido, finalmente, que Iara

havia sido assassinada. (GORENDER, 1987; ARANTES, 2012; SOUZA, 2013; GASPARI, 2014b; JOSÉ, MIRANDA, 2015; SOUZA, JACÓ-VILELA, 2017)³⁶

Souza e Jacó-Vilela (2017) defendem a concepção de que a participação política de psicólogos e estudantes na luta armada contra a ditadura, ainda que não tivesse uma relação identitária com a psicologia de seu tempo, é parte integrante da história da psicologia.

É importante notarmos o papel de vanguarda que estes estudantes tiveram, pois levantaram questões relacionadas a ações contra a ditadura de classe em seus cursos. Se parte da Psicologia estava presa na armadilha institucional que prendeu a atuação de profissionais, há, por outro lado, importante fratura efetivada pela juventude e pelos estudantes. (SOUZA; JACÓ-VILELA, 2017, p. 47)

Ao longo desta seção, realizamos uma contextualização histórica sobre a ditadura militar e as principais medidas adotadas pelo regime que impactaram sobre as universidades. Em continuação, discorreremos sobre os órgãos de segurança e as estratégias dos golpistas para o controle e vigilância de docentes, discentes e servidores. Finalmente, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre a psicologia e a atuação dos psicólogos durante o período militar. Pretendemos, até aqui, trazer o contexto político ditatorial vigente no país e as pesquisas que analisam o processo de desenvolvimento da psicologia, além de apresentar a forma como esse campo disciplinar e profissional foi influenciado pelas políticas de Estado da época. Pretendemos demonstrar que, se de um lado, houve o silenciamento e complacência de frações inteiras da psicologia, por outro, existiram aqueles que resistiram às políticas impostas pela ditadura.

A partir desse panorama traçado até aqui, perseguimos a questão problematizada nesta tese, buscando compreender a influência da atmosfera política sobre o desenvolvimento da psicologia, examinando o período restrito da ditadura militar brasileira na perspectiva do microcosmo da psicologia na Bahia. Pretendemos, desse modo, estudar a dinâmica da história da psicologia na Bahia, enquanto disciplina e profissão, e o modo como foi influenciada pelas políticas de Estado da época (1968-1980). É o que iremos desenvolver a partir das próximas seções.

³⁶ Para saber mais sobre a trajetória de Iara Iavelberg, cf. PATARRA, J.L. **Iara**: reportagem biográfica. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991. Mais recentemente, em 2014, foi lançado um longa-documentário *Em busca de Iara*, dirigido por Flávio Frederico e com roteiro de Mariana Pamplona.

3 CONSTRUINDO OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Apresentaremos, a partir daqui o referencial teórico que sustenta esta pesquisa e seus conceitos fundamentais. Na primeira parte, faremos uma breve descrição da evolução do campo histórico e historiográfico da psicologia para, em seguida, discorrer sobre o desenvolvimento da história crítica da psicologia, dimensão que fundamenta este trabalho. Na segunda parte, apresentaremos a abordagem metodológica da História do Tempo Presente, que utilizamos no campo de observação da pesquisa, para, a partir daí, detalhar sobre as fontes utilizadas e o modo de tratamento empregado.

Como campo de conhecimento dinâmico, a História da psicologia passou por transformações ao longo de seu processo de construção, influenciada pelas mudanças teórico-metodológicas surgidas no campo da História das Ciências. Inicialmente, a chamada *história tradicional da psicologia*, radicou-se no positivismo, no idealismo e no personalismo. As tarefas do historiador da psicologia, de acordo com os pilares dessa tradição, eram, dentre outras, a compilação de feitos psicológicos, descobrimentos experimentais e biografias de personalidades psicológicas célebres. Esse modelo tradicional de fazer a História da Psicologia passou por uma crise após a década de 1960, com a progressiva institucionalização e profissionalização do campo da História da Ciência, principalmente a partir da obra de Kuhn¹, levando os historiadores a reverem a suposta objetividade e buscar a superação do modelo clássico de fazer história. (DANZIGER, 1984)

Nesse período, iniciou-se uma forte crítica à história que valorizava os grandes personagens, enfatizando as funções ideológicas desse tipo de narrativa e, sobretudo, questionando o apagamento de sujeitos e grupos, até então, historicamente excluídos. (BURKE, 1992). O cenário era de intensos debates acerca, especialmente, das funções político-sociais das Ciências Humanas e Sociais e as discussões sobre a ciência na perspectiva histórica e seu contexto social tornaram-se tema central na História e Historiografia das Ciências. A profissionalização da área levou à complexificação dos recursos explicativos e das metodologias de investigação, a partir da incorporação de perspectivas contemporâneas em história, filosofia e sociologia da ciência. (MARTINS, 2001; KRAGH, 2001; EDLER, 2015)

¹O livro “A estrutura das revoluções científicas” de Thomas Kuhn, publicado originalmente em 1962 (KUHN, 1975), é considerado um divisor de águas na historiografia das ciências, por analisar a formação, transmissão, defesa e queda de paradigmas científicos e indicar a presença de forças sociais como determinantes na escolha de ideias aceitas pela ciência. A partir daí, já não bastava descrever a fundamentação científica que a teoria possuía para explicar a razão pela qual essa teoria era aceita, devendo-se considerar os estudos sociais da ciência, valorizando a construção social do conhecimento. (KRAGH, 2001)

A chamada *virada social* na História das Ciências trouxe em seu bojo a proposta de uma historiografia crítica e reflexiva, reconhecendo o esgotamento do positivismo naturalista na historiografia da ciência, assim como a artificialidade dos objetos a-históricos. Ainda que o termo *história crítica* se refira a trabalhos considerados heterogêneos, com variados enfoques e objetos, o comum entre eles é o abandono da historiografia positivista e a aceitação da contingência histórica, além da ênfase nos fatores de ordem social. Essa contingência – que se identifica com uma postura crítica – recorre a explicações sociológicas e se opõe a inevitabilidade própria da historiografia *whig*². A marca que caracteriza a nova história da ciência é o recurso a explicações sociais ou sociológicas sobre o passado, bem como a utilização de explicações macrosociológicas e microsociológicas para analisar o desenvolvimento e difusão de teorias, correntes e tradições científicas. (PESTRE, 1996; FIERRO, 2015)

Influenciada por essa *virada social* na História da Ciência, a Historiografia da Psicologia passou por uma mudança significativa. (MASSIMI, 2008). Os críticos da história da psicologia “tradicional” passaram a reconhecer a natureza socialmente construída do conhecimento psicológico e a defender, não só uma abordagem mais crítica da psicologia, que entrou em conflito com a clássica tradição historiográfica em psicologia da primeira metade do século XX, como também a promover a institucionalização e a profissionalização do campo da História da Psicologia. Como consequência, uma nova geração de historiadores da psicologia emergiu, e como tendência, todo esse movimento é usualmente chamado de *historiografia crítica da psicologia*, a *virada social* na historiografia da psicologia ou a *nova história da psicologia*. (ARAÚJO, 2017)

Fica claro, desse modo, que os recursos da Historiografia da Ciência são os mesmos dessa *nova história da psicologia*. Os Estudos Sociais da Ciência, envolvendo variados enfoques, tanto teóricos quanto metodológicos, contribuíram para a virada social na Historiografia da Psicologia. Esses estudos, cujo núcleo é a investigação dos fatores sociais e institucionais, políticos, culturais e econômicos, no desenvolvimento da ciência, foram considerados úteis para tematizar, explicitamente, a agenda política da teoria psicológica contemporânea e para renovar o futuro das investigações históricas. (WOODWARD, 1998; MARTINS, 2001; ROSE, 2011; FIERRO, 2015)

²*Whig* - Termo cunhado em 1931 por Herbert Butterfield para se referir a uma modalidade em história das ciências originada na historiografia positivista. As principais características da historiografia *whig* são o presentismo, por analisar o passado à luz do presente ou por ver o passado conduzido necessariamente para o presente; crença generalizada na eficácia cognitiva dos agentes individuais; existência de um momento ‘eureca’ na descoberta científica, desconsiderando a influência do meio sobre aquele que tem a ideia genial súbita; crença na capacidade de resolver problemas científicos de modo impessoal e objetivo.

Uma ideia que é nuclear aos Estudos Sociais da Ciência e que subjaz à historiografia crítica da psicologia é a ênfase na contingência da história da ciência, concebendo o conhecimento como algo construído socialmente. Outro ponto central nos Estudos Sociais da Ciência é a questão do relativismo do conhecimento. O relativismo é uma crítica ao positivismo historiográfico e sustenta que as representações da realidade não têm uma referência objetiva intrínseca que seja inteiramente independente de sua origem e usos históricos. Em essência, uma historiografia sociológica necessariamente é relativista por se ocupar de agentes sociais e condições culturais particulares e contingentes. (BURKE, 1992; PORTOCARRERO, 1994; PESTRE, 1996)

A concepção geral do relativismo no campo da História da Psicologia é de que as pesquisas experimentais não podem ser separadas dos compromissos das comunidades que avaliam os experimentos, não havendo possibilidade de evitar uma explicação sociológica da produção apelando a regras impessoais de experimentação. Objetos como “Inteligência”, por exemplo, não são dados na natureza, mas são produtos de uma construção humana. Isso implica no reconhecimento do entrelaçamento mútuo entre as circunstâncias temporais e contextuais, assim como a emergência e construção dos objetos psicológicos como resposta a problemáticas específicas. A história desses objetos é, em última análise, a história de sua construção e, somente quando as ideias são analisadas como construções humanas produzidas por agentes sociais em condições históricas específicas contamos com um marco aplicável à história crítica. É importante salientar este ponto porque existe uma visão subjetivista do naturalismo que considera que os objetos psicológicos se encontram nas mentes de figuras históricas específicas e os conceitos ocorrem em indivíduos, aparecendo sem atividade humana. (DANZIGER, 1990; 2013)

Nesse sentido, a historiografia crítica da psicologia desempenha um importante papel quando toma a multiplicidade atual de objetos psicológicos como seu ponto de partida e explora o contexto social de sua emergência. (ROSE, 2011; DANZIGER, 2013; FIERRO, 2015; ARAÚJO, 2017) O objetivo da história crítica é evitar julgamentos e parâmetros a-históricos para analisar acontecimentos pretéritos e orientar suas investigações, a partir do historicismo, que se refere à necessidade de minimizar as referências ao presente, evitando a crítica ou valoração do passado em função de teorias ou valores contemporâneos. (FIERRO, 2015)

Se um dos objetivos da história da psicologia é contribuir com o exercício crítico que os psicólogos da atualidade devem ter, em relação às suas próprias práticas, considera-se a

relevância dessa disciplina para orientar uma pesquisa que coloca questões sobre as relações entre conhecimento e sociedade, bem como entre psicologia e subjetividade. (ROSE, 2011) Nessa perspectiva, propomos analisar e compreender a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia, enfocando o processo de institucionalização do curso de graduação de psicologia da Universidade Federal da Bahia, no contexto político da ditadura militar a partir do referencial teórico da nova história da psicologia, construindo uma “ponte entre a história e a psicologia e entre o passado e o presente em nossa cultura”. (WOODWARD, 1998, p. 62)

Integra-se a esse enfoque teórico da nova história da psicologia, apresentado até aqui, os conceitos de *Indigenização* e *Recepção das Teorias Psicológicas*, que visam ampliar as possibilidades de análise dos diferentes modos como ocorreram os processos de recepção e circulação de teorias em contexto diferente dos quais foram produzidos, levando em conta os aspectos sociais, culturais e políticos de cada país ou mesmo de diferentes comunidades científicas. Nessa perspectiva, utilizamos nesta pesquisa os referidos conceitos na análise dos diferentes modos como ocorreram esses processos no que diz respeito à Análise do Comportamento e à Psicanálise, no contexto social, cultural e político brasileiro e na cidade de Salvador, Bahia.

O conceito de indigenização auxiliou na compreensão de que o conhecimento psicológico produzido localmente produz questões distintas do contexto internacional em que foi produzido originalmente. Tal conceito se articula a uma mudança em direção a uma psicologia policêntrica, ou seja, uma psicologia que se desenvolve a partir de vários centros, adequando-se aos contextos culturais locais e nacionais, rompendo o modelo hegemônico de uma psicologia controlada por métodos e práticas, sobretudo, americanos. Nesse sentido, o conceito de indigenização ultrapassa a análise de uma relação centro-periferia em que se considera que teorias desenvolvidas em um país central seriam passivamente absorvidas pelos indivíduos de países *periféricos*, como o Brasil. (DANZIGER, 2006; PICKREN, RUTHERFORD, 2010; BRANCO; CIRINO, 2017)

Por sua vez, o conceito de *recepção* de teorias em psicologia remete ao estudo do modo como teorias psicológicas desenvolvidas em uma cultura podem ser compreendidas em outra cultura, envolvendo as ações de acolhida e intercâmbio, sem deixar de lado as características próprias do campo disciplinar em questão, suas problemáticas e interesses intelectuais. Desse modo, o conceito de recepção implica em compreender conceitos a ele relacionados, como os de problemática e de interesse intelectual. (DANZIGER, 1984; DAGFAL, 2004)

3.1 A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Detalharemos, a seguir, a abordagem metodológica da História do Tempo Presente que utilizamos nesse estudo, apresentando as contribuições de alguns autores, bem como alguns estudos sobre Memória, para, em seguida, explicitar tipo e tratamento das fontes adotadas nesta pesquisa. Adotamos o aporte metodológico da História do Tempo Presente como campo de observação para esta pesquisa e como uma via para o exercício crítico da história da psicologia em relação ao presente. (BARROS, 2005)

A História do Tempo Presente é uma concepção de operação historiográfica, que tem estreita vinculação com a política, o que a torna relevante para a análise que pretendemos realizar. Isto posto, pode-se afirmar que,

[...] a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir. (FICO, 2012, p. 45)

A noção de História do Tempo Presente foi adotada pelo historiador Pierre Nora (1993), que se norteou na revolução historiográfica inaugurada pela Escola dos *Annales*³. Pierre Nora seguiu uma trajetória oposta à história imóvel e ressaltou a importância dos estudos sobre o tempo presente. Sua obra trouxe inovação historiográfica ao revisar os períodos históricos, introduzindo a história contemporânea no fazer historiográfico, a partir da perspectiva de que, mesmo em se tratando de Idade Média, faz-se história contemporânea.

A relação social com o tempo redefiniu a discussão historiográfica e essa virada é chamada de *o ponto crítico* pela Escola dos *Annales*. Posteriormente, a história do tempo presente foi retomada pelo historiador René Remond, juntamente com outros historiadores, como François Bédarida, Jean-Pierre Rioux, Henri-Irénée Marrou, André Mandouze e Jacques Julliar. (DOSSE, 2012)

³A Escola dos *Annales* é um movimento historiográfico que se constituiu em torno da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch e que se denomina História Nova, tendo se destacado por uma crítica à história então existente, por incorporar métodos das Ciências Sociais à História, pelo caráter interdisciplinar de fazer história e pela concepção de fato histórico tomado como uma construção do historiador a partir dos documentos. Uma segunda geração da Escola dos *Annales*, representada por Fernand Braudel surgiu após a Segunda Guerra Mundial e definiu métodos e categorias para estudar o tempo de longa duração. A partir de 1968 surge uma terceira geração da História Nova que privilegia uma nova concepção sobre o documento e novas fontes para a construção da narrativa histórica. Representam essa terceira geração os historiadores Jacques Le Goff, Philippe Ariés. George Duby, Jean Pierre Vernant, Roger Chartier. (BURKE, 1991)

A partir de quando se pode falar em tempo presente? É uma pergunta que se impôs aos historiadores, remetendo-os à questão da periodização, da delimitação temporal. A Segunda Guerra Mundial, a Grande Depressão, a queda do muro de Berlin, o Holocausto, as ditaduras militares e terroristas na América Latina seriam eventos traumáticos possíveis de impulsionar a reflexão sobre a História do Tempo Presente. Não há acordo entre os historiadores sobre o momento de iniciar uma cronologia própria da história do tempo presente, seja em plano mundial ou nacional. (IBARRA; CARRERA, 2010)

Tais definições estão obsoletas, diante da percepção da não linearidade do tempo e da pressuposição de uma unidade temporal que delimita a relação sujeito e objeto, considerando que a cronologia não é o caminho mais adequado para agregar uma especificidade à História do Tempo Presente, que estaria mais vinculada a elementos históricos, como a sobrevivência de protagonistas e participantes, a memória social viva ou a contemporaneidade entre o historiador e o passado do qual se ocupa, que inaugurou um novo regime de historicidade, do tempo presente. (HARTOG, 2013)

De todo modo, a delimitação do campo da História do Tempo Presente está conectada à análise de processos sociais traumáticos, como ditaduras, terrorismos de Estado, genocídios, que interpelam a sociedade (IBARRA; CARRERA, 2010) O marco fundamental que delimita a História do Tempo Presente é um momento traumático da história e resulta ser significativa pela dificuldade de tratamento e por marcar a consciência de várias gerações posteriores. A História do Tempo Presente analisa processos inacabados, em desenvolvimento, como é o caso da história política brasileira, no que se refere ao período ditatorial.

Uma característica fundamental da História do Tempo Presente é a importância do testemunho. Fico (2012) ressalta as consequências epistemológicas advindas da imbricação entre sujeito e objeto numa mesma temporalidade, sendo a principal delas, o estatuto do testemunho, seguida pela questão da neutralidade ou imparcialidade diante de objetos temporalmente próximos do historiador. A pesquisa histórica remonta a duração de uma vida humana, com testemunhas vivas, uma história ‘sob vigilância’, com testemunhas capazes de contestar registros históricos, favorecendo a relação entre História e Memória.

A diferença entre Memória e História, foi posta por Halbwachs (1990) na primeira metade da década de 1950. Halbwachs preocupou-se em fornecer uma teoria interpretativa sobre a memória coletiva. Para ele, a história começa no ponto onde termina a memória. Halbwachs analisou, as noções de memória individual e memória histórica, sendo a primeira, uma memória interna, pessoal, e a segunda, externa, social ou histórica. Cardoso (2010) assinala a inadequação do termo “memória histórica”, por associar dois termos que são excludentes e o

uso do termo por Halbwachs para se referir a uma memória social, diferenciando-a de uma memória individual.

A memória é a presença do passado no presente, sempre reconstituída no presente, e por isso interessa aos historiadores do tempo presente. Para Rousso (1998), a memória é

[...] uma reconstrução psíquica e intelectual, que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, ‘coletiva’. (ROUSSO, 1998, p. 94)

Enquanto a História é registro, problematização, crítica e reflexão, a Memória vivencia de modo inconsciente e absoluto. Pierre Nora (1993) buscou elementos para localizar a memória historicamente, elaborando a noção de *lugares de memória* que expressam o movimento de resgate dos sinais de pertencimento grupal. O trabalho com a memória tornou-se indissociável do trabalho do historiador do tempo presente. (LE GOFF, 2003). Essa tendência fez ressurgir o interesse pela narrativa na escrita da história e a memória deixou de ter uma ênfase no individual, para ser entendido como uma manifestação coletiva, no dizer da historiadora Lucileide Costa Cardoso.

[...] Como obra coletiva e dinâmica, a memória remete a todo um universo ideológico no qual são equacionados dialeticamente os valores passados e presentes, rompendo a concepção linear do tempo histórico, permitindo uma avaliação mais rica das diversas formulações sobre o real e revelando, ainda, as exigências de um presente manifesto que permite dar ao passado um significado específico. (CARDOSO, 2010, p.155)

Os elementos constitutivos da memória, individual e coletiva, são os acontecimentos, os personagens e os lugares. Os acontecimentos são aqueles vividos pela pessoa em particular, os acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade e os acontecimentos, que, para além do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo, se situam no campo da memória, através da socialização política ou da socialização histórica. Para Pollak (1992), é bem possível que, por meio da socialização política ou histórica ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado “[...] tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.” (POLLAK, 1992, p. 201)

Além dos acontecimentos, os personagens são entendidos tal e qual os acontecimentos, havendo aqueles encontrados pessoalmente, aqueles conhecidos indiretamente, que se tornam quase conhecidas e aqueles que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa e que são tomados

como um contemporâneo. Sobre os lugares, o autor enfatiza os lugares de memória, que podem ser aqueles lugares particularmente ligados a uma lembrança pessoal e que permanecem muito forte na memória da pessoa, independentemente do tempo cronológico, como um lugar de férias, por exemplo; pode ser uma memória mais pública, como lugares de comemoração; podem ser lugares de reverência a seus entes, como os monumentos aos mortos; podem ser locais fora do espaço-tempo de uma pessoa, locais longínquos, que constituem a memória de um grupo e da própria pessoa pertencente àquele grupo, como por exemplo a memória de uma cidade ou país em que se viveu no passado.

Os acontecimentos, personagens e lugares estão associados a acontecimentos, personagens e lugares reais, “empiricamente fundados em fatos” (POLLAK, 1992, p. 202), como também podem ser decorrentes dos fenômenos de projeção e transferência. Como é o caso de pessoas que vivenciaram grandes tragédias e/ou construíram memórias a partir da memória familiar ou grupal. (POLLAK, 1992) As lembranças mantidas por um indivíduo ou grupo são compostas por elementos, personagens e lugares, marcam a identidade dos indivíduos, dão conformação à coletividade, ganham destaque e são incorporadas às narrativas grupais. (FERREIRA, 2018)

Desse modo, a História do Tempo Presente e os estudos sobre Memória contribuíram como uma perspectiva metodológica para interpelar os agentes históricos integrantes desta pesquisa (psicólogos, docentes e discentes), na realidade sociocultural de Salvador, Bahia, tendo como objeto de estudo a psicologia, enquanto disciplina e campo profissional, atravessada por uma conjuntura política ditatorial iniciada em 1964. No próximo tópico, apresentaremos os tipos de fontes adotados nesta pesquisa e o detalhamento metodológico dado ao *corpus* documental.

3.2 TIPOLOGIA DAS FONTES E METODOLOGIA

O *corpus* documental desta pesquisa é formado por fontes documentais e orais. Ao fazer uso de fontes distintas, foi necessário utilizar métodos distintos, que tivessem correspondência ao tratamento e análise dos diferentes registros históricos.

Para a análise documental foram consideradas a origem do documento, a quem estava destinado, o contexto de produção do documento, e, ainda, o local em que os documentos foram inseridos. Por entendermos que todo documento é portador de um discurso ou uma construção discursiva, após a análise externa, passamos para a segunda fase, de crítica interna ao

documento. Nessa fase, analisamos o discurso do texto, procurando compreender a natureza do documento, sua origem, destinação e o contexto em que estavam inseridos. (BARROS, 2012)

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados se concentra nos documentos, escritos ou não, constituindo as fontes primárias. (MARCONI; LAKATOS, 2002). Nesse sentido, a pesquisa documental através das fontes primárias pretende extrair dos documentos as informações relevantes ao objeto estudado, valendo-se de material que não foi ou ainda não recebeu um tratamento analítico. Na história, a evidência empírica tem que ser metodologicamente justificada pelo historiador. Tais evidências podem se revelar através dos documentos, sendo este, sinônimo de fontes históricas ou fontes primárias. A fonte é uma testemunha que nos informa sobre a vida humana do passado e pode ser de natureza documental escrita, objetos, retratos, audiovisual e outros, caracterizando-se por três elementos, quais sejam, a natureza material, o gênero e o conteúdo. (MASSIMI, 2010). Dentro do critério de ordenação proposto por Rosa, Blanco e Huertas (1996), a fonte primária corresponde a qualquer documento que proporciona dados em primeira mão.

Outro conjunto de fontes é composto por obras acadêmicas, literárias, arquivos publicados e outros, com conteúdo já utilizado ou divulgado e que se denomina fontes secundárias. Como primeiro passo da pesquisa, o levantamento de dados deve ser feito considerando, não só a pesquisa documental com uso das fontes primárias, mas também através da pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias. A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre trabalhos já realizados, que sejam suficientemente relevantes por sua atualidade dos dados ou pelo tema. (MARCONI; LAKATOS, 2002) Complementa, ainda, o conjunto de fontes para realização da pesquisa, as fontes terciárias, que inclui dicionários, enciclopédias, catálogos de bibliotecas, ou qualquer tipo de documento que proporcione dados sobre como e onde encontrar determinadas informações próprias de uma fonte primária e secundária.

3.2.1 Fontes documentais, *arquivos sensíveis*

Para nossa pesquisa, fizemos, inicialmente, um levantamento das bases historiográficas referentes à Ditadura Militar e à Psicologia, a partir dos seguintes descritores: Ditadura Militar Brasileira; Universidades + Ditadura Militar; Psicologia + Ditadura Militar; História da Psicologia na Bahia, História da Bahia. A pesquisa bibliográfica compreendeu a busca de referências bibliográficas no campo da História, da Ciência Política, da Sociologia e da Psicologia. Essa pluralidade de campos de saber envolvido, embora tenha sido extremamente benéfico por permitir uma compreensão mais completa sobre o tema, exigiu um esforço de

compilação, fichamento e identificação bibliográfica, atenuado pelo uso do *software Mendeley*.⁴

Após a fase de pesquisa bibliográfica, foi iniciado o trabalho com as fontes primárias utilizadas nesta investigação. Parte dessas fontes são documentos de arquivos sobre o curso de psicologia e parte são de arquivos *sensíveis* relacionados aos anos mais duros da ditadura militar brasileira. Além dos arquivos físicos da UFBA, foram acessadas cópias digitais de documentos em bancos de dados, disponibilizados pelo Arquivo Nacional.

Consultamos os arquivos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e da Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD), ambos da UFBA. As fontes documentais existentes, organizadas e disponibilizadas pelos arquivos da FFCH e do CAD, foram as Atas da Congregação e do Conselho Departamental da FFCH; Atas do Departamento e do Colegiado do curso de psicologia; cartas, ofícios, programas de curso, planos de aulas e relatórios, referentes ao período analisado, qual seja, entre 1968 e 1980. Todos os documentos acessados foram lidos em sua totalidade, digitalizados e arquivados. Na fase de fichamento e tratamento dessas fontes primárias encontradas, criamos tabelas eletrônicas para cada tipo de documento, criteriosamente resumidos para a análise posterior.

O trabalho de localização de fontes e documentos constitui um dos pilares metodológicos fundamentais da tarefa do historiador, cuja realização pode envolver diversos empecilhos no acesso. Documentos históricos podem se perder, arquivos podem ser suprimidos, caixas de material podem ser codificados de forma diferente e inviabilizado para novas consultas. Referindo-se aos acervos documentais que contenham material sobre a história da psicologia brasileira, Campos e Massimi (1998) alertam que “[...] encontram-se em precário estado de conservação ou sem catalogação adequada”. (CAMPOS, MASSIMI, 1998, p. 305)

Fizeram parte dos arquivos *sensíveis*, pesquisados para esta tese, o arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) da UFBA e o Arquivo Nacional. O arquivo AESI/UFBA é um acervo documental que se encontra no setor *Estudos Baianos*, localizado na seção *Lugares de Memória*, instalada no último andar da Biblioteca Central Macedo Costa da UFBA. O arquivo possui 12 acervos, sendo que um deles corresponde ao arquivo da ditadura e possui 11 caixas, com registros provisórios. Existe uma base digital de índice onomástico, mas o sistema disponibiliza informações de quais nomes são citados nos documentos, sem fornecer acesso à íntegra do documento. O acervo preserva a documentação produzida, recebida e

⁴O *Mendeley* é um *software* gratuito que auxilia nos trabalhos acadêmicos e tem a finalidade de gerenciar arquivos eletrônicos (formato PDF), além de ajudar na normatização de citações e referências geradas automaticamente. Fonte: <http://www.eco.unicamp.br/biblioteca/index.php/gerenciador-de-referencias-mendeley>.

arquivada pelo extinto órgão AESI em funcionamento na UFBA durante o regime militar. Na busca por essas fontes primárias do arquivo AESI/UFBA, foi realizado contato inicial via *e-mail* para agendamento da primeira visita, durante a qual assinamos o Termo de conhecimento sobre a Lei de Acesso à Informação exigido para acesso aos documentos. Como não foi autorizado o acesso ao arquivo físico em sua integralidade, fizemos uma busca inicial através do *site*⁵, para, posteriormente, realizar a pesquisa aos documentos.

Buscamos nesse arquivo AESI/UFBA, documentos que fizessem referência ao curso de psicologia, seus docentes e discentes, e sobre a atuação do Movimento Estudantil (ME), em especial do Diretório Acadêmico (DA) de Psicologia. Utilizamos como fonte, os Ofícios, Relatórios e Informações trocadas entre a AESI e a Reitoria da UFBA e com outros órgãos do sistema de vigilância e repressão do regime militar, bem como panfletos, boletins e jornais confeccionados pelo ME e pareceres sobre contratação de docentes. Essas fontes documentais não puderam ser fotografadas. Diante disso, registramos de modo manuscrito os dados encontrados, para posterior catalogação.

A título de registro metodológico, faz-se importante ressaltar que o acesso ao arquivo AESI/UFBA foi interrompido antes da conclusão da presente pesquisa, por determinação da coordenação, que decidiu desautorizar aquilo que foi concedido anteriormente. Mesmo depois de tentativa de solução feita pessoalmente, não tivemos sucesso. Relatamos a situação através de *e-mail* à Reitoria e não obtivemos resposta. Também encaminhamos pedido de acesso à informação através do e-SIC⁶, que foi negado. Cabe destacar que o impedimento da continuidade da pesquisa documental, também ocorreu de modo semelhante no arquivo da FFCH, que vinha sendo protocolarmente liberado e foi subitamente indisponibilizado⁷. Essa situação, sem aviso prévio, nos dois arquivos citados, ocorreu após a qualificação da tese, quando retornamos aos referidos locais no intuito de rever algumas indicações e sugestões da banca, naquele momento. Embora as referidas medidas de bloqueio ao acesso de documentos tenham causado alguns transtornos ao nosso trabalho, assim como alguma morosidade na estruturação de revisão, felizmente, grande parte das fontes primárias já haviam sido coletadas, o que não inviabilizou a continuidade da pesquisa.

⁵Arquivos da Ditadura – AESI/UFBA. Disponível em <<http://www.arquivos.ufba.br/ufba-ditadura>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁶O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

⁷O fechamento dos arquivos está relacionado, provavelmente, ao posicionamento dos setores em não liberar o acesso a documentos que contenham nomes e dados pessoais, em respeito à Lei de Acesso à Informação.

Além do arquivo físico da AESI/UFBA, realizamos pesquisa virtual no *site* do Arquivo Nacional – *Memórias Reveladas*, localizado em Brasília. O projeto *Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional, foi criado pelo governo federal em 2009, com o propósito de divulgar informações sobre a história recente do Brasil. No acervo do Arquivo Nacional utilizamos os descritores UFBA, Psicologia UFBA, Movimento Estudantil (ME) UFBA, Diretório Acadêmico (DA) UFBA, Diretório Central dos Estudantes (DCE) UFBA. Os documentos pesquisados foram: Relatórios, Ofícios e Informativos sobre o ME, jornais, boletins e panfletos confeccionados e distribuídos pelos estudantes, Inquéritos policiais contra docentes, Folhetos sobre propaganda e contrapropaganda do governo militar e sobre “guerra psicológica”. Esses documentos compunham o acervo digitalizado do Arquivo Nacional, nos seguintes Fundos/Coleção: a) Serviço Nacional de Informações (SNI); b) Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ); e c) Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI/UnB). As fontes encontradas foram lidas, classificadas por temáticas e arquivadas digitalmente.

No pensamento lapidar do historiador Carlos Fico, está explícito a importância de trazer as fontes documentais produzidas pelos órgãos de vigilância do regime militar à esta narrativa sobre a história da psicologia no contexto da ditadura. Segundo o autor,

Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos “verdade” em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos fenômenos, então podemos afirmar que a “verdade” que os documentos da ditadura registram é mobilizadora. (FICO, 2012, p. 58).

Considerando a dificuldade de acesso aos documentos, explicitada acima, recorreremos à memória de personagens que fizeram parte diretamente da história que estamos narrando. A proposta metodológica de expandir a pesquisa documental, unindo-a às fontes orais trouxe um ponto de inflexão importante, pois, pela via da valorização do testemunho, estabelecemos conexões com as fontes documentais, que ampliaram o escopo de análise do trabalho.

3.2.2 Fontes orais

A História Oral conquistou muitos adeptos no Brasil nos últimos anos, ainda que seu termo e seu uso não tenham uma uniformidade de sentido. O termo *história oral* não se configura como um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história realizada com fontes escritas, embora permita construir um discurso de interpretação histórica, rico e complexo, ao incorporar novos sujeitos e ampliar as possibilidades de pesquisa. (JOUTARD,

1998; SELAU, 2004) A história oral pode assumir três formas: história oral de vida; história oral temática; tradição oral. Na primeira, focaliza-se a escuta de toda a vida do depoente; na segunda, prioriza-se a escolha de um tema sob o qual o depoente irá discorrer; e a terceira é aquela que compreende os conhecimentos da tradição oral de povos iletrados. (MELHY, 2000) A modalidade utilizada nesta tese é a da história oral temática, que enfatiza a escuta dos entrevistados sobre um tema específico, qual seja, a história da psicologia na Bahia durante os primeiros anos de formação e consolidação do curso de graduação da UFBA, tendo como pano de fundo a ditadura militar. Através da história oral temática, os depoentes puderam relatar sobre tópicos relativos à história do curso de psicologia e a atmosfera política do período como eixo condutor da narrativa. A história oral possibilitou o resgate de aspectos da vida dos entrevistados que viveram o momento histórico em questão.

A utilização do recurso da história oral permitiu colher o testemunho de atores que integravam o curso de psicologia da UFBA, como discentes ou docentes, no período entre 1968 a 1980. Foi preparado um roteiro temático, seguindo um modelo de entrevista semiestruturada em que os entrevistados relataram suas memórias. O foco temático foi composto pela tríade: 1) a história de formação do curso; 2) a recepção da Psicologia Experimental e da Psicanálise; 3) as lutas e resistência política no contexto da ditadura militar. Durante as entrevistas surgiram depoimentos sobre a história de vida pessoal e profissional das entrevistadas que enriqueceram os relatos. As entrevistas tinham como questões abertas: a) a narrativa livre sobre a vivência na graduação de psicologia; b) memórias sobre o processo de formação do curso, colegas, professores; c) formação teórica nas diversas abordagens psicológicas ofertadas pelo curso de psicologia da UFBA, naquele período; d) participação política, lutas e resistências do corpo discente e docente do curso; e) memórias sobre o contexto político, social e cultural do período e sobre os sujeitos sociais que atuavam nesse momento.

A seleção dos entrevistados se deu a partir do critério de escolha daqueles que estiveram vinculados ao curso de psicologia da UFBA, como discente ou docente, entre 1968 e 1980. Para a seleção dos entrevistados, adotamos a estratégia de articulação de uma rede de participantes, que Meihy (2000) denomina *colônia* e que pode ser iniciada pelo primeiro depoente, o *ponto zero*, que indica outros, formando uma rede de depoentes. O contato inicial foi feito por telefone, convidando a participar da pesquisa, bem como informando sobre os objetivos. A partir dos contatos realizados e da participação aceita, passamos à fase de realização das entrevistas, realizadas no ambiente que melhor se adequasse ao propósito de execução e que estivesse dentro de um padrão de respeito e confidencialidade, com diálogo aberto entre pesquisadora e entrevistadas, evitando-se interrupções, além de serem respeitados os limites e

possibilidades das partes. Dez psicólogas participaram do presente estudo⁸. Sete delas optaram por nos receber em seu próprio domicílio. Duas escolheram realizar a entrevista em suas salas nas universidades onde lecionam; uma concedeu a entrevista por *Skype*, em razão de não residir em Salvador e uma optou por fazer a entrevista em minha residência. Cientes do tema da tese e esclarecidos sobre o compromisso da pesquisadora com o sigilo e demais aspectos éticos, as entrevistas foram gravadas e ao final, as depoentes assinaram a Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral⁹. Cabe um adendo, para registrar três outras entrevistas realizadas, cujos depoimentos não foram incluídos neste trabalho, pois as depoentes não assinaram o termo Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral. Para conduzir a análise das entrevistas, realizamos um alinhamento entre as entrevistas, criando pontos de intercessão entre elas. (MEIHY; HOLANDA, 2007). Os relatos das entrevistas foram tomados como pontos de vista individuais sobre uma parte da história e, nessa perspectiva, foram analisadas e se complementaram.

Após a realização das entrevistas, todas gravadas, foi feita a transcrição e revisão textual. Os relatos contêm informações pessoais, vivências e emoções que se constituem de forma diversa e complementar àquela que apreendemos através das fontes documentais. Por conterem informações, por vezes, de ordem pessoal, optou-se por não as colocar como anexo na tese. Destaca-se, ao longo dos capítulos, trechos relevantes para a presente investigação, recortes que atenderam os objetivos propostos pelo estudo, respeitando a perspectiva da narrativa das entrevistadas, assumindo o compromisso ético da pesquisadora com os sujeitos e com a pesquisa, ou seja, fazer uso dos depoimentos de modo respeitoso e fiel à visão das entrevistadas.

No processo de transcrição foi realizada uma pré-análise por meio da leitura da entrevista, de modo a compor os dados. A partir dos depoimentos transcritos e revisados, teve início o trabalho de construção histórica. As entrevistadas tiveram participação importante na história do curso de psicologia da UFBA, seja no processo de institucionalização do curso, seja na luta e resistência política no período da ditadura. Foram sujeitos ativos dessa história. Trata-se de uma narrativa de pessoas que viveram uma época e a história de um curso nos seus primeiros anos de formação e consolidação. Cada relato apresenta um ponto de vista de sua própria trajetória e contribuição, ou seja, são os fatos de sua trajetória a partir do olhar do presente. No conjunto, as entrevistas se complementam, pois trazem diversos olhares, modos de subjetivação e pontos de vista. Não é a própria história, mas é também um documento, que foi construído a partir do olhar daqueles que testemunharam a história.

⁸ Cf. Apêndice A, p.228

⁹ Cf. Apêndice B, p.232

4 A PSICOLOGIA APLICADA À MEDICINA E À EDUCAÇÃO NA BAHIA: ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFBA

Nesta seção, discutiremos sobre as duas décadas anteriores à regulamentação da psicologia, por sua importância na consolidação da profissão. A psicologia, que anteriormente estava vinculada à medicina e à educação, gradativamente ganhou autonomia, passando a ser reconhecida como disciplina científica. O Brasil vivia, então, sob o regime varguista do Estado Novo¹⁰ e, no bojo do processo de modernização e industrialização, a psicologia passou a ser aplicada no campo da educação superior no Brasil, concentrando-se em duas áreas distintas: educação e trabalho. O profissional de psicologia era, então, denominado psicotécnico e exercia suas atividades voltadas para a resolução de problemas de ajustamento social e solução de problemas. (GIL, 1985)

Na história da psicologia na Bahia, destaca-se nesse período, o papel de três instituições que serão analisadas nesta seção: a Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB); a Clínica Psiquiátrica (CP) da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB); e o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV), espaços acadêmicos formadores das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na Bahia e a exercer a docência no curso de psicologia que seria criado, no final da década de 1960, na UFBA. Enfocaremos, inicialmente, a aplicação da Psicologia nos cursos de licenciatura da FFB e o pioneirismo do educador e diretor da faculdade, Isaías Alves, e do médico psiquiatra e criador do curso de Psicologia João Inácio de Mendonça. Na segunda parte, descreveremos o campo da Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho, que se expandiu com a instalação do IDOV e a influência do seu supervisor, o espanhol Emílio Mira y López. Por fim, abordaremos o papel da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, como espaço de formação e capacitação acadêmica no campo “psi”.

4.1 A PSICOLOGIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: A FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA (1941-1968)

Na década de 1940, o mundo estava em guerra e o Brasil vivia sob o regime político autoritário do Estado Novo. A Bahia iniciou a década governada pelo interventor federal

¹⁰O Estado Novo foi a fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas. Ao todo, Vargas permaneceu no poder de 1930 a 1945, mas a fase do Estado Novo corresponde especificamente ao período de 1937 a 1945. Teve início em novembro de 1937, quando foi realizado o Golpe do Estado Novo, e foi encerrado quando os militares obrigaram Vargas a se retirar do poder.

Landulpho Alves (1938-1942), que nomeou seu irmão Isaías Alves de Almeida como Secretário da Educação e Saúde do Estado. O cenário era, portanto, favorável a Isaías Alves e seus contatos políticos lhe abriram os caminhos para a criação da FFB, em 13 de junho de 1941. O projeto havia sido idealizado pelo irmão marista Augusto Robert, diretor do Colégio Nossa Senhora da Vitória, como uma faculdade para formação de professores para o ensino secundário Normal e Técnico. Posteriormente o professor Herbert Parente Fontes apresentou esse plano a Isaías Alves que decidiu dar andamento. Isaías Alves liderava um grupo de intelectuais, além de professores do Colégio Maristas, comerciantes e políticos que formavam a Liga de Educação Cívica da Bahia, sociedade civil sediada em Salvador desde 1903. A Liga era presidida por Alves e foram seus integrantes que cederam os recursos financeiros necessários para realizar o empreendimento, considerado de grande monta diante do contexto baiano de então. (SIMÕES, 1990; DIAS, 2005; ROCHA, MORAES, CARVALHO, 2010)

Dentro do contexto acadêmico e social da cidade de Salvador, à época, o projeto de implantação de uma faculdade de filosofia era ambicioso. A cidade contava com poucas instituições de ensino superior: as Faculdades de Medicina e de Direito; as Escolas: Politécnica, Agrônômica¹¹ e de Ciências Econômicas; além de Farmácia e Odontologia, que eram anexas à Faculdade de Medicina. Até o censo da época, havia apenas 4.698 graduados. (SIMÕES, 1990, p.23-24). Nesse contexto de baixa oferta de cursos de nível superior, a FFB privilegiou as áreas de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, com o objetivo de preparar professores para o ensino secundário. Para isso, criou os cursos de licenciatura e bacharelado em Pedagogia, Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas. (ROCHA, 2016a; NASCIMENTO, 1987)

Para compor o corpo docente, o diretor Isaías Alves convidou profissionais baianos, leigos e religiosos. Isaías foi criticado por ter escolhido um corpo docente sem formação para o magistério e sem poder incluir os integrantes do grupo de Anísio Teixeira, que haviam declinado do convite¹². Estavam ausentes, também os “[...] livres pensadores, agnósticos ou socialistas [que] sequer foram cogitados[...]”. (SIMÕES, 1990, p. 25) Embora Alves tenha negado quaisquer preferências pessoais, para Simões, que foi professor de filosofia e diretor da

¹¹ Em 1944, o curso superior de agronomia transferiu-se para a cidade de Cruz das Almas, Bahia.

¹²As querelas, pontos de aproximação e desencontros entre Isaías Alves e Anísio Teixeira foram abordados por SILVA, V. M. **No embalo das redes**: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FFCH (1980-1984), a configuração do recém formado corpo docente trouxe prejuízos à FFB, sanados com a realização de concursos públicos posteriores. Não podendo precisar se por problemas de ordem financeira ou se por interesse em compor um grupo com a intelectualidade local, Isaías Alves, de todo modo, estimulou a convivência da instituição com a presença de eruditos que ministraram conferências, cursos e palestras, a exemplo dos professores Emílio Mira y López, Bella Szekely e Helena Antipoff, ainda na década de 1940. (SIMÕES, 1990; SENNA, 1999; SILVA, 2010; SALLES, 2010)

A primeira sede da FFB foi cedida pelo Governo do Estado através de um comodato com a Interventoria. Estava localizada na antiga Escola Normal da Bahia, à Avenida Joana Angélica, n.183 (atualmente nº 1.312), no Bairro de Nazaré, na capital da Bahia. A sede era formada por um antigo edifício central de três andares e mais sete pavilhões térreos, com área externa. Porém, a FFB teve que aguardar do ano de 1941 até 1944 para se instalar, pois o prédio estava emprestado ao Exército. Nesse período ficou alocada provisoriamente na Faculdade de Ciências Econômicas, situada na Praça da Piedade. (SIMÕES, 1990)

Em 1946, a FFB foi integrada à Universidade da Bahia (UBA)¹³, juntamente com a Faculdade de Medicina e suas Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia, a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas. A UBA teve como fundador e primeiro reitor, o médico e professor Edgard do Rego Santos, que se manteve no cargo ao longo de quatro gestões consecutivas (1946-1961). Em 1965, a UBA passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia – UFBA¹⁴. (TOUTAIN; SILVA, 2010)

A Cidade da Bahia, como se referem moradores mais antigos, passou por importantes transformações, a partir desse período. No dizer do antropólogo Antônio Risério (2000), Salvador, que nunca foi uma cidade “enclausurada ou circunscrita”, que sempre foi “ventilada e colorida”, tem uma história de intensa agitação e modernização cultural, conjugada a um processo de expansão econômica e atualização urbano-industrial. Essa conjunção gerou um dinamismo de vanguarda à Bahia, cosmopolita e inovador, de agregação de culturas internacional e local, que circulou em meio à juventude universitária baiana, desembocando no Cinema Novo, na Tropicália e outras produções culturais. Em 1950, havia 417 mil habitantes em Salvador, crescimento significativo para uma década, pois em 1940 eram 290 mil habitantes. O aumento populacional se deu em função do aumento expressivo do fluxo migratório, elevação

¹³ A Universidade da Bahia foi criada em 8 de abril de 1946, através do Decreto-lei nº 9.155 e foi federalizada por meio da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

¹⁴ A partir da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, as Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, passaram a ser qualificadas de federais.

da taxa de natalidade e redução nos níveis de mortalidade. Nessa época, o principal meio de transporte era o bonde que ligava os bairros ao centro da cidade, onde ficava a tradicional e elegante Rua Chile, com seus cafés e lojas caras e sofisticadas. Subindo a Rua Chile, chegava-se à Sorveteria Cubana e podia-se apreciar a vista da Baía de Todos os Santos ao lado do Elevador Lacerda. A Avenida Oceânica estava em construção e o Estádio da Fonte Nova havia sido entregue no ano anterior. A Universidade da Bahia dinamizou a vida cultural e várias inovações nas artes aconteceram com o protagonismo de profissionais destacados internacionalmente trazidos a Salvador para implementar as Escolas de Teatro, de Música e de Dança. O cinema ganhou espaço na cidade, especialmente a partir do Clube de Cinema da Bahia (CCB), fundado pelo crítico cinematográfico Walter da Silveira. Em 1962, Glauber Rocha lançou *Barravento*, seu primeiro longa-metragem. O cineclube Walter da Silveira, a Casa da França, o Teatro Vila Velha e o Museu de Arte Moderna da Bahia foram instituições que investiram na divulgação das artes em Salvador. Foi um período de renovação também no campo da educação pública. Anísio Teixeira deixou um legado importante para a educação, criando uma escola modelo, enquanto era secretário de Educação e Cultura (1947-1951) do governo de Otávio Mangabeira. O Colégio Estadual da Bahia (Central) era, reconhecidamente, um dos melhores colégios da cidade, disputado pelos melhores alunos e agregava espetáculos culturais, que reunia a juventude da época. (RISÉRIO, 2000)

No âmbito econômico, o Estado da Bahia – que até então vivia às custas de um modelo agroexportador, com concentração de riqueza e profunda desigualdade social – a partir da década de 1960, passou por mudanças, com o projeto de modernização pensado para o Estado, possibilitando que a Bahia ingressasse, decisivamente, no movimento de expansão industrial brasileiro, integrando a economia local ao processo de crescimento nacional da década de 1960, encerrando o longo período de decadência e estagnação da economia baiana, iniciado no século XIX.

Nesse período, foram realizados alguns investimentos estatais em infraestrutura (por exemplo, BR-116 (Rio-Bahia), Hidrelétrica de Paulo Afonso), porém, os marcos decisivos para essas mudanças foram a localização de reservas petrolíferas no Recôncavo baiano, o início das atividades de prospecção e extração do óleo, a instalação da Refinaria Nacional de Petróleo em Mataripe, em 1950, e a fundação da Petrobrás em 1953. Esses investimentos, por sua vez, induziram uma série de outras atividades, tanto na área industrial, quanto nas áreas comerciais e culturais. (DIAS, 2005, p. 129)

Com o golpe de 1964, as universidades brasileiras sofreram perseguição, vigilância e repressão. Do ponto de vista estrutural, porém, um dos grandes baques sofridos pela FFB veio

depois da Reforma Universitária, em 1968, com a perda de dez cursos de graduação. A Faculdade ficou apenas com Filosofia, Ciências Sociais e História, fato que, somado à precariedade de suas instalações e baixos recursos orçamentários, chegou a ameaçar sua existência. A abertura do curso de Psicologia, nesse mesmo ano, agregou valor à agora denominada Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), dinamizando a instituição a partir da grande demanda de alunos interessados no novo curso. (ARAPIRACA, 1979; NASCIMENTO, 1987; SIMÕES, 1990; MARTINS, 2009)

Em 1969, a FFCH se mudou para sua segunda sede, na antiga FMB no Terreiro de Jesus. A transferência provocou muita polêmica, não sendo aceita e considerada inconveniente pelo pessoal da Medicina. Ademais, as instalações eram precárias e as condições de funcionamento tinham inconvenientes de ordem sanitária, pois, além do matagal no jardim interno, parte do telhado estava destruído, além do que foram encontradas ossadas de fetos e o cheiro de carne humana não era raro, talvez pelo fato do Instituto Médico Legal (IML) funcionar no prédio ao lado.

A transferência para a terceira sede ocorreu em 1974, agora, de modo definitivo. O local, situado na Estrada de São Lázaro, bairro da Federação, possuía uma grande e bucólica área verde com um antigo casarão que havia sido originalmente o noviciado e casa de retiro das irmãs Ursulinas, posteriormente adquirido pelo MEC, na gestão do ministro Clemente Mariani, para instalação do Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (CRINEP). E mais uma vez, a FFCH enfrentou condições precárias, com problemas de segurança, infraestrutura, iluminação e transporte. (NASCIMENTO, 1987; SIMÕES, 1990; SENNA, 1999)

Foi nesse contexto de formação da Faculdade de Filosofia que a psicologia passou a ser aplicada no campo da educação superior na Bahia e voltada para a formação de professores. De fato, a FFB havia sido criada para formar professores do Ensino Médio e Fundamental e seus cursos de licenciaturas viriam suprir uma carência, pois não existiam faculdades para esse fim na Bahia. Isaías Alves que já possuía uma trajetória no campo psicológico e educacional anterior à fundação da FFB, defendia a causa e reconhecia a necessidade de capacitar professores.

Isaías Alves é lembrado como fundador da FFCH, por sua importância para a institucionalização de vários campos científicos na Bahia e, ainda, por suas posições políticas, ideológicas e religiosas, como católico fervoroso, nacionalista extremado e integrante, em uma

fase de sua vida, do Movimento Integralista Brasileiro¹⁵. (DIAS, 2005; ROCHA, 2016a) Aqui, nos cabe salientar a contribuição de Isaías Alves para a História da Psicologia e da Educação no Brasil. Rocha (2010, 2011) organizou e analisou a documentação que compõe o acervo pessoal de Isaías, tendo investigado a trajetória e as experiências realizadas por ele, com a psicometria e os testes de inteligência, nas escolas primárias. Reconhecido como pioneiro, contribuiu fortemente para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, investigando sobre o uso de psicotestes e medidas psicológicas, tendo desenvolvido metodologia de pesquisa em estudos longitudinais do desenvolvimento infantil. (LOURENÇO FILHO, 1971; CAMPOS, 2001; ROCHA; MORAES; CARVALHO, 2010)

Isaías Alves (1888-1968) nasceu no interior da Bahia, na cidade de Santo Antônio de Jesus, onde viveu até 1903, ano em que se mudou para a capital baiana, a fim de cursar o secundário no Colégio Carneiro Ribeiro. Em 1905 já começou suas atividades na docência, atuando como professor primário no Ginásio Ypiranga, o qual passou a dirigir a partir de 1911, um ano após se diplomar pela Faculdade de Direito. Ocupou vários cargos e ao longo de sua vida profissional passou por várias instituições. Fez concurso para professor secundário no Ginásio da Bahia¹⁶, defendendo a tese *Da fonética inglesa*, ali permanecendo até 1931, quando foi transferido para a cátedra de Psicologia Educacional da Escola Normal da Bahia¹⁷. Assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia e foi nomeado para o Conselho Nacional de Educação (CNE), entre 1931 e 1958. Foi convidado por Anísio Teixeira, diretor geral da Instrução Pública, a assumir a direção do Serviço de Testes e Medidas Escolares do Distrito Federal (1932-1935). No governo de Getúlio Vargas, entre 1933 a 1938, assumiu a chefia do Serviço de Testes e Escalas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e desempenhou funções técnicas no Departamento Nacional de Educação. (ANTUNES; ROCHA, 2001; SILVA, 2010; RABELO, 2017)

¹⁵O Integralismo foi um movimento que formou um partido político, surgido no Brasil na década de 1930 e influenciado pelos ideais e práticas fascistas que se desenvolveram na Europa após o fim da I Guerra Mundial. O movimento de extrema-direita foi fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, quando o jornalista Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro. O lema do Integralismo “Deus, pátria e família” serve como ponto de partida para se entender as propostas do movimento que ficou conhecido como o fascismo brasileiro.

¹⁶O antigo Ginásio da Bahia é uma tradicional escola de ensino médio localizada no centro de Salvador. Foi criado pelo ato n. 33, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 7 de setembro de 1837, inaugurando o ensino secundário na Bahia. Em 1949 foi designado oficialmente Colégio Estadual da Bahia - Central. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145> Acessado em 31 ago 2020.

¹⁷Em 1890, a Reforma Benjamin Constant introduziu noções de psicologia junto à disciplina de Pedagogia no currículo das Escolas Normais.

Foi, provavelmente, a primeira pessoa a utilizar testes psicológicos na Bahia, integrando-se ao movimento nacional de disseminação do uso de testes psicológicos no campo educacional. A partir de seus estudos com aplicação de testes em escolares na Bahia, Isaías publicou livros e artigos nos quais defendeu a utilização dos testes na organização das classes escolares, a partir da distinção do Coeficiente de Inteligência dos alunos. Elaborou a adaptação brasileira das provas de Binet-Simon, para uso com crianças e adolescentes, na faixa etária entre 3 a 18 anos, que publicou, em 1926, nos *Annais Médico-Sociais da Bahia*. No livro *Teste Individual de Inteligência*¹⁸, o educador apresentou os resultados da aplicação do Teste de Inteligência de Binet – Simon – Burt em 2.463 alunos de escolas públicas e particulares através do Centro de Pesquisas Psicopedagógicas do Gymnasio Ypiranga – Bahia. Em 1930, publicou o livro *Os testes e a reorganização escolar*¹⁹. Isaías credits ao livro *Tests*, de Medeiros e Albuquerque²⁰, publicado em 1924, e do qual tomou conhecimento no mesmo ano, o contato com vários títulos de obras estrangeiras e que buscou adquirir de pronto, passando em seguida ao seu estudo. (ROCHA; MORAES; CARVALHO, 2010; SOARES, 2010; BARBOSA, 2011; ROCHA, 2011; RABELO, 2017)

Entre junho de 1930 e maio de 1931, Isaías frequentou o *Master of Arts* e se graduou como *Instructor of Psychology* pelo *Teachers College, Columbia University* - TC/CU, curso destinado aos que “[...] pretendiam lecionar psicologia nos departamentos de educação de universidades, faculdades de formação de professores ou escolas normais”. (RABELO, 2017, p. 7) Ao retornar do mestrado nos Estados Unidos, ele apresentou um relatório da viagem que, em 1933, foi publicado pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, com o título *Da Educação nos Estados Unidos*²¹. Durante seu mestrado, Isaías teve como professores Arthur I. Gates (Curso Profissional para instrutores de psicologia e Diagnóstico e tratamento de anormalidades em estudos do ensino primário); Goodwin Watson (Curso de Psicologia educacional); Arthur Gates (Curso de Psicologia educacional adiantada); Rudolph Pintner (Curso de Testes mentais e educacionais); William McCall (Curso de Mensurações na educação elementar); e Edward L. Thorndike²² (Curso de Psicologia das matérias do ensino primário). (RABELO, 2017)

¹⁸ALVES, Isaias. **Teste individual de inteligência**. Salvador: Oficinas Graphicas da Luva. 1928.

¹⁹ALVES, Isaias. **Os Testes e a reorganização escolar**. Salvador: A Nova Graphica, 1930.

²⁰Medeiros e Albuquerque foi Diretor da Instrução Pública e organizou um Laboratório de Psicologia Experimental em 1906.

²¹ALVES, Isaias. **Da educação nos Estados Unidos** (relatório de uma viagem de estudo). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

²²Edward L. Thorndike foi um psicólogo estadunidense, considerado um dos precursores da psicologia educacional e com posição de destaque no *Teachers College* da *Columbia University*. Foi professor de Isaías e referência constante nos outros cursos que ele frequentou durante o mestrado. Geralmente classificado como psicólogo

Na FFB, Isaias Alves, além de diretor, era o professor catedrático de Psicologia Educacional e ministrava as disciplinas nas licenciaturas e no curso de Pedagogia, com conteúdo voltado para a aplicação da Psicologia à Educação e ênfase em psicometria, psicologia do desenvolvimento e psicologia da aprendizagem²³. Além da cadeira de Psicologia Educacional, havia uma segunda cátedra de Psicologia, exclusivamente para o curso de Filosofia, que era ministrada pelo professor e médico psiquiatra João Inácio de Mendonça²⁴.

João Inácio Mendonça (1903-1969) foi empossado no cargo de professor catedrático de Psicologia da FFB pelo diretor Isaias Alves, em 1942²⁵. Na FFB, foi também membro do Conselho Técnico Administrativo, como representante da seção de Filosofia, que se transformou em Conselho Departamental em 1950 e Coordenador do curso de especialização em Orientação Educacional²⁶. Seu ingresso na FFB foi fruto de uma dinâmica e influente trajetória no campo médico psiquiátrico na Bahia. Formou-se em 1926 pela Faculdade de Medicina da Bahia, berço de outros grandes nomes da medicina da Bahia, como Arthur Ramos (1903-1949) e Afrânio Peixoto (1876-1947). (ANTUNES, 2001; PENNA, 2001) Atuou como médico perito criminológico num período em que a Medicina Legal detinha um forte aparato institucional, prerrogativa legal de legitimidade social advindas dos médicos legistas que o precedeu, em especial Nina Rodrigues. João Inácio dirigiu o manicômio do Estado Hospital Juliano Moreira (1938 a 1947). Foi Médico-chefe da Penitenciária do Estado da Bahia (1926 a 1940), Diretor do Instituto de Criminologia (1935 a 1938) e membro suplente do Conselho Penitenciário (1934-1940). Participou de diversas sociedades profissionais. Consta no seu currículo uma lista de 124 trabalhos, em sua maioria, perícias, laudos, pareceres, relatórios e

conexionista, seus estudos se voltavam principalmente aos testes de inteligência e processos de aprendizagem, dedicando especial atenção ao ensino de inglês e de matemática a partir de metodologias com bases psicológicas. Um de seus trabalhos considerados mais importantes, citado por Isaias no relatório de viagem, são os três volumes intitulados *Educational Psychology*, publicados entre 1913 e 1914. (RABELO, 2017)

²³Algumas mudanças na legislação haviam favorecido a incorporação de disciplinas de Psicologia no programa dos cursos de licenciatura, a partir da década de 1940: o Decreto-Lei nº 9.092, de 26.03.1946, que estabeleceu a obrigatoriedade do curso de Psicologia Aplicada à Educação para o diploma de licenciado; e a Portaria nº 272, de 13.04.1946, emitida pelo Ministério da Educação e Saúde que regulamentou os diplomas de especialização, inclusive o de psicólogo. (SOARES, 2010)

²⁴Foram encontrados alguns trabalhos acadêmicos que grafam o nome do professor como João Ignácio. Adotamos a grafia João Inácio, sem a letra G, que é a mesma encontrada no seu registro funcional da UFBA, existente nos arquivos da FFCH.

²⁵Termo de Posse do professor João Inácio de Mendonça, extraído do Livro de Posse, fl. 1, verso – Corpo Docente. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

²⁶De acordo com a LDBE/61 - Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961, Art. 63: Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério; Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

boletins, dentre outros documentos, que demonstram atuação efetiva no conselho penitenciário da Bahia. (COSTA, 1997; CARVALHO, 2001; SILVA, 2010) Em sua atividade profissional, como médico perito da Penitenciária do Estado da Bahia, Joao Inácio de Mendonça seguia os postulados da Biotipologia Criminal. Possuindo boas relações com os biotipologistas cariocas, em 1933 escreveu o livro *Biotipologia Criminal*²⁷, com o endocrinologista Waldemar Berardinelli, considerado uma das referências do estudo da biotipologia. Em 1934, publicou o artigo *A escola biotipológica em criminologia*.

Criada por volta de 1920 pelo biólogo alemão Ernest Kretschmer, a biotipologia representou até os anos 50 uma espécie de antropologia criminal neolombrosiana, na medida em que buscava uma conciliação entre o organicismo de Lombroso e a vertente sociológica de seus opositores, como Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde. Segundo Kretschmer, portanto, seria possível classificar os indivíduos com base na sua constituição geral, partindo de categorias definidas não só em função de caracteres antropométricos (craniofaciais, por exemplo), antroposcópicos (cor da pele, etc.) e fisiológicos (como as funções muscular e cerebral), como também de acordo com um conjunto de particularidades psicopatológicas. Constrói-se, dessa forma, quatro grandes tipos morfológicos (ou biótipos, somatótipos, etc.), a partir dos quais far-se-ia o enquadramento de toda a humanidade: os tipos asteno longuilíneo ou leptossômico, pícnico atlético e displástico (COSTA, 1997, p.157)

Ademais, João Mendonça exercia, desde 1935, o cargo de professor das cadeiras de Psicologia, Lógica e Ética e de Sociologia do curso superior em Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, que passou a acumular com a cátedra de Psicologia da FFB que ingressou em 1942²⁸. João Mendonça concorreu, em 1946, à vaga de professor catedrático de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, em que saiu vitorioso o professor Nelson Pires.

Novas configurações políticas ocorreram no campo da psicologia e, a partir da década de 1950, grupos nacionais começaram a se organizar em prol da regulamentação da profissão de psicólogo. João Mendonça acompanhava os debates e participava do movimento nacional e de eventos organizados em outros Estados, como o I Congresso Brasileiro de Psicologia, que recebeu também a denominação de II Congresso Latino-americano de Psicologia, realizado em

²⁷BERARDINELLI, W; MENDONCA, J. I. de. Biotipologia criminal. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1933. 183 p.

²⁸Ambas as faculdades foram federalizadas de acordo com a Lei 1.254 de 04.12.1950, com a denominação Universidade da Bahia – UBA.

1953, no Rio de Janeiro, e integrou a comissão de elaboração do anteprojeto de regulamentação da profissão. (BAPTISTA, 2010)

[...] a ambição de unificar a psicologia, definindo-a como ciência e profissão, teve como motor um conjunto de práticas psicológicas que já eram exercidas nos anos 50 e 60 do século XX, sem que houvesse uma “base científica” que as legitimasse. Eram, portanto, práticas não científicas, que corriam o risco de se confundir com o charlatanismo. Assim, a definição da psicologia como profissão e como ciência visava fornecer um marco legal as práticas psicológicas, separando a ciência do senso comum. (CORREA DA FONSECA, MORAES, 2012, p. 72)

João Mendonça vislumbrou, nesse cenário, a possibilidade de encampar um projeto de formação do curso de psicologia na Bahia que beneficiaria, de imediato, seus alunos e futuros graduados do curso de Filosofia. O extenso e detalhado programa de curso, que apresentou ao Conselho Departamental, dá provas de sua preocupação com a preparação dos alunos de filosofia para atuarem profissionalmente com a psicologia. O conteúdo programático estava organizado no modelo seriado, adotado, então nas universidades brasileiras, conforme mostra o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Programa anual de Psicologia para o curso de Filosofia da FFB - 1957

Série	Conteúdo programático
1 ^a	<p>Psicologia da Personalidade: Breve histórico da psicologia da personalidade. Conceito, origens e desenvolvimento. Determinismos dos atos humanos. Técnicas de investigação da personalidade. Classificação dos tipos de personalidade.</p> <p>Personalidades: viscerotônicas, ciclotímicas, somatotônicas, passionais, cerebrotônicas, esquizotímicas, emotivas, imaginativas, compulsivas, histriônicas, antissociais, intrassociais, outros tipos.</p> <p>Aplicações às personalidades normal, fronteira e patológica. Reajuste e higiene da personalidade. Dinamismo de ajustes da personalidade. Problemas atuais da psicologia da personalidade.</p>
2 ^a	<p>Psicologia Geral: Conceito atual de Psicologia Geral e seu entrosamento com as Ciências Sociais. Técnicas de investigação das funções mentais. Classificação dos fatos psicológicos.</p> <p>Conceito de afetividade. Tônus afetivo e personalidade. Emoções e personalidade. Sentimentos e personalidade.</p> <p>Conceito de afetividade. Tônus afetivo e personalidade. Emoções e personalidade. Sentimentos e personalidade.</p> <p>Conceito de Atividade. Reflexo e personalidade. Tendências ou inclinações instintivas e personalidade. Hábitos e personalidade. Lições e personalidade. Caráter e personalidade.</p>

	<p>Conceito de inteligência. Sensopercepção e personalidade. Atenção e personalidade. Memória e personalidade. Imaginação e personalidade. Ideação e personalidade. Associação e personalidade. Juízo e personalidade. Raciocínio e personalidade. Pensamento e personalidade.</p> <p>Expressão e personalidade. Linguagem e Personalidade. O consciente, o Inconsciente e a personalidade.</p>
3 ^a	<p>Psicologia Social: Conceito e relação com a biologia, psicologia, sociologia e economia. Níveis da psicologia social e sua classificação. Técnicas de investigações.</p> <p>Condicionamento da vida psicossocial: históricas, geográficas, biológicas, econômicas, culturais e situacionais. Biomotivos, psicomotivos e sociomotivos. O fato social e seus critérios. O processo de interação: psicológicos, psicossociais e sociais. Comunicação e suas modalidades: a linguagem, o papel da identificação, faculdades da comunicação. As migrações. As minorias. O estudo das opiniões e os boatos. Os prejuízos sociais. A publicidade, a propaganda e a censura. As multidões. Psicossociologia das organizações sociais (profissionais, econômicas, políticas etc.).</p> <p>Definição, classificação e metodologia dos grupos restritos. Formação, estrutura e funcionamento dos pequenos grupos. Interação em grupos restritos. Clima social e moral do grupo: conflitos e tensões no seu interior. Os fatos da direção (liderança), dirigentes e dirigidos. Interação grupal, conflitos e defesa dos grupos restritos. A família, as condutas sociais e o casamento, parentes e crianças. O grupo de trabalho. Outros grupos restritos.</p> <p>Desenvolvimento da sociabilidade, socialização e formação da personalidade. A identificação e a formação do comportamento econômico e moral. Vida social e afetividade. Vida social e inteligência. Fracassos da socialização: o delinquente. O processo da ressocialização.</p> <p>Status e papel individual nos grupos, consciência de classe. As atitudes: aquisição, medida, mudança e persistência. independência. Autoridade e submissão. Simpatia e antipatia. Conjunção e disjunção. As necessidades humanas. As frustrações e agressões na conduta humana.</p>
4 ^a	<p>Aplicações da psicologia e as escolas psicológicas. Aspectos psicossociais na produção, na circulação, na repartição, no consumo, no bem-estar. Orientação e seleção profissional. Desajustes e reajustes profissionais. Contribuição da Psicologia à Indústria, Comércio, Serviço público e ao trabalho em geral.</p> <p>Aplicações da Psicologia à criminologia: Delinquência infantil. A delinquência no adolescente. A delinquência no adulto e no velho. Contribuições da Psicologia à prevenção e ao reajuste da delinquência.</p> <p>Aplicações da Psicologia aos casos fronteiros com a normalidade: Problemas. Frustrações. Conflitos. Psiconeuroses. O tratamento por meios psicológicos (psicoterapia).</p> <p>As escolas psicológicas de maior interesse atual: A psicologia social; A psicologia da personalidade. A psicologia gestáltica. A neo-psicanálise. A psicologia reflexológica e neo-condutista.</p> <p>A pesquisa em psicologia: A formação e a informação do pesquisador. Laboratórios e Institutos de Psicologia. Cursos e Faculdades de Psicologia. Técnicas especiais de pesquisa. Normas de pesquisa e sua apresentação. Exercícios de pesquisa. Doutorado, especialização e aperfeiçoamento.</p>

Esse detalhado e extenso programa de curso proposto para ser ministrado aos graduandos de filosofia, demonstra, por si só, o empenho do professor catedrático João Mendonça em capacitar os alunos de Filosofia acerca das teorias e técnicas psicológicas. O programa era distribuído ao longo dos quatro anos da graduação, e, em cada série (ano letivo) o conteúdo foi detalhado, não só em tópicos gerais, mas, também em subtópicos. O programa do curso previa, também, atividades práticas durante os quatro anos do curso, com exercícios de observação psicológica, pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários, excursões e visitas, preparação de fichários e uso de psicotestes de avaliação de personalidade, inteligência e funções mentais, com uso dos psicotestes: Teste de Rorschach, Teste de Apercepção Temática (TAT), Teste das Matrizes Progressivas de Raven e Escalas de Wechsler.

Desse modo, a inserção da psicologia no campo da educação na FFB contribuiu para a formação dos primeiros profissionais da psicologia. Os licenciados começaram a atuar profissionalmente em setores como a educação, trabalho e clínica, ocupando um mercado de trabalho carente de profissionais de psicologia. No período, o uso de psicotestes era dominante e um instrumento privilegiado que demarcava o campo de atuação no cenário baiano. A criação do curso de psicologia seria o caminho promissor para a continuidade de profissionalização desse segmento.

João Mendonça trouxe como justificativa no seu projeto de formação do curso, a extinção do charlatanismo e do estelionato profissional de pessoas que exerciam a psicologia sem idoneidade moral. A preocupação com o charlatanismo estava presente nesse momento da regulamentação da profissão, como demonstra o Parecer nº 403/1962 do Conselho Federal de Educação²⁹, documento que fixou o Currículo Mínimo de psicologia.

[...] é preciso que desde logo se procure elevar esse curso a um nível de qualificação intelectual e de prestígio social que permita aos seus diplomados exercer os misteres do trabalho psicológico de modo eficaz e com plena responsabilidade. Para isto, é imperativo que se acentue o caráter científico dos estudos a serem realizados, que só assim há, de ser possível assegurar a Psicologia, a posição de relevo que lhe cabe no concerto das chamadas profissões liberais e, *pari passu*, evitar as improvisações que, do charlatanismo a levariam, fatalmente ao descrédito. (BRASIL, 1962)

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 403 do CFE**, de 19 de dezembro de 1962. Dispõe sobre o currículo mínimo dos cursos de Psicologia. Disponível em: <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Conforme descreveu também no projeto do curso, Mendonça pretendia gerar novas oportunidades de trabalho para os diplomados pela Faculdade de Filosofia e proporcionar capacitação profissional no âmbito regional, pois o curso da FFB seria o primeiro da região Nordeste e atenderia uma grande demanda, não só local, mas também de outros Estados.

Ocorre, porém, que a institucionalização do curso de psicologia na FFB, desde as primeiras tentativas de efetivação de um projeto de formação do curso, sofreu reveses, atrasos burocráticos e tentativas de obstrução do prosseguimento para sua instalação no início da década de 1960, conforme almejava seu idealizador. João Mendonça refere-se a “resistências da reitoria e diretorias”, “luta contra o tradicionalismo de diretores e professores” e até uma “longa hibernação” do processo, por parte de um conselheiro relator.

Malgrado as várias tentativas feitas por Mendonça, que encampou o projeto, a criação do curso de graduação em Psicologia, na FFB, levou um longo período para ser aprovado. Em documento encaminhado à direção da Faculdade de Filosofia, em 30 de novembro de 1961, ele solicitou providências para que o curso fosse iniciado em 1962. A essa correspondência, João Mendonça anexou duas laudas com a proposta de organização do curso, apresentando os fundamentos sociais e profissionais que justificariam a graduação e dando outras informações sobre processo de seleção e as disciplinas a serem ministradas na 1ª série, dentre outros dados sobre local, professores e coordenação do curso. Ratificou que todos os anexos necessários, como projeto e orçamento, já haviam sido apresentados³⁰.

Não podendo afirmar, se por razões políticas ou por interesses corporativistas, Carvalho (1979b) registra em sua dissertação que, no final da década de 1950, qualquer pretensão de criação de um curso autônomo de psicologia, que se pretendesse criar na então FFB, não seria aceita pelo reitor Edgard Santos, que se posicionava de modo politicamente contrário aos professores catedráticos Isaías Alves e João Mendonça. A divergência entre Isaías Alves e Edgar Santos foi analisada por alguns pesquisadores como algo do campo da disputa pessoal e também política e parece ter tido consequências financeiras para a FFB, sempre carente de recursos que a reitoria direcionava para importantes projetos no campo da cultura e desenvolvimento regional em áreas diversas às Ciências Humanas. (DIAS, 2005; SILVA, 2010; RISÉRIO, 2013)

³⁰Projeto protocolado sob o número 4252 e fl. 141 do livro 5 do protocolo da porta em 30.11.1961. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

Carvalho (1979b) pondera sobre as resistências e disputas de ordem política e mercadológica, a começar pela própria Faculdade de Filosofia, onde o curso seria instalado³¹. Um episódio que demonstra a preterição de João Mendonça dentro da própria FFB ocorreu em 1966, quando o diretor e professor Thales de Azevedo, publicou o Edital nº 10³², constituindo uma comissão, para tratar, em regime de urgência, sobre a instalação do curso de psicologia. A comissão era composta pelos professores Antônio Pithon Pinto, do Departamento de Pedagogia e Didática, Auto José de Castro, do Departamento de Filosofia, e Joaquim Batista Neves, do Departamento de Ciências Sociais. Além de excluir João Mendonça, o diretor solicitou que a comissão opinasse sobre as providências a serem adotadas para a realização do curso tais como: a regência das disciplinas; o material didático e equipamentos necessários aos gabinetes de natureza experimental; as matérias do concurso de habilitação; a execução das providências e medidas, assim como a respeito do exercício da coordenação do curso. Elegante e corretamente, o professor Auto José de Castro declinou da indicação e sugeriu o nome de João Inácio de Mendonça para substituí-lo³³.

Também no âmbito da reitoria e do Conselho Universitário, dominado pelas escolas tradicionais: Medicina, Direito e Politécnica, havia resistência a João Mendonça. (ROCHA; MORAES; CARVALHO, 2010) Conforme Carvalho (1979b), o professor João Mendonça contava com uma disposição pouco favorável a seus propósitos, o que foi capitalizado por outros catedráticos, principalmente de psiquiatria da Faculdade de Medicina, que desejavam chamar para aquela faculdade a formação psicológica.

O fato é que o processo de implantação e consolidação do curso de psicologia na Universidade Federal da Bahia só ocorreu no final da década de 1960, depois de quase uma década de intensas tratativas burocráticas para sua efetivação. Mas, de todo modo, ao longo dessas duas décadas, entre a fundação da FFB e a criação do curso de psicologia, foram sendo gestadas as bases de uma futura disciplina autônoma de psicologia e a formação dos futuros profissionais que se capacitariam para atuar no campo psicológico na Bahia, na sua fase inicial.

É exatamente em termos de capacitação que o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) se mostrou como um espaço privilegiado para a psicologia aplicada à educação e ao trabalho

³¹ De acordo com o Art. 1º do Capítulo I da Lei 4.119, de 27.08.1962, que dispôs sobre os cursos de formação em psicologia e regulamentou a profissão de psicólogo, “A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdade de Filosofia em curso de bacharelado, licenciado e Psicólogo”.

³² Edital nº 10, de 24 de agosto de 1966, da FFCH. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

³³ Documento registrado sob nº 5360, fl. 56 do Livro nº 10 de Protocolo de Porta, em 13.09.1966. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

no contexto da realidade baiana, oportunizando a formação profissional dos pioneiros desse curso, como veremos a seguir.

4.2 O INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL (1958-1968): CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO DO CAMPO PSICOLÓGICO NA BAHIA

Seguindo a teia construída no tópico anterior, sobre as disputas políticas entre a reitoria e a FFB, resgatamos a contribuição da pesquisadora e psicóloga Rita Rapold (2003) quando esta aponta que a criação do IDOV e sua implantação, entre 1958 e 1959, vinculada à Reitoria “[...] provocou novas e acirrou antigas animosidades entre aqueles que de diferentes formas e ângulos se dedicavam ao estudo e à prática no campo da psicologia na universidade[...]” e “[...]talvez tenha sido uma tentativa de contemporizar as disputas internas que existiam na universidade entre alguns setores ligados à prática psicológica.” (RAPOLD, 2003, p. 99-100) Para a autora, ficou evidente, a configuração que o Reitor Edgar Santos pretendia implantar no IDOV desde a primeira reunião do grupo técnico. Além do próprio reitor Edgar Santos e seu oficial de gabinete Albérico Fraga, estavam presentes Emílio Mira y López³⁴ e suas convidadas Giscele Mattos e Doreen Rosas, o psiquiatra Norival Sampaio, as professoras assistentes de Isaías Alves, Guiomar Florence e Alice Costa. (ROSAS, 2001) Como se observa, os professores Isaías Alves e João Mendonça não estavam presentes. (RAPOLD, 2003). Tais ausências não coadunam com a trajetória de ambos como docentes de psicologia e na diretoria da FFB, no caso de Isaías. Como vimos na seção anterior, já se articulava, então, uma luta nacional em prol da regulamentação da profissão e o professor João Mendonça era um dos seus integrantes, desde 1954, o que revela também a articulação que o professor já fazia em prol da instalação do curso de psicologia na FFB. (RAPOLD, 2003; BAPTISTA, 2010; CARVALHO, 2012)

Assim, o IDOV foi criado para funcionar como parte integrante da estrutura da Universidade da Bahia (UBA) e vinculado diretamente à Reitoria. O reitor Edgard Santos convidou o psiquiatra espanhol Emílio Mira y López (1896-1964) para assumir a direção do novo Instituto. Em período anterior à instalação do IDOV, no ano de 1955, Mira y López já havia sido convidado pela Reitoria da Universidade da Bahia e pela Clínica Psiquiátrica para

³⁴Emílio Mira y López (1896-1946), reconhecido psicólogo e psiquiatra espanhol, deu uma importante contribuição à psicologia brasileira e de outros países. Destacamos aqui sua atuação como chefe do Instituto de Orientação e Seleção de Pessoal (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro e como Diretor do Instituto de Orientação Vocacional em Salvador. Mira y López influenciou vários profissionais e teve um papel destacado também durante a regulamentação da profissão e dos cursos de psicologia no país. ((ROSAS, 2001; SEIDL-DE-MOURA, 2012).

ministrar conferências e cooperar com a instalação do Centro de Orientação Infante Juvenil (ROCHA, 2018). Conforme a autora, o Centro de Orientação Infante Juvenil vinculado à Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da UFBA, foi o precursor do IDOV.

A implantação do IDOV está fortemente vinculada ao trabalho político e de formação no campo psicológico, desenvolvido pela Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB. Por influência do professor Nelson Pires junto ao Reitor Edgard Santos, o IDOV esteve sob a direção do psiquiatra Norival Sampaio, que era integrante da CP, o que evidencia uma estratégia de condução do campo da psicologia para a seara médico-psiquiátrica, ao tempo em que se afastava o catedrático de psicologia, professor João Mendonça, do seu campo de influência. (RAPOLD, 2003)

Como primeiro centro de orientação vocacional ligado à Universidade, o IDOV objetivava atender a população jovem da cidade de Salvador, de forma a auxiliar na escolha da profissão e em certa medida no acompanhamento e assistência psicológica. A clientela, diversificada, incluía jovens de vários níveis socioeconômicos, alunos majoritariamente do nível secundário que buscavam o IDOV com o objetivo de definição profissional. Havia também alunos de faculdade insatisfeitos com o seu curso. (RAPOLD, 2003)

O professor Mira y López formou uma equipe de ex-alunos da Faculdade de Filosofia (licenciados e bacharéis em filosofia e pedagogia) dois médicos, um estatístico, três técnicos em educação, e outros graduados de nível superior. O IDOV passou a funcionar sob a coordenação de Alice Costa e com a direção técnica do psiquiatra Norival Sampaio. Evidenciava-se, com a direção técnica do psiquiatra Norival Sampaio, a priorização que era dada à psiquiatria no trato das questões de orientação vocacional, enquanto a presença de assistentes do Professor Isaías Alves em seu curso de pedagogia, privilegiava conteúdos voltados ao uso de psicotestes na avaliação psicológica. (RAPOLD, 2003) Os psicólogos e psicotécnicos que aí atuaram, sob supervisão técnica de Mira y López, fizeram parte da primeira geração de psicólogos registrados como tal, após a aprovação da Lei 4.112.

As alunas de pedagogia eram maioria. No grupo inicial, apenas Doreen Rosas era oriunda da filosofia. Mercedes Carvalho, que ingressará no IDOV seis meses depois, no início dos trabalhos, também tinha origem no curso de Filosofia. Essa composição do corpo técnico parece evidenciar a não participação de João Mendonça e seus alunos na criação e instalação desse Instituto. Considere-se que o diretor técnico era um psiquiatra, de alguma forma ligado à clínica psiquiátrica e declaradamente ligado ao então reitor Edgar Santos. Assim, estavam contemplados dois dos espaços universitários que desenvolviam estudos de psicologia na época, a clínica psiquiátrica do Hospital das Clínicas e a cadeira de Psicologia para pedagogia e licenciaturas, da Faculdade de Filosofia, cujo titular era Isaías Alves. Exceção, portanto,

apenas para outra cadeira, sob a responsabilidade de João Mendonça. (RAPOLD, 2003, p.103)

Mira y López desempenhava o papel de supervisor técnico dos casos atendidos pela equipe de profissionais. Ao longo de seus dez anos de existência, o IDOV capacitou sua equipe técnica, através de cursos na sede do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Rio de Janeiro, bem como através da participação em eventos com profissionais convidados a vir a Bahia, promovidos pela CP. Rapold (2003) destaca os cursos com Mariana Alvim - Técnicas de Entrevista ou Entrevista Social; Matilde Matos - Teste das Pirâmides Coloridas e Teste de Apercepção Temática (TAT); Anieli Ginsberg - Psicodiagnóstico de Rorschach; e Monique Augras - Teste da Árvore.

O IDOV atuou nos campos da educação, clínica e seleção profissional. Eram realizadas entrevistas e aplicação de bateria de testes, tais como testes coletivos de inteligência, de aptidões e de personalidade.

[...] durante o tempo de funcionamento, o IDOV desenvolveu fundamentalmente orientação vocacional a população jovem de Salvador. Houve, porém, algumas diversificações em sua função original e principal. Para além da chamada a orientação Vital, frequentemente referida pelos depoentes, que consistia, em última análise, em um atendimento psicológico, uma orientação ampla que alguns integrantes da equipe técnica do IDOV prestavam àqueles que no decorrer do processo de Orientação Vocacional apresentavam essa necessidade, encontramos também, entre as memórias idovianas, algumas referências a atividades, atribuições e funções diversas da original e que podemos também considerar como práticas psicológicas. (RAPOLD, 2003, p.93)

Entre essas funções realizadas pelo IDOV, havia atendimentos e elaboração de laudos psicológicos para o Serviço Médico da Universidade, readaptação, reclassificação e reorientação funcional, inspeção de sanidade mental e participação em processos de ingresso de funcionários. Também realizava convênios de prestação de serviços, através da Universidade, a outros órgãos do Serviço Público Federal, como a Petrobrás e a Sudene, para testagem de candidatos em concurso público.

Dada a escassez de serviços de psicologia em Salvador nesse período, o IDOV acabou por desenvolver também um efetivo atendimento psicológico àqueles que apresentassem necessidade, a partir de diagnóstico elaborado com base nos testes usados para orientação vocacional. Essa função secundária desenvolvida era definida como orientação vital. Assim, o IDOV foi um importante centro pioneiro na formação e exercício profissional de alguns dos primeiros psicólogos na Bahia no período de seu funcionamento. (RAPOLD, 2003, p.9)

Conforme Dias (2005), a capacidade empreendedora de Edgard Santos estava associada ao seu forte vínculo político com o Governo Federal, que facilitava o acesso da Universidade a recursos federais. Com o fim do seu reitorado, o IDOV foi perdendo importância dentro da universidade. Por sua vez, o novo reitor Alberico Fraga (1961-1964) teve uma gestão de poucos recursos para investir em instituições acadêmicas e culturais, tão proeminente na gestão anterior. Em seguida, após o golpe militar de 1964, o papel dos institutos universitários passou a ser discutido, o que também não favoreceu o IDOV. Em 1968, durante o reitorado do professor Roberto Santos (1967-1971), médico e filho do ex-reitor Edgard Santos, o IDOV foi extinto no processo da Reforma Universitária.

Cabe ainda destacar algumas controvérsias sobre o destino do acervo documental do IDOV. Como dito, o IDOV encerrou suas atividades em 1968, e, nesse período, funcionava no prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, cujo diretor era João Inácio de Mendonça. Todo o acervo documental do Instituto desapareceu e, apesar dos esforços de professores e pesquisadores, nunca foi encontrado. A professora Mercedes Carvalho lamentou essa perda, pois o acervo poderia ter sido destinado ao curso de Psicologia, iniciado naquele mesmo ano. O desaparecimento dessa rica documentação também é lamentada pelo seu valor histórico, que poderia contribuir para a construção da história da psicologia na Bahia. (RAPOLD, 2003; CARVALHO, 2012)

Em depoimento, o psiquiatra Norival Sampaio registra sobre uma busca que fez no porão do Hospital das Clínicas alguns anos após sua saída do IDOV e que foi informado por funcionários do hospital, que "deram fim" nos referidos documentos. (RAPOLD, 2003). Não fica claro o caminho que essa documentação, supostamente, fez, saindo da Faculdade de Ciências Econômicas, situada na Praça da Piedade, no centro da cidade, e transferida para o porão do Hospital das Clínicas, no bairro do Canela, onde teria desaparecido.

Alguns documentos conduzem a outras interrogações sobre o destino que teve o acervo do IDOV. O primeiro deles descreve que o acervo estava disponível para consulta, sob a guarda de sua diretoria e que as instâncias da Universidade tinham conhecimento e controle sobre o seu uso e acesso. Isso fica evidenciado em um requerimento de 05 de maio de 1967, feito pelo professor Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça, ao Diretor da FFCH, solicitando que reivindicasse ao diretor do IDOV uma permissão para “utilizar os arquivos daquela unidade universitária para fins de pesquisa no setor de psicologia educacional”³⁵. Por sua parte, o diretor

³⁵Correspondência registrada na CAD/UFBA sob o nº 4574, às fls 68, do Livro nº 11 de Protocolo da Porta, em 05.05.1967.

de FFCH encaminhou Ofício de nº 519/67 de 10.05.1967, dirigido à professora Cidália Dias Mendez, então a diretora do IDOV, solicitando autorização para que o professor Manoel Carlos acessasse o arquivo solicitado. (ROCHA, 2001) O segundo documento indica que, oficialmente, o acervo do IDOV foi destinado ao curso de psicologia que se iniciava, e estava sob a responsabilidade do Departamento de Psicologia. Numa das primeiras reuniões do Departamento, realizada em 10 de julho de 1968, foram tomadas algumas decisões sobre o curso. Essas decisões foram encaminhadas formalmente ao Diretor da FFCH e, dentre elas, constavam: 1. Redistribuir para o departamento o acervo do IDOV, sobretudo o seu arquivo; 2. Providenciar a instalação do Laboratório de Psicologia, aproveitando-se material do IDOV³⁶. O terceiro documento, datado do ano posterior ao segundo, evidencia, mais uma vez que o acervo do IDOV estava sob a responsabilidade do Departamento de Psicologia, visto que, em Ata de Reunião de 01 de abril de 1969 consta que foi apreciado o processo, encaminhado pelo Chefe do Serviço Médico da Universidade, solicitando o material de teor psicológico que teria vindo do antigo IDOV para o referido Departamento. Contando ainda com a presença do Diretor do Departamento de Psicologia, João Mendonça, que veio a falecer pouco tempo depois, os professores reunidos decidiram, por unanimidade, pela “impossibilidade momentânea de atender ao pedido, até porque, merecia o assunto um estudo mais cuidadoso”³⁷. O quarto e último registro documental se deu após o falecimento de João Mendonça, quando o professor e Diretor da FFCH, Joaquim Batista Neves, assumiu interinamente o Departamento e demonstrou a vinculação que existia entre o extinto IDOV e o departamento de Psicologia, ao sugerir, em reunião sobre a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental, “recrutar pessoal para trabalhar no laboratório dentro da própria universidade, naqueles grupos que tenha experiência anterior e denotam interesse pelo assunto, por exemplo, os técnicos do extinto IDOV”³⁸. Enfim, a perda, fragmentação e dispersão das fontes documentais não permitem afirmar se o desaparecimento dos documentos que compunham o arquivo do IDOV foi por obra da incúria das autoridades administrativas ou atos fortuitos, decorrentes das profundas carências institucionais, que pode ter levado à destruição acidental desse importante acervo.

À FFB e ao IDOV, vêm se juntar, a partir daqui, à Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, enquanto espaços universitários formadores das primeiras gerações a atuar

³⁶Correspondência registrada na CAD/UFBA, sob o nº 8012, às fls 282, do Livro nº 12 de Protocolo da Porta, em 11.07.1968.

³⁷Ata de Reunião de Colegiado de curso de Psicologia da FFCH/UFBA, em 01 de abril de 1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

³⁸Ata de Reunião de Colegiado de curso de Psicologia da FFCH/UFBA, em 21 de maio de 1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

no campo psicológico na Bahia, durante as décadas de 1940 e 1960, e que possibilitaram a consolidação do curso de psicologia da FFCH/UFBA, em 1968. Como vimos, ao longo desta seção, o processo de formação do campo psicológico foi marcado por disputas e divergências e, ao mesmo tempo, por parcerias e convergências de interesses. O resgate do papel da Clínica Psiquiátrica trará mais elementos para iluminar essa análise.

4.3 AS PRIMEIRAS GERAÇÕES DE PSICÓLOGOS DA BAHIA: ENTRE CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS COM O CAMPO MÉDICO PSIQUIÁTRICO

Embora nesta seção, o foco seja as décadas de 1940 a 1960, consideramos importante fazer uma breve contextualização sobre a história da FMB e sobre o processo de recepção de teorias e ideias, advindas principalmente da Europa, apropriadas pela intelectualidade baiana e difundida no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX. Abordaremos, em seguida, o papel da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, como espaço de formação e capacitação acadêmica no campo “psi”.

4.3.1 A Faculdade de Medicina da Bahia: breve contextualização

A aplicação da psicologia no campo da medicina tem uma longa trajetória na Bahia, que remonta ao início do século XIX, com a fundação da instituição, atualmente denominada Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia. (ROCHA, 2012) A FMB foi autorizada a funcionar como Escola de Cirurgia da Bahia em 18 de fevereiro de 1808, e as teses produzidas pelos estudantes em final de curso para obtenção do título de doutor em medicina ou para aprovação em concursos eram obrigatórias entre 1832 e 1928. A análise dessas teses tem possibilitado conhecer sobre o modo como teorias e ideias como: materialismo, evolucionismo, positivismo, bem como vertentes da psicologia que estavam se desenvolvendo na Europa, foram recebidas e apropriadas por médicos e estudantes de medicina da FMB, passando a fazer parte do pensamento da intelectualidade baiana e se difundindo pelo país, entre final do século XIX e primeira metade do XX.

O Brasil do século XIX era um país agrário exportador, produtor de café, que havia deslocado a produção da riqueza da cana de açúcar do Nordeste, do período anterior, para a cafeicultura no sudeste do país. As ideias racistas já se avolumavam na sociedade, manifestando uma tendência em garantir a superioridade do branco europeu e segregar, ou excluir outras etnias, especialmente indígenas e afrodescendentes. Conforme Antunes (2012, p. 50), “As elites letradas referiam-se às imundícies físicas e morais, estas relacionadas às várias

personagens urbanas, como leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras”. O pensamento científico, sustentado sobretudo pelo poder médico, contribuiu para a construção e manutenção do discurso de diferenças raciais e outros dessa ordem, que se relacionavam fortemente com o fenômeno psicológico. (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003)

A população baiana daquele período, era em torno de 1.900.000 habitantes, desses, mais de 90% eram completamente analfabetos. A Bahia vinha de uma condição de última província a aderir ao movimento antimonárquico, adentrando a Primeira República (1889-1930) sem a influência que gozara no Império e sob o domínio de uma oligarquia conservadora, instalada nos bairros privilegiados da Capital, com ramificações latifundiárias pelo interior do Estado. (COSTA, 1997). A Bahia vivia uma desaceleração do crescimento econômico, que os historiadores denominam como o “enigma baiano”³⁹, que se refletiu em problemas de ordem social, além de precárias condições de saneamento na cidade de Salvador, gerando, conseqüentemente, sérios problemas de saúde. Nesse cenário, a preocupação médico-sanitária e a aplicação da psicologia visavam a normatização e higienização dos centros urbanos e do interior do Estado. (OLIVEIRA, 1987; RISÉRIO, 2000)

Tomando o conceito de recepção para os estudos em História da Psicologia, percebe-se como teorias produzidas em outros lugares, passam a ser recebidas num contexto diverso daquele de sua produção original. A recepção é entendida como uma forma de apropriação ativa que transforma o que recebe. (DAGFAL, 2004; BRANCO; CIRINO, 2017). É o que se verifica quando Rocha⁴⁰ (2000) discorre sobre as preocupações com questões psicológicas nas teses da FMB no século XIX e identifica aquelas ligadas ao campo da psicopatologia, além da forte influência de autores alienistas e outros vinculados à psicanálise.

Além de estar buscando respostas às questões médico-sanitárias da época, essas teses demonstram o vanguardismo na sociedade baiana para o tratamento de questões de ordem psicológica, produzidas ainda antes da criação da cátedra de Clínica Psiquiátrica da FMB, que se deu em 1881. Eram fortemente inspiradas nos avanços da Fisiologia, Criminologia, Medicina Legal, Psiquiatria Forense e Psicanálise, dentre outros em florescimento na Europa, em

³⁹ Enigma baiano foi um termo cunhado pelo governador da Bahia Otávio Mangabeira (1886-1960) e notabilizada pelo intelectual baiano Manoel Pinto de Aguiar (1910-1991), para se referir ao dilema da involução industrial do estado na primeira metade do século XX.

⁴⁰ A psicóloga e pesquisadora Nádia Maria Dourado Rocha tem produzido diversos trabalhos de catalogação das teses da FMB e demais instituições e acervos sobre a História da Psicologia no século XIX, na Bahia.

particular na França, base teórica da intelectualidade baiana do século XIX e primeira metade do século XX. (PESSOTI, 1988; SOARES, 2010; ROCHA, 2016b)

Verificou-se uma grande influência de alienistas franceses, a exemplo de Benedict Morel, Charles Samson Féré, Jean Etienne Dominique Esquirol, Hipócrates, Jules Bernard Luys e Jean Martin Charcot. Essas teses doutorais incluem considerações sobre a etiologia, quadro clínico e terapêutica, lidando com conceitos contemporâneos. Vários contemplam também aspectos antropológicos e sociológicos, o que não é surpreendente vez que, até 1877, a Faculdade de Medicina era a única instituição de ensino superior na Bahia. (ROCHA; TRANQUILI; LEPIKSON, 2004, p. 103)

A antropologia criminal de Lombroso, a teoria da degenerescência de Morel e a aplicação do método positivista nas ciências humanas, foram influências marcantes na FMB e orientaram o trabalho pioneiro de Raimundo Nina Rodrigues sobre as religiões de origem africana no Brasil, assim como na demonstração das evidências físicas da degeneração e no controle científico dos grupos minoritários (loucos, criminosos, negros). O enfoque etnológico marca as investigações de Nina Rodrigues no campo da higiene e da própria medicina-legal, sustentadas em bases teóricas diversas, como o pensamento de Pierre Janet. Muitos de seus discípulos se destacaram na história da psiquiatria e na articulação entre saberes “psi” e cultura. Entre eles, Júlio Afrânio Peixoto, autor de *Epilepsia e Crime* (1897) e reitor da Universidade do Distrito Federal na década de 1930, e Arthur Ramos, que escreveu *Introdução à Psicologia Social* (1936) e outros livros que mesclam psicanálise e cultura em estudos antropológicos sobre a cultura negra. Arthur Ramos ocupou em 1935, a cátedra de Psicologia Social na antiga Universidade do Distrito Federal e, a partir de 1940, a cátedra de Antropologia na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil e chefiou a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Por sua vez, Juliano Moreira (1873-1933) citava Freud em suas cátedras na Faculdade de Medicina da Bahia e foi o presidente de honra da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1929. Foi aluno de Emil Kraepelin⁴¹ quando esteve na França para tratar-se de uma tuberculose. Moreira incorporou o método diagnóstico de Kraepelin com ênfase no caráter orgânico da doença mental. Mesmo não tendo ocupado a cátedra de psiquiatria, Moreira tornou-se figura emblemática da psiquiatria e foi um dos precursores da psicanálise brasileira. A combinação do

⁴¹Emil Kraepelin (1856-1926) foi um renomado psiquiatra alemão que desenvolveu um novo método de observação e diagnóstico dos doentes mentais como alternativa propriamente científica ao alienismo francês do médico Pinel. Suas teorias psiquiátricas dominaram o campo da psiquiatria no início do século XX e a base dessas teorias continua sendo utilizada até os dias de hoje.

organicismo kraepeliniano com uma teoria eminentemente psicológica como a freudiana evidencia, como afirma Russo (2002, p.15), “[...] o modo *sui generis* como os saberes científicos vindos da Europa são recebidos, traduzidos e assimilados em terra brasileira[...]”.

(VENANCIO, 2001; MENEZES, 2002; JACÓ-VILELA; JABUR; RODRIGUES, 2008)

A recepção de teorias produzidas na Europa, pelos docentes e estudantes de Medicina, foi fundamental para a ampliação da produção dos saberes psicológicos no Brasil, no século XIX e início do século XX, constituindo as bases para que a psicologia conquistasse o estatuto de ciência autônoma no Brasil.

4.3.2 A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia e a formação do campo “psi” em Salvador

O processo de regulamentação da profissão de psicólogo, no Brasil, envolveu profissionais de diversas áreas que se organizaram para defender suas ideias e interesses quanto ao exercício da psicologia no país. No entanto, grupos de profissionais, especialmente do campo médico se opuseram a regulamentação, formando alianças políticas para estabelecer o limite de atuação da profissão de psicólogo, especialmente no âmbito da clínica. No movimento em prol da regulamentação da profissão, iniciados na década de 1950, foram feitas inclusões na redação de pré-projetos para a legalização da profissão, que pretendia que a formação em Psicologia Clínica fosse de responsabilidade das faculdades de Medicina, evidenciando a discordância do campo médico sobre a possibilidade dos psicólogos virem a atuar com psicoterapia, até então, de uso exclusivo dos médicos. (BAPTISTA, 2010)

Assim, como no cenário nacional, a Bahia também viveu seu périplo em busca da aprovação do curso, capitaneado por João Inácio de Mendonça e, até alcançar seu objetivo, enfrentou o forte corporativismo da tradicional classe médica baiana. Na Bahia, não devemos esquecer, a psicologia e sua relação com a medicina é quase que orgânica e recua no tempo até o século XIX, com as teses da faculdade de medicina, que tratavam sobre questões psicológicas, ainda antes da criação da cátedra de Clínica Psiquiátrica em 1881.

Ora, como não reconhecer essa proximidade quando o idealizador do curso de psicologia é filho da secular e tradicional Faculdade de Medicina da Bahia? Como disse Simões (1990), o curso de psicologia foi criado por um psiquiatra e cresceria impulsionado por outro, referindo-se ao professor Eduardo Saback Dias de Moraes. Mas ainda é cedo para essa narrativa. O que se pretende aqui, é um breve recuo à década de 1950, mais precisamente a partir de 1954, quando o médico psiquiatra Nelson Soares Pires assumiu a cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina e que, ligada ao Hospital das Clínicas impulsionara o processo de

formação e capacitação dos profissionais do campo “psi” na Bahia nas duas décadas anteriores à formação do curso de psicologia da UFBA.

Nelson Pires concorreu à vaga de professor catedrático, apresentando a tese *Psicoses de Reação* e esteve à frente da Clínica Psiquiátrica entre os anos de 1954 a 1964. Foi sob sua direção que a Clínica Psiquiátrica da FMB criou o primeiro serviço de psiquiatria em hospital geral do país. (COUTINHO; MORAES, 2007). Como médico psiquiatra, optou por estudar mais profundamente a psicossomática e sua abordagem era fortemente organicista, excluindo a compreensão psicogenética de suas análises, opondo-se à teoria psicanalítica. Mostrava reservas, do ponto de vista teórico, em relação as possibilidades da psicologia e sua posição política dentro da Universidade era de valorização da medicina em detrimento de qualquer possibilidade de autonomia da psicologia. Com esse objetivo, beneficiou-se das circunstâncias favoráveis propiciadas pelas dissidências no âmbito da universidade e assumiu a liderança na formação acadêmica dos profissionais do campo “psi”. (SILVA, 1995; PICCININI, 2004).

Sob a liderança de Nelson Pires, a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas se fortaleceu institucionalmente, enquanto espaço de formação acadêmica, técnica e profissional. Nelson promoveu aulas de psicopatologia e conferências sobre temas como psicologia do comportamento humano, ministradas pelo catedrático e seus assistentes e em conjunto com o Diretório Acadêmico da FMB. Os cursos oferecidos, voltados para área de psicologia, tratavam sobre testes psicológicos e, embora inicialmente direcionados para os alunos de medicina que estagiavam na clínica, estava aberto também a outros interessados, no caso, profissionais de outras formações que atuavam no campo da psicologia. Promoveu, também, cursos de extensão com profissionais convidados, tais como: Técnicas de Entrevista, ministrado pela então técnica do ISOP Mariana Alvim; Psicodiagnóstico Miocinético; Psicodiagnóstico de Rorschach e Teste de Apercepção Temática de Murray, ministrados pela professora Giscele Mattos. Mira y López ministrou conferências, dirigiu seminários com um programa regular de formação e treinamento nas habilidades psicoterapêuticas e cooperou com a instalação do Centro de Orientação Infante juvenil, vinculado à Clínica Psiquiátrica. (SILVA, 1995; ROCHA, 2018)

Além de sua atuação na Universidade, Nelson Pires fazia parte da diretoria de sociedades psiquiátricas na cidade de Salvador. Conforme se verifica no Quadro 2, entre as décadas de 1950 a 1970, a assistência psiquiátrica hospitalar em Salvador era prestada por cinco hospitais de médio e grande porte. Eram eles: o Hospital Juliano Moreira; o Sanatório Bahia, a Hospital

Santa Mônica⁴² e a Casa de Saúde Ana Nery, de propriedade de uma empresa com denominação jurídica de Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A; e o Sanatório São Paulo, de propriedade dos médicos Nelson Soares Pires e Luiz Galvão Duarte Simões. (CAVALCANTI, 2012; CONCEIÇÃO; SOUZA, 2012; GUEDES; VALENTE, 2012; JACOBINA, 2012) O professor Nelson Pires atuava também na direção do Sanatório Bahia.

Quadro 2 - Instituições psiquiátricas de médio e grande porte em Salvador - 1970

Instituição	Propriedade	Fundação
Hospital Juliano Moreira	Pública – Governo do Estado da Bahia	1936
Sanatório Bahia	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1944
Sanatório São Paulo	Particular – Nelson Soares Pires e Luiz Galvão Duarte Simões	1953
Hospital Santa Mônica	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1962
Casa de Saúde Ana Nery	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1966

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em análise dos documentos dos arquivos FFCH e CAD/UFBA

Nelson Pires sofreu cassação de seus direitos políticos em 1964, tendo que se exilar⁴³. Seu substituto foi o professor Rubim de Pinho, que havia sido seu assistente. Nesse mesmo ano, Rubim de Pinho respondeu a um IPM⁴⁴, que investigava sua relação com Nelson Pires e outros esquerdistas. Apesar do IPM, Rubim de Pinho foi aprovado no concurso em que concorreu com o professor Norival Sampaio, em 1965, e assumiu a cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina.

⁴² O Hospital Santa Mônica foi fundado em 1962 e em 1995 passou a ser denominado Casa de Saúde Santa Mônica. (GUEDES; VALENTE, 2012).

⁴³ Após o golpe militar, o professor Nelson Pires sofreu retaliações por parte da Reitoria da Universidade. O Reitor Albérico Fraga, comunicou ao Conselho Universitário, em 09 de abril de 1964, que o professor Nelson Pires, descrito como “comunista e agitador contumaz” não poderia permanecer na instituição. Nelson Pires foi considerado foragido pela reitoria, que denunciou seus “expedientes para burlar a punição que vai sofrer” ao solicitar oficialmente licença prêmio ao diretor da faculdade. A Faculdade de Medicina foi informada pelo Quartel General da VI Região Militar, que o professor Nelson Pires “participou do processo subversivo que transcorria no Brasil ... [e] ... atestavam a ligação do Professor Nelson Pires com ‘comunistas notórios’, além de sua participação ativa no processo” (p.117). Nelson Pires saiu do Brasil, havendo registros de sua passagem pelo Chile, Portugal e Espanha, durante seu exílio. Voltou ao Brasil no final da década de 1970, beneficiado pela Lei da Anistia. (UFBA CMSMV, 2014). Para saber mais, cf. OLIVEIRA, G. C. Repressão a Nelson Soares Pires durante a ditadura militar: UFBA, Processo e Exílio (1964-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

⁴⁴ Inquérito Policial Militar, de 22 de junho de 1964. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82003405_d0001de0001.

Conforme Silva (1995), Rubin de Pinho era um homem de espírito mais aberto com curiosidade maior para o social e com maior abertura intelectual do que seu antecessor. Porém, ambos demonstraram, ao longo de suas trajetórias, o espírito corporativista em defesa da hegemonia do campo psiquiátrico em detrimento da autonomia da psicologia como disciplina.

O catedrático se envolveu no debate nacional acerca do tema que se estabelecia no período e defendia a criação da disciplina Psicologia Médica e sua presença regular como inserida no currículo da Faculdade de Medicina. As reservas de Rubim de Pinho com relação a autonomia da psicologia eram de ordem mercadológica, projetando a vinculação da disciplina Psicologia Médica ao âmbito acadêmico da FMB e, por que não dizer, sob a responsabilidade dos docentes da Clínica Psiquiátrica. Para Silva (1995), o professor Rubim de Pinho era

[...] partidário de uma certa divisão do processo de trabalho entre psiquiatras e psicólogos, ele, um tanto corporativamente, entendia que o campo psicoterapêutico deveria ficar reservado para os primeiros ou pelo menos submetido ao seu controle. (SILVA, 1995, p.16)

Com sua ascensão à cátedra deixada por Nelson Pires, o professor Rubim de Pinho foi responsável, na última metade da década de 1960, por dinamizar o espaço acadêmico da psiquiatria. Exerceu uma liderança importante, a partir de sua atuação na CP, no processo de aglutinar personalidades interessadas no campo psiquiátrico e psicológico baiano, mantendo, estrategicamente, o controle hegemônico da Clínica Psiquiátrica

Até então, estava estabelecida uma forte relação de dependência com o campo médico, basicamente organicista, que mantinha a hegemonia social e força política organizada no âmbito institucional, evitando a autonomização da psicologia ao privilegiar seus espaços e agendas e prevenindo concorrências futuras. A partir da década de 1970, novos arranjos e ampliação do campo psiquiátrico e psicológico levou a extrapolação do institucional e autonomia social e, paulatinamente, a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas foi cedendo lugar a novos espaços de cunho terapêutico e clínicos que foram criados.

Analisamos, até aqui, a configuração do campo psicológico em Salvador e no estado durante as décadas de 1940 e 1960, enfatizando o papel de três importantes espaços universitários para a formação dos primeiros psicólogos a atuar na Bahia, no período, destacando-se: 1. A Faculdade de Filosofia da Bahia e a aplicação da Psicologia nos seus cursos de licenciatura, além do pioneirismo dos catedráticos Isaías Alves e João Inácio de Mendonça, esse último idealizador do projeto de criação do curso de graduação em psicologia da UFBA; 2. O IDOV e a psicologia aplicada à educação e ao trabalho, bem como a influência do seu

supervisor, o espanhol Emílio Mira y López; 3. A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, enquanto espaço de formação e capacitação acadêmica no campo “psi” baiano, no período. Os resultados dessa análise apontam que os primeiros profissionais que atuaram no campo médico e educacional difundiram a psicologia e, com suas práticas, contribuíram para formar um ambiente favorável à luta pela implantação do curso de Psicologia na UFBA e para a consolidação da Psicologia na Bahia.

5 O CURSO DE PSICOLOGIA DA FFCH/UFBA: UMA VISÃO PANORÂMICA

Como vimos até aqui, a psicologia vinha se desenvolvendo na Bahia desde o século XIX e, em especial, a partir da segunda metade do século XX, associada a outras áreas de conhecimento, como a educação e a medicina, fato que favoreceu a expansão do campo “psi” baiano, no início do seu processo de institucionalização. Assim, quando do início do curso de graduação da UFBA, em 1968, muitos já exerciam alguma atividade profissional em que a psicologia estava associada. Eram pedagogos e filósofos formados pela FFCH, professores do ensino fundamental formados pela antiga Escola Normal da Bahia, técnicos do IDOV, profissionais que haviam recebido formação em alguma psicoterapia ou uso de psicotestes na CP e outros profissionais da psicologia que atuavam em várias instâncias e instituições, tais como: clínicas, consultórios particulares, bancos e serviço público, que poderiam ter, com a abertura do curso, uma oportunidade de se regulamentar na nova profissão, que dava sinais de ser um mercado rentável e em crescimento¹.

Por outro lado, havia uma grande demanda em relação ao curso, também em função de uma carência regional. Era uma demanda represada por anos de espera, pois, mesmo antes da psicologia ser legalmente regulamentada como profissão, em 1962 (Lei 4.119), o professor João Inácio de Mendonça já havia apresentado seu projeto de criação do curso de graduação em psicologia na FFCH/UFBA. Como vimos na seção anterior, há documentação que comprova que, em 1961, João Inácio de Mendonça já solicitava providências para que o curso fosse iniciado em 1962. Ou seja, foi quase uma década de espera por um curso que viria atender ao Estado e toda a região Nordeste do país. A UFBA foi a primeira universidade pública do Nordeste a oferecer um curso de psicologia e permaneceu como a única do Estado durante três décadas.

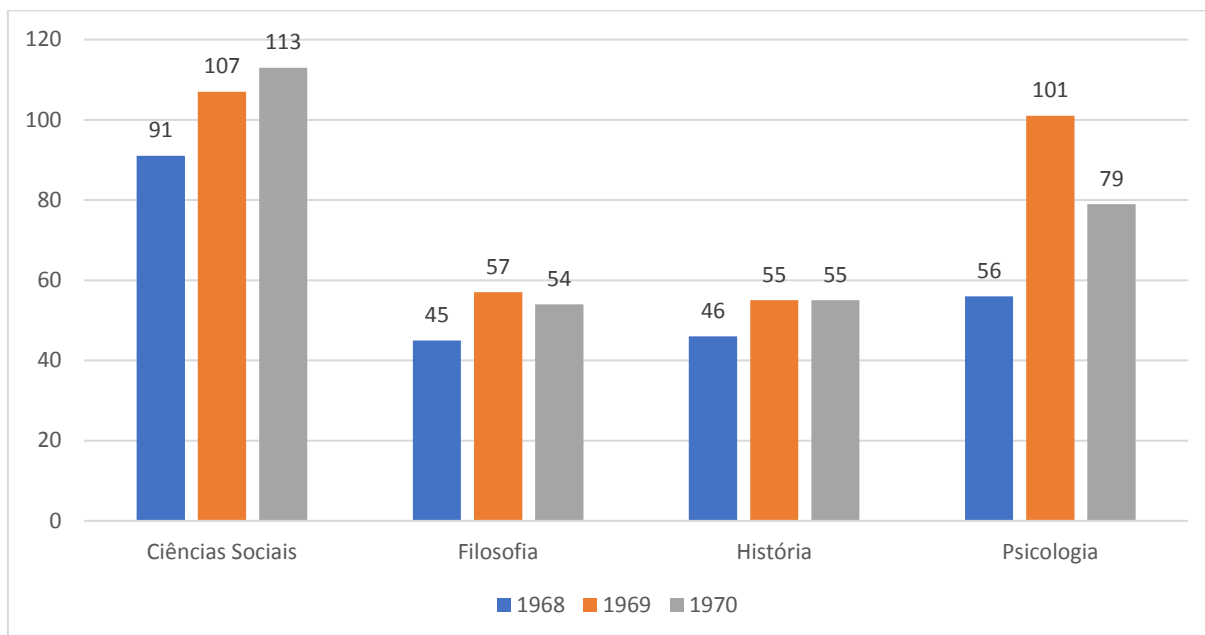
No entanto, se, por um lado, para a comunidade local e regional, as expectativas para a abertura do curso eram positivas, por outro, ingressar na universidade naquele momento político do país, implicava, para quem tivesse atividade política de oposição ao governo, em lidar com

¹Com a regulamentação da profissão em 27.08.1962, pela Lei 4119, os profissionais que exerciam atividades profissionais de psicologia na Bahia e que atendessem o que determinava a legislação recém-criada, puderam obter seu diploma de psicólogo. Conforme os destaques da Lei 4119: Art. 19 — [...] permite aos portadores de diplomas ou certificados de especialista em Psicologia, Psicologia educacional, Psicologia clínica e Psicologia Aplicada ao trabalho [...] direito ao registro daqueles títulos, como psicólogos e ao exercício profissional; Art. 21 — permite aos que já venham exercendo, na data da publicação da lei, ou tenham exercido por mais de cinco anos, atividades profissionais de Psicologia Aplicada, o registro de Psicólogo. (BRASIL, 1962). Esses profissionais, denominados psicologistas ou psicotécnicos e os professores de psicologia e psicologia educacional que também aplicavam psicotestes, compuseram o primeiro grupo de psicólogos que foram reconhecidos como tal.

o temor, com a vigilância dos militares e possíveis perseguições, cassações, prisões, desaparecimento e mesmo morte. O curso de Psicologia da UFBA iniciou em 1968, ano em que o presidente Costa e Silva decretou o AI-5 e os militares acirraram o golpe, com cassação de direitos políticos, limitação das liberdades individuais e públicas, prisões, torturas e mortes. O clima era tenso nos campi e, na UFBA; a mobilização política dos estudantes não sobreviveu aos expurgos e cancelamento de matrículas dos militantes estudantis e o movimento estudantil foi desarticulado. Para as universidades públicas do país, havia ainda o desafio de se adequar à Reforma Universitária, que levou a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA a perder dez de seus cursos, pois foi desmembrada, ficando apenas com os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História. (ARAPIRACA, 1979; NASCIMENTO, 1987; MARTINS, 2009)

Nesse contexto, a abertura do curso de psicologia favoreceu e dinamizou a FFCH. Com uma oferta inicial de 50 vagas para o primeiro ano, concorreram 197 candidatos (34 homens e 163 mulheres), o que correspondeu a quase quatro candidatos por vaga². Como se pode observar no Gráfico 1, que apresenta as matrículas nos cursos de graduação da FFCH/UFBA, entre 1968 e 1970, a demanda de alunos matriculados foi elevada desde os primeiros anos. Embora em 1968 tenha sido ofertada, oficialmente, 50 vagas, os documentos encontrados sobre a situação didático-escolar do curso demonstraram o registro de 56 matriculados. Em 1969, ingressaram 101 novos discentes e em 1970, outros 79 novos ingressantes, o que totaliza 236 alunos de psicologia matriculados nos três primeiros anos do curso, correspondendo a uma média de quase 78 alunos por ano. Comparando, em seguida, com o perfil de matriculados nos demais cursos da FFCH, no mesmo período, verifica-se que Ciências Sociais totalizou 311 matriculados nos três anos e Filosofia e História integralizaram 156 discentes matriculados nos três anos, cada um. Ou seja, o curso de psicologia alcançou, logo no primeiro ano, a segunda posição entre os cursos mais procurados da FFCH, mantendo-se nessa posição nos anos seguintes. A partir de 1971, a Universidade passou a realizar o vestibular unificado, como parte da Reforma Universitária implantada em 1968. (LIRA, 2010; MOTTA, 2014)

² Registro do número de concorrentes para a primeira turma do curso, em 1968. Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Gráfico 1 - Matrículas nos cursos de graduação da FFCH/UFBA – 1968 a 1970

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base em análise de documentos dos arquivos da FFCH/UFBA

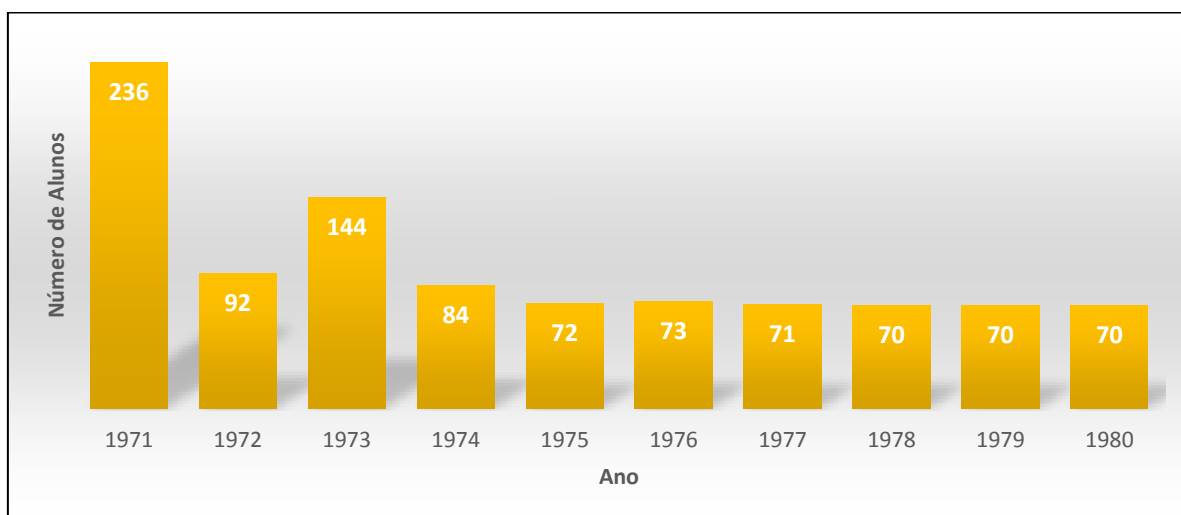
Quando o curso de psicologia iniciou sua primeira turma, a FFCH estava instalada na antiga Escola Normal, no bairro de Nazaré. Em 1969 foi transferida para o prédio da Faculdade de Medicina, antigo Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus. Nesse novo espaço, o curso de psicologia pode utilizar parte das oito salas de aulas e dos três anfiteatros, além de um laboratório adaptado para as aulas de Psicologia Experimental. Havia, ainda, uma biblioteca, uma sala de departamento e o depósito de material didático.

O curso de psicologia – primeiro a instalar-se no Terreiro – caracterizava-se por precárias condições de instauração: planejado somente para os primeiros semestres; com mais auxiliares de ensino do que professores; reclamando seleções e concursos; com os encargos adicionais de departamento e colegiado. (SIMÕES, 1990, p. 58)

Em 1974, a FFCH foi transferida para a estrada velha de São Lázaro, no bairro da Federação. O departamento e o colegiado de psicologia foram instalados no primeiro andar do edifício central da faculdade, um prédio antigo onde funcionava a parte administrativa da FFCH, além de todas as salas dos departamentos e colegiados dos cursos, gabinetes de professores em regime de 40 horas, uma sala de reunião e a biblioteca que ficava no andar térreo, além da cantina. A sala ocupada pelo departamento e colegiado de psicologia era equipada com uma mesa de 8 lugares e cadeiras, uma mesa de aço onde ficava a máquina de escrever, uma escrivaninha de aço e um armário de madeira.

Apesar das dificuldades estruturais, a demanda pelo curso permaneceu relativamente estável e alta ao longo da década de 1970, como se pode observar no Gráfico 2, com as Matrículas no curso de graduação em Psicologia, entre 1971 e 1980. O número total de matriculados, entre 1971³ a 1980, foi de 985 discentes. O número de discentes matriculados em 1971 (236) corresponde aos dados integralizados de 1968 a 1971. No ano seguinte foram 92 novas matrículas; em 1973 ingressaram 144 no curso; em 1974 foram 84 novos matriculados. Em 1975 ingressaram 72 novos discentes, em 1976 foram 73 matriculados e em 1977 foram 71 ingressantes no curso. Nos anos de 1978, 1979 e 1980, foram 70 matriculados por ano. Ao longo de treze anos, ou seja, entre 1968 e 1980, totalizou-se 985 discentes no curso de psicologia, o que correspondeu a, aproximadamente, 76 estudantes matriculados por ano letivo.

Gráfico 2 - Matrículas no curso de graduação em Psicologia - FFCH/UFBA – 1971 a 1980



Fonte: Superintendência Acadêmica da Universidade Federal da Bahia (SUPAC/UFBA)

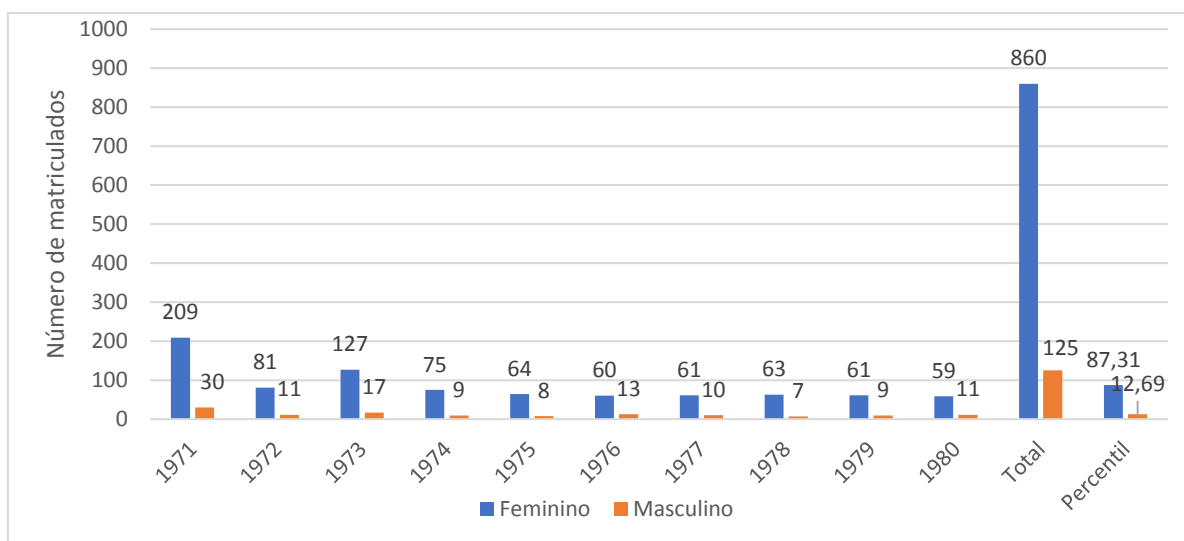
Esses dados demonstram a difusão do curso, já desde o seu primeiro ano. Era um contingente significativo de discentes para um curso ainda nos seus primórdios. Além da demanda reprimida por vários anos de espera e a inexistência de cursos na região Nordeste, pode-se interpretar essa procura expressiva pelo curso, a partir do interesse da classe média pela carreira e pelo que simbolicamente representava, enquanto profissão liberal, com prestígio e oportunidades de ascensão social, especialmente pela via da atividade clínica. Entendemos que, para a realidade baiana, o curso representava a possibilidade de uma profissão autônoma e em ascensão naquele momento, especialmente para as mulheres, que começavam a ingressar

³ O quantitativo de 1971 corresponde ao total integralizado de alunos matriculados no curso até aquele ano. A partir daí, os dados de matrícula passaram a ser centralizados na recém-criada Secretaria Geral de Cursos – SGC (atual Coordenação de Atendimento e Registros Estudantis da SUPAC)

fortemente no mercado de trabalho. O perfil dos discentes ingressantes, quanto ao sexo, ratifica essa interpretação, tendo em vista a grande maioria de mulheres matriculadas no curso. Pesquisa realizada por Carvalho (1979b), demonstra que o perfil dos alunos, em 1970, era prioritariamente feminino, sendo essas mulheres integrantes da classe média e alta da cidade de Salvador. Residiam em bairros nobres e eram mantidas financeiramente pelos pais e/ou familiares. Era evidente o perfil urbano e com “[...] padrões de comportamento e valores próprios dos indivíduos da cidade”. (CARVALHO, 1979b, p. 216)

O Gráfico 3, a seguir, apresenta as matrículas no curso de graduação em psicologia por Sexo, entre 1971 e 1980 e confirma a prevalência das mulheres no curso. Do total de 985 discentes matriculados até 1980, 860 vagas (87,31%) foram preenchidas por mulheres e 125 (12,79%) por homens. Em 1971 havia um total de 209 mulheres e 30 homens matriculados no curso e no ano seguinte ingressaram 81 mulheres e 11 homens. Para o ano de 1973, foram matriculados 127 mulheres e 17 homens e em 1974 ingressaram 75 mulheres e nove homens. A prevalência das mulheres em 1975 foi de 64 para apenas oito homens. Em 1976, foram 60 novas matrículas de discentes do sexo feminino e 13 do sexo masculino e em 1977, ingressaram 61 mulheres e dez homens. Em 1978, foram matriculados 63 mulheres e sete homens. Nos anos de 1979 se matricularam 61 mulheres e 9 homens e, em 1980, 59 mulheres para 11 homens matriculados.

Gráfico 3 - Matrículas no curso de graduação em Psicologia x Sexo – FFCH/UFBA – 1971 a 1980

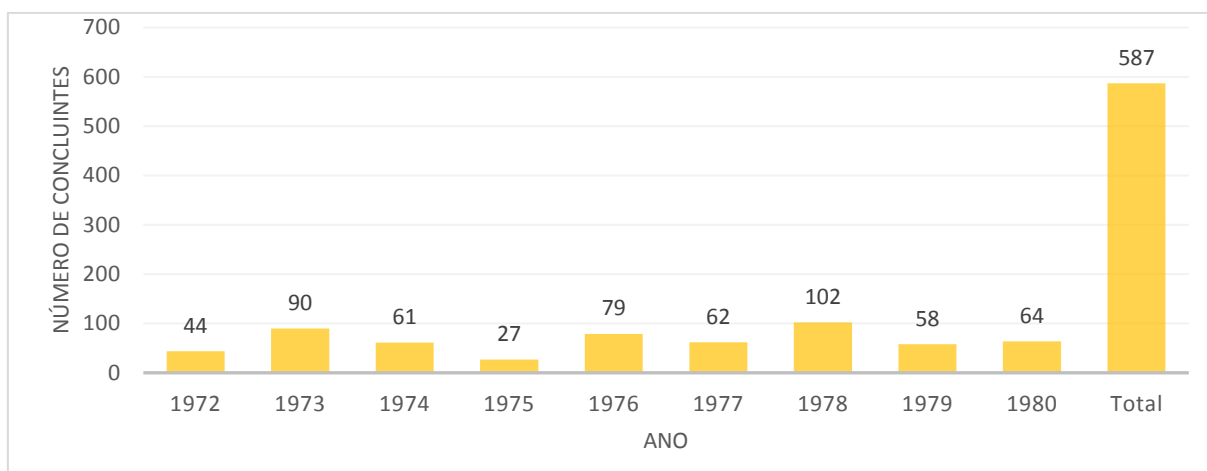


Fonte: Superintendência Acadêmica da Universidade Federal da Bahia (SUPAC/UFBA)

Se a demanda para ingresso no curso era alta, a taxa de evasão não deixa de ser significativa. Observa-se no Gráfico 4, sobre os concluintes do curso de graduação em

psicologia entre 1972 e 1980, o quantitativo de 44 formandos em 1972. Nos anos que se seguiram, os números de estudantes a se diplomarem foram: 90 formandos em 1973; 61 concluintes em 1974; 27 formandos em 1975; 79 discentes a se formar em 1976; 62 formandos em 1977; 102 em 1978; 58 concluintes em 1979 e, por último, 64 formandos em 1980. Ou seja, do total de 985 ingressantes no curso de psicologia, 587 (59,59%) concluíram o curso, o que demonstra um percentual aproximado de 40% de alunos matriculados e que não se formaram.

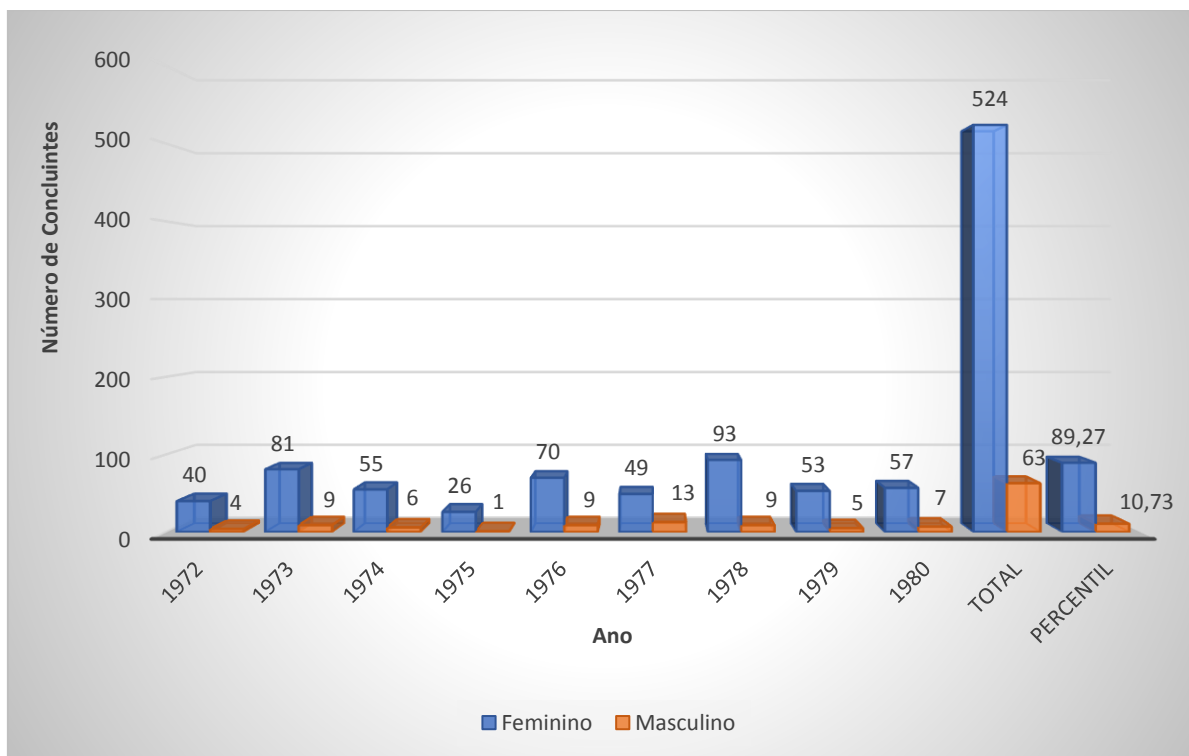
Gráfico 4 - Concluintes do curso de graduação em Psicologia – FFCH/UFBA - 1972 a 1980



Fonte: SUPAC/UFBA

No Gráfico 5, que apresenta os Concluintes do curso de graduação em psicologia por Sexo, entre 1972 e 1980, verifica-se o quantitativo de discentes concluintes do curso, separados por sexo. Como poderá ser observado, em 1972, formaram-se 40 mulheres e quatro homens; em 1973 foram 81 mulheres concluintes para nove homens; já em 1974, 55 mulheres e seis homens concluíram; em 1975, apenas um homem se formou junto a 26 mulheres; as mulheres continuam sendo maioria em 1976, com 70 formandas e 9 homens; em 1977, foram 49 mulheres e 13 homens a concluir o curso; diplomaram-se 93 mulheres e nove homens em 1978 e em 1979 foram 53 mulheres e 5 homens. Finalmente, em 1980, foram 57 mulheres e sete homens. Comparando com os dados do Gráfico 3, que contém o percentual de mulheres e homens ingressantes (87,31% e 12,69%), percebe-se que o resultado está bem próximo do percentual de mulheres e homens que concluíram (89,27% e 10,73%), o que sugere que a taxa de evasão não esteja relacionada ao fator sexo.

Gráfico 5 - Concluintes do curso de graduação em Psicologia x Sexo – FFCH/UFBA – 1972 a 1980



Fonte: SUPAC/UFBA

O reconhecimento do curso de graduação em psicologia da UFBA, nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, se deu, formalmente, sete anos depois de iniciada a primeira turma, através do Decreto nº 75.499/1975⁴. O reconhecimento na modalidade de formação de psicólogo foi sancionado pelo então presidente general Ernesto Geisel em 13 de julho de 1978, através do Decreto nº 81.964/1978⁵. Este reconhecimento se deu após um demorado processo de adequação estrutural às exigências das instâncias avaliadoras. No início do processo de avaliação, o Conselho Federal de Educação (CFE) havia emitido Portaria⁶, designando dois professores para formarem a comissão de verificação *in loco* das condições de funcionamento do curso de psicologia. Em vista dos Relatórios do CFE, os professores do Departamento de

⁴ BRASIL. Decreto nº 75.499, de 18 de março de 1975. Concede reconhecimento ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede em Salvador, Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 mar. 1975. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1975-03-18:75499>. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁵BRASIL. Decreto nº 81.964, de 13 de julho de 1978. Concede reconhecimento à habilitação Formação de Psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 1978. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1978-07-13:81964>> Acesso em 23 abr. 2020.

⁶Portaria nº 160, de 13 de junho de 1977 do Conselho Federal de Educação. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

psicologia encaminharam Ofício⁷ ao Diretor da FFCH e ao Reitor, descrevendo as diversas dificuldades que o curso enfrentava, com deficiências que dificultavam e/ou impediam que os objetivos para o reconhecimento do curso fossem atingidos. O documento descreve as carências de pessoal docente, havendo apenas 17 professores para atender 44 disciplinas. Dentre esses professores, discriminados por classe, apenas um era Adjunto, sete eram Assistentes e nove Auxiliares. Para agravar o quadro, cinco desses professores estavam afastados para pós-graduação e um estava na direção da FFCH. Ressaltava, ainda, o fato de haver apenas um departamento para responder pelos cursos de bacharelado, licenciatura e formação de psicólogo. No item sobre as deficiências de instalação, os professores se referiram à necessidade de instalações mais adequadas do que aquelas de que dispunham, bem como da falta de um Serviço de Atendimento – sendo este uma exigência do CFE para o do Curso – além da carência de material para atividades práticas, de um laboratório adequadamente equipado e, por fim, de acervo bibliográfico profissionalizante. Os professores enfatizaram que o ensino de disciplinas profissionalizantes, eminentemente práticas, não possibilitava o desenvolvimento de habilidades, por falta de instalações e material adequados, o que se agravava pelo número reduzido de professores designados para a orientação dos discentes. Para finalizar, solicitaram, em caráter emergencial, a ampliação do regime de trabalho de um professor em exercício e admissão de 21 professores auxiliares. Para curto prazo, solicitaram providências como: a instalação do serviço de atendimento psicológico; a aquisição de equipamentos para aulas práticas; a reforma do atual laboratório; e, a atualização e ampliação do acervo bibliográfico especializado em psicologia. Em médio prazo, reivindicaram a constituição do departamento de psicologia como instituto, assim como instalação própria.

5.1 A PRÁTICA DE ESTÁGIO E A PREVALÊNCIA DA PSICOLOGIA CLÍNICA

Uma das exigências do CFE para o reconhecimento da habilitação em formação de psicólogo do curso de psicologia da UFBA foi a instalação do Serviço Clínico de Psicologia⁸. A FFCH deveria manter um Serviço de Psicologia para atendimento clínico e de aplicação à educação e ao trabalho, de modo que os discentes do curso pudessem realizar seus estágios

⁷ Ofício⁷ n° 73/77, de 26 de agosto de 1977, emitido pelo Departamento do curso de psicologia ao Diretor da FFCH. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

⁸ Estava previsto na Lei 4.119 de 27.08.1962, que regulamentou a profissão do psicólogo, no seu Capítulo IV: Das condições para funcionamento dos cursos, Artigo 16: As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho - orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso - abertos ao público, gratuitos ou remunerados. *Parágrafo único.* Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.

supervisionados, com orientação e direção dos professores e aberto ao público, o que só ocorreu na década de 1980. Diante da inexistência de tal Serviço próprio, durante a década de 1970, os estágios e práticas dos discentes eram realizados, integralmente, em instituições públicas e privadas de Salvador, a critério do docente supervisor, que intermediava essas parcerias e convênios entre o departamento do curso e as instituições.

Os professores supervisores conduziam seu grupo de estagiários para clínicas, consultórios, escolas, empresas e hospitais, onde, em alguns casos, também atuavam como psicólogos ou médicos psiquiatras, a depender de sua formação. A Bahia possuía diversas instituições, públicas e privadas, que, historicamente vinham contribuindo para o desenvolvimento da formação da psicologia nas áreas da clínica, da educação ou industrial/organizacional. (JACÓ-VILELA, 2012) Várias dessas instituições acolheram os discentes que adentraram esses espaços para efetivação de seus estágios formativos. As áreas de estágio eram basicamente três: Clínica; Industrial e Educacional, definidas pelo Currículo Mínimo aprovado para o curso de psicologia, conforme disposto no Parecer nº 403/62 do Conselho Federal de Educação. A carga horária fixada para treinamento prático em situação real era de 500 horas.

No que diz respeito à área de psicologia educacional, os discentes tinham um leque de oferta em instituições públicas, tais como: a) o *Serviço Estadual de Assistência ao Menor* da Secretaria do Interior e Justiça, que realizava orientação e aconselhamento de menores infratores; b) o *Centro de Orientação Infanto-juvenil*, mantido pela Secretaria de Saúde e voltada para o diagnóstico e orientação de escolares; c) os *Serviços de orientação educacional* de alguns Colégios Estaduais, como o do *Colégio Estadual da Bahia (Central)*, do *Colégio Estadual Duque de Caxias*, do *Colégio Nossa Senhora do Carmo* e do *Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA)*, que faziam Orientação e aconselhamento de adolescentes, d) as *Classes de escolarização específica* e o *Instituto Pestalozzi*, que cuidavam da Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais, mantidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. (COSTA, 2012; SANTOS, 2012)

No âmbito privado, eram ofertadas vagas de estágio nas seguintes instituições: a) *Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB)*- (1965-1973), que oferecia serviços psiquiátricos, psicológicos e pedagógicos a crianças e adolescentes com necessidades especiais na área de aprendizagem. Era de propriedade do médico psiquiatra e docente do curso de psicologia Luiz Fernando Matos Pinto; b) *Instituto Guanabara*, fundado em 1970 pela fonoaudióloga Maria José Calheira Lobo Teixeira da Silva e pelo psicólogo Heraldo Antônio Farias Cidade. Esse Instituto oferecia serviços de “reabilitação, educação e prestação de assistência social às

crianças e adolescentes portadores de deficiência mental” (BRANDÃO, 2012, p. 333); c) *Instituto de Cegos da Bahia* (ICB) - (1933), entidade particular e filantrópica, fundada na década de 1960, onde os estagiários atuavam no serviço de psicologia, com ênfase em psicologia escolar. Além do atendimento à criança, davam suporte à família e à equipe de atendimento à criança; d) *Instituto de Organização Neurológica* (ION)- (1969), que realizava tratamento de crianças e adolescentes com diversos tipos de problemas neurológicos; e) *Associação de Foniatria e Audiologia da Bahia*, voltada ao tratamento de distúrbios de voz e fala e que foi declarada utilidade pública pela Lei N° 3.063 de 29 de novembro de 1972, assinada pelo então Governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães; f) *Instituto Bahiano de Reabilitação* (IBR), unidade de atendimento e tratamento a pessoas com deficiência motora, vinculado à Fundação José Silveira, fundada em 1937; e g) *Colégio Nossa Senhora do Carmo*, o único colégio particular conveniado no período, conforme fontes pesquisadas, que realizava orientação e aconselhamento de adolescentes no seu Serviço de Orientação Educacional. (BRANDÃO, 2012; MAJDALANI, 2012; PINTO, 2012)

Quadro 3 - Instituições para estágio em Psicologia Educacional – Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedor (a)
Associação de Foniatria e Audiologia da Bahia	Tratamento de distúrbios de voz e fala	Particular
Centro de Orientação Infanto-juvenil	Diagnóstico e orientação de escolares	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
Classes de escolarização específica	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR)	Tratamento de pessoas com deficiência motora	Particular
Instituto de Cegos da Bahia (ICB)	Educação especial a crianças portadoras de deficiência visual	Particular
Instituto de Organização Neurológica (ION)	Tratamento de crianças e adolescentes com diversos tipos de problemas neurológicos	Particular
Instituto Guanabara	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Particular
Instituto Pestalozzi da Bahia	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB)	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Particular
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual da Bahia	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual Duque de Caxias	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Nossa Senhora do Carmo	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Particular
Serviço de Orientação Educacional do Instituto de Educação Isaías Alves	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço Estadual de Assistência ao Menor	Orientação e aconselhamento de menores infratores	Secretaria da Justiça

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise de documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

Quanto à área de estágio em Psicologia Industrial/Organizacional, observa-se, no Quadro 4, a seguir, que, dentre as nove instituições conveniadas ao departamento de psicologia da UFBA, sete ofereciam oportunidade de estágio em Recrutamento e Seleção de Pessoal. Com exceção apenas para o estágio no *Serviço de Reabilitação Profissional do antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)*, que direcionava os estagiários para a readaptação funcional de segurados, o *Setor de Psicologia do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)* onde se fazia testagem para habilitação de motoristas e a *Clínica de Assistência Médica Permanente Ltda (AMEPE)*, que além de seleção de pessoal, possibilitava também a prática em adaptação funcional de pessoal. A *AMEPE*, o *Banco Econômico*, a *COELBA* e o *Instituto de Organização Racional do Trabalho* eram empresas particulares, enquanto, os estágios no *Banco do Estado da Bahia (BANEB)*, nas empresas do *Centro Industrial de Aratu (CIA)*, na *Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social*, no *INPS* e no *Setor de psicologia do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)* eram convênios firmados com o governo do Estado da Bahia. (BRANDÃO; CAMAROTTI, 2012; CRISTO, 2012)

Quadro 4 - Instituições para estágio em Psicologia Industrial/Organizacional - Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedora
Clínica de Assistência Médica Permanente Ltda - AMEPE	Seleção e adaptação funcional de pessoal	Particular
Banco do Estado da Bahia (BANEB)	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do Estado da Bahia

Banco Econômico da Bahia	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Centro Industrial de Aratu (CIA)	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do Estado da Bahia
Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA)	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Departamento de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do Estado da Bahia
Instituto de Organização Racional do Trabalho	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Serviço de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	Readaptação funcional de segurados	Governo do Estado da Bahia
Setor de psicologia do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)	Habilitação de motoristas	Governo do Estado da Bahia

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise dos documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

Por seu turno, dentro do leque de instituições para se realizar o estágio curricular na área clínica, os discentes eram conduzidos por seus supervisores a adentrar instituições, como, hospitais e ambulatórios psiquiátricos, penitenciária, manicômio judiciário e abrigo de idosos. Observa-se no Quadro 5, que, dentre as instituições públicas de atendimento psiquiátrico, em regime de internamento e/ou ambulatorial, havia o *Ambulatório Mário Leal* (1975)⁹, o *Ambulatório Osvaldo Camargo* (1962) e o *Hospital Juliano Moreira* (1936). Ainda em instituições públicas, havia a opção de prática psicoterapêutica e técnicas de grupo com alcoolistas no *Centro de Recuperação de Alcoolistas* do Governo do Estado; pesquisas e assistência psicológica em população de criminosos não psicóticos na *Penitenciária Lemos de Brito* (1950); ou acompanhamento diagnóstico e terapêutico de população de criminosos psicóticos no *Manicômio Judiciário da Bahia* (1928-1991)¹⁰.

As instituições particulares conveniadas para estágio eram a *Casa de Saúde Ana Nery* (1966), a *Casa de Saúde Santa Mônica* (1962), o *Sanatório São Paulo* (1953) e o *Sanatório Bahia* (1944). As clínicas particulares conveniadas, que recebiam estagiários para atendimento psicoterápico eram a *Assistência Médica Infantil* e a *Clínica Psicológica Infantil*, das professoras do curso Maria Conceição Vieira Gonçalves e Urânia Maria Tourinho Perez, respectivamente. Também havia o *Instituto Neurológico da Bahia*, voltada para o diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil; o *Serviço de Reabilitação Motora* para

⁹ O Centro Comunitário de Saúde Mental Mário Leal (CCSMM), criado em 1975, teve seu nome modificado para Hospital Especializado Mário Leal (HEML), na década de 1990.

¹⁰ Atual Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia (HCT-BA). (PITHON; CORREIA, 2012)

crianças e adultos; e o *Abrigo D. Pedro II* (1943) oferecia vagas de estágio para os discentes interessados no campo assistencial e terapêutico a idosos.

Quadro 5 - Instituições para estágio em Psicologia Clínica – FFCH/UFBA - Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedor (a)
Abrigo D. Pedro II	Cuidados assistenciais e terapêuticos em geriatria	Prefeitura Municipal
Ambulatório Mário Leal	Prevenção e tratamento ambulatorial de afecções mentais	Governo do Estado
Ambulatório Osvaldo Camargo	Tratamento de doenças mentais de adultos	Governo do Estado
Assistência Médica Infantil	Diagnóstico e tratamento de distúrbios emocionais das crianças	Particular
Casa de Saúde Ana Nery	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Casa de Saúde Santa Mônica	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Centro de Recuperação de Alcoolistas	Psicoterapia e técnicas de grupo com alcoolistas	Governo do Estado
Clínica Psicológica Infantil	Diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil	Particular
Hospital Juliano Moreira	Tratamento de doenças mentais de crianças e adultos	Governo do Estado
Instituto Neurológico da Bahia	Diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil	Particular
Manicômio Judiciário	Acompanhamento diagnóstico e terapêutico de população de criminosos psicóticos	Governo do Estado
Penitenciária Lemos de Brito	Pesquisa e assistência psicológica em população de criminosos não psicóticos	Governo do Estado
Sanatório Bahia	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Sanatório São Paulo	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Serviço de Reabilitação Motora	Reabilitação de crianças (encefalopatias) e adultos	Particular

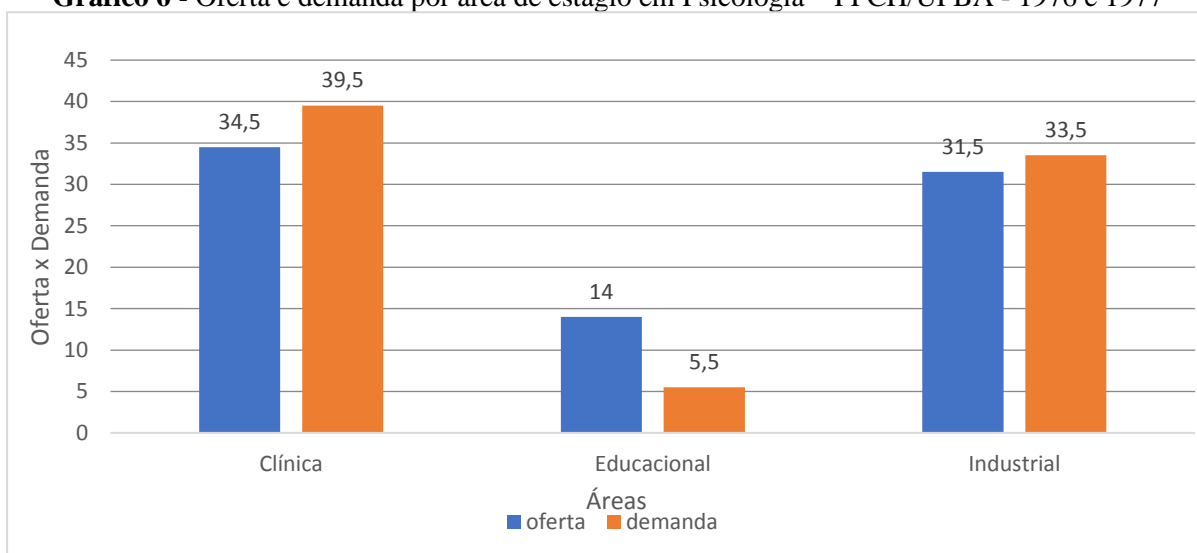
Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base na análise de documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

As condições estruturais e metodológicas de realização dos estágios apresentavam inadequações e os formandos de 1976 relataram sua insatisfação, reivindicando melhores condições, através de correspondência aos professores do departamento:

O estágio se reveste de grande significado para nós, uma vez que ele se nos apresenta como última chance de aprender alguma coisa dentro do curso de Psicologia, tão carente de atividades práticas. Por isso, vimos sentindo a necessidade premente de termos boas condições de trabalho durante o estágio: supervisão, local adequado, disponibilidade em termos de metodologia e área desejada. Isso não tem sido encontrado desde que o 5º ano existe. Pelo contrário: à medida que os anos vão passando, os problemas relativos a estágio se agravam, sem que se apresente solução que ponha termo à situação.¹¹

Diante da oferta de estágio e das condições para sua realização, apresentadas acima, cabe inquirir: qual era a demanda efetiva dos discentes e suas prioridades por áreas de estágio? Analisemos os dados referentes à média aritmética simples da oferta e da demanda de estágio, por área, nos anos de 1976 e 1977. Conforme explicitado no Gráfico 6, percebe-se que a oferta de estágio nas áreas clínica, educacional e industrial, nesses dois anos, foi de 34,5; 14 e 31,5 vagas, respectivamente. A média da demanda, nessas mesmas áreas, foi de 39,5; 5,5 e 33,5 discentes. A área clínica teve oferta e demanda mais altas que as outras duas, vindo a área industrial em segundo lugar. Observa-se, ainda, que as áreas clínica e organizacional tiveram uma demanda maior que a oferta, ou seja, a oferta disponível não foi capaz de suprir a necessidade de estágio nas áreas requisitadas, naquele momento. No caso da área educacional, por sua vez, evidencia-se que a oferta superou a demanda e que a área foi a menos procurada pelos discentes para a realização do estágio curricular, nos anos analisados.

Gráfico 6 - Oferta e demanda por área de estágio em Psicologia – FFCH/UFBA - 1976 e 1977



Fonte: Atas do Departamento de Psicologia de 23.08.1976 e 05.07.1977. Arquivo FFCH/UFBA

¹¹Correspondência assinada pelos discentes do curso de psicologia, encaminhada ao Departamento do curso de Psicologia, datada de 16 de agosto de 1976. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

Após analisar os dados disponíveis sobre a demanda por estágio, evidencia-se o direcionamento para a área clínica naquele período. Inicialmente indagamos: o que ocorria com a área da licenciatura em psicologia e da psicologia educacional, na esfera mais ampla das políticas de Estado? Primeiro, durante a década de 1970, as políticas implantadas pelos governos militares no âmbito da educação de primeiro e segundo graus, não incentivaram a procura pela formação de licenciados em psicologia. Com a reforma do ensino de segundo grau e a aprovação da Lei 5692/71¹², as disciplinas de psicologia, dentre outras da área de Ciências Humanas foram retiradas do currículo do segundo grau. O ensino Normal, tal como existia antes, desapareceu, extinguindo-se também os Institutos de Educação. O curso Normal passou a constituir uma das habilitações do ensino de segundo grau: Habilitação para o Magistério. Segundo, consideramos um fator que pode ter impactado na reduzida demanda em relação à Psicologia Educacional, no período. No âmbito da UFBA, a Reforma Universitária desmembrou os cursos que integravam a FFCH e foi criada a Faculdade de Educação, que passou a ministrar as disciplinas de Psicologia Educacional. O Programa do curso de psicologia não poderia oferecer disciplinas que repetissem esses conteúdos, por determinação da Reforma de 1968. O conteúdo específico da Psicologia Educacional foi excluído do programa do curso de psicologia, em detrimento da formação dos discentes do curso. (CARVALHO, 1979b; ARAPIRACA, 1979; BARBOSA, 2011; SAVIANI, 2008; LIRA, 2010).

Por sua vez, verificou-se a relevância da demanda por estágio na área industrial, que, se por um lado, pode estar associada à importância da psicotécnica, no período, por outro, não se pode desvincular tal demanda dos fatores político e econômico, uma vez que, durante a década de 1970, Salvador recebeu investimentos públicos que expandiram seu polo industrial e tecnológico. Como já dito, a Bahia entrara numa “onda modernista”, através do Plano Estadual de Desenvolvimento e implementação do CIA e o Estado incentivou a vinda de indústrias para a região, oferecendo benefícios e isenções fiscais. A oferta de empregos se expandiu, relativamente, com a indústria e favoreceu a abertura de mercado baiano para os profissionais psicólogos recém-formados e para oferta de estágios na área. O campo era atrativo para os discentes que buscavam estágios remunerados em empresas e indústrias, conveniadas ou não, que ofereciam oportunidades para esses discentes.

¹² BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

Sobretudo, o contexto político e cultural da época favorecia a prevalência pela clínica. Embebidos nessa *Zeitgeist* ou “espírito da época”, os discentes do curso investiram na formação clínica, na psicoterapia e em seguida na psicanálise. Seguiam um movimento que envolvia também os docentes, e não só os professores psiquiatras. A primeira geração de professores do curso era, em parte, composta por graduados em filosofia e pedagogia que atuavam com avaliação psicológica e uso de psicotestes, no campo escolar e do trabalho. Ao longo da primeira década do curso muitos deles foram se especializando em psicologia clínica. Esse fato se refletia nas áreas de estágio oferecidas. A clínica era a que possuía maior contingente de professores, seguido pela área industrial e por último a área educacional. Em sua dissertação de mestrado, Carvalho (1979b) analisou os currículos dos professores, suas histórias de vida e formação e concluiu que

[...] a maioria advém da área clínica; ou advém e está na área clínica, ou não advém, mas está na área clínica. Quase todos os professores do curso têm uma formação terapêutica (sobretudo os mais antigos) e exercem sua profissão, principalmente no exercício da clínica. Não são, pois, estranháveis as escolhas dos alunos, sobretudo se reporta ao prestígio desfrutado pelo modelo terapêutico, em detrimento do modelo preventivo (CARVALHO, 1979b, p.221-222)

Outra parte do corpo docente era formada por médicos psiquiatras, o que colaborou para a recepção de teorias de base psicopatológica e psicanalítica no curso e, conseqüente formação clínica dos discentes. A trajetória de João Mendonça é emblemática no sentido do poder hegemônico que a medicina teve na Bahia e que se espraiou também no curso de psicologia. Foi ele o criador do projeto de instalação do curso de psicologia, tendo lutado por sua implantação ao longo da década de 1960. No entanto, só pode acompanhar o curso por apenas um ano, pois faleceu em 1969. De pronto, outros psiquiatras ingressaram no curso. A relação institucional entre o Departamento de Psiquiatria da FMB e o Departamento de Psicologia se iniciou já em 1969, quando os professores Luiz Fernando Pinto e Caio Flamínio Silva de Carvalho foram colocados à disposição do curso, naquele momento de estruturação do departamento. Caio Flamínio não era médico, mas fazia parte da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas, onde atuava como psicoterapeuta¹³. Ao final da década, o departamento contava com um contingente expressivo, em torno de 30%, de médicos psiquiatras. Foram eles: Eduardo Saback Dias de Moraes (1969), Luiz Fernando Matos Pinto (1969), Gilda Bacal Fucs (1971), Maria Eugênia Vieira Nery (1971), Irineu Fileto Brito Gomes (1972), Mário Henrique

¹³ Ata do Conselho Departamental da FFCH/UFBA, de 17 de setembro de 1969. Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Soares Nascimento (1972), Jairo da Silva Gerbase (1973), Raphael Britto Portella (1973), Francisco Martins Ferraz (1975). Além desses médicos, outros contribuíram por curto período, entre 1968 a 1980, em algumas disciplinas, conforme registro de planos de aulas e atas do departamento, como por exemplo: Gilberto Ribeiro Matos, Antônio Carlos Silva Dantas, George Alakija, Anibal Silvany Filho, Dival Porto, Orlando Sales, Sabino Silva e, por fim, Naomar de Almeida Filho, no final da década de 1970. Como rememora a entrevistada Denise Coutinho, “*era um curso que tinha muitos médicos como professores nossos, muitos médicos e ainda não tinha essa ideia da Psicologia como produção de conhecimento. [...] Então nós eramos colonizados pela Medicina mesmo*”. (Informação verbal)¹⁴

No âmbito do programa curricular do curso de psicologia encontramos alguns registros da oferta de disciplinas ministradas por psiquiatras¹⁵. No conjunto das disciplinas de psicopatologia, havia Psicopatologia Geral I e II, ministradas nesse período por Eduardo Saback Dias de Moraes, Irineu Fileto Brito Gomes, Maria Eugênia Vieira Nery, Jairo da Silva Gerbase e Francisco Martins Ferraz; Psicopatologia Sexual, conduzida por Gilda Fucs; Psicopatologia infanto-juvenil, ministrada por Maria Eugênia Vieira Nery, Irineu Fileto Brito Gomes ou Jairo da Silva Gerbase. Os médicos psiquiatras também ministraram outras disciplinas, como, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia do Excepcional, Psicologia Diferencial, Elementos de Psicossomática, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Os professores Irineu Fileto, Jairo Gerbase, Mario Nascimento e Maria Eugênia Nery foram indicados também para conduzir o Estágio Supervisionado. Quais conteúdos eram ministrados nesses estágios na clínica? Conforme documentos do planejamento semestral de 1974, o professor Irineu Fileto Brito Gomes descreveu as atividades que pretendia realizar com os discentes do quinto ano do curso. Tendo como local de estágio a Casa de Saúde Ana Nery, o professor Irineu se propunha a supervisionar os atendimentos individual e em grupo com os internos, além de organizar a participação dos supervisandos na comunidade terapêutica, incluindo-os nos Grupos Operativos, nas Micro Assembleias das Alas, nas reuniões clínicas e técnicas, nos seminários de psicopatologia dinâmica e nas reuniões de supervisão das atividades. Por sua parte, o professor Jairo Gerbase, realizava estágio clínico com os alunos do primeiro semestre de 1975 no Ambulatório Osvaldo Camargo. O estágio de 225 horas era composto de atividades teóricas com dois seminários semanais, um sobre a psicanálise freudiana e outro sobre psicoterapias breves com leitura de textos de Jay Haley, David Cooper,

¹⁴ Depoimento de Denise Maria Barreto Coutinho (2019)

¹⁵ Relação de disciplinas ministradas e seus respectivos professores, na década de 1970. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

Ronald Laing, Maud Mannoni, Héctor Fiorini e Norman Kellsemann. Na parte prática do estágio, os discentes atendiam individualmente dois pacientes sob supervisão do professor, participavam dos grupos terapêuticos do ambulatório e eram orientados a realizarem psicoterapia pessoal¹⁶.

Os médicos psiquiatras tiveram também uma expressiva atuação na gestão do Departamento e na Direção da FFCH durante a década de 1970. João Inácio de Mendonça foi o primeiro chefe de departamento do curso. Após sua morte, em 1969, foi substituído interinamente pelo vice-diretor da FFCH Joaquim Batista Neves. Em 1970, Eduardo Saback assumiu o departamento, mantendo-se na chefia por duas gestões (1970-1971 e 1972-1973). Em seguida, assumiu a professora, psicóloga e doutora pela Universidade de Lyon, na França, Gizelda Morais (1974-1975). Em 1976 assumiu outro psiquiatra, o professor Mário Nascimento, atuando, também, por duas gestões (1976-1977 e 1978-1979)¹⁷. A gestão dos médicos psiquiatras foi, igualmente, preponderante na Direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. A partir da segunda metade da década de 1970, o professor Saback assumiu a vice direção (1974) e, em seguida, a direção por duas gestões consecutivas (1976-1980 e 1981-1984)¹⁸. Ato contínuo, foi substituído por outro professor do curso de psicologia e médico psiquiatra Mário Nascimento (1984-1988).

A atuação profissional dos professores psiquiatras extrapolava o âmbito da universidade. Além de ministrar aulas no curso de psicologia, também dedicavam horas de trabalho nos seus consultórios particulares, nas clínicas psiquiátricas e nas instituições asilares e judiciárias da cidade de Salvador. Atuavam como médicos plantonistas, médicos legistas ou peritos judiciais. A cidade de Salvador possuía, à época, cinco instituições de médio e grande porte: o Hospital Juliano Moreira, o Sanatório Bahia, a Casa de Saúde Santa Mônica, a Casa de Saúde Ana Nery e o Sanatório São Paulo. A rede de atendimento psiquiátrico englobava também o ambulatório Mário Leal e o ambulatório Osvaldo Camargo, a Clínica particular AMEPE, o Manicômio Judiciário e a Penitenciária Estadual Lemos de Brito, dentre outras.

Naquele contexto de graves violações dos direitos humanos, essas instituições psiquiátricas poderiam receber para internamento e tratamento, ex-presos políticos, vítimas de

¹⁶Planejamento de Estágio Supervisionado do curso de Psicologia da FFCH/UFBA. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

¹⁷ Fonte: Documentos e Atas dos arquivos CAD e FFCH/UFBA.

¹⁸ Professor Eduardo Saback assumiu a Direção da FFCH, conforme Ata de transmissão do cargo do então diretor José Calazans, em 30.07.1975. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

torturas impetradas pelos militares¹⁹. Um caso emblemático, que foi apresentado em minúcias no Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo escritor e jornalista Emiliano José, é o da jovem baiana Nilda Carvalho Cunha, morta em 14 de novembro de 1971. Quando morreu, estava com sintomas de cegueira e asfixia, em consequência de envenenamento durante a prisão. Nilda Carvalho Cunha era estudante secundarista e foi presa em Salvador, por ocasião da morte de Iara Iavelberg, por agentes do DOI/CODI e levada para o Quartel do Barbalho, em 20 de agosto de 1971, e depois transferida para a Base Aérea de Salvador. Ela foi libertada, dois meses mais tarde, muito fragilizada em decorrência das bárbaras torturas físicas e psicológicas a que havia sido submetida, além de ter presenciado os maus-tratos sofridos por seu namorado, Jaileno Sampaio.

Dez dias antes da morte da referida jovem, em 04 de novembro de 1971, o psiquiatra Eduardo Saback recomendou internamento e tratamento - Sonoterapia - e Nilda foi internada na Clínica AMEPE. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada do seu carrasco, Major Nilton Albuquerque Cerqueira, mas ele se apresentou também como médico e não puderam evitar. O estado de Nilda se agravou e, depois de 48 horas na Clínica AMEPE, o Dr. Saback aconselhou internamento num hospital e, sob efeito de sedativos, foi transferida para o Sanatório Bahia, onde faleceu. As dúvidas e questionamentos que se seguiram após a morte dessa jovem deixaram um mistério inexplicável. Nem mesmo o corpo clínico do sanatório fora encontrado para dar maiores explicações à sua mãe, a senhora Esmeraldina.

Todos se surpreenderam, até mesmo o Dr. Saback, que anexou um relatório ao prontuário deixando Dona Esmeraldina fora de si. Saback visitou Nilda nos dias 8, 11 e 13 de novembro e, aos poucos, foi reduzindo a medicação, por notar que psiquicamente ela estava se recuperando e o estado físico encontrava-se "nos limites da normalidade". Quando soube da morte, diante da ausência de causa física, ele solicitou "necropsia para esclarecimento". Só 40 dias depois, o "Nina Rodrigues" fornece os resultados — "edema cerebral a esclarecer e excesso de barbitúricos no sangue" — que não desvendam o mistério. Dona Esmeraldina não suporta. Cai numa crise depressiva e é internada no Sanatório Ana Nery. Sai de lá procurando todo mundo: onde está o Dr. José Raimundo Caribé, diretor do Sanatório Bahia? Não estava mais lá.

¹⁹Sobre os centros de tortura existentes em Salvador, a Comissão Estadual da Verdade - Bahia identificou 11 centros de repressão (locais de prisões políticas). Segundo a CEV, o Forte do Barbalho foi o maior centro de tortura na Bahia. Cita que as torturas a presos políticos eram iniciadas na Polícia Federal, situada em frente ao Mercado Modelo, já demolido. Os presos políticos ficavam recolhidos na Galeria F da Penitenciária Lemos Brito. Revela também que a Base Aérea de Salvador, criada em 1942, em função da Segunda Guerra Mundial, foi grande centro de tortura e tempos depois foi flagrada queimando documentos da ditadura que a incriminavam. Os outros centros de tortura citados são: Quartel da PM na Avenida Dendezeiros, 19º Batalhão de Caçadores, Quartel de Amaralina, Quartel General da PM nos Aflitos, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, Quartel dos Fuzileiros Navais e Forte de São Pedro. Fonte: Mapa da Repressão e Resistência durante a ditadura militar na Bahia. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em: 20 mar 2019.

Onde está o Dr. Saback? Tinha viajado para a Europa. E os médicos do AMEPE? Todo mundo tinha sumido. (JOSÉ; MIRANDA, 2015)

Os médicos do Sanatório Bahia não puderam informar a ‘causa morte’ e o psiquiatra Irineu Fileto Brito Gomes, professor do curso de psicologia da UFBA e médico plantonista, solicitou o exame cadavérico ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, que declarou “Edema Cerebral a esclarecer” no Atestado de óbito. O resultado da autópsia não foi entregue à família e sim à Polícia Federal. A mãe de Nilda, Dona Esmeraldina, desesperada com a morte da filha, passou a fazer denúncias e protestos em praça pública e, certo dia, apareceu enforcada, em circunstâncias inexplicadas. (JOSÉ; MIRANDA, 2015; BRASIL, 2014)

Um outro caso que trazemos, de modo mais sucinto, é do preso político Wesley Macedo de Almeida, integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que atuava na cidade de Jequié, interior da Bahia. Após sua prisão, onde foi barbaramente torturado, foi declarado mentalmente incapaz. Encontrava-se preso no Manicômio Judiciário, vindo da Penitenciária Lemos de Brito, quando foi pedido judicialmente o exame de sanidade mental que seria assistido pelo médico Francisco Martins Ferraz, professor do curso de psicologia da UFBA e psiquiatra do Manicômio Judiciário²⁰. (SOUZA, 2013)

Foi nesse contexto de autoritarismo, violência, medo, insegurança e silenciamentos, que a psicologia, enquanto disciplina e profissão, se projetou e se expandiu no mercado de trabalho, no campo das psicoterapias. Recrudescia-se as posições de “neutralidade” como estratégia de conduta clínica e o silenciamento, como forma de sobrevivência, num ambiente de horror. Privilegiou-se um modelo de atuação profissional de cunho individualizante, pouco afeita às discussões ou intervenções num campo socialmente mais amplo. No espaço privativo dos consultórios, os psicoterapeutas direcionavam o tratamento para as questões de caráter individual, para ajustar os sujeitos à sociedade, excluindo os determinantes sociais no processo terapêutico. As dores, angústias e sofrimentos eram tomados como questões de ordem individual e localizada no interior de cada um e assim eram tratadas. Nesse momento, a psicologia ganhava espaço como a ciência que avaliava, diagnosticava, analisava e definia padrões de normalidade mental e social, a personalidade, as emoções, a inteligência, através de testes psicológicos e psicoterapia. (COIMBRA, 1995).

Ao tempo em que a sociedade baiana se urbanizava e se modernizava, assimilando termos e conceitos da psicologia na linguagem cotidiana, a psicologia clínica, individualizada,

²⁰Disponível

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&PagFis=42662&Pesq=francisco%20martins%20ferraz> Acesso em: 20 mar 2018.

reparativa e terapêutica, ganhava cada vez mais adeptos. A censura e as proibições foram molas propulsoras para a psicologia clínica. Os consultórios privados tornaram-se os ambientes protegidos para as narrativas, talvez de dor, talvez de violências impetradas, que não se podia revelar publicamente. O esvaziamento do espaço público e a radicalidade do autoritarismo de estado, estimularam a busca pela interioridade individual. (COIMBRA, 1995) Estavam dadas, assim, as condições impulsionadoras do surgimento da psicoterapia, como um novo campo profissional, que absorveu grande parte dos psicólogos baianos recém formados, naquele período.

Ao longo desta seção e da anterior, apresentamos as evidências resultantes das análises quantitativas e qualitativas das informações e dos dados obtidos, relacionados ao primeiro objetivo específico proposto para este trabalho, qual seja, analisar a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia, que culminou na implantação do curso de graduação da Universidade Federal da Bahia, tendo como pano de fundo o cenário político da época. Numa síntese, verificamos que o processo de formação e consolidação do curso de psicologia da FFCH/UFBA foi concretizado depois de diversos entraves burocráticos e políticos. Sua plena resolução atendeu uma demanda reprimida não só do Estado, mas de toda a região Nordeste do país. A conjuntura política, determinada pelos ditames dos tecnocratas do regime militar impactou na vida acadêmica universitária, o que exigiu dos discentes de psicologia resistência para lidar com a tensão política naqueles anos iniciais do curso. Nesse contexto, o curso foi positivamente recebido pela sociedade baiana, e, apesar das diversas mudanças de sede e dificuldades estruturais, manteve a posição favorável, conforme demonstra o quantitativo de matrículas. O curso atendia a uma demanda da classe média baiana, que via a psicologia como uma profissão liberal e uma oportunidade para ascender socialmente. Verificamos o perfil dos ingressantes no curso, naquele primeiro momento, formado majoritariamente por mulheres. Também mostramos, aqui, as diversas instituições que atenderam às demandas de estágio supervisionado nas áreas clínica, educacional e industrial, além da forma como tais espaços contribuíram para o processo prático formativos dos discentes. Verificamos, ainda, que o ingresso dos discentes nos espaços institucionais psiquiátricos, favoreceu o campo psicoterapêutico, ampliando a demanda pela clínica de cunho mais individualizado e direcionado às camadas médias urbanas que podiam pagar e se beneficiar desse serviço. Na próxima seção, analisaremos o processo de recepção e circulação da Análise Experimental do Comportamento e da Psicanálise no curso de psicologia.

6 RECEPÇÃO DA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL E DA PSICANÁLISE NA BAHIA: ASPECTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS

Ao longo desta seção, iremos analisar o modo como a Análise do Comportamento e a Psicanálise foram recebidas pelo campo acadêmico da psicologia - compreendido por instituição, docentes e discentes - na cidade de Salvador, no período correspondente aos anos de 1968 a 1980. Nas subseções sobre a recepção da Análise do Comportamento, apresentaremos uma contextualização sobre a contribuição da Universidade de São Paulo (USP) à formação dos primeiros analistas do comportamento no Brasil, para, a partir daí, desenvolvermos uma narrativa sobre a influência da USP no processo de implantação do laboratório de Psicologia Experimental do curso de psicologia da FFCH/UFBA e na formação e aperfeiçoamento de seu quadro de professores. Em seguida, analisaremos o modo como a psicanálise foi recebida e apropriada pela comunidade acadêmica e pelos profissionais do campo “psi”, na Bahia. Procuramos, igualmente, compreender como se deu a circulação da psicanálise, entre os anos de 1968 a 1980, à luz das múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno, ou seja, as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica no país, refletindo sobre a importância do grupo do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), representado pelo psicanalista didata Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais e o grupo de psicanalistas argentinos, capitaneado por Emílio Rodrigué, que aportou em Salvador fugindo da ditadura em seu país. (RODRIGUES, 2001)

Utilizamos o conceito de recepção proposto por Dagfal (2004), que analisa o modo como teorias desenvolvidas em uma cultura podem ser compreendidas em outra cultura, envolvendo as ações de acolhida e intercâmbio, sem deixar de lado as características próprias do campo disciplinar em questão, suas problemáticas e interesses intelectuais. Ademais, o conceito de indigenização auxiliou na compreensão de que o conhecimento psicológico produzido localmente produz questões distintas do contexto internacional em que foi produzido originalmente, ultrapassando a análise de uma relação centro-periferia em que se considerava que teorias desenvolvidas em um país central seria passivamente absorvida pelos indivíduos de países periféricos, como o Brasil. (DANZIGER, 1984, 2006; DAGFAL, 2004; PICKREN, RUTHERFORD, 2010; BRANCO, CIRINO, 2017)

6.1 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO DA USP À FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS PSICÓLOGOS DA FFCH/UFBA

Na primeira metade do século XX, versões anteriores ao Behaviorismo Radical de Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), já eram recebidas no campo educacional brasileiro. Desde os anos de 1920 que educadores brasileiros já haviam se apropriado do pensamento de J.B. Watson¹ através de sua obra *Manifesto Behaviorista* e de conceitos e ideias de importantes autores do condicionamento clássico, como Thorndike e Pavlov. (CIRINO *et al.*, 2013) O interesse pela Análise Experimental do Comportamento (AEC) continuou em evidência no Brasil, nas décadas posteriores, e o trabalho de experimentação, envolvendo animais em laboratório, ganhou novos adeptos, crescendo o interesse por uma psicologia experimental, integrada ao campo das ciências naturais.

Especificamente em São Paulo, há registro de que foi a partir de Paulo Sawaya², então diretor do Instituto de Psicologia da USP – que concebia a psicologia como uma ciência natural no campo da Fisiologia – que surgiram as condições para a recepção da Análise do Comportamento, bem como para a vinda de Fred Simmons Keller em 1961 ao Brasil. Sawaya tinha como projeto incrementar o modelo de pesquisa experimental na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) e seu conhecimento sobre os trabalhos de Pavlov, Thorndike e Watson já se evidenciava no capítulo do livro sobre psicologia animal, intitulado *A Psicologia Moderna*, organizado por Otto Klineberg e publicado em 1953. (MIRANDA; CIRINO, 2010; MIRANDA, 2010; DOMINGUES, 2019)

Assim, a convite de Paulo Sawaia, o professor de psicologia na Universidade de Columbia, EUA, Fred S. Keller, veio para o Brasil no ano de 1961 como professor visitante da USP, o que fez desse ano um marco temporal representativo do início da Análise Comportamental no país. Keller era um pesquisador e professor de Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical, desenvolvido pelo psicólogo americano B. F. Skinner, e divulgador dessa filosofia. Keller escreveu, dentre vários outros trabalhos, o livro *Princípios de Psicologia*, em coautoria com W. N. Shoefeld, em 1950. Durante seu doutoramento em Harvard,

¹John B. Watson (1878–1958) é apontado como principal precursor do Behaviorismo clássico, escola psicológica surgida na segunda década do século XX. O marco inicial foi a publicação, em 1913, do artigo *A psicologia como o behaviorista a vê*, também conhecido como *Manifesto Behaviorista*. Nesse artigo, Watson define a psicologia como um ramo das ciências naturais e propõe que os métodos utilizados na psicologia comparada poderiam ser utilizados na psicologia em geral para produzir dados objetivos sobre o comportamento, o que, segundo sua crítica, não era possível com o método introspectivo.

²Paulo Sawaya (1903-1995) era médico com doutorado em Zoologia e foi professor de Fisiologia Geral e Humana para o curso de Psicologia da USP.

concluído em 1931, estudou o comportamento animal, iniciando com tartarugas, depois camundongos e, finalmente, com ratos albinos, utilizando o labirinto experimental como instrumento de estudo, passando, posteriormente, a utilizar a caixa de condicionamento operante, junto com Skinner, de quem foi colega e amigo. (MIRANDA, 2010)

No Brasil, Keller trabalhou inicialmente na USP. Ocupou a cátedra de Psicologia Experimental, entre 1961 e 1962, e foi o precursor do uso do laboratório de condicionamento operante para o ensino da Análise Experimental do Comportamento no Brasil (MATOS, 1998; CIRINO *et all*, 2012) O laboratório de Análise do Comportamento e o uso da caixa de condicionamento operante teriam como função didática fazer os estudantes realizarem experimentos e não apenas ler sobre eles, mas, também, de iniciá-los no pensamento e métodos da ciência de laboratórios. (TODOROV, 2006; MIRANDA, 2010; POLANCO; MIRANDA; 2014)

Na sua chegada à USP, Keller teve como assistentes os professores Carolina Bori³ e Rodolpho Azzi⁴, além da estudante de graduação do curso de psicologia, Maria Amélia Matos. Keller ministrou dois cursos na USP, sendo eles *Psicologia Experimental* e *Psicologia Comparada e Animal*, ocasião em que ministrava aulas teóricas e exercícios práticos, esses últimos realizados em um laboratório que construiu juntamente com Rodolpho Azzi. O conteúdo das aulas visava instruir os discentes sobre as bases conceituais da Análise Comportamental. Esse foi o primeiro contato que docentes e estudantes brasileiros tiveram com a Análise do Comportamento e seu ensino trouxe importantes consequências para a evolução da psicologia, inicialmente em São Paulo, e, em seguida, no restante do país. (PESSOTTI, 1988)

As caixas de condicionamento operante foram adaptadas por Rodolpho Azzi. Posteriormente, foram substituídas por uma versão desenvolvida por Mario Arturo Alberto Guidi⁵, mantendo a finalidade de ensino do aparelho original. Mario Guidi desenhou e construiu o modelo de caixa de Skinner, associando-se à Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do

³ Carolina Martuscelli Bori (1924-2004) era professora titular da cadeira de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro e professora assistente de Psicologia da USP, onde permaneceu até 1994, ano de sua aposentadoria. Era formada em Pedagogia (1947) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, com mestrado pela *New School for Social Research de Nova York*, tendo trabalhado inicialmente na tradição de Kurt Lewin. (TODOROV, 2006; MATOS, 1998).

⁴Rodolpho Azzi (1927-1993) foi aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, professor na Universidade Nacional do Paraguai, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (SP), na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (SP), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e no Instituto de Psicologia da UNB. (Homenagem a Rodolpho Azzi, Revista Psicologia Ciência e Profissão, vol. 30, n. 1, 2010, p. 228).

⁵ Mario Guidi era Instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Ensino de Ciências (FUNBEC), que comercializou por todo o país os instrumentos e materiais didáticos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). (MATOS, 1998; JACÓ-VILELA, FERREIRA, PORTUGAL, 2005; MIRANDA, 2010; CIRINO *et all*, 2012; DOMINGUES, 2019) A caixa de condicionamento operante ou caixa de Skinner, utilizada para fins didáticos,

[...] tinha importante papel no ensino de Psicologia, no geral, e de Análise do Comportamento, especificamente. Isto porque, permitiria aos estudantes ver o comportamento do animal ser modificado e, não apenas ler a respeito, bem como, possibilitaria o desenvolvimento de habilidades de cientista, já que utilizariam um instrumento de laboratório. (MIRANDA; CIRINO, 2010, p. 85)

Quanto a Keller, depois de sua passagem pela USP, retornou aos EUA e, em 1963, foi convidado por Carolina Bori a retornar ao Brasil. Desta vez, para integrar o corpo docente do Departamento de Psicologia da UnB, que estava se formando naquele momento. Integraram esse grupo, os professores Carolina Bori, como presidente, Fred Keller, Rodolpho Azzi, John Gilmour Sherman e Isaías Pessotti, dentre outros. Alguns assistentes de ensino e estudantes de graduação, como Maria Amélia Matos, foram para a Universidade de Colúmbia, a fim de se aperfeiçoarem e retornar a Brasília para fazer parte do corpo docente. (MATOS, 1998; CÂNDIDO, 2014).

No movimento destinado à implementação do Departamento de Psicologia da UnB e na assessoria a Darcy Ribeiro⁶ nos projetos e organização dos cursos de formação básica, o grupo de professores de psicologia da UnB propôs o *Personalized System of Instruction* (PSI) e a implantação de um laboratório de Análise do Comportamento. O PSI, traduzido como Sistema Personalizado de Ensino, é uma metodologia de ensino embasada em princípios da Análise do Comportamento, que surgiu como uma variante da Instrução Programada desenvolvida por Skinner. Tornou-se conhecida na década de 1950 como um material instrucional para o ensino planejado, tendo se disseminado por vários países, ganhando variações no Brasil. Dentre essas variações, destaca-se o Sistema Personalizado de Ensino, idealizado pelos professores Fred Simmons Keller, John Gilmour Sherman, Rodolpho Azzi e Carolina Bori, que passou a ser utilizado como uma tecnologia mais ampla, envolvendo decisões sobre o processo de ensino. O PSI foi completamente desenvolvido para a UnB e, durante a década de 1970, passou a ser

⁶Darcy Ribeiro (1922 – 1997), mineiro, antropólogo e político brasileiro. Realizou trabalhos nas áreas de educação, sociologia e antropologia. Foi o idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense e, ao lado de Anísio Teixeira, foi um dos criadores da Universidade de Brasília.

adotado em todo o país. (MATOS, 1998; TODOROV, 2006; TODOROV *et all*, 2009; DOMINGUES, 2019)

Enquanto os processos de ensino de psicologia se desenvolviam no Brasil, influências políticas interferiam nos centros acadêmicos provocando crises na evolução da docência. Logo após o golpe militar e início da *Operação Limpeza* nas universidades, a UnB foi ocupada por policiais militares e Exército. Vários professores e estudantes foram presos, inclusive o professor Rodolpho Azzi. Em 19 de outubro de 1965, duzentos e vinte e três professores pediram demissão coletiva, dentre eles, os professores de Psicologia: Carolina Martuscelli Bori – coordenadora do Departamento; Alcides Gadotti, Isaías Pessotti, Luís Otávio Seixas de Queiroz, Maria Helena Guedes, Maria Tereza de Araújo Menezes, Mário Guidi, Mariza Antônia Gurgel Azzi, Marize Bezerra Jurberg e os professores visitantes Robert Norman Berryman, Jean Nazzaro e Russel Nazzaro. (SALMERON, 1999). Em artigo mais recente, Todorov e Hanna (2010) afirmam que “Dos professores de psicologia então em exercício, só Robert Berryman permaneceu”. (TODOROV; HANNA, 2010, p. 147)

Após sua saída da UnB, Carolina Bori retornou à USP e passou a comandar o centro de formação em Análise do Comportamento. Ajudou a criar e estruturar o Departamento de Psicologia Social e Experimental do Instituto de Psicologia daquela universidade e montou projetos de planejamento e construção de protótipos para equipamentos de ensino e pesquisa no campo da Psicologia Experimental, Psicologia Sensorial, Psicofísica, Psicologia da Aprendizagem e Análise Experimental do Comportamento. (TODOROV; HANNA, 2010)

Carolina Bori foi, na década seguinte, uma grande divulgadora do Sistema Personalizado de Ensino. Ensinou diversos alunos a programarem o ensino através do que chamou Curso Programado Individualizado (CPI). Posteriormente, Bori deu um rumo inteiramente novo ao Sistema Personalizado de Ensino, elaborado por Keller, ao propor e implementar a Análise de Contingências na Programação de Ensino (ACPE). A versão de Keller voltava-se para a análise de textos a serem estudados e na avaliação, enquanto que a ACPE focava na análise de habilidades e conhecimentos, que seriam necessários para o exercício de uma atividade, bem como, no planejamento das condições de ensino favoráveis à sua aquisição (MATOS, 1998; DOMINGUES, 2019). Referindo-se à ACPE, Maria Amélia Matos faz a seguinte análise:

[...] marcou inúmeras gerações de analistas do comportamento "bedesianos" (isto é, que passaram pela pós-graduação em Psicologia Experimental quando esta era ministrada no famoso Bloco 10, sede do Departamento de Psicologia Experimental da USP, na Cidade Universitária). Esta opção representava uma maneira particular de Carolina considerar a programação de ensino. Centrava-se na identificação e análise das diversas contingências envolvidas nos

diferentes objetivos de ensino, e na programação de atividades que garantissem essas contingências. Nesse sentido, realizava uma cuidadosa análise comportamental desses objetivos e realmente revolucionou não só o ensino em Psicologia Experimental, mas também em outras áreas, como a Física, Química, Engenharia, Arquitetura etc. Eu diria mesmo que esta ênfase particular que Carolina imprimiu ao Método Keller mudou-o radicalmente, de um método para organizar um curso e ministrar aulas, em uma poderosa técnica de planejamento de condições de ensino. (MATOS, 1998, p. 3-4)

A Psicologia Experimental foi, gradativamente, tornando-se ‘quase sinônimo’ de ensino de Análise Experimental do Comportamento. Expandiu-se pelo país, tendo o ensino e a pesquisa básica com animais como as mais fortes condições iniciais para isso. (MATOS, 1998) O florescimento da Análise do Comportamento e o estabelecimento dos laboratórios estão associados, por um lado, à obrigatoriedade do ensino de psicologia experimental, dada pelo currículo mínimo e, por outro, à preocupação, por parte da comunidade acadêmica e profissional em fornecer um caráter científico e, portanto, socialmente legitimado à nova profissão. Desse modo, pode ser adotada nas universidades brasileiras, principalmente na sua modalidade didática, conquistando espaço nos departamentos e institutos de Psicologia, como a USP, a UnB, a PUC/SP, a UFPA e a UFMG. (MATOS, 1998; TODOROV, 2006; ANTUNES, 2006; MIRANDA, 2010; TODOROV; HANNA, 2010)

Na UFBA, como veremos a seguir, a contribuição de Carolina Bori e de outros docentes da USP, como Mario Guidi e Maria Amélia Matos é incontestável. Contribuíram desde os primeiros anos para a formação e estruturação do curso, a implantação do laboratório de Psicologia Experimental e a formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento.

6.2 O LABORATÓRIO DIDÁTICO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL DO CURSO DE PSICOLOGIA DA FFCH/UFBA

A ciência é uma atividade coletiva e organizada em locais e por meio de instituições. No campo da Historiografia das Ciências, instituições como os laboratórios e seus equipamentos têm sido objetos de estudo a partir da perspectiva dos aspectos sociais, institucionais, culturais e econômicos a eles relacionados. (PESTRE, 1996; LATOUR; WOOGAR, 1997) Na História da Psicologia, os laboratórios foram descritos, inicialmente, de modo celebrativo e cerimonialista. Tal modelo memorialista de fazer a história dos laboratórios e de seus instrumentos passou a ser revisto, em face de seu caráter acrítico e descontextualizado. Contemporaneamente, os laboratórios voltaram a ser objetos de interesse da História da Psicologia e pesquisadores têm valorizado sua contribuição para a organização e a

institucionalização da psicologia como disciplina autônoma. (MIRANDA; CIRINO, 2016) As discussões sobre os laboratórios e seus instrumentos se amparam na História da Ciência, alicerçado nos Estudos Sociais da Ciência e, além das pesquisas que apontam os aspectos disciplinares envolvidos na criação de laboratórios de psicologia, procura-se investigar, ainda, como tais laboratórios responderam às demandas locais de suas comunidades. (DANZIGER, 1990; PICKREN, RUTHERFORD, 2010)

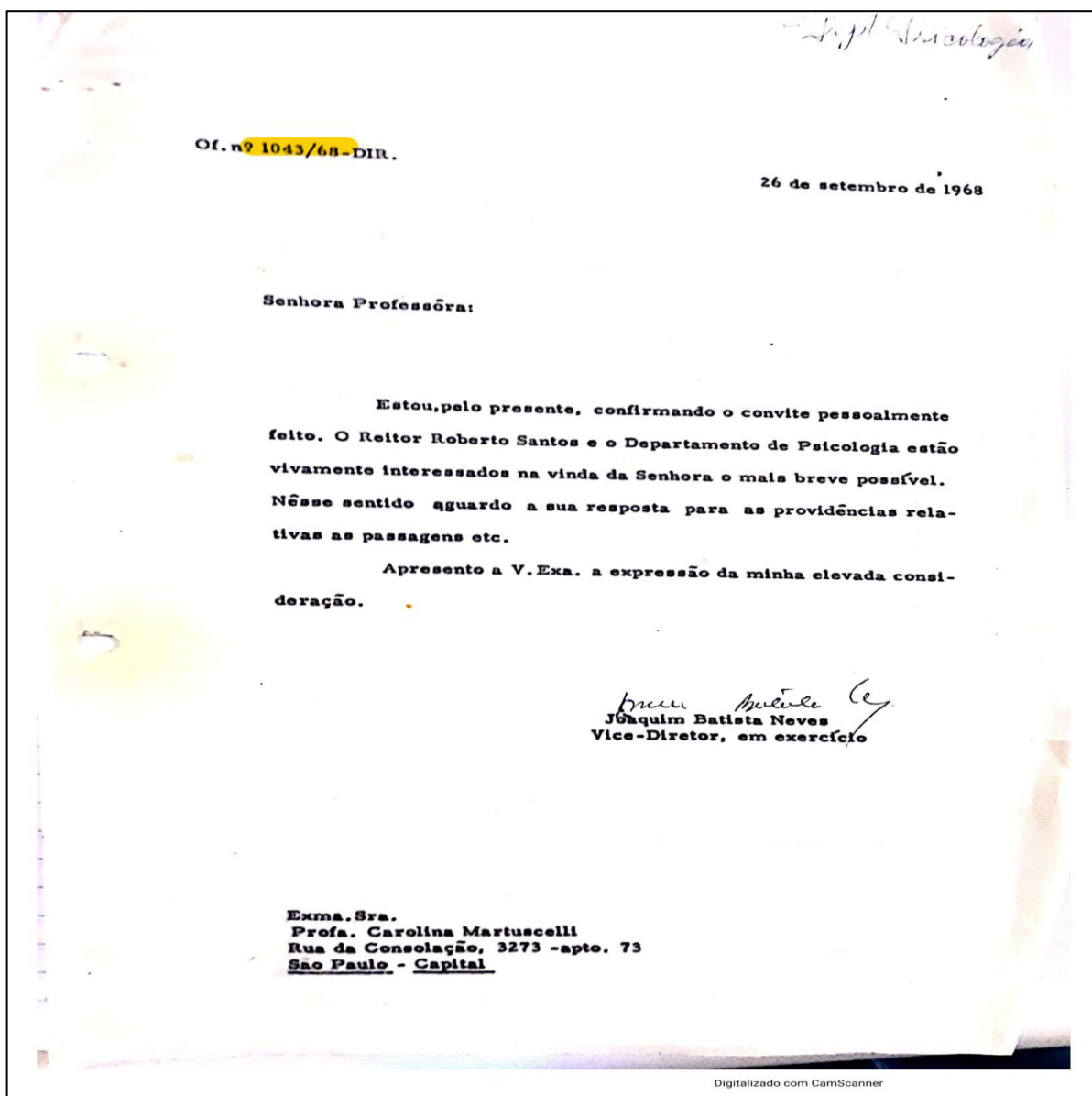
Os laboratórios de psicologia podem ser estudados sob diversos aspectos. Entre eles: a) materialidade: sua estrutura física, organização de salas e equipamentos, que permitem compreender a recepção e a circulação de conhecimentos psicológicos, a nível local; b) função didática: através dos artefatos utilizados no processo de treinamento; as estratégias didáticas de difusão de conhecimentos; as práticas para treinar novos membros da comunidade; as propostas de ensino em vigor, os experimentos e os conteúdos didáticos, como, currículos, ementas e programas; c) mecanismos de criação de comunidades: através da identificação de seus atores sociais – pesquisadores, professores, estudantes ou agências de fomento – e interesses nas disputas da ciência, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais; d) usos sociais e simbólicos: a partir das funções que os instrumentos de laboratórios adquirem, diversos da formulação teórica que os produziram e de como as pessoas os utilizaram e os descartaram; e) produção de conhecimento: através da observação das relações entre laboratório, instrumentos e teorias que indicam como contribuíram para a configuração de novos domínios de conhecimento. (MIRANDA; CIRINO, 2016)

No Brasil, os pesquisadores têm demonstrado que os laboratórios de psicologia tiveram um papel didático importante para a formação em Psicologia Experimental. Como tal, têm sido estudados acerca de suas potencialidades e adequação ao ensino na graduação de psicologia. Há estudos que evidenciam a recepção e a circulação de conhecimentos psicológicos através da instalação do laboratório como ferramenta didática, destacando a prevalência do uso das caixas de Skinner nos laboratórios de Psicologia Experimental e a relevância da recepção da Análise do Comportamento para o campo educacional no Brasil. (MIRANDA, 2010; MIRANDA, CIRINO, 2010; CIRINO, MIRANDA, CRUZ, 2012; CIRINO, MIRANDA, SOUZA JR, 2012; MIRANDA, 2014; DOMINGUES, 2019)

Na Bahia, o laboratório didático de Psicologia Experimental do curso de psicologia da FFCH/UFBA esteve, desde seu projeto de implementação, fortemente vinculado aos psicólogos formadores de análise do comportamento da USP. Os primeiros contatos com Carolina Bori, no sentido de convidá-la a assessorar no processo de instalação do laboratório, tiveram início em setembro de 1968 (Figura 2). O vice-diretor em exercício da FFCH, Joaquim Batista Neves,

ratificou por ofício o convite feito pessoalmente e acrescentou: “O Reitor Roberto Santos e o Departamento de Psicologia estão vivamente interessados na vinda da Senhora o mais breve possível”⁷.

Figura 2 - Primeira correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori.



Fonte: Arquivos CAD/UFBA

⁷Ofício nº 1043/68-DIR, emitido pelo Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Joaquim Batista Neves, em 26.09.1968. Fonte: Arquivos CAD/UFBA.

Carolina Bori respondeu em outubro (Figura 3), informando o recebimento do Ofício nº 1043/68 e sugerindo um encontro para o final desse mesmo mês com os professores do Departamento de Psicologia da UFBA⁸.

Figura 3 - Carta emitida pela professora Carolina Bori

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105
SÃO PAULO (BRASIL)

SÃO PAULO, 10 DE OUTUBRO DE 1968

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM BATISTA NEVES
D.D. VICE-DIRETOR, EM EXERCÍCIO, DA FACULDADE
DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SALVADOR - BAHIA

*o Departamento de
Psicologia -
19-10-68
Jornal Escola Nova*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DIRETOR,

TENHO A SATISFAÇÃO DE ACUSAR O RECEBIMENTO DO OFÍCIO Nº 1043/68 DESSA DIRETORIA E DE AGRADECER O HONROSO CONVITE QUE VOSSA EXCELÊNCIA REITERA EM NOME DO MAGNÍFICO REITOR PROFESSOR DOUTOR ROBERTO SANTOS E DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA. SERÁ UM PRAZER ATENDER O CONVITE.

INFORMO VOSSA EXCELÊNCIA QUE ENCAMINHEI PEDIDO A DIREÇÃO DESTA FACULDADE NO SENTIDO DE ME SER CONCEDIDO UM AFASTAMENTO, POR UM PERÍODO DE QUATRO DIAS, A PARTIR DE 28 DE OUTUBRO. NATURALMENTE, VOSSA EXCELÊNCIA, PODERÁ JULGAR COM MAIS ACERTO SE ESTA DATA ATENDE AOS INTERÊSSES DOS PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA SUA FACULDADE. CASO FOR PREFERÍVEL UMA OUTRA DATA SOLICITO A VOSSA EXCELÊNCIA O OBSEQUIO DE ME AVISAR A FIM DE MODIFICAR A SOLICITAÇÃO DE AFASTAMENTO.

MUITO ATENCIOSAMENTE,
Carolina Martuscelli Bori
CAROLINA MARTUSCELLI BORI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA
registrada sob n.º 8907
nas fls 42 de Livro n.º 13 de
Protocolo de Porta
Em 21 de outubro de 1968
Aurea Sangaio
PROTOSCELLENTE

Med. 02 - 12 - 001 - 500x50 - 9 / 64
Secção Gráfica F.F.C.L., U.S.P. imprimiu

Digitizado com CamScanner

Fonte: Arquivos CAD/UFBA

⁸ Carta em papel timbrado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, assinada por Carolina Bori em 10.10.1968, dirigida em Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Prof. Dr. Joaquim Batista Neves. Fonte: Documento registrado sob o nº 8907, às fls. 42 do Livro nº 13 de Protocolo de Porta em 21.10.1968. Arquivos CAD/UFBA.

Em novembro, Bori escreveu uma extensa carta a Batista Neves (quatro páginas), na qual deu ciência do resultado da reunião com o grupo de professores e alunos do curso e apresentou uma proposição para iniciar a implantação do laboratório de Psicologia Experimental⁹¹⁰. Bori detalha nessa carta, que o laboratório pensado pelo grupo, “[...] deveria permitir o ensino de Análise Experimental do Comportamento ao nível de introdução e ser suficientemente flexível para servir também à pesquisa”. O grupo também definiu a introdução de uma metodologia científica para a disciplina Psicologia Geral e Experimental, que serviria de apoio para o treinamento dos estudantes no campo da experimentação, baseada nos princípios de Análise Experimental do Comportamento. A partir dessa reunião com o grupo de professores e alunos, registrada por Bori em sua carta para Batista Neves, ficou definida a vinda de um professor da USP para instalar o laboratório e treinar pessoal, bem como a compra dos equipamentos diretamente da FUNBEC.

Em sua carta, Bori deu orientações detalhadas, sugerindo a escolha do espaço, assim como considerou a possibilidade de os exercícios de laboratório serem realizados por sub grupos de alunos, com base no número de vagas do curso. Sobre o espaço para instalação do laboratório, sugeriu que a sala deveria conter dez mesas de trabalho e ter uma área de 35 m², com piso fácil para limpeza e iluminação controlada por persianas. Além da sala do laboratório, especificou também o espaço para o biotério, para abrigar os animais necessários aos exercícios a serem realizados pelos alunos nos dois primeiros semestres do curso, que deveria ter, pelo menos, quinze metros quadrados, para conter duas galerias de gaiolas. Sugeriu, da mesma forma, que fossem evitados lugares úmidos e pouco ventilados e sempre com a instalação de exaustor de ar. Sobre os móveis a serem instalados no laboratório, a professora indicou a confecção de 13 mesas de 1,20 x 0,70 m, de fórmica ou outro material que pudesse ser limpo com água ou desinfetante, sendo onze mesas para o laboratório “[...] uma para cada um dos conjuntos de condicionamento operante e uma para o instrutor do curso[...]”, além de duas mesas para o biotério, uma para a balança e pesagem dos animais e outra para o fichário e anotações dos alunos. Bori argumentou sobre a importância do uso de mesas com boa estabilidade “[...]para não se constituírem em uma variável pouco controlável[...]”, especificou, também, a rede de instalação elétrica e tomadas suficientes para cada uma das mesas, que deveriam ter 3 a 4 tomadas disponíveis para cada uma mesa e uma chave geral para controle da

⁹ Carta em papel timbrado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, assinada por Carolina Bori em 14.11.1968, dirigida em Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Prof. Dr. Joaquim Batista Neves. Fonte: Documento registrado sob o nº 9355, às fls. 66 do Livro nº 13 de Protocolo de Porta em 12.12.1968. Arquivos CAD/UFBA.

¹⁰ Cf. Anexo B, p. 244

rede elétrica do laboratório e estabilidade de voltagem. Carolina Bori ainda detalhou informações sobre os equipamentos e sua forma de aquisição, acrescentando que a FUNBEC dispunha de balança para pesagem de ratos e do modelo de galeria de gaiolas, sob encomenda. Cada conjunto de equipamento seria composto de câmara ambiente, painel de controle manual e automático, cronômetro elétrico, painel de luz e dispositivo para lâmpada, estimulador de choque, registrador gráfico e duas galerias de 30 gaiolas cada para abrigar o número de animais necessários para os alunos do curso. Sobre o material bibliográfico para as aulas, a professora indicou quatro títulos, a saber: *Princípios da psicologia* de Keller e Schoenfeld (1966); *Análise do Comportamento* de Holland e Skinner (ainda em vias de publicação na época da carta); *Ciência do comportamento humano* de Skinner (1966); e *Manual de exercícios de laboratório*, de Guidi e Bamermeister (1967).

Os trâmites para a instalação do laboratório de psicologia na UFBA tiveram continuidade no início de 1969. O professor Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça foi à São Paulo tratar diretamente com a professora Carolina Bori¹¹. Nesse ínterim, o reitor Roberto Santos autorizou a aquisição do laboratório e o início da instalação e funcionamento, de acordo com as orientações fornecidas por Bori¹². Mas a diligência à São Paulo teve entraves. Batista Neves registrou as dificuldades que surgiram por falta de informações detalhadas do pedido do material para o laboratório e afirmou só ser possível a aquisição quando o pedido contivesse tudo discriminado detalhadamente¹³. O pedido que fora feito não satisfez as exigências mínimas requeridas, inclusive teria que ser chamado um arquiteto para fazer um estudo do local e apresentar planta baixa para que fosse enviado junto aos demais detalhes do referido pedido. O professor Manoel Carlos argumentou que houve falta de comunicação e pediu que alguém fosse designado a ir se inteirar da verdade sobre o assunto em São Paulo para entender o que ocorreu. O professor Batista Neves afirmou que o importante seria conseguir comprar os aparelhos para o laboratório e insistiu em que alguém teria que refazer tudo. Ficou resolvido que seria solicitado a vinda do responsável pelas aulas no laboratório antes mesmo da sua aquisição. Batista Neves não ficou satisfeito com o andamento das transações e logo encaminhou um ofício à professora Carolina Bori em que afirmou, “[...] o problema do laboratório não tem sido bem encaminhado[...]”. Reconhecendo as dificuldades existentes pela falta de assistência e

¹¹ Ofício n 177/69-DIR, emitido pelo Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Joaquim Batista Neves, em 25.03.1969. Fonte: Arquivos CAD/UFBA

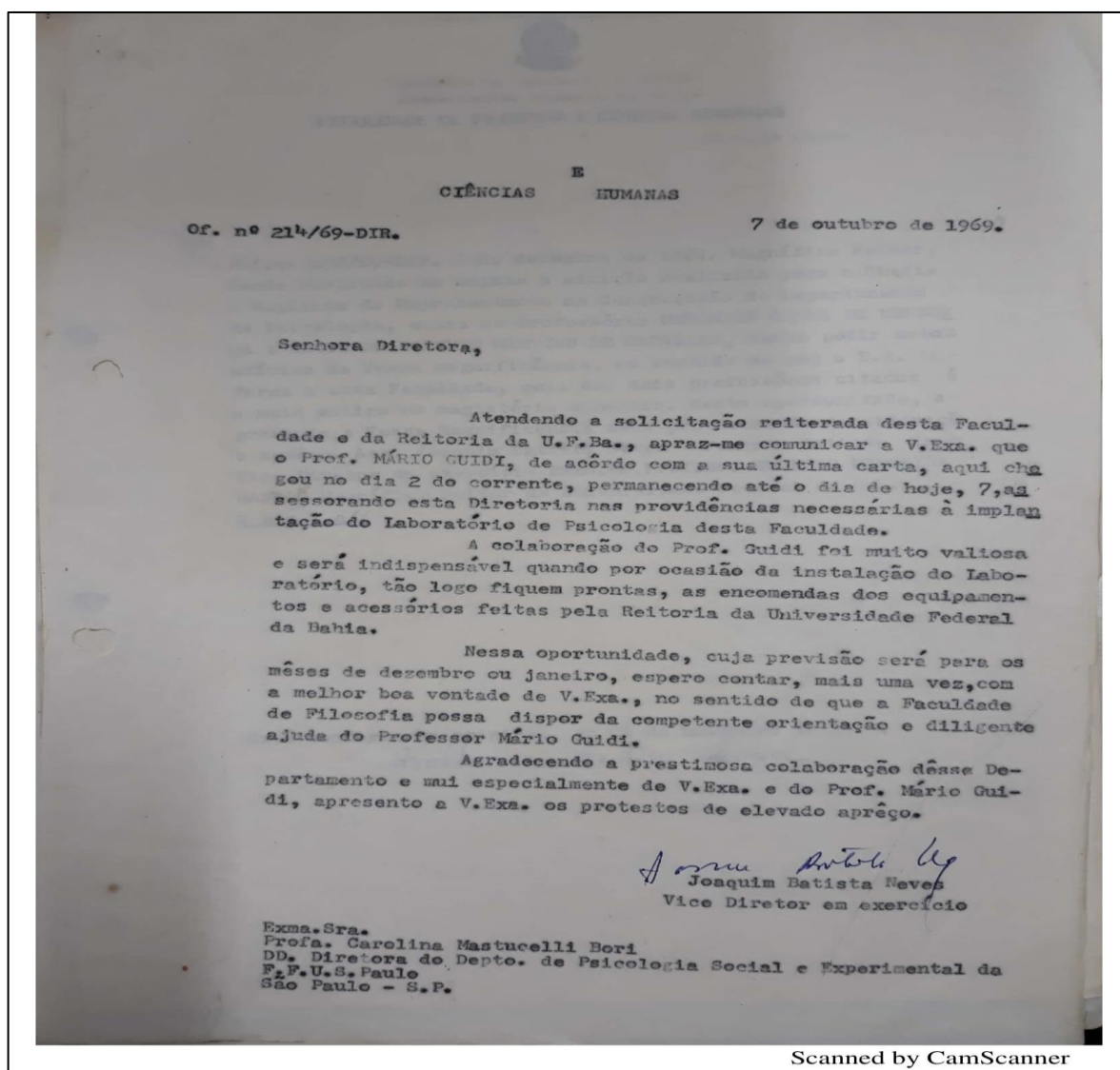
¹² Ata do Departamento de Psicologia, de 21.05.1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

¹³ Ata do Departamento de Psicologia da UFBA, datada de 05.08.1969. Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

assessoramento, pediu a indicação de uma pessoa para vir imediatamente a Salvador, seja um assistente ou um professor para passar uma temporada na Bahia¹⁴.

Assim, em 02 de outubro de 1969, chegou à Bahia o professor Mário Guidi (Figura 4), permanecendo em Salvador por cinco dias, ocasião em que assessorou nas providências necessárias à implantação do laboratório de Psicologia Experimental¹⁵.

Figura 4 - Correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori.



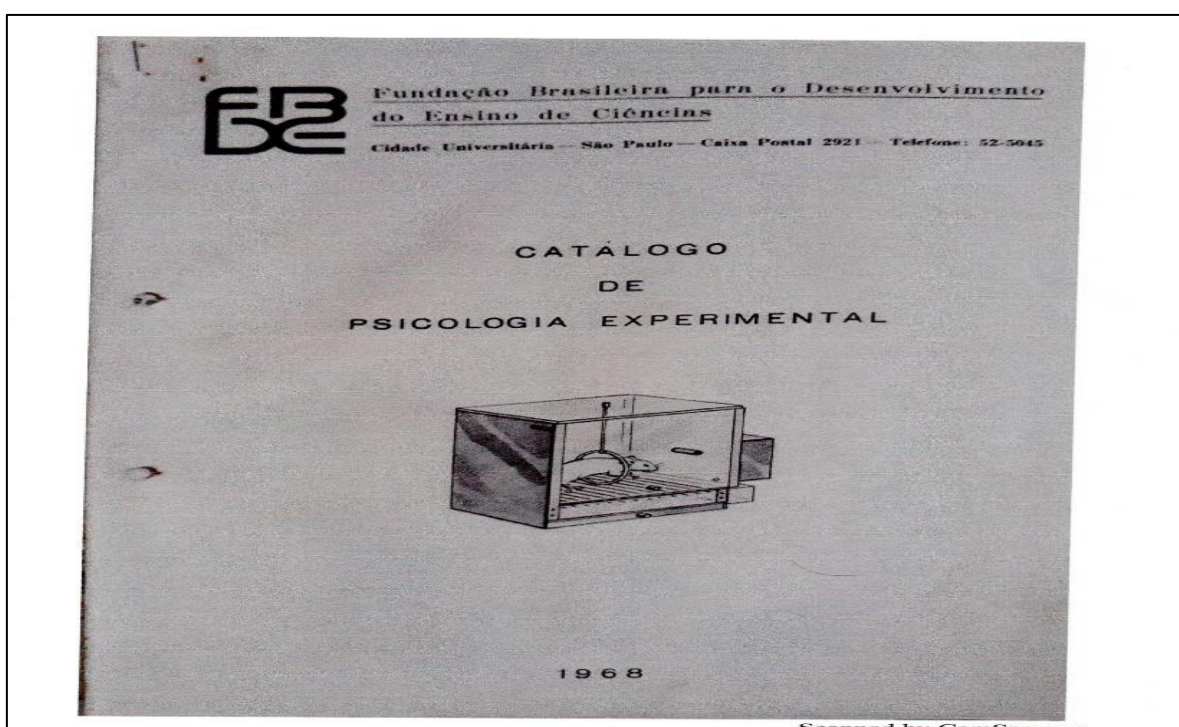
Fonte: Arquivos CAD/UFBA

¹⁴Ofício n° 65/69-DIR, emitido pelo Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Joaquim Batista Neves, dirigido à Carolina Bori, em 29.08.1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

¹⁵Ofício n° 214/69-DIR, emitido pelo Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Joaquim Batista Neves, dirigido a Carolina Bori, em 07.10.1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

Ao final de sua visita, Guidi preparou um parecer, informando que examinou os locais de possível instalação do Laboratório de Psicologia Experimental na Faculdade de Medicina, onde funcionava a FFCH, elegendo como o melhor local, a instalação então ocupada pela disciplina de Fisiologia, por ter área disponível, adequada disposição das salas e um biotério já instalado. Mário Guidi apresentou uma lista de aparelhos a serem adquiridos da FUNBEC (Figura 5), em São Paulo, se comprometendo a enviar futuramente mais detalhes para a construção de 20 mesas para instalação dos aparelhos¹⁶¹⁷.

Figura 5 - Capa do catálogo de aparelhos para instalação de laboratórios de psicologia experimental – FUNBEC- 1968



Fonte: Arquivos CAD/UFBA

Batista Neves solicitou da Reitoria da UFBA a dispensa de concorrência e licitação pública para aquisição do material destinado ao Laboratório de Psicologia Experimental, argumentando: “[...]que a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências é a empresa única e exclusiva fabricante e fornecedora”¹⁸. Só em agosto de 1970 o material para instalação do laboratório de Psicologia Experimental foi embarcado em São Paulo para

¹⁶ Parecer ao Vice-diretor da FFCH/UFBA, assinado por Mário Guidi – Instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da FFCL/USP, em 07.10.1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

¹⁷ Cf. Anexo C, p.248

¹⁸ Ofício nº 491/69-DIR, emitido pelo Vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, Joaquim Batista Neves, dirigido ao Reitor Roberto Figueira Santos, em 31.12.1969. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

ser, finalmente, instalado em março de 1971, ao custo, à época, de CR\$90.000,00 (noventa mil cruzeiros)¹⁹. Assim, após todos os trâmites legais e burocráticos, o primeiro laboratório de psicologia experimental do curso de psicologia da UFBA foi instalado, em um espaço construído nos fundos da antiga FMB, no Terreiro de Jesus, prédio que abrigou a FFCH entre os anos de 1970 a 1974. O laboratório continha uma sala de professores com 13,59 m², uma sala de preparação de experimentos com 10,83 m², um biotério com 12,48 m² e um laboratório de 31,25 m².

O Laboratório de Psicologia Experimental da UFBA era esperado e necessário, do ponto de vista legal, para a plena implantação do curso de psicologia e para a consecução de sua formação didática. E, assim como a implantação do curso de psicologia, no que tange a sua estrutura curricular, programas de ensino, conteúdos, bibliografias e, até mesmo a carga horária de cada disciplina, o laboratório de psicologia experimental da UFBA foi sendo gestado, construído e adaptado paulatinamente.

A disciplina Psicologia Geral e Experimental era ministrada de forma parcial, contemplando apenas parte dos conteúdos. (CARVALHO, MORAES, 1998) Pela inexistência, naquele momento, do laboratório de psicologia experimental, necessário para que se pudesse abordar os conteúdos básicos da aprendizagem de acordo com os princípios da Análise Experimental do Comportamento, a professora Mercedes ministrou a disciplina apenas com conteúdo teórico da Psicologia Geral. O Plano da disciplina Psicologia Geral, iniciado em 1968, foi dividido em cinco Unidades e tratava sobre:

I - Evolução histórica do objeto da psicologia, Métodos, procedimentos e técnicas de investigação, Análise e observação, Conceito e classificação dos fatos psíquicos;

II - Afetividade – tónus afetivo e emoções;

III - Atividade – reflexos, instintos, hábitos, volições;

IV - Inteligência, percepção e pensamento;

V - Comunicação, expressão e linguagem.²⁰

Em 1970, a disciplina do currículo mínimo Psicologia Geral e Experimental foi desdobrada. Por força de uma alteração na grade curricular do curso de psicologia da UFBA, Psicologia Geral e Experimental I, II, III e IV, passou a ter 90 horas aulas cada. Nesse ano, a

¹⁹ Atas do Conselho Departamental de 31.08.1970 e 02.03.1971. Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

²⁰ Programa da disciplina Psicologia Geral para 1968. Arquivo FFCH/UFBA

primeira turma do curso de Psicologia, que já estava no terceiro ano, ainda aguardava um professor que pudesse ministrar essas disciplinas.

Carolina Bori indicou as professoras Marilena Ristum²¹ e Márcia Regina Bonagamba para ministrarem as disciplinas de Psicologia Geral e Experimental. (CARVALHO e MORAES, 1998) Elas eram formadas pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto - SP. Marilena Ristum havia sido aluna de Iniciação Científica de Isaías Pessotti durante a graduação e relatou o episódio que deu início a sua vinda para a Bahia, a saber:

Um pouco antes da formatura, a Dra. Carolina Martuscelli Bori, professora do Instituto de Psicologia da USP, solicitou ao professor Luiz de Oliveira que selecionasse duas pessoas que se dispusessem a ser professoras visitantes na UFBA, para ministrar as disciplinas de Psicologia Experimental I e II. A primeira turma do curso de Psicologia da UFBA já estava no quarto ano e ainda não havia cursado essas disciplinas que eram do currículo mínimo, portanto, obrigatórias. Aceitamos o convite, eu e uma colega, Márcia Regina Bonagamba. (RISTUM, 2006)²²

Marilena e Márcia foram contratadas em regime de tempo integral. Na época, eram as únicas professoras com dedicação exclusiva entre os docentes do curso. Vieram para assumir a coordenação do Laboratório de Psicologia Experimental e contaram com o apoio das professoras Regina Glória Nunes Andrade e Êgile Vieira Duarte, além de uma equipe de monitores que se formou ao longo do ano letivo.

Contratadas pelo regime de RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa), o trabalho que nos foi atribuído consistia em ministrar as disciplinas Psicologia Geral e Experimental I e II às turmas do 3º e do 4º anos, elaborar um projeto de pesquisa que seria realizado no decorrer do ano letivo e apresentar o relatório desse trabalho ao final do período contratual. As disciplinas envolviam aulas teóricas e práticas, essas últimas realizadas no Laboratório de Psicologia Experimental, fundamentadas na análise do comportamento. Construímos, cada uma, um projeto de pesquisa para ser realizado no período de um ano. (RISTUM, 2006)

²¹Marilena Ristum formou-se em psicologia pela USP de Ribeirão Preto. Permaneceu na Bahia durante o ano de 1971, retornando a São Paulo onde fez seu mestrado e doutorado na mesma instituição. Na década de 1980, retornou à UFBA como professora efetiva do Curso de Psicologia, onde permanece até a presente data. Disponibilizou a esta pesquisadora uma cópia do seu Memorial de concurso para professora Titular, em que discorre sobre sua trajetória na UFBA, durante o ano de 1971.

²²RISTUM, M. 2006. As citações a seguir, foram retiradas do Memorial apresentado pela professora Marilena Ristum, ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências do processo de Progressão para Professor Titular.

Marilena relembra o episódio sobre a ausência de livros ou apostilas na biblioteca, para fundamentar os conteúdos das aulas. Relata que foi necessário que elas mesmas produzissem textos a partir dos livros que haviam trazido na mala. Esse material produzido pelas professoras era mimeografado e distribuído semanalmente aos alunos. As aulas práticas, realizadas no Laboratório de Psicologia Experimental, eram fundamentadas na Análise do Comportamento. As aulas, inicialmente programadas para serem ministradas segundo os princípios que regiam o Ensino Programado Individualizado, não ocorreram como esperado.

Pensamos em ministrar nossas aulas segundo os princípios que regiam o Ensino Programado Individualizado, propostos por Skinner e concretizados no livro “A análise do comportamento” (Holland & Skinner, 1969²³; Skinner, 1976²⁴). Entretanto, o grande número de alunos, em torno de 80, levou-nos a pensar em adaptações da proposta, de forma que a individualização fosse substituída por uma situação grupal. (RISTUM, 2006)

Por vezes, o número insuficiente de equipamentos exigia que os exercícios fossem feitos em duplas. Também havia poucas gaiolas do biotério para a quantidade de alunos e as professoras colocavam dois ratos em uma única gaiola e “[...] para diferenciar um do outro, fazíamos, com a tesoura, um picote na orelha de um deles[...]”, relatou a professora Marilena no seu Memorial. Contavam com o auxílio de monitores, três oficiais, e alguns outros voluntários. Porém nenhum deles havia cursado a disciplina, pois ela nunca havia sido ministrada. Para minimizar o problema, as professoras treinavam previamente os monitores e, desse modo, ajudavam na supervisão dos exercícios.

Mesmo em condições tão precárias, Marcia Bonagamba e Marilena Ristum desenvolveram projetos de pesquisa, destacando-se o trabalho com abelhas.

Os projetos de pesquisa, meu e de Márcia, apresentados como exigência do RDIDP, propunham a utilização de abelhas como sujeitos. Para sua realização, eu havia levado um dos equipamentos que usei em Ribeirão Preto e no qual fizemos algumas adaptações. Era necessário, então, arrumar uma colmeia que nos fornecesse os sujeitos experimentais. (RISTUM, 2006)

O contrato com as professoras, previsto para o ano letivo de 1972, se encerrou e elas decidiram retornar à São Paulo. Nesse ano, chegaram as professoras Vera Regina Lignolli Otero e Marlene Aparecida González, que também retornaram após um ano de trabalho no

²³ HOLLAND, J.G.; SKINNER, B.F. **A Análise do Comportamento**. Trad. Rodolpho Azzi col. Carolina Bori. São Paulo: Herder/EDUSP. 1969.

²⁴ SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento Humano**. Trad. J. Cláudio Todorov e Rodolpho Azzi. São Paulo: EDART/EDUSP. 3ª edição. 1976.

laboratório. A professora Vera Otero apresentou um trabalho conjunto com Isaías Pessoti, também com abelhas, na II Reunião da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1972, intitulado *Punição durante a extinção em Melipona Quadrifasciata Anthidioides*. Vera Otero registra o trabalho nos Anais, vinculando-se à Universidade Federal da Bahia.

Nesse período, a professora Carolina Bori intercedeu mais uma vez para indicar uma professora para o Laboratório de Psicologia Experimental. Sugeriu o nome de Anamélia Araújo de Carvalho que havia sido orientanda de Maria Amélia Matos no mestrado em Psicologia Experimental na USP. Proveniente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Anamélia esperava a implantação do curso de psicologia no seu Estado, quando recebeu o convite da professora Carolina Bori, decidindo, então, assumir a coordenação do Laboratório e o ensino da disciplina de Psicologia Experimental da UFBA, em 1973. Em seu depoimento para este trabalho, ela relata fatos sobre sua relação acadêmica com a professora Carolina Bori, bem como sua vinda para Salvador, a saber:

[...] [Carolina Bori] era uma espécie de orientadora, sempre foi assim, uma orientadora acadêmica. Sempre estava com ela, discutindo com ela, né? Então foi através da Carolina que eu vim para Salvador, porque eu terminei o mestrado, defendi em junho de 72. E num evento que eu fui, acho que em São Paulo, nos encontramos lá, esses encontros de Psicologia. Também estava nessa ocasião o professor Saback, eles estavam justamente em contato, porque a Carolina foi quem realmente deve ter implantado o laboratório daqui de Salvador, da UFBA, do mesmo jeito que ela implantou “n” laboratórios no Brasil todo, laboratórios de Psicologia experimental. Era uma exigência ter laboratório, então ela implantou o laboratório em vários locais... Quando nesse encontro, nesse evento, ela veio conversar comigo antes, porque acho que ela fez a proposta e me apresentou a Saback. Aí houve o entendimento, a gente se conheceu, se encontrou nesse evento, eu achei que seria interessante a proposta e ficamos certos de fazer o contato entre universidades. Eles iriam daqui de Salvador encaminhar um documento para o Reitor. Saback ficou certo de entrar em contato com o Reitor, encaminhar o pedido, de me trazer à disposição aqui para Salvador, pro reitor de lá, eu voltei e fiquei esperando o trâmite dessa solicitação do pedido, né? Era para começar em Janeiro, no início do primeiro semestre de 73, só que essa documentação demorou um pouco, o trâmite não foi tão rápido e só no meio do ano que saiu. Então eu vim no segundo semestre de 73, posta à disposição de Salvador, como professora da Universidade da Paraíba, Federal da Paraíba. (Informação verbal)²⁵

Anamélia ingressou como professora no segundo semestre de 1973 e o laboratório didático de psicologia experimental pode iniciar sua efetiva instalação no *Campus* de São Lázaro, em 1974. Naquele momento, o laboratório de psicologia experimental era o único

²⁵Depoimento de Anamélia Araújo de Carvalho (2019)

laboratório do curso. (ROCHA, MORAES, CARVALHO, 2010). A professora Anamélia resgatou as condições precárias de funcionamento do laboratório de psicologia experimental, quando funcionava no Terreiro de Jesus e o processo de transferência para São Lázaro. De suas lembranças, ela nos conta que,

Lá no terreiro, na escola de Medicina, depois que você atravessa tudo, lá no fundo tem uma área que tinha, ainda eu lembro bem, tinha umas árvores que às vezes a gente dava aula, eu colocava as cadeiras embaixo da árvore algumas vezes, para a gente ter a discussão dos textos, as dúvidas, o esclarecimento das dúvidas e tudo, a gente dava essa aula, e o laboratório era na parte mais afastada que tinha, tinha um corredorzinho assim, que tinha esse laboratório. Não era muito grande, eu não me lembro agora exatamente quantas caixas cabiam no laboratório, mas eu tive que dividir bastante a turma, era bem dividida, a turma era dividida em dois dias. Eram 85 alunos, naquela época, a carga horária era bastante alta, eram 120 horas. [...] Nessa areazinha que tinha, que tinha lá no final, se você tiver oportunidade acho que ainda existe lá, dê uma olhadinha. Lá no fundo mesmo (risos), que tinha um corredorzinho que passava assim para entrar numa área descoberta, né? Estreita, a gente chegava para entrar na porta do laboratório e a tubulação, assim, as vezes tinha um tubo que a água escorria por ela. E nesse tubo, de noite às vezes as caranguejeiras ficavam ali. [...] Os equipamentos todos foram para São Lázaro. As caixas onde os animais ficavam [...] os equipamentos, eles realmente eram equipamentos padronizados, produzido lá pela USP, eram quem geralmente instalavam os laboratórios. Era a Carolina com Mário Guidi, que eram responsáveis por todos os equipamentos. O equipamento todo vinha de lá. Então as gaiolas também de armazenamento, às vezes vinham de lá. Muitas vezes a gente colocava algumas gaiolas de madeira, mas as de aço, onde eles ficavam guardadinhos, todos os animais quando estavam em privação para fazer os experimentos, as caixas que eles ficavam separados, todos [...] sempre veio de São Paulo. Eu esqueço agora o nome... FUNBEC que fornecia, fabricava os equipamentos fornecidos, todos os equipamentos. (Informação verbal)²⁶

O laboratório de psicologia experimental, em São Lázaro, foi instalado numa construção térrea da Faculdade. De uso exclusivo do Laboratório, o edifício era formado por quatro salas, sendo duas maiores – onde grupos de 15 a 20 alunos realizavam seus trabalhos com animais – um pequeno biotério, dois sanitários e uma sala de aula com capacidade para 30 alunos, de acordo com o relatório da comissão de avaliação do curso. Conforme descreve o professor Simões,

[...] O laboratório de psicologia e o biotério minúsculo foram instalados em São Lázaro num pavilhão pequeno e despojado “ulterior construção-piloto protótipo de escola para [...] baixa renda, de fácil, rápida e barata execução, em placas de cimento as paredes, acimentado o piso e em cimento e amianto

²⁶Depoimento de Anamélia Araújo de Carvalho (2019)

o telhado. O forro foi colocado Eucatex, por necessidade de isoterma. (SIMÕES, 1990, p. 64).

A ‘pobreza’ do Laboratório de Psicologia Experimental foi considerada um dos pontos deficientes do curso. No momento da aprovação pela comissão de avaliação do CFE²⁷, conforme detalhado no relatório da comissão de avaliação, o conjunto de equipamentos existente era composto por

[...] 16 Caixas de Skinner, completas, instaladas e em funcionamento, além de aproximadamente duas dezenas de outras caixas incompletas ou com circuitos danificados. Para a manutenção dos aparelhos não há pessoa qualificada, recorrendo-se a professores de outras unidades quando algum reparo ou adaptação se faz necessário.²⁸

Após a chegada da professora Anamélia, alguns ex-alunos do curso foram contratados como docentes. Assumiram junto com ela o ensino da disciplina Psicologia Experimental. Dentre eles, o professor Ildenor Mascarenhas Cerqueira, egresso da primeira turma, aluno monitor de Marilena Ristum. Ildenor fez mestrado na USP e, na segunda metade da década de 1970, passou a coordenar o Laboratório em colaboração com outros docentes egressos, também do curso, como Zorilda Santos Góes, Liana Gonçalves Pontes Sodré e Márcia Myriam Gomes. No final daquela década, chegou a Salvador a professora Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian, recém-formada pela Universidade de Londrina, que passou a integrar o corpo docente do curso, assim como o grupo de ensino da disciplina Psicologia Experimental. (ULIAN *et al.*, 2016)

A influência da USP e dos seus professores formadores em análise do comportamento, não se fez sentir só no momento inicial de formação do curso de Psicologia da UFBA. Carolina Bori e seus colegas, como Maria Amélia Matos, prestaram importantes serviços ao curso, desde os primeiros passos para a criação do curso, a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental, bem como, na intermediação e vinda de professores para trabalhar no Laboratório formando, inclusive, seu corpo docente a nível de pós-graduação.

O Quadro 6, a seguir, apresenta a formação acadêmica do corpo docente de Psicologia Experimental, durante a década de 1970. Conforme se verifica, a professora Anamélia realizou seu mestrado e doutorado no Instituto de Psicologia da USP, sob orientação de Maria Amélia

²⁷BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer MEC/CFE nº 1616/78, de 12 de maio de 1978. Dispõe sobre o reconhecimento da habilitação formação de psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/837/1/PSICO-RELAT%2012mai1978.PDF>> Acesso em 2 ago. 2019.

²⁸Relatório da comissão de avaliação do CFE em 23.05.1977. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

Matos. No mestrado, concluído em 1972, desenvolveu pesquisa sobre *Esquiva discriminada no peixe dourado (Carassius auratus): efeitos de intensidade do choque*²⁹. No ano seguinte à defesa de sua dissertação, Anamélia chegou à UFBA para assumir a coordenação do Laboratório de Psicologia Experimental. Em seu curso de doutorado, também na USP, pesquisou sobre *Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento*³⁰. Sua pesquisa de tese, defendida em 1979, baseada na modificação do comportamento, foi realizada com crianças, em um pavilhão do hospital psiquiátrico Juliano Moreira, na cidade de Salvador. Incluiu em sua pesquisa a participação de alguns alunos do curso, que vivenciaram uma experiência de análise experimental do comportamento em situação hospitalar com crianças. O professor Ildenor e a professora Zorilda fizeram mestrado no Instituto de Psicologia da USP, orientados por Carolina Bori. Ildenor dissertou sobre *Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição*, concluída em 1979.³¹ E a professora Zorilda, também sob a orientação de Carolina Bori, pesquisou sobre *Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral*.³² Cabe ressaltar que, em 1981, a professora Êgla Vieira Duarte concluiu o Mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Luiz Pasquali³³. Em 1982, Maria Amélia Matos foi orientadora de mestrado da então professora do curso, Liana Gonçalves Pontes Sodré, através do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, tendo essa última dissertado sobre *Repertório Básico Motor da Escrita: uma proposta para seu estudo*.

Quadro 6 - Formação acadêmica do corpo docente de Psicologia Experimental - Década de 1970

Orientando (a) docente	Título do trabalho	Orientador(a)	N*	Ano	Inst.
Anamélia Araújo de Carvalho	Esquiva discriminada no peixe dourado (<i>Carassius auratus</i>): efeitos de intensidade do choque	Maria Amélia Matos	M	1972	USP

²⁹CARVALHO, Anamélia Araújo de. Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento. Tese de Doutorado. Biblioteca de Teses e Dissertações da USP, Instituto de Psicologia, 1979a.

³⁰CARVALHO, Anamélia Araújo de. *Esquiva discriminada no peixe dourado (Carassius auratus): efeitos de intensidade do choque*. Biblioteca de Teses e Dissertações da USP, Instituto de Psicologia, 1972.

³¹CERQUEIRA, Ildenor Mascarenhas. Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. Localização: IP - Instituto de Psicologia (T BF319.5.A9 C416e e.2).

³²GÓES, Zorilda Santos. Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. Localização: IP - Instituto de Psicologia (T BF637.C45 G598d e.2).

³³DUARTE, Eglê Vieira. Terapia Comportamental da Obesidade: Uma Aplicação de Técnicas de Autocontrole para a Redução de peso; 1981; Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, 1981.

Anamélia Araújo de Carvalho	Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento	Maria Amélia Matos	D	1979	USP
Êgle Vieira Duarte	Terapia Comportamental da Obesidade: Uma Aplicação de Técnicas de Autocontrole para a Redução de peso	Luiz Pasquali	M	1981	UnB
Ildenor Mascarenhas Cerqueira	Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição	Carolina Bori	M	1980	USP
Liana Gonçalves Pontes Sodré	Repertório Básico Motor da Escrita: uma proposta para seu estudo.	Maria Amélia Matos	M	1980	UFBA
Zorilda Santos Góes	Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral.	Carolina Bori	M	1980	USP

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2019) * N (Nível), M (Mestrado), D (Doutorado)

Além das orientações de mestrado e doutorado, a USP esteve presente na formação do corpo docente do curso de psicologia da UFBA através da Especialização em Psicologia Experimental. Os professores Carolina Bori, Maria Amélia Matos e Álvaro Pacheco Duran integraram a equipe, como professores visitantes, na primeira Pós-Graduação em Psicologia Experimental, oferecida pela UFBA. (CARVALHO; MORAES, 1998) A professora e coordenadora da especialização, Gizelda Santana Moraes, discorreu sobre essa relação de trocas acadêmicas entre o Departamento de Psicologia da UFBA e a professora Carolina Bori relatando que,

Na década de 70, enquanto eu exercia a chefia do Departamento de Psicologia ou integrava a Coordenação do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia, a ela recorremos diversas vezes para ministrar cursos, indicar e motivar docentes que suprissem nossas deficiências de professores, participar de bancas examinadoras. (MORAES, 1998, p. 115)

O curso de especialização em *Psicologia Experimental – Aprendizagem e Social* foi realizado em 1976, pelo Departamento de Psicologia, através do Mestrado em Educação da UFBA, com financiamento da CAPES. A especialização objetivava qualificar o corpo docente via aprofundamento dos estudos em setores básicos da Ciência do Comportamento; preparar para a pesquisa voltada aos trabalhos práticos com os alunos e futuras atividades de pesquisa e, oportunizar uma formação especializada na área psicológica em Salvador. Esse curso foi proposto para contemplar uma carga horária total de 570 horas, com edital de ingresso de 25 vagas. Houve vinte e dois alunos matriculados e onze concluintes aprovados ao final do curso. Dentre os onze concluintes, sete eram docentes do curso de Psicologia da UFBA: Liana

Gonçalves Pontes Sodré, Maria Eunice Lobo Ferreira Lima, Maria Luiza do Patrocínio Cavalcante, Noeme Carvalho Miranda, Sonia Maria Rocha Sampaio, Sonia Regina Souza Pereira e Tereza Cristina Carvalho Caribé de Araújo Pinho.

Os docentes envolvidos no desenvolvimento inicial da Análise do Comportamento tinham interesse na criação de condições de ensino de uma psicologia científica experimentalista. Observamos que a recepção da Análise do Comportamento ocorreu no âmbito da demanda por um modelo de psicologia científica e sua consolidação fundamentou a crença na cientificidade da psicologia entre os estudantes do curso. Conforme nos relatou a entrevistada Maria Angélica Teixeira, registrando as condições precárias do laboratório,

[...] a tônica de maior autoridade teórica do curso, na ocasião, era a teoria behaviorista [...] eles [os estudantes] seguiram e adotaram essa orientação teórica da Análise do Comportamento porque eles julgavam que estavam no campo da ciência e era um interesse enorme de fazer a psicologia verdadeiramente, factualmente, uma ciência. O laboratório tinha essa pretensão, mas de fato não cumpria nenhum rigor da ciência ali. Aquilo era uma disciplina dada de forma muito precária, porque não havia as condições físicas. Mas eles tinham aquela aposta alta de que estavam fazendo ciência. O que fazemos é ciência! Podemos comprovar os comportamentos em laboratório, mensurar e fazer estatísticas. (Informação verbal)³⁴

Outro aspecto sobre o modo de recepção da Análise do Comportamento, que emergiu nas entrevistas, foi a posição política dos estudantes afiliados à corrente behaviorista, que eram reconhecidos como os principais atores nos debates políticos e na luta de resistência contra a ditadura militar. Maria Angélica Teixeira confirma esse fato ao revelar que

[...] Era muito curioso como os alunos mais envolvidos com a política [...] até pela história do behaviorismo, que tinha um certo comprometimento também político, um histórico de politização, de compromisso político, de uma certa orientação de esquerda e preocupada com o social [...] compromisso que a análise do comportamento [...] postulava sobre o homem social, fruto do meio ambiente, que deveria se adaptar e favorecer o social né? Retornar para o social o que o social trazia pra ele. (Informação verbal)³⁵

A entrevistada, rememora que, muitos daqueles que faziam parte do movimento de luta e resistência contra o regime eram behavioristas. Essa percepção também foi descrita em outros relatos colhidos para esta pesquisa. Em outro contexto, ao refletir sobre sua formação como pesquisadora em história da psicologia, Antunes (2008) resgata algumas vivências enquanto

³⁴ Depoimento de Maria Angélica Teixeira (2020)

³⁵ Depoimento de Maria Angélica Teixeira (2020)

estudante de graduação e a forte contribuição dos discentes behavioristas no movimento político da época. Ademais, a demissão coletiva dos professores da UnB, em 1965, parece corroborar essa posição crítica, esse “histórico de politização” dos behavioristas em relação à ditadura militar. (DOMINGUES, 2019) Desse modo, conforme se depreendeu das entrevistas, parte daqueles que militavam por melhoria do curso e pela redemocratização do país, se filiavam à Análise do Comportamento como a abordagem teórica capaz de dar respostas às questões sociais enfrentadas pela população brasileira naquele momento.

Como vimos até aqui, nesses primeiros anos do curso de psicologia da FFCH/UFBA, havia uma grande expectativa em relação à implantação do laboratório de psicologia por parte de professores e alunos. A longa espera e os diversos entraves para sua consecução provocaram desgastes junto à comunidade. Quando finalmente o laboratório foi implantado, apesar de suas carências estruturais, foi recebido com entusiasmo. Diversos fatores contribuíram para essa expectativa positiva: em primeiro lugar, a exigência curricular, no sentido de que havia uma obrigatoriedade do ensino de Psicologia Experimental dada pelo Currículo Mínimo, a qual a instituição não estava atendendo. A Psicologia Experimental fazia parte das diretrizes curriculares do curso e era considerada indispensável para a formação profissional do psicólogo. Em segundo lugar, o imperativo científico que vicejava naquele momento. A Psicologia Experimental representava um modelo de uma Psicologia científica, que, como tal, tornou-se central para o movimento de consolidação da psicologia como disciplina independente. Ao longo da década de 1970, período em que se estruturou o laboratório de psicologia experimental da UFBA, havia uma preocupação com a cientificidade da nova profissão, amparada no Parecer 403/62 do CFE, que afirmava a necessidade de elevar a qualificação intelectual do curso, sendo, para isso, imperativo acentuar o caráter científico dos estudos. Em terceiro lugar, a função didática, uma vez que o laboratório possibilitaria a formação discente, enquanto recurso de ensino e demonstração das teorias e conceitos da Análise do Comportamento, modelo de Psicologia Experimental que já se encontrava em franca expansão no Brasil, quando foi finalmente recebida e apropriada pela comunidade acadêmica da FFCH/UFBA³⁶.

³⁶ A criação do laboratório atendia, em essência, ao Parecer nº 403/62 do CFE, que afirmava que a Psicologia Geral e Experimental serviria de apoio para o treinamento do estudante no campo da experimentação. (BRASIL, 1962)

6.3. OS PSICÓLOGOS BUSCAM A CLÍNICA E ENCONTRAM A PSICANÁLISE³⁷.

Ao longo desta seção, pretendemos analisar o modo como a Psicanálise foi recebida e apropriada pela comunidade acadêmica de psicologia na Bahia - instituição, docentes e discentes. Procuramos entender como se deu a circulação da psicanálise, entre os anos 1968 a 1980, à luz das múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno, ou seja, as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica no país.

Os anos 1960-1970 foram décadas de profundas mudanças sociais e culturais no Brasil, e em quase todo o mundo ocidental. Estudos sociológicos concordam em geral com a hipótese de que a receptividade acerca da psicanálise por parte da cultura ocidental se deve à rápida modernização, a secularização, à quebra das formas tradicionais de interação social e a emergência de novas formas de entender a subjetividade. A psicanálise, de acordo com essa perspectiva, preencheu um vazio criado com a separação entre a identidade pública e privada gerada a partir da crescente industrialização e a perda dos sentimentos tradicionais de comunidade. De acordo com essa visão, a psicanálise teria uma função de contenção social em face das aceleradas mudanças e crises de valores morais diante da incapacidade de interpretar os fenômenos sociais. (VELHO, 1986; 1987)

As grandes transformações culturais pós-1968 ajudaram a difundir a psicanálise nos países ocidentais. A denominada revolução cultural envolveu uma flexibilização dos valores morais, novos costumes sociais, conquistas femininas, quebra de padrões familiares tradicionais e modificações nas práticas sexuais, ao mesmo tempo em que gerou uma crise identitária de grande proporção. Nesse contexto, houve um acelerado crescimento da classe média relativamente rica e educada, com novas expectativas de consumo. A emergente classe média intelectualizada, que tinha acesso a meios de comunicação de massa, como TV, rádio, revistas e jornais, passou a assimilar teorias e conceitos do campo psicanalítico, incorporando-os à linguagem cotidiana, iniciando, dessa forma, uma corrida à clínica e uma intensa difusão da psicanálise (RUSSO, 2004; PLOKTIN, 2003)

No contexto nacional, autores têm apontado, como veremos a seguir, a correlação entre esse movimento de difusão da cultura psicanalítica e o esvaziamento dos espaços públicos com o fechamento político pós AI-5. O regime político implantado pelos militares favoreceu o

³⁷Parte desta seção foi apresentada no XIII Encontro Clio-Psyché - Resistências: ciência e política na História da Psicologia; Instituição promotora/financiadora: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ - 2018. Também foi publicada como capítulo de livro: SILVA, R. M. S. Formação dos psicólogos na Bahia durante o período da ditadura militar: contribuição dos psicanalistas argentinos. In: JACÓ-VILELA, A. M.; MESSIAS, M. C. N. (org.). **Clio-Psyché - Ciência e Política na História da Psicologia**. Curitiba: CRV, 2020. p. 205–220.

incremento de um modelo de atuação profissional, de cunho individualizante, pouco afeito às discussões e intervenções num campo socialmente mais amplo. Nesse contexto político, marcado pelo medo, insegurança e silenciamentos, houve uma expansão do mercado de trabalho para psicólogos, no campo das psicoterapias e, em especial, com a adoção do modelo psicanalítico. Em uma atmosfera na qual a esfera pública estava restrita, a psicanálise oferecia ferramentas para desviar a análise da realidade externa para o interior, a realidade íntima. Tentando explicar o *boom* da psicanálise no Brasil, o sociólogo Luciano Martins (1979) aponta que o desenvolvimento da psicanálise no final dos anos 1960 foi o resultado da alienação da geração, que chegou à maioria durante o regime militar de 1964. Para Martins, a psicanálise foi também um substituto da política, enquanto campo de expressão social, respondendo a uma demanda de escapismo. Por outro lado, o projeto econômico em vigor destinava recursos prioritariamente à área industrial, com conseqüente concentração de riqueza, acentuação das desigualdades sociais, bem como empobrecimento das populações mais pobres e assalariadas. A psicanálise e a psicologia direcionaram seus trabalhos para o atendimento de um extrato social mais elitizado e intelectualizado. (MARTINS, 1979; VELHO, 1986; COIMBRA, 1995, 2008; RUSSO, 2004; FIGUEIREDO, 2012; RUDÁ; ALMEIDA FILHO; COUTINHO, 2015)

Desse modo, a psicanálise se expandiu no Brasil, como terapia, como profissão, como modo de compreender o ser humano e como visão de mundo. O termo psicanálise ganhou uma amplitude que permitiu sua utilização não só para se referir rigorosamente a uma teoria e a uma técnica terapêutica freudiana em particular, mas, como também a todos aqueles discursos e práticas sociais que derivam sua legitimidade de uma inspiração psicanalítica, real ou suposta, gerando, assim, uma “cultura psicanalítica”. A cultura psicanalítica refere-se à maneira em que ideias e conceitos advindos da psicanálise passam a ser incorporados na vida das pessoas, que passam a consumir, falar e pensar sobre si mesmas a partir da psicanálise. Conforme Ploktin (2003), é impossível separar a análise da cultura psicanalítica, que engloba as condições sociais, políticas e culturais da sociedade, da análise da trajetória do movimento psicanalítico, com suas associações profissionais, teorias, analistas e pacientes.

A psicologia, na esteira dessa expansão, incorporou a psicanálise na sua atividade clínica. (RUSSO, 2002, 2004) No entanto, no âmbito do corporativismo profissional, os psicólogos não foram imediatamente bem-vindos às instituições psicanalíticas ‘oficiais’ e os embates entre psicólogos e médicos em torno do monopólio do título de ‘psicanalista’ foram recorrentes nesse período. A *International Psychoanalytic Association* (IPA) centralizava a formação de novos psicanalistas e investiu-se de poder para autorizar filiais pelo mundo, que se submetiam às suas normas. Por outro lado, os psicanalistas difundiam a psicanálise entre os psicólogos clínicos,

aceitando-os para análise, supervisão, cursos de formação e grupos de estudo, porém, negando-lhes o título de psicanalista. (FIGUEIREDO, 2012; OLIVEIRA, 2017)

A cidade de Salvador não possuía nenhuma instituição psicanalítica formalizada,. No período em que o curso de psicologia foi implantado, em 1968, o movimento psicanalítico no país já contava com Sociedades de Psicanálise e seus respectivos institutos de formação, reconhecidos pela IPA, estabelecidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Essas instituições consideravam-se detentoras da psicanálise, reinando acima de outras instituições que despontavam fora dos domínios da IPA. Tinham credibilidade e penetração no meio universitário e intelectual, dominado por personalidades do meio médico-psiquiátrico. (FIGUEIREDO, 2012)

Mas a Bahia não estava no raio de alcance dessa ambição expansionista e monolítica da IPA. Quer por determinismos de ordem geográfica, quer por fatores econômicos, a Bahia ficou de fora desses domínios. A psicanálise que se desenvolveu em Salvador, na década de 1970, esteve vinculada a grupos que trabalhavam à margem da influência da IPA. Destaca-se, nesse período, o grupo do Círculo Brasileiro de Psicanálise, representado pelo psicanalista didata Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais e o grupo de psicanalistas argentinos, capitaneado por Emílio Rodrigué, que aportou em Salvador fugindo da ditadura em seu país.

Faremos, nos próximos tópicos, uma descrição dos principais fatos e das diferentes instituições e personagens do campo psicanalítico, de modo a demonstrar como se deu o processo de recepção da teoria psicanalítica entre os profissionais do campo “psi” baiano, e da importância da psicologia para o processo de difusão da psicanálise na cidade de Salvador.

6.3.1 A psicanálise no curso de psicologia

A psicanálise foi sendo paulatinamente incorporada no curso de psicologia, ao longo da década de 1970. Entendemos que o modo como a psicanálise foi recebida pela comunidade acadêmica de psicologia na Bahia – instituição, docentes e discentes – bem como a circulação dessa teoria, entre os anos 1968 a 1980, deu-se a partir de dois movimentos: 1. A psicanálise no contexto acadêmico: caracterizou-se pelo pioneirismo de alguns docentes ao introduzir a teoria freudiana nos seus programas de cursos, iniciando os discentes na teoria psicanalítica. Nesse período, a clínica começou a se configurar como a especialidade psicológica dominante. 2. A psicologia e a psicanálise num movimento extramuros: constituiu-se um movimento, no qual psicólogos e psiquiatras congregaram-se num coletivo em prol da recepção dos primeiros psicanalistas didatas e formação em psicanálise. Evidencia-se nesse momento que a psicanálise,

que então inicia seu processo de intensa difusão na Bahia, encontra nos psicólogos seus clientes preferenciais.

6.3.1.1 Primeiro período: a psicanálise no âmbito acadêmico

A medicina foi um dos campos nos quais se assentou a construção da psicologia e da psicanálise na Bahia. Se, desde o final do século XIX, os acadêmicos da FMB já incorporavam ideias de cunho psicológico e psicanalítico em seus trabalhos, a tradicional instituição médica baiana continuará sendo a impulsionadora do campo “psi” ao longo do século XX. Na década de 1960, a Clínica Psiquiátrica passa a ser promotora de cursos, palestras e conferências ministrados pelos docentes e seus convidados, dirigidos aos estudantes de medicina, porém, franqueados a profissionais que atuavam no campo psicológico. Havia um ambiente de abertura teórica e intelectual e um crescente investimento na formação psicoterápica, que aproximara psicólogos e psiquiatras em busca de capacitação na década de 1970, não obstante, o progressivo fechamento político e a restrição das liberdades democráticas vividos no cenário nacional.

Com a implantação do curso de psicologia, alguns professores do Departamento de Psiquiatria foram transferidos para o Departamento de Psicologia. Iniciava-se um movimento de forte influência do campo psiquiátrico sobre os rumos da psicologia, sob diversos âmbitos, inclusive formativos, fato que foi bem recebido por todas as instâncias da universidade. Alegava-se a escassez de docentes para atender ao curso e uma demanda crescente dos discentes por formação complementar na área clínica. Atualizando uma interlocução secular, a psicologia, recém estabelecida, absorveu e incorporou o psiquiátrico, a ele se amalgamando ao longo da década.

Com exceção dos professores psiquiatras, havia uma parte do corpo docente graduada em Filosofia e Pedagogia³⁸. Alguns desses professores advinham do extinto IDOV, com experiência em avaliação psicológica e uso de psicotestes, aplicados ao trabalho e à educação, e que, por seu turno, também buscavam especialização em Psicologia Clínica. Além de um corpo docente ainda em formação no campo da clínica, as instalações e equipamentos, como biblioteca e clínica-escola eram deficitários ou inexistentes. Nesse vácuo formativo, existia um

³⁸Os alunos oriundos destes dois cursos, Filosofia e Pedagogia, vieram a ser os primeiros psicólogos da Bahia por força da lei nº 4.119/62, que regulamentou os critérios para conceder o registro de psicólogo àqueles que já exerciam funções compatíveis com o título de psicólogo: Alice Costa, Caio Flamínio Silva de Carvalho, Cidália Dias Mendez, Leopoldo Roberto Martins de Carvalho, Mercedes Carvalho, Moema Araújo, Romélia Santos, Urânia Tourinho Peres e Zélia Madeira. (ROCHA, MORAES, CARVALHO, 2010)

número considerável de estudantes que almejavam a formação psicoterapêutica e eram conduzidos por seus professores médicos às instituições psiquiátricas, onde frequentavam as atividades didáticas e demais eventos.

Assim, a avaliação psicológica, a experimentação e a psicopatologia constituem o tripé sobre o qual se assentou o ensino de psicologia em seus primórdios na Bahia. A abordagem psicopatológica, conduzida pelos docentes psiquiatras do curso, se tornou evidente, tanto nos conteúdos que trabalhavam nas diversas matérias sob sua regência, como também pela exigência que se fazia aos discentes em participarem de seminários e demonstrações clínicas nos serviços psiquiátricos da cidade. Toda a geração de psicólogos formados na década de 1970 participou regularmente de reuniões técnicas, conferências, palestras e cursos, além de fazerem a prática de estágio clínico curricular em instituições psiquiátricas da cidade, sob a supervisão dos professores médicos. Como rememora a psicóloga Telma Mascarenhas, aluna da primeira turma do curso de psicologia,

[...] quando o curso avançou aí tinha uma influência muito grande porque na hora das práticas nós estávamos nas clínicas (Hospital das Clínicas) ou estávamos no Sanatório São Paulo, ou estávamos no Juliano Moreira [...] nessa época nós participávamos das mesmas atividades junto com os alunos de medicina, então basicamente a gente participava do mesmo programa, tinha as reuniões técnicas e atendia dentro da ala da psiquiatria. [...] a gente tinha contato com os pacientes e participávamos de eventos, muita coisa de grupo, começou a ter participação em festas com os pacientes e que nós íamos [...] a gente ia diretamente com os professores da medicina, praticamente nossa prática era direta com eles. (Informação verbal)³⁹

Esta orientação clínico-psicopatológica no curso de psicologia abria claramente uma porta para a introdução da psicanálise. No âmbito do departamento de Psicologia, o psiquiatra Luiz Fernando Pinto⁴⁰ foi o primeiro professor a mencionar Freud no seu programa de curso. Em 1969, ministrou a disciplina Psicologia do Desenvolvimento e incluiu tópicos da teoria freudiana no conteúdo do semestre letivo, abordando os seguintes pontos: 1: “Formação e desenvolvimento da personalidade segundo a concepção psicanalítica. O princípio do prazer e o princípio da realidade. O Id. Formação e desenvolvimento do Ego e do Superego”, e 2: “A teoria freudiana e o desenvolvimento da sexualidade infantil. Autoerotismo. Erotismo oral, anal

³⁹Depoimento de Telma Fernandes Mascarenhas (2019)

⁴⁰Luiz Fernando Pinto era psiquiatra, filósofo, psicanalista e especialista em Psiquiatria da Infância e da Adolescência. É considerado um pioneiro na Bahia no tratamento de crianças chamadas de “excepcionais”. Era proprietário do *Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB)*- (1965-1973), que oferecia serviços psiquiátricos, psicológicos e pedagógicos a crianças e adolescentes com necessidades especiais na área de aprendizagem e coordenou o setor de Saúde Mental infanto-juvenil do Departamento de Pediatria da FMB. (GALVÃO, 2002; RAPOLD, 1999; COUTINHO; MORAES, 2007).

e genital na criança. O complexo de castração e inveja do pênis e o terror da castração. O Complexo de Édipo”⁴¹.

A partir daí, a psicanálise incrementou gradualmente sua presença em outras disciplinas, embora se limitando ao ensino da teoria psicanalítica, e não a sua prática. Em 1970, o professor Caio Flamínio Silva de Carvalho⁴² ministrou a disciplina Psicologia da Personalidade, incluindo um tópico sobre “Teoria psicanalítica: Id, Ego e Superego”. Nesse mesmo ano, a professora Mercedes Carvalho abordou um ponto sobre “Teoria Psicanalítica de Freud: a) estrutura da personalidade; b) dinâmica e desenvolvimento da personalidade; e c) Método terapêutico” na disciplina Teorias da Personalidade II. Em 1975, quando a Psicologia Clínica já havia ganhado a preferência dos alunos no momento de optar pela área de estágio, o professor Caio Flamínio ministrou a disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas I, com discussões sobre “O tratamento psicanalítico, segundo Ana Freud”, “A análise infantil, segundo Arminda Aberastury” e a “Abordagem psicanalítica, segundo Melanie Klein”⁴³. Também no planejamento de estágio clínico para o ano de 1975, promovido pelo professor Jairo Gerbase e realizado no Ambulatório Osvaldo Camargo, estava previsto um seminário semanal sobre psicanálise. Na parte prática do estágio, os discentes atendiam individualmente dois pacientes sob supervisão do professor, participavam dos grupos terapêuticos do ambulatório e eram orientados a realizarem psicoterapia pessoal⁴⁴.

Resumindo: O lugar central que a psicanálise, paulatinamente, foi assumindo no ensino de psicologia, é resultante da combinação de uma diversidade de fatores. Primeiro, a existência da velha tradição clínico-psicopatológica, que facilitou a discussão sobre psicoterapia. Segundo, muitos estudantes desejavam se apropriar do saber psicanalítico, por representar, também, uma fonte potencial de clientes e, embora houvesse outras áreas de especialização, como a psicologia industrial e educacional, a maioria dos discentes se orientou pela psicologia clínica. Terceiro, a psicanálise oferecia um modelo teórico consistente e inovador para o

⁴¹ Plano de Curso da disciplina Psicologia do Desenvolvimento, ministrada pelo professor Luiz Fernando Pinto em 1969. Fonte: Arquivos FFCH/UFBA.

⁴²Caio Flamínio Silva de Carvalho havia sido transferido do Departamento de Psiquiatria para Psicologia em 1969, na condição de Professor Assistente. Era graduado em Filosofia pela FFB, tendo iniciado suas atividades na Universidade em 1957, como psicologista⁴² da CP. Conforme Silva (1995), Caio Flamínio foi, possivelmente, o primeiro e durante algum tempo, o único psicoterapeuta oficialmente constituído na CP do Hospital das Clínicas, sendo responsável pelas atividades de psicoterapia em adolescentes e crianças, aplicação de testes, realização de seminários e supervisão de casos clínicos em psicoterapia, voltado, principalmente para os alunos de psiquiatria, instrumentalizando-os tecnicamente para o exercício profissional. Foi o primeiro psicólogo inscrito no CRP 03 – Bahia/Sergipe, Conselheiro na primeira e segunda gestão do CFP (1973-1976 e 1976-1979) e Coordenador do Colegiado do curso de Psicologia da UFBA nas duas primeiras gestões. (SILVA, 1995; CORREIA, 2012)

⁴³ Livros de Ementas e programas do curso de psicologia. Fonte: Arquivo FFCH/UFBA

⁴⁴ Planejamento de Estágio Supervisionado do curso de Psicologia da FFCH/UFBA. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

exercício clínico, que atraia os jovens psicólogos em busca de especialização. A partir daí, a psicologia vai encontrar a psicanálise em espaços formativos extramuros, ou seja, em coletivos criados pelos profissionais do campo “psi” baiano para a transmissão da psicanálise, independentes da universidade.

6.3.1.2 Segundo período: a psicologia e a psicanálise num movimento extramuros

A carência formativa em psicoterapia não era exclusividade dos discentes de psicologia. Também os psiquiatras pretendiam sanar essa necessidade coletiva por formação no campo terapêutico. Assim, com o intuito de dirimir as limitações e improvisações que caracterizavam a prática psicoterápica na Bahia, psicólogos e psiquiatras se articularam para viabilizar a vinda de profissionais aptos, do ponto de vista teórico e técnico, a capacitar os neófitos na prática psicoterápica na Bahia.

Foi essa demanda dos profissionais do campo “psi” baiano que mobilizou os integrantes da Clínica de Atendimento Psicoterápico e Psicopedagógicos (CLAPP). Foi idealizada pelas psicólogas Syra Tahin López e Urânia Maria Tourinho Peres e pela psiquiatra Maria Helena Fontes. A CLAPP congregava vários outros profissionais integrantes da Clínica Psiquiátrica no atendimento de crianças e adolescentes nas áreas de psicomotricidade, fonoaudiologia e psicopedagogia. Syra, Urânia e Maria Helena eram professoras do curso de psicologia. Syra é paulista e, já formada em Psicologia pela PUC/SP, passou a residir em Salvador a partir de 1968. Com formação em Psicologia Clínica e Psicodrama em São Paulo, Syra foi convidada pela psiquiatra Maria Helena Fontes a frequentar as reuniões da Clínica Psiquiátrica e coordenar sessões de psicodrama com o grupo. Urânia Tourinho, além de atuar como docente do curso, também trabalhava na Clínica Psiquiátrica.

Os profissionais que atuavam na CLAPP almejavam investir na sua formação técnica profissional em psicoterapia. Para isso, decidiram criar o Núcleo de Estudos em Psicoterapia (NEP), com o fito de realizar um programa de estudo e formação, incluindo análise pessoal e supervisão, além de reduzir o alto investimento que a vinda de profissionais de fora representava. O NEP era dirigido pelas psicólogas Urânia Tourinho e Syra López e integrado por outros profissionais, ligados à Clínica Psiquiátrica, mas, de forma independente da instituição médica, como os psiquiatras Aurélio Souza, Josiceli de Freitas, Jessé Accioly, Luís Fernando Matos Pinto e Luís Humberto Pinheiro, dentre vários outros. (COUTINHO; MORAIS, 2007; SILVA, 1995)

Os integrantes do NEP convidaram profissionais de outros Estados para darem formação à comunidade “psi” em Salvador. Com essa proposta, conseguiram trazer o psicanalista gaúcho

Carlos César Castellar Pinto - que fazia parte da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), instituição filiada à IPA, além de presidir a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) do Rio de Janeiro⁴⁵ - para fazer um programa periódico de cursos e supervisão. A APPIA promovia no Rio de Janeiro, nesse período, uma formação assistemática para os psicólogos, a partir dos cursos ofertados pelos argentinos ligados a Associação Psicanalítica Argentina (APA), independente do cerco formativo que a IPA fazia aos psicólogos. (FIGUEIREDO, 2012) A convite do NEP, Castellar passou a visitar periodicamente a Bahia, realizando um trabalho de formação com seus integrantes. Dentre os argentinos que vieram à Bahia, trazidos por Castellar, estavam os psicanalistas Eduardo Kalina e Héctor Fiorini, este último vinculado ao campo da Psicoterapia Breve, além de Emilio Rodrigué e da psicóloga e psicodramatista Martha Berlin.

6.3.2 Os psicanalistas argentinos na Bahia

A primeira experiência de trabalho de Rodrigué e Martha Berlin em Salvador marcou o início da influência argentina na formação dos psicólogos baianos. Tão logo iniciaram seus trabalhos na Bahia, realizaram uma conferência e dois laboratórios, o que agradou de imediato o grupo do NEP. A partir daí, a NEP se organizou em torno desses dois argentinos, iniciando um importante processo de formação e transmissão da psicanálise, que foi fundamental para a consolidação do movimento psicanalítico em Salvador. Emílio Rodrigué relata, em seu livro de memórias *Separaciones Necesárias*, aquele primeiro momento de encontro com o grupo de psicólogos e psiquiatras que formavam o NEP.

Foi uma paixão recíproca. Decidimos voltar lá durante o verão, para fazer três terapias de grupo. A tarefa prioritária do NEP era importar analistas para iniciar uma formação, mas as numerosas tentativas com as sociedades analíticas do Rio e de São Paulo tinham fracassado. (RODRIGUÉ, 2006, p.222).

Rodrigué teve uma trajetória importante como psicanalista em Buenos Aires. Teve formação como psiquiatra e psicanalista kleiniano. Foi analisando de Arnaldo Rascovsky, psicanalista associado à APA. Quando foi morar em Londres, iniciou nova análise, com a

⁴⁵A APPIA foi fundada em 1972 e era voltada ao atendimento de crianças e adolescentes, congregando profissionais da psicologia, medicina e assistentes sociais. Foi criada nos moldes da Associação Argentina de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência (ASAPPIA), fundada dois anos antes pelos psicanalistas Maurício Knobel e Eduardo Kalina. A APPIA tinha como objetivo promover cursos, eventos e seminários, mas não tinha em seu estatuto a direção de formação, por isso não rivalizava com as instituições oficiais da IPA. (FIGUEIREDO, 2012)

psicanalista kleiniana Paula Heimann. Atendeu crianças sob supervisão de Melanie Klein, fez observação de grupos com Bion e supervisão com Winnicott. Em 1958, foi para os EUA onde trabalhou na Clínica Austen Riggs, em Esalen, na Califórnia e publicou, em 1965, o livro *Biografia de uma comunidade terapêutica*, como resultado dessa experiência. (BAREMBLITT, 2008)

Ao retornar à Argentina, Rodrigué foi presidente da Associação Psicanalítica Argentina (APA), entre os anos de 1966 e 1967. A APA estava então consolidada, sobretudo a partir das relações com o dispositivo médico psiquiátrico, autorizada pela IPA, desde 1949, e em consonância com o modelo freudiano de certificação dos praticantes da disciplina. Mantinha-se, então, distanciada do campo político, não se pronunciando, institucionalmente, sobre programas ou medidas de governo. (VEZZETTI, 2009; DUARTE; FERNANDES; RODRIGUES, 2012)

A Argentina estava, então, imersa numa ditadura e a posição de neutralidade política da APA passou a ser questionada por alguns dos seus integrantes e pela sociedade. Denunciava-se os descompromissos sociais da Psicanálise. Criticava-se as bases teóricas e funcionais desse modelo “ortodoxo” de psicanálise e o silenciamento frente às situações de violência política, tortura e mortes no país, como uma forma de abstinência política. Questionava-se, a estrutura hierárquica, o elitismo, o monopólio da psicanálise, assim como o sistema de privilégios no âmbito interno da APA. (VEZZETTI, 2009; FERNANDES; RODRIGUES; DUARTE, 2012; FIGUEIREDO, 2012)

Em decorrência desses conflitos políticos e ideológicos, houve uma ruptura na instituição. No bojo de uma série de protestos iniciados em paralelo a um Congresso Internacional da IPA, realizado em Roma, em 1969, estava a insatisfação com a formação do psicanalista e seu papel e imagem social. Em Roma estavam psicanalistas argentinos que também construíram sua lista de reivindicações, integrando-se ao movimento batizado de Plataforma Internacional. O grupo Plataforma argentino fazia reivindicações de temas “internalistas”, mas também sociais. Em paralelo surgiu outro movimento contestador dentro da APA, denominado Grupo Documento. As relações do grupo Plataforma com a APA foram se desgastando, levando à ruptura. Em seguida o Grupo Documento também renuncia, desfiliando-se da APA. A cisão apoiava-se no entendimento dos grupos de que, como cientistas e profissionais não deveriam colocar seus conhecimentos a serviços de ideologias, sem questionar o sistema dominante que explora as classes oprimidas. O grupo Plataforma, foi o primeiro grupo de psicanalistas a romper com a IPA, por razões declaradamente políticas. Tal ruptura redundou em exílios forçados de membros, discípulos e simpatizantes do grupo Plataforma, fazendo de alguns deles agentes da

história do institucionalismo em nosso país. (RODRIGUÉ, 2006; DUARTE, FERNANDES, RODRIGUES, 2012; PERES; PÊPE, 2014)

Emilio Rodrigué fazia parte do grupo Plataforma. O grupo se dissolveu algum tempo depois, enquanto a perseguição política de Estado se acirrava no país, levando muitos psicanalistas ao exílio. Como rememora Baremlitt (2008), psicanalista argentino que também se exilou no Brasil:

Plataforma funcionou tempestuosamente durante mais ou menos um ano. As rixas internas, expressões do terrorismo de Estado que nos oprimia desde fora, fizeram com que Plataforma se autodissolvesse. Nos anos seguintes, vários de nós foram presos, torturados, mortos ou “desaparecidos”. Começa assim o êxodo de muitos para o estrangeiro, entre os quais se contou Emilio. (BAREMBLITT, 2008, p. 208)

Diante desse cenário de perseguição política, muitos argentinos imigraram para o Brasil. (COIMBRA, 1995; RUSSO, 2002; FIGUEIREDO, 2012). Para a Bahia, vieram Emílio Rodrigué e Martha Berlin, além de Bernardino Horne, Fernando Ulhoa, Luís Córdoba e Raul Curel, dentre outros. (COUTINHO; MORAES, 2007). Em solo baiano, os psicanalistas argentinos trouxeram a quebra do modelo médico-clínico, a cisão com a rigidez formativa da APA, a crítica à neutralidade e aos padrões e critérios nas técnicas de atendimento. O rompimento de arranjos tradicionais do fazer psicanalítico não seria possível em outro contexto político, senão aquele que se fazia presente nas sociedades brasileira e argentina da época, sob regimes ditatoriais.

Na Bahia, Rodrigué destacou-se por seu protagonismo no processo inicial de formação e transmissão da psicanálise. Após sua primeira visita de trabalho, Rodrigué foi convidado a continuar realizando formação terapêutica. Juntamente com Martha Berlin passou a residir em Salvador durante seis meses por ano, passando os outros 6 meses na Europa. Viveram assim por sete anos, fazendo a formação técnica de psicólogos e psiquiatras baianos. Diante da grande demanda de participantes para os laboratórios e da impossibilidade de atender individualmente, priorizaram as atividades grupais. Rodrigué e Lopes (1986) rememoram aquele momento:

[...] ante um pelotão de 20 aspirantes, a única alternativa possível de formação foi grupal. Cada grupo tinha quatro horas de terapia por semana e uma sessão prolongada bimensal. O contrato era por semestre. (RODRIGUÉ; LOPES, 1986, p. 59)

Sua forma de trabalhar rompeu com a hegemonia das sociedades ‘oficiais’, questionando a ortodoxia praticada e propondo novas formas de intervenção. Consubstanciado na crítica às

instituições APA e IPA e ao confinamento da prática psicanalítica aos consultórios privados, expostas pelo grupo argentino Documento, Rodrigué e os psicanalistas argentinos que aqui aportaram, introduziram a democratização efetiva da formação, na qual enfatizava-se a transmissão das teorias e técnicas psicanalíticas, com forte ideologia grupalista, aliadas a uma formação política marxista. Conforme recorda o psicanalista Jairo Gerbase, Rodrigué apresentou à cidade “[...] psicanalistas do tamanho de Erickson, Rappaport, Grinberg, Pichon Rivière, entre outros”. (GERBASE, 2014, p. 68)

Junto com sua coterapeuta Martha Berlin, Rodrigué ofereceu uma formação não ortodoxa marcada pela ruptura, do ponto de vista político, teórico e técnico. Introduziram diferentes técnicas que iam da psicanálise aos exercícios reichianos, psicodramatistas e gestálticos. Em seu livro de memórias *Separações Necessárias*, Rodrigué (2006) repensa sua conduta, considerada heterodoxa e transgressora,

Os psicanalistas tradicionais nos fizeram pagar nossa falta de ortodoxia. Não podemos chiar, nós não éramos ortodoxos. Cometemos mil imprudências: não fazíamos sessões individuais e, nos grupos, utilizávamos métodos que iam do psicodrama à Gestalt; de Reich à Ida Rolf. Comemos e até dormimos na casa de nossos pacientes. Nosso código de abstinência, diferente dos outros, era gerado pela necessidade. Foi, e não podia ser de outra maneira, uma experiência intensa, escabrosa e enriquecedora. Hoje, nossa transgressão não pareceria tão grave, muita água lamacenta correu sob as pontes. Todavia, não creio que teria coragem de fazer tudo de novo. (RODRIGUÉ, 2006, p. 222-223).

Rodrigué encerrou seu trabalho com o NEP em 1978. A partir de 1980, passou a viver em Salvador, definitivamente. Na Bahia, escreveu *El Antiyo-yo: nova proposta amorosa, A lição de Ondina, Ondina, Supertramp e Gigante pela própria natureza*. Já na década de 1990, escreveu uma biografia de Freud, em três volumes, traduzido em várias línguas.

Os psicanalistas argentinos que vieram para o Brasil ajudaram a quebrar um padrão que preconizava que a psicanálise deveria ser exercida exclusivamente por médicos. Psicólogos passaram a ser aceitos para a formação em psicanálise, inclusive nas associações mais ortodoxas, produzindo uma demanda crescente por terapia e formação profissional. (FIGUEIREDO, 2012) Para os psicólogos da Bahia, a formação, reconhecidamente heterodoxa, dos psicanalistas argentinos, possibilitou o acesso a novas práticas profissionais no campo psicoterápico na Bahia. A psicanálise trazida por eles, influenciada pela escola inglesa, fortemente marcada pelas teorias de Melanie Klein, distingue-se, especialmente pelas inovações que introduziram no campo técnico, tais como as terapias breves ou focais. Também se destaca pelo estilo de atendimento que se diferencia pela quebra de certas formalidades nas

sessões terapêuticas, no número de sessões, na discussão da neutralidade e em novas abordagens com crianças e adolescentes.

6.3.3 O Círculo Psicanalítico da Bahia: seus primórdios

Paralelamente à formação do NEP, chegou à Bahia o psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa. Vinha como analista didata autorizado pelo Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), instituição fundada pelo psicanalista russo Igor Caruso (1914-1981). O CBP era vinculado à *International Federation of Psychoanalytic Societies* (IFPS), instituição alternativa à dogmática IPA. Igor Caruso tinha uma importante atuação no círculo psicanalítico em Viena e sua instituição, de inspiração fenomenológica, havia atraído jesuítas e intelectuais católicos gaúchos que aderiram ao Círculo de Psicologia Profunda desde os anos 1950. O Círculo de Psicologia Profunda, atual Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP) se estendeu para Belo Horizonte e Recife, a partir da década de 1970. Em uma de suas vindas ao Brasil em 1968/1969, Caruso ajudou a consolidar o recém criado Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) do qual Carlos Pinto Corrêa fazia parte. (MENDES, 2013)

Carlos Pinto Corrêa foi atraído pelo caráter inexplorado do mercado psicanalítico baiano. Chegou à Salvador através de convites de psicólogos e médicos baianos que manifestaram o desejo de fazer formação em psicanálise e mantiveram contato com o CBP de Minas Gerais, através do professor e psicólogo Caio Flaminio. Carlos Pinto havia recebido também um convite do jesuíta ítalo-baiano Carlos Tironi, que fazia sua análise e formação em Belo Horizonte, para ministrar um curso em Salvador. Tironi colocou a Bahia em pauta, mostrando o clima favorável para o deslocamento de um analista didata. A partir dessas sinalizações positivas, Carlos Pinto ministrou um primeiro curso sobre Psicanálise no Instituto de Psicologia⁴⁶. (GALVÃO, 2002; COUTINHO, MORAIS, 2007; BORJA, 2017)

Indagado sobre como havia sido o começo do CBP, Carlos Pinto Corrêa, rememora em entrevista concedida em 1993:

Pela ordem, retomemos a história. Com a constituição do Círculo do Rio de Janeiro, formado por colegas que deixavam a IPA, nós do Círculo de Minas Gerais, fomos tomados por fantasias expansionistas, sensibilizados pela demanda de algumas cidades. Naquela ocasião só existiam sociedades psicanalíticas no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Colegas

⁴⁶O Instituto de Psicologia foi criado em 1965, pelo francês Martin Dubois, conhecido como Irmão Dubois, por fazer parte da ordem religiosa Instituto dos Irmãos Maristas. O Instituto de Psicologia, que funcionava dentro da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), prestava serviços de testagem psicológica, orientação vocacional, fonoaudiologia, psiquiatria e psicanálise à população que pudesse pagar por esses serviços. O Instituto foi fechado em 1977 e é reconhecido como o primeiro Instituto de Psicologia da Bahia. (AZEVEDO; TRANQUILLI, 2012).

começaram a reconhecer em mim o possível fundador de um novo círculo. Havia contatos com Curitiba e entendimentos mais avançados com Brasília. Carlos Tironi, um ítalo-baiano que fazia sua análise e formação em Belo Horizonte, colocou a Bahia em pauta, mostrando o clima favorável para o deslocamento do que chamávamos de analista didata. [...] Desde a infância eu tinha uma relação poética com a Bahia, pelas músicas de Dorival Caymmi e depois pelos livros de Jorge Amado. Quando escreveu que "escorre o mistério sobre a cidade como um óleo" deixei-me seduzir. Comecei por um mês de férias, para sentir o chão e o mar. Depois dei um Curso no Instituto de Psicologia, que funcionava na Francisco Ferraro, promovido pelo Tironi. Surgiram os candidatos. No dia 5 de julho de 1972 comecei meu trabalho de analista, já com os planos de fundação do Círculo. (CORRÊA, 1993)⁴⁷

Carlos Pinto Corrêa iniciou seu trabalho de formação recebendo dois participantes para análise didática: os médicos psiquiatras Eny Iglesias e Luís Fernando Pinto. (GALVÃO, 2002) A partir daí, passou a realizar seu trabalho de formação e transmissão da psicanálise na cidade de Salvador, atendendo analisandos e supervisandos, dentre eles, vários docentes e discentes do curso de psicologia da FFCH/UFBA. Transferiu-se definitivamente para Salvador, fundando o Círculo Psicanalítico da Bahia e dando continuidade a uma sólida atividade formativa em Salvador. Formou inúmeros grupos, em vários segmentos profissionais ligados ao campo “psi” baiano. Entre os psicólogos, diversos docentes do curso de psicologia, estudantes e recém-formados foram analisados e supervisionados por ele.

Um traço peculiar do processo inicial de formação dos psicólogos baianos no campo psicanalítico foi a independência em relação ao cerco formativo da IPA. Considerando-se que a recepção da psicanálise na Bahia deu-se através de dois núcleos constituídos pelos psicanalistas argentinos, arregimentados pelo NEP, e pelo psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa, vinculado ao CBP, é interessante observar que esses agrupamentos pioneiros de formação e transmissão da psicanálise tinham como característica o fato de serem, ambos, signatários, pessoal ou institucionalmente, de uma oposição à IPA. Os principais efeitos da recepção desses grupos, independentes da IPA foram: o distanciamento das normas rígidas de acesso à psicanálise; um certo ecletismo de teorias e práticas no processo de formação e transmissão; independência institucional e profissional em relação às Sociedades Psicanalíticas ligadas à IPA; e, por fim, o surgimento de instituições de formação sob a liderança de psicólogos.

A psicanálise expandiu o campo profissional dos psicólogos. Apoiados no projeto político-institucional dos dois grupos instituintes da psicanálise no cenário baiano, os

⁴⁷ CORRÊA, C. P. Entrevista para o Circular – Boletim Informativo do CBP, publicada em edição especial, Ano II, p. 2, out. 1993. Disponível em: <http://www.circulopsibahia.org.br/entrevistas.htm>. Acesso em 07 mai 2018.

psicólogos ampliaram seu campo de atuação no mercado de trabalho. Uma pesquisa realizada com os psicólogos na década de 1980 mostra que 52,2% dos psicólogos baianos atuavam na psicologia clínica, área que absorvia o maior contingente de psicólogos desde o seu primeiro emprego. (CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA, 1988) Esse dado é resultado de um percurso iniciado na década anterior, com a forte influência da psicanálise que se institucionalizou na Bahia, na época. Conforme aponta Rudá, Almeida Filho e Coutinho (2015), é a partir da década de 1970, que:

[...] os saberes psicológicos e os saberes psicanalíticos passam a se confundir, de modo que a imagem da psicanalista cobrando altos honorários em seu consultório particular torna-se uma das principais representações da Psicologia entre as classes média e alta brasileiras. (RUDÁ *et al*, 2015, p. 68)

Do ponto de vista mercadológico, os principais beneficiários nesse processo de recepção da psicanálise foram os psicólogos. Como vimos, foi a partir da década de 1970, que novos arranjos possibilitaram a ampliação do campo psicanalítico na Bahia, *pari passu* com o aumento da demanda social por profissionais de psicologia. A psicanálise se tornava, também para a geração de psicólogos que chegava ao mercado, uma carreira promissora.

Mas, a inserção da psicanálise no campo psicológico não se deu pacificamente. Por um lado, os críticos questionavam o caráter heterodoxo do trabalho dos argentinos e seus controversos laboratórios de final de semana, que reverberavam em inúmeros comentários e cochichos em sala de aula à cada segunda-feira, relembram algumas entrevistadas. Em um tom mais acadêmico, referindo-se à formação dos professores do curso de psicologia da UFBA, a título de pós-graduação, a professora Mercedes Carvalho afirma em sua dissertação de mestrado que, além da procura por instituições oficiais de ensino, os docentes buscam:

[...] em alguns profissionais estrangeiros aliados de seu país, uma supervisão que longe está de corresponder aos mínimos princípios éticos e científicos, mas que encontram adeptos incautos e carentes por falta de alternativas de especialização, uma vez que a Universidade não vem cumprindo seu papel. (CARVALHO, 1979b, p.189).

Por outro lado, a crítica dos discentes era sustentada no estigma de uma “clínica de direita”, reacionária, burguesa e elitista atribuído à psicanálise. (OLIVEIRA, 2017) Os opositores denunciavam o posicionamento político dos psicanalistas que adotavam o silenciamento e neutralidade diante da situação política do país, ausentando-se dos movimentos de luta estudantil e manifestações, sem jamais criticar a ditadura militar. A entrevistada Maria

Angélica Teixeira relembra esse período inicial do curso e de como a psicanálise era criticada como uma teoria que privilegiava a elite:

[...] no início não tinha nada de psicanálise, tinha um fantasma que todo mundo atacava. [...] durante o curso, eu li Freud, fiquei encantadíssima com os casos clínicos de Freud que foi o Caio (Flamínio) que deu pra gente ler e aí quando eu comecei a me encantar com isso eu só ouvia crítica: coisa antiga de Viena, coisa da burguesia, você vai se interessar por isso, tem coisas tão novas, americanas [...] a crítica sempre foi severa, de que era uma teoria burguesa, dirigida a burgueses, quem praticava era burguês e quem tinha acesso a essa formação e atendimento era a burguesia que não ia à universidade, não era formada na universidade e ademais, além de não ser formada na universidade, tinha a fama de ter preços caríssimos que só uma elite privilegiada poderia desfrutar e ter o privilégio de ter esse atendimento. (Informação verbal)⁴⁸

A clivagem ideológica que caracterizava o pensamento político em vigor no país se refletia na oposição entre behavioristas e psicanalistas e pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica mais ampla. Roudinesco e Plon (1998, p. 675), registram no Dicionário de Psicanálise - verbete *Rússia (e União Soviética)* que, “A partir de 1927, com a supressão da liberdade de associação e a stalinização do sistema soviético, o movimento psicanalítico russo se extinguiu progressivamente[...]”⁴⁹. Oliveira (2017) traz essa referência ao citar um embate que ocorreu na Faculdade de Psicologia da USP, entre uma aluna behaviorista e um professor psicanalista.

[...] a esquerda brasileira seguia os preceitos stalinistas estabelecidos a partir de 1927, que fez com que a psicanálise fosse gradativamente criticada e condenada na URSS, até ser erradicada e condenada como ciência burguesa, nos anos 1940. Uma demonstração clara desse embate ocorreu no interior da clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), notadamente no confronto com posições como as de Iara Iavelberg. Formada em psicologia, essa célebre militante de extrema-esquerda acusava a doutrina de elitista e alienante, e os psicanalistas de reacionários, preferindo, como muitos de sua geração, as correntes da psicologia experimental. Ao que o fundador da psicanálise paulista e professor da clínica, Durval Marcondes

⁴⁸ Depoimento de Maria Angélica Teixeira (2020)

⁴⁹ Na Rússia do início do século, Ivan Petrovitch Pavlov (1846-1936) recebeu o Prêmio Nobel (1904) de medicina, como resultado de seus trabalhos sobre a atividade digestiva e o reflexo condicionado. Tais estudos deram origem a um modelo de psicologia materialista, “retomado pelos marxistas, e depois pelo regime comunista, para combater as doutrinas ditas ‘espiritualistas’, entre as quais a psicanálise”. (ROUDINESCO E PLON, 1998, p. 674) Em 1930, a psicanálise foi erradicada da URSS, apesar de algumas práticas clandestinas, enquanto o modelo pavloviano dominava toda a psicologia. Seu trabalho influenciou o behaviorista Watson, bem como o behaviorista radical Skinner (1904–1990), que estava apenas começando seu estudo de psicologia quando encontrou Watson e Pavlov. (PICKREN; RUTHERFORD, 2010)

replicava: “Eles querem empregar Skinner nos ratos de Mao Tse-Tung”.
(OLIVEIRA, 2017, p. 83)

No contexto baiano, as divergências políticas entre os discentes eram atualizadas à cada movimento de luta contra o regime militar. A forte presença dos alunos que aderiam à corrente behaviorista na militância estudantil se contrapunha à posição de “distanciamento”, assumida pelos discentes afiliados ao movimento psicanalítico. Quanto às instituições psicanalíticas baianas, não é possível afirmar nenhum tipo de perseguição ou de colaboração ao regime durante esse período.

Ao longo desta seção, apresentamos as evidências resultantes das análises das informações e dos dados obtidos, a fim de responder ao segundo objetivo específico, ou seja, compreender o modo como a Análise do Comportamento e a Psicanálise foram recebidas pela comunidade acadêmica de psicologia - instituição, docentes e discentes - bem como a circulação dessas teorias, entre os anos 1968 a 1980. Com esse intuito, analisamos o modo de recepção da psicanálise e a vinda dos primeiros psicanalistas à Salvador-Bahia, na década de 1970. Demonstramos sua influência no processo de formação dos psicólogos do primeiro curso de psicologia da Bahia, implantado no final da década de 1960, na UFBA. Para isso, contextualizamos o momento político e cultural vivido no Brasil. Refletimos sobre as trocas e as práticas que interligaram pessoas e instituições brasileiras e argentinas. Evidenciamos a circulação de ideias e o fluxo de informações que alimentaram uma rede complexa e trocas entre países, estados, culturas, pessoas, psicanalistas e psicólogos. Falamos de migração, de intercâmbio, de permeabilidade de fronteiras geográficas, culturais, simbólicas. Observamos a força poderosa das trocas que se fizeram possíveis a partir dessas migrações, permanências, residências, viagens, exílios, registros de memórias e produção intelectual. Tratamos de movimento e de cultura, sob a égide de uma ditadura militar. Uma história que ainda reverbera na psicanálise e na psicologia.

Na próxima seção, nos deteremos em analisar o controle e a vigilância dos órgãos de segurança e informação sobre o curso de psicologia e as lutas e embates coletivos dos seus discentes e docentes.

7. CONTROLE E VIGILÂNCIA DOS ORGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO: A UFBA E O CURSO DE PSICOLOGIA DURANTE A DITADURA MILITAR

A presente seção tem o propósito de analisar o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de psicologia da FFCH/UFBA assim como os embates com as políticas de Estado, implantadas pelos tecnocratas do regime militar. Abordaremos os mecanismos de controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso psicologia.

Nesse sentido levantamos alguns questionamentos, a saber: Foram os estudantes e professores do curso de psicologia vigiados e perseguidos durante esses anos? Como os docentes e discentes de psicologia se posicionaram politicamente durante esse período? Quais foram as pautas de lutas e reivindicações dos discentes de psicologia? Essas indagações nos mobilizaram a investigar a participação dos psicólogos no movimento estudantil, face ainda inexplorada da participação política dos psicólogos baianos. Para isso, realizamos uma análise do funcionamento dos órgãos de segurança e informação implantados na UFBA. Além dos dados recolhidos do Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (CMSMV), empreendemos pesquisa diretamente nos documentos da AESI/UFBA, que foram parcialmente disponibilizados pelo arquivo Lugares de Memória/UFBA, além dos arquivos da CAD e da FFCH. Esses dados foram coligidos, catalogados e analisados. Ademais, contamos com a contribuição dos relatos das entrevistadas. Esse acervo contribuiu na consecução do presente capítulo sobre a trajetória de militância política dos discentes e docentes do curso de psicologia da UFBA durante a ditadura militar. Não podemos desconsiderar a bibliografia consultada, como fonte secundária, que nos permitiu compreender como o sistema de vigilância agia na estrutura universitária e exercia sua força sobre docentes, discentes e demais servidores da UFBA.

7.1. MOVIMENTO ESTUDANTIL E DITADURA MILITAR: OS DISCENTES DE PSICOLOGIA DA UFBA E SUAS LUTAS COLETIVAS

Após o golpe militar de 1964, as universidades passaram a ser fortemente visadas. Os militares temiam a esquerdização dos jovens universitários e pretendiam coibir as manifestações contrárias às medidas ditatoriais e reprimir o ME. A chamada Lei Suplicy de Lacerda, em 1964, havia colocado a UNE na ilegalidade e instituiu o funcionamento dos DAs e DCEs. Em 1968, a decretação do AI-5, gerou, no âmbito das universidades, uma segunda

onda de expurgos, acirramento da radicalidade do regime e a manifestação do seu caráter mais repressivo e violento a todo ato, isolado ou coletivo, que fosse interpretado como resistência à ditadura. Em 1969, com a instauração do Decreto-Lei nº 477/1969, discentes foram expulsos por meio de ato administrativo de negativa das matrículas e docentes tiveram suas aposentadorias decretadas compulsoriamente.

Ademais, a política educacional da ditadura, que foi delineada através dos acordos MEC-USAID, visando inserir o modelo das universidades americanas nas instituições brasileiras, trouxe sérias consequências ao ensino superior brasileiro. Esse modelo de educação criou o problema dos excedentes, da falta de verbas, da modernização compulsória de ensino e gerou, em consequência, uma insatisfação estudantil sem precedentes. Os excedentes eram os jovens que passavam no vestibular, mas não conseguiam se matricular por falta de vagas. Para solucionar esse problema foi assinado o Decreto-Lei 464/69, que implementava o vestibular unificado, visando aprovar um número de candidatos equivalente ao número de vagas disponíveis nas universidades. Evitava-se, desse modo, dar visibilidade aos excedentes, ocultando a grande demanda de vagas não atendida. Foi implantado, ainda, um sistema de reordenamento do ensino superior em dois ciclos, um básico e outro profissional. Após o ciclo básico, o estudante se submetia a uma prova, o chamado “provão”, para ir para o ciclo profissionalizante. Nas instituições de ensino superior, que mantinham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação eram precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins. O primeiro ciclo, ou ciclo básico, tinha a função de recuperar as insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular, na formação de alunos; na orientação para escolha da carreira; e, na realização de estudos básicos para ciclos ulteriores. (BRASIL, 1969; ARAPIRACA, 1979; MOTTA, 2014)

O movimento estudantil havia mantido uma pauta de luta e manifestações intensa em Salvador entre os anos 1967 e 1968. Os acordos MEC-USAID foram um dos grandes motivos de enfrentamento entre o movimento estudantil e o regime militar naquele período. As passeatas se intensificaram em 1968, mobilizando protestos contra a política educacional do governo e em prol de melhoria no ensino. A participação do movimento estudantil secundarista era forte, alinhado com os estudantes da universidade. Naquele ano houve greves de ocupação nas escolas de Filosofia, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Administração, Economia, Arquitetura, Belas Artes, Veterinária, Politécnica, Geografia e nos Institutos de Matemática e Física da UFBA. Com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís em março, no Rio de Janeiro, ocorreram novas manifestações de rua em Salvador. As principais bandeiras eram as melhorias

na qualidade do ensino, criação de novas bibliotecas, defesa da gratuidade do ensino e oposição aos acordos MEC-USAID. (SOUZA, 2013)

Os estudantes do curso de psicologia da UFBA já iniciaram sua vida acadêmica se defrontando com problemas de ordem política nacional impostos pelas reformas e legislações autoritárias do regime ditatorial brasileiro. Um aluno de psicologia ficou ferido no conflito entre policiais e estudantes em outubro de 1968⁵⁰. Nesse mês, os estudantes de Salvador fizeram comícios relâmpagos em vários pontos da cidade e pediam a libertação dos universitários presos quando participavam do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna-SP. Houve enfrentamento com a polícia e em torno de setenta pessoas foram presas.

No entanto, o ME baiano perdeu força diante do impacto das práticas repressivas do Estado militar. A radicalidade do regime, que se tornara mais contundente com a edição do AI-5, associado a expulsão de alunos e o cancelamento de matrículas pós Decreto 477/69, bloquearam as atividades no interior do movimento estudantil e contribuíram para o seu esvaziamento, que só ressurgiriam com maior força na primeira metade da década de 1970, quando parte das lideranças estudantis ingressaram na militância clandestina. (BRITO, 2008; SOUZA, 2013)

Foi em 1970 que o sistema de espionagem das universidades foi formalizado, através da criação da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC) e, em seguida, das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Em 25 de janeiro de 1971, o então Reitor da UFBA, professor Roberto Santos (1967-1971), foi informado sobre a aprovação do Regulamento da DSI/MEC, sendo solicitado a ele que indicasse “[...] um elemento da sua mais inteira confiança e de absoluta discricção para assumir essa Assessoria [...]”. (UFBA CMSMV, 2014, p.48) Atendendo à solicitação, o Reitor Roberto Santos indicou o Dr. Emerson Spínola Marques Ferreira para o exercício da função de Assessor Especial de Segurança e Informações. O Reitor também foi informado nesse mesmo ofício, sobre a aprovação, pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho (1969-1974), do Plano Setorial de Informações, que previa a criação de agências de vigilância em Órgãos Federais. Dentre os objetivos do Plano Setorial de Informações, estava:

- 1) obter informações sobre antagonismos existentes na área do MEC e sobre grupos de pressão “que exploram e que possam afetar a execução da Política

⁵⁰ O assunto foi abordado no documento Informação nº 267/NASV/SNI/69. Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82005125_d0001de0001.

Ministerial; 2) desenvolver o serviço de contrainformação no campo do teatro, rádio, cinema, revistas etc. (UFBA CMSMV, 2014, p. 48)

O ME era constantemente vigiado pelos integrantes da DSI/MEC. Através de Ofício Circular de 1971 (sem indicar dia e mês), a DSI solicitou do Reitor da UFBA medidas enérgicas para desarticular o movimento estudantil que se mobilizava em prol da sua recomposição, através de “[...] organizações revolucionárias clandestinas e da conquista dos diretórios acadêmicos e representações de turmas [...]”. A pauta de luta era a censura, as prisões, o Decreto-Lei 477, a política educacional do Governo, dentre outras reivindicações. Segundo a DSI, os estudantes estavam realizando campanhas de pichações e publicações em murais, hostilizando o governo, manifestando indisciplina, desacatando as autoridades, sem que se pudesse identificar nem punir seus autores. (UFBA CMSMV, 2014, p.24) O aumento das manifestações estudantis foi assunto também de um Ofício confidencial do Comandante da VI Região Militar, datado de 6 de dezembro de 1971. O General Argus Lima solicitou do Reitor da UFBA providências e ameaçou responsabilizar os funcionários das administrações das faculdades da UFBA por omissão diante de práticas de distribuição de panfletos e propaganda subversivas e utilização de murais nos DAs. (UFBA CMSMV, 2014)

A instauração do Decreto 477/69 e a implantação do ciclo básico gerou diversos prejuízos aos estudantes. Em ação integrada dos cursos da FFCH/UFBA, os DAs de Psicologia, História, Ciência Sociais e Filosofia emitiram boletins e outros informativos e uma carta aberta à comunidade criticando as medidas impostas pelo Decreto 477/69, bem como pedindo o fim do jubramento de estudantes⁵¹. A implantação do ciclo básico e do ciclo profissional trouxe problemas para a Universidade. Especificamente para o curso de Psicologia, que se encontrava em fase inicial de funcionamento, a implantação do ciclo básico trouxe entraves para a plena consecução do curso. O DA de Psicologia se manifestou através de correspondência encaminhada ao Colegiado e Departamento do curso relatando os prejuízos causados pelo ciclo básico para os alunos ingressantes em 1971⁵². O número de vagas para ingresso no curso era inferior à demanda e isso gerava um número de alunos excedentes. Além disso, os discentes que ingressavam no ciclo básico deveriam, após o término, fazer uma prova para passar para o ciclo profissionalizante. Como havia problemas com a oferta de disciplinas, associados à exigência de pré-requisitos, isso gerava atraso na conclusão do curso, ficando todos sob o risco

⁵¹ Fonte: Arquivos AESI/UFBA, Caixa 2, Pasta 429.

⁵² Correspondência assinada pelos representantes estudantis em 25/11/1974. Registrada sob nº 293, às fls 28, do Livro 01 de Protocolo de Porta, em 25/11/1974. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

de serem jubilados. Os discentes de psicologia conseguiram, através de luta coletiva, a suspensão do jubramento para os não classificados e absorção dos excedentes.

As chapas dos DAs da FFCH/UFBA, gestão de 1971, foram eleitas em 01.12.1970, conforme Ata do Conselho Departamental. Naquele ano, foi eleita a primeira chapa do DA de psicologia, composta pelos representantes estudantis, conforme Quadro 7, abaixo:

Quadro 7 - Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - 1971

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Maria Lúcia de Araújo Andrade
Secretário Geral	Sônia A. Brito Meireles de Souza
1ª Secretária	Nádia Dourado
Tesoureiro	Flora Rodrigues da Silva
Secretário Social e de intercâmbio	Juvenal Silva Souza
Secretária de Assuntos científicos e culturais	Eunice Rodrigues
Secretário de Imprensa	Gildete Lino de Carvalho.

Fonte: Ata do Conselho Departamental da FFCH/UFBA, de 01.12.1970. Arquivo FFCH/UFBA.

O ME se organizava paulatinamente no âmbito do curso de psicologia e as questões políticas mais amplas entraram na pauta de luta do DA, juntamente com as reivindicações mais específicas ao curso. Desde a implantação do curso, os discentes já lidavam com situações que exigiam a participação e mobilização coletiva em prol de avanços, em um período de intensa vigilância dos militares e atuação clandestina no campo acadêmico. Foi em 1972 que os estudantes passaram a criticar, de modo crescente, os problemas vivenciados na universidade e a reorganizar o ME. O provão, agendado para acontecer no final daquele ano foi um disparador do movimento, pelo grau de descontentamento que gerava entre os estudantes. A organização estudantil contra o provão foi sendo articulada pela categoria, até que no dia de realização do referido exame houve 100% de adesão à causa e boicote à prova. Com essa ação de agregação da “massa” universitária que combatia o provão, o ME ganhou maior visibilidade. (SILVEIRA, 2019)

As eleições gerais para escolha das representações estudantis junto ao colegiado universitário e diretório setorial do curso de psicologia, para o exercício em 1972, ocorreu em chapa única com a seguinte composição:

Quadro 8 - Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - 1972

Função	Representantes Discentes
Presidente	Eli Lederma
Secretário Geral	Maria Bernadete Mascarenhas
1ª Secretária	Sônia Meireles
Tesoureiro	Luciana Wildberger
Secretário Social	Clidenor Góes
Secretária de Assuntos Culturais	Ana Maria Santos Rocha
Secretária de Imprensa	Denise V. Silva
Representante e Suplente no Departamento	Eunice Gomes Vilma Alexandria
Representante e Suplente no Colegiado	Sônia Meireles Júlia Lobão
Representante e Suplente no Colégio Eleitoral	Lúcia da Silva Guedes Ana Maria Santos Rocha
Representante e Suplente na Congregação	Reginaldo Silva Oliveira Maria Bernadete S. Mascarenhas

Fonte: Ata das eleições de representações estudantis, de 23.11.1971 - Arquivo CAD/UFBA.

O DA organizou a IV Semana de Psicologia de 1972, que ocorreu entre 16 a 21 de outubro daquele ano. No Relatório final do evento, os discentes apresentaram os debates enfatizando:

[...] não é apenas o curso de psicologia que enfrenta problemas e limitações de toda ordem. Dentro da Universidade situamos uma crise que encontra suas origens na própria estrutura sócio-política vigente sendo a Reforma Universitária não propriamente uma causa e sim um instrumento.⁵³

A pauta de discussão envolveu a política educacional e as dificuldades estruturais da universidade e do curso. Destacou-se a acentuada elitização do ensino e o sistema educacional brasileiro vigente no período; os planos de alfabetização em vigor; as verbas destinadas à educação e a Reforma Universitária. No âmbito da luta por melhores condições do curso recém iniciado, representantes do DA fizeram críticas sobre seu funcionamento e a importância da formação profissional, não cabendo ao estudante apenas repetir teorias. Enfatizaram a importância do professor para a formação do estudante, afirmando que o professor precisa saber

⁵³ Documento de conclusão da IV Semana de Psicologia da UFBA – 1972. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

ser um orientador no processo de aprendizagem do discente e destacaram a importância da pesquisa para a formação. Consideraram, ainda, a necessidade de refletir sobre o mercado de trabalho, uma vez que faziam parte das primeiras turmas de futuros psicólogos a se formar na UFBA. Como resultado dos debates, os discentes apresentaram quadro de propostas, visando a luta coletiva pela abolição da seleção de ingresso no 5º ano; reforma de currículo e revisão de programas de disciplinas junto com os professores; elaboração do Regimento de Estágio; criação da Clínica psicológica; formação do grupo de Teatro dos Estudantes de Psicologia (TEPsi).

A luta pela abolição da seleção para ingresso no curso de Formação de Psicólogo no 5º ano mobilizou os discentes, levando-os ao embate no campo judicial. O curso de psicologia da UFBA iniciou suas primeiras turmas oferecendo apenas as habilitações em Bacharelado e Licenciatura. Mas, de acordo com a Lei 4.119 de 27.08.1962 as graduações de psicologia deveriam oferecer, além do bacharelado e da licenciatura, também a habilitação de psicólogo, como uma continuidade do currículo. Desse modo, os concluintes do curso de Bacharel ou do curso de Licenciatura deveriam poder candidatar-se, no 5º ano, ao curso de Formação de Psicólogo e fazê-lo em um mínimo de dois períodos letivos complementares. Ou seja, para fazer no 5º ano do curso a Formação de Psicólogo, o discente deveria ser possuidor de diploma de Licenciado ou Bacharel em Psicologia. A integralização dos créditos e da carga horária do curso de Formação de Psicólogo se faria somando aos novos créditos à carga horária da licenciatura ou do Bacharelado em psicologia.

No entanto, a UFBA adotou um controverso critério seletivo para o ingresso dos alunos no último ano do curso⁵⁴. A Universidade fixou em setenta o número de vagas para o curso de formação do psicólogo e determinou que, quando o número de candidatos que tenham satisfeitos as condições de concluintes das disciplinas do Bacharelado e da Licenciatura for superior ao de vagas oferecidas, haveria prova de seleção. Essa seleção levaria em conta o conceito global das disciplinas do tronco comum do currículo mínimo dos cursos de Bacharelado ou de Licenciatura, já realizado pelo candidato. Além do conceito global, o discente faria também uma prova objetiva de conhecimentos, elaborada e aplicada por uma comissão designada pelo colegiado de curso. Ou seja, a UFBA exigia que os alunos que haviam

⁵⁴As normas para ingresso no curso de Formação de Psicólogo foram aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação, através do Parecer nº 81/72 de 04.07.1972, que tratou sobre as "Normas para instalação de funcionamento do Curso de Psicólogo criado mediante aprovação do Parecer nº 41/ 72, da Câmara de Ensino de graduação do Conselho de coordenação da UFBA".

feito quatro anos de curso (bacharelado e licenciatura), se submetessem a uma seleção para poderem ingressar no curso de formação de psicólogo.

Ocorre que, quando a Câmara de Ensino de Graduação autorizou o início da habilitação em Formação de Psicólogo, já havia um contingente superior ao número de vagas (70) aguardando o início do curso. Por discordar da necessidade de realizar um novo processo seletivo para ingresso no curso de formação de psicólogo, os discentes formalizaram uma ação judicial e impetraram Mandado de Segurança contra a UFBA, acolhido pelo juiz da Justiça Federal. Na petição inicial em que constam o nome dos discentes, está registrado os motivos da ação:

II - os impetrantes, matriculados no curso de psicologia, vinham-no cursando normalmente, até o 4º ano, onde foram aprovados [...] e, candidatando-se a último ano, o que seria o 5º, para obtenção do diploma de psicólogo, a fim de poderem exercer a profissão (art. 13 da Lei 4.119 de 27.08.62 que regulamenta a profissão de psicólogo), são agora OBRIGADOS a se submeter a outro processo seletivo (e não é o vestibular, nem o do Ciclo Básico), não previsto no Estatuto nem no Regimento Geral da Universidade.⁵⁵

A Secretária de Assuntos Culturais do DA na chapa de 1972 e integrante da segunda turma do curso, Ana Maria Santos Rocha relata, em entrevista para essa pesquisa, o movimento de luta que mobilizava os discentes do curso, prejudicados com a exigência da UFBA:

quando eu entrei na Universidade era um clima muito pesado de clandestinidade [...] e eu comecei na luta estudantil, eu fui da secretaria de cultura, do diretório acadêmico no auge da repressão [...] quando nós então fomos fazer o curso de psicólogo, que ainda não existia, só existia o bacharelado e a licenciatura, surgiu então essa ideia de fazer outro vestibular para cursar o 5º ano, então aí, nós fizemos uma mobilização envolvendo toda a turma, a nossa turma e a primeira turma, no sentido de entrar com uma liminar para suspender o vestibular, nós fizemos toda uma mobilização [...] foi uma vitória e fizemos então o curso de psicólogo sem precisar fazer o vestibular, então em decorrência disso eu fui a oradora da turma porque eu que coordenei todo o processo de luta. (Informação verbal)⁵⁶

A querela sobre a abolição da seleção de ingresso no 5º ano do curso foi denunciada na imprensa local, conforme exemplifica a Figura 6. O jornal *Tribuna da Bahia* tratou sobre o tema com matéria cujo título era *Bahia quer psicólogos. Por que a Reitoria diz não?*⁵⁷

⁵⁵Mandado de Segurança nº 7386. 1ª Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado da Bahia. Em 23.04.1973. Arquivo CAD/UFBA.

⁵⁶ Depoimento de Ana Maria Santos Rocha (2019)

⁵⁷ Jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, de 08 de março de 1972, p. 5.

Em Salvador quem se forma em psicólogo não é considerado tal e não pode exercer a profissão. Para isso é necessário cursar as matérias Ética Profissional e Técnicas Psicoterápicas, ministradas no quinto ano do curso, que não existe na Bahia. Estudantes de psicologia estão levando à frente um movimento, no sentido de que seja criado mais um ano no curso. (Jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, 08 de março de 1972, p.5).

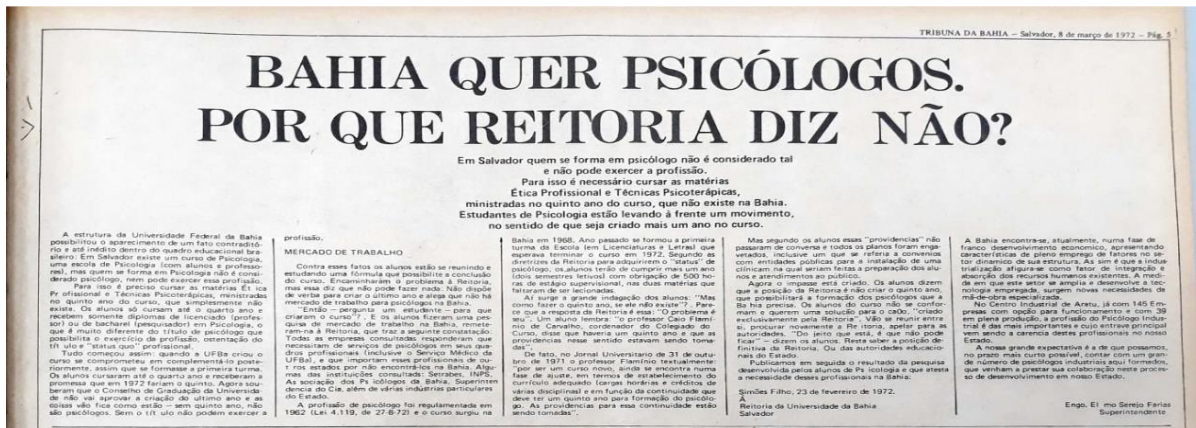
Na citada matéria, há o posicionamento da Reitoria, que disse não dispor “[...] de verba para criar o último ano e alega que não há mercado de trabalho para psicólogos na Bahia”. Os discentes se posicionaram também, apresentando uma pesquisa realizada em empresas da cidade que afirmavam necessitar de psicólogos em seus quadros profissionais. Citam as instituições consultadas: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), INPS, Associação dos Psicólogos da Bahia, Serviço Médico da UFBA e Superintendência do Centro Industrial de Aratu (CIA). Ao final da reportagem, há uma correspondência do Superintendente do CIA, Elmo Serejo Farias:

A Bahia encontra-se, atualmente, numa fase de franco desenvolvimento econômico, apresentando características de pleno emprego de fatores no setor dinâmico de sua estrutura. Assim é que a industrialização afigura-se como fator de integração e absorção dos recursos humanos existentes. A medida em que este setor se amplia e desenvolve a tecnologia empregada, surgem novas necessidades de mão-de-obra especializada.

No Centro Industrial de Aratu, já com 145 empresas com opção para funcionamento e com 39 em plena produção, a profissão do Psicólogo Industrial é das mais importantes e cujo entrave principal vem sendo a carência destes profissionais no nosso Estado.

A nossa grande expectativa é a de que possamos, no prazo mais curto possível, contar com muitos psicólogos industriais aqui formados, que venham a prestar sua colaboração neste processo de desenvolvimento em nosso Estado. (Jornal *Tribuna da Bahia*, Salvador, 08 de março de 1972, p.5).

Figura 6 - Matéria do jornal *Tribuna da Bahia* - Edição de 08 de março de 1972, p. 5.



A celeuma entre os discentes de psicologia e a UFBA, em prol da extensão do processo seletivo para ingresso no 5º ano, prosseguiu até o ano seguinte, sob a vigilância da AESI/UFBA. Nos seus arquivos, encontramos jornais, panfletos e boletins do DA e DCE que divulgavam a situação dos discentes de psicologia. O Boletim dos Estudantes, datado de agosto de 1973 fez referência à luta do DCE para que se efetivasse o 5º ano do curso de psicologia que até aquele momento não fora concretizado deixando vários alunos sem a conclusão do curso de Formação de Psicólogo⁵⁸. A AESI manteve também em seus arquivos um panfleto de 23.04.1973, emitido pelos estudantes de psicologia que se negavam a fazer seleção para ingressar no 5º ano⁵⁹. Também encontramos no arquivo CAD/UFBA, um Relatório emitido pelo DA de psicologia em 1973, relatando detalhadamente a luta da categoria e os recursos administrativos e jurídicos impetrados pelo coletivo de estudantes⁶⁰.

O imbróglio foi resolvido pela via curricular, quando a Câmara de Ensino e Graduação da UFBA aprovou proposta do colegiado do curso. Ficou definido que as disciplinas Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II, III e IV seriam pré-requisitos das disciplinas Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e Estágio Supervisionado I, as quais integravam o currículo do curso de Formação de Psicólogo. Com isso o aluno estava desobrigado de apresentar diploma de graduação de Bacharel ou Licenciado em Psicologia, para concluir a habilitação em Formação de Psicólogo.

Nesse período, o ME empreendia uma luta pela reconstrução de suas entidades. A UNE havia sido desmontada com o desaparecimento de seu último presidente Honestino Guimarães, em 1973. As principais tendências das organizações de esquerda que atuavam no movimento

⁵⁸ Fonte: Arquivos da AESI/UFBA, Caixa 4, p. 922/923.

⁵⁹ Fonte: Arquivos da AESI/UFBA, Caixa 4, p. 989/990.

⁶⁰ Relatório do Diretório Acadêmico de 1973. Fonte: Arquivo CAD/UFBA

estudantil tentando reorganizar os Das e DCEs foram a “Refazendo”, ligada a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML), a Unidade, representada pelos simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a “Caminhando”, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a “Viração”, denominação utilizada na Bahia, que representava os estudantes do PCdoB. (LIRA, 2010) A rearticulação do ME motivou a Assessoria Regional de Segurança e Informações do Nordeste (ARSI/NE) a encaminhar um Ofício ao Reitor da UFBA, em 28 de junho de 1973. O documento solicitava providências sobre a reorganização do movimento estudantil, que se dava através da criação de entidades que estavam sob o comando do PCB, do PCdoB e da APML. (BRASIL, 2014; UFBA CMSMV, 2014)

A AESI acompanhava a realização das eleições estudantis e, em 21 de agosto de 1973, enviou ao Reitor as informações sobre as chapas vencedoras com os nomes dos integrantes do DA de Psicologia, daquele ano⁶¹. Foram eleitos representantes para o Colégio Eleitoral, Congregação, Conselho Departamental, Colegiados, Departamentos e Diretórios Acadêmicos. Apresentamos abaixo a composição da chapa única de Psicologia nos respectivos cargos, para exercício no ano de 1973:

Quadro 9 - Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - 1973

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Sônia Maria Rocha Sampaio
Secretário Geral	Júlia Cristina Vieira Petit Lobão
1ª Secretária	Azenilda Lopes Pimentel
Tesoureiro	Maria das Graças Tosta de Souza
Secretário Social	Ana Célia Dias
Representante e Suplente no Departamento	Maria Bernadete dos Santos Mascarenhas Maria José Lopes de Souza
Representante e Suplente no Colegiado	Júlia Cristina Vieira Petit Lobão Erisvalda L. da Silva
Representante junto ao Colégio Eleitoral	Sônia Maria Rocha Sampaio
Representante e Suplente no Conselho Departamental	Marlene Creuza Vaz Meireles Ana Maria Liguouri

Fonte: Ata da Congregação da FFCH, datada de 05.12.1972 - Arquivo da FFCH

⁶¹Informação nº 076/73/ASI/UFBA. Fonte: Arquivos AESI/UFBA, Caixa 11, n. 3874.

No intuito de vigiar e controlar as estratégias de propaganda da militância estudantil, os tecnocratas do regime acompanhavam e censuravam folhetins, boletins, jornaizinhos e quaisquer publicações do movimento. Em Ofício encaminhado ao Reitor da UFBA em 27 de setembro de 1973, o DSI/MEC fazia referência às publicações de caráter ‘tendencioso’ dos diretórios acadêmicos, citando os panfletos clandestinos DCE e do Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA), demandando, inclusive, esclarecimentos e providências quanto ao surgimento das publicações *Reflexo* e *BIS*, pois tais publicações difundiam ensinamentos antidemocráticos e insuflavam a desordem. Solicitou a identificação da linha política-ideológica e dados de qualificação dos dirigentes dos DAs e DCE da UFBA e de representantes estudantis junto ao Conselho Universitário. (UFBA CMSMV, 2014) A reitoria, em resposta, encaminha cópia de ofício da AESI, informando

[...] que as publicações *Reflexo* e *BIS* são apócrifas e clandestinas, “não tendo sido possível identificar os seus responsáveis diretos, nem os locais onde são impressos”. Quanto aos fatores que estão influenciando a conduta contestatória dos estudantes, a AESI cita problemas acadêmicos ocasionados pela reforma universitária, tais como jubramento, ciclo básico, além de outros como instalações precárias, falta de professores, dificuldade de locomoção entre as escolas. Diz também que não há ninguém nos diretórios ligados ao movimento de esquerda, “salvo a Secretária do DCE, que foi presa por Órgão de Segurança”. E conclui informando que está providenciando a relação nominal e dados de qualificação dos líderes estudantis. (UFBA CMSMV, 2014, p.27-28)

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA também foi inquirida sobre uma encenação de peça teatral que os estudantes pretendiam realizar sem a aprovação do Serviço de Censura de Diversões Públicas. O Superintendente da Polícia Federal encaminhou ofício ao diretor da FFCH, datado de 20 de novembro de 1973, inquirindo sobre tal apresentação. Esse ofício continha, por engano, um relatório assinado por um agente de espionagem, o que trouxe à tona o nome de Sinval Mota Mascarenhas – Agente 17. Nesse relatório, o agente infiltrado, Sinval Mota Mascarenhas, informou que a peça “Alfaiate”, que retratava a figura de Tiradentes e a Inconfidência Mineira, fora encenada na Sala 13 da FFCH, “servindo de crítica para o Governo Revolucionário Brasileiro”. (UFBA CMSMV, 2014, p. 30) No dia seguinte, um novo Ofício do Superintendente da Polícia Federal, dirigido ao Diretor da FFCH, informava ter conhecimento de que a peça havia sido encenada na Sala 13 e pedia o nome e o curso de todos os alunos que estavam à frente de tais eventos. No mesmo dia, o agente Sinval enviou um relatório complementar, informando que voltou à FFCH para verificar se a peça “Canudos”, que havia sido anunciada, ocorreria, mas que a peça foi iniciada, porém, interrompida por ordem

superior. O mesmo agente Sinval fez um novo relatório em 23 de novembro de 1973, informando que as peças “Aborto” e “Tiradentes”, anteriormente anunciadas, haviam sido suspensas. Tal situação levou a Polícia Federal a emitir um Informe, dois meses depois, encaminhado ao Reitor, através da AESI, sobre *Proibição de espetáculos teatrais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. (UFBA CMSMV, 2014) O grupo TEPsi havia encenado, no primeiro semestre de 1973, um texto do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, conforme relataram no boletim informativo *Reflexo*, produzido pelo DA de psicologia, em junho de 1973⁶². Embora não citem expressamente o título da peça, podemos depreender, a partir do que está posto no boletim estudantil, que se trata da obra brechtiana *Aquele que diz Sim, aquele que diz Não*. Para os discentes “[...] esta peça foi escolhida porque tem muito a ver com o que se passa hoje em nossa realidade [...] agora é importante dizer SIM sabendo o porquê, ou dizer NÃO com o máximo de coragem [...]”⁶³.

O medo e a sensação de vigilância faziam parte do cotidiano dos estudantes e militantes do ME. Em alguns relatos, as entrevistadas rememoram a angústia de se sentirem vigiadas durante as aulas, nas assembleias e nas reuniões dentro do DA. Algumas entrevistadas disseram sentir a presença de pelos menos dois agentes infiltrados no curso de psicologia. Mais uma vez recorremos a entrevistada Ana Helena Caldeira Galvão, que relatou sobre a permanente tensão, preocupação e medo, os quais exigiam cuidados dos discentes no ambiente acadêmico.

Nós tínhamos que tomar cuidado com todo tipo de coisa que se possa imaginar, era dito pra gente que a gente nunca citasse o nome de pessoas por nenhum motivo. A gente não andava com pessoas que a gente não tinha uma justificativa acadêmica para estar junto dela, as pessoas que estavam se envolvendo no movimento estudantil não andavam com pessoas do curso que não tivessem fazendo alguma disciplina ou que não tivessem alguma justificativa plausível. Você tinha que estar preparada para qualquer momento que você fosse preso você justificar de todos os lugares que você estava e todos os agrupamentos, agrupamentos por curso e por tarefa. (Informação verbal)⁶⁴

Criativamente, os integrantes do ME baiano desenvolveram uma estratégia para identificação dos agentes infiltrados, o que incomodou os militares. A estratégia era: Primeiro, telefonar para os órgãos de segurança e divulgar na imprensa, a data, local, horário e pauta de determinada reunião. Segundo, no início da reunião, exigir a identificação e fotografar quaisquer pessoas estranhas que adentrasse o ambiente. O SNI, em represália, elaborou uma

⁶² Cf. Anexo D, p. 250

⁶³ Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

⁶⁴ Depoimento de Ana Helena Caldeira Galvão (2019).

Informação Sigilosa sobre o assunto, com os dados de todos os estudantes envolvidos na inusitada estratégia de identificação dos agentes de segurança, concluindo que

Os militares e/ou componentes de órgãos de segurança que participam da vida universitária como estudantes, são alvo de campanhas que têm por objetivo alijá-los da participação de quaisquer tipos de reuniões ou mesmo visando a expulsá-los das faculdades a que frequentam.⁶⁵

A AESI/UFBA tratou de manter a vigilância e ameaçar de restrições àqueles discentes que não comungassem dos ideais pregados pela ditadura. No Relatório Final da Comissão da Verdade da UFBA registra-se um ofício confidencial da AESI em que solicita ao Reitor providências para o fornecimento de fotos dos estudantes a serem matriculados.

Em 16 de janeiro de 1973 a AESI notoriamente extrapolou em sua ânsia de controlar os estudantes: pediu ao Chefe do Gabinete do Reitor, por meio do ofício confidencial 004/73/SI, que determinasse à Secretaria Geral de Cursos o fornecimento àquela Assessoria dos “elementos de identificação de 1 (uma) fotografia dos estudantes a serem matriculados nesta Universidade, no ano em curso.” Alegava como justificativa a necessidade de cumprir o Regimento Interno, no seu artigo 5º, Item VIII, 2a. Seção, onde se lia: “organizar fichários contendo dados informativos de todos os integrantes da UFBA e separando, em arquivo especial, os elementos que, por motivos diversos, sofreram ou venham a sofrer restrições dos Setores de Segurança”. O Chefe de Gabinete encaminhou cópia do ofício à Secretaria Geral de Cursos “para as providências”. (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP1006). (UFBA CMSMV, 2014, p.26)

Mesmo diante da vigilância, do medo e das perseguições, os discentes participaram ativamente da luta pela abertura democrática. A partir de 1974, o ME, as organizações de esquerda e as entidades civis procuravam ampliar os limites da abertura gradual do regime. Mas, apesar da luta em prol da redemocratização do país, a gestão do Ministro da Educação Ney Braga, a partir de 1974, manteve a política de repressão e perseguição ao movimento estudantil. (LIRA, 2010)

Naquele ano de 1974, as representações discentes no Colégio Eleitoral, na Congregação, no Conselho Departamental, no Colegiado e Departamento do curso de psicologia, para o

⁶⁵O assunto foi abordado no documento Informação nº 572/S-102-A4-CIE do Ministério do Exército. Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80009667_d0001de0001.

exercício no ano de 1974, foram eleitas em chapa única. Apresentamos abaixo a composição da chapa e seus respectivos cargos:

Quadro 10 - Representação discente do Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA - 1974

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Maria José Lopes de Souza
Secretário Geral	Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
1ª Secretária	Ana Cecília Barreto Bastos
Tesoureira	Ana Helena Caldeira Galvão
Secretária de Assuntos Culturais	Vera Lúcia Vilas Boas de Souza
Secretária Social	Sonia Maria Gomes
Secretária de Imprensa	Maria Amália Campinho Clementino
Representante e Suplente no Departamento	Ana Luiza Santana de Oliva Ana Helena Caldeira Galvão
Representante e Suplente no Colegiado	Sônia Maria Costa de Amorim Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
Representante e Suplente no Colégio Eleitoral	Maria José Lopes de Souza Otacílio Mendes Caria
Representante e Suplente na Congregação	Ana Lúcia M. Passos
Representante e Suplente no Conselho Departamental	Neide Maria C. Santos Ana Cecília Barreto Bastos

Fontes: Ata da eleição, realizada em 28.11.1973 e Ata da Congregação da FFCH de 07.12.1973 - Arquivos CAD e FFCH/UFBA.

A entrevistada Ana Helena Caldeira Galvão integrou a chapa do DA de Psicologia de 1974. Ela atuou principalmente no setor de finanças, onde pode dinamizar e incrementar estratégias de gestão e captação de recursos para o ME. Em sua entrevista, resgatou momentos da trajetória de lutas coletivas, no período:

Na época que eu fui do DA psicologia eu era integrante do setor financeiro e a pauta de nossa luta era o ciclo básico, o 5º ano, porque o 5º ano nosso, você tinha que se formar e ir para o outro nível. Eu entrei em 72 e tava havendo a luta pelo ciclo básico. [...] Depois tivemos uma outra luta para unificar o curso, porque você se formava em bacharel ou licenciado e fazia uma prova para formação de psicólogo. Participei do movimento estudantil desde que entrei no curso, não como integrante da chapa, mas assim, colaborando. Na época, o pessoal chamava massa avançada, que eram as pessoas que não eram da direção mas que tinha alguma compreensão e massa atrasada, massa

dura ou simplesmente massa, era o pessoal que não tinha formação, era o pessoal que você precisava convencer a ir para uma assembleia. As pessoas tinham muito medo, em 1972, de ir a uma Assembleia. (Informação verbal)⁶⁶

Em 1974, a AESI/UFBA encaminhou um Informe ao Reitor tratando sobre a subversão e terrorismo político nas universidades públicas e escolas de pós-graduação. Nesse Informe n° 999/E2, de 20 de dezembro de 1974, o Comandante da VI Região Militar - Segunda Secção (serviço secreto) tratava sobre “Normas preventivas, acauteladoras e repressivas no tocante à subversão em universidades e escolas de pós-graduação”. De acordo com essas Normas, o processo de subversão e terrorismo político nas universidades se dava pela presença de quatro elementos: um número aumentado de estudantes passivos, ignorantes, das camadas mais baixas da sociedade e facilmente manipuláveis por líderes persuasivos; um grupo de pessoas desordeiras, agitadoras e ativistas juvenis, que se passam por estudantes, usando documentação falsa; um grupo de professores, orientadores e investigadores marxistas que, em todas as oportunidades, insuflam ideias subversivas, pregam o terrorismo, a indisciplina e a subversão da ordem pública; e, finalmente, autoridades universitárias apáticas que eram pressionadas por professores subversivos. De acordo ainda com o Informe, para combater a subversão e o terrorismo político nas universidades, era indicado:

- a) investigar os antecedentes pessoais e familiares dos alunos, notadamente no que concerne a registros penais, políticos e psiquiátricos em membros de seus ascendentes e afim;
- b) “investigar sobre alunos provenientes de lares desfeitos ou de pais alcoólatras, contraventores, desidiosos ou de classe social muito baixa”;
- c) **estabelecer rigoroso exame intelectual e investigação social para ingresso nas universidades, mediante testes psicotécnicos, psicológicos e psiquiátricos;** “estabelecer normas mais rigorosas de disciplina, hierarquia e sociabilidade”;
- d) “manter vigilância sobre a aparição de líderes e agitadores estudantis e, se necessário, expulsá-los das universidades”;
- e) “expulsar também qualquer aluno que tome parte em passeata com objetivo subversivo, de vandalismo, de desordem ou de tumulto”;
- f) “examinar atentamente livros e publicações de caráter subversivo, a fim de impedir seu acesso às bibliotecas das universidades, aos diretórios acadêmicos, e aos grupos e ao próprio estudante”;

⁶⁶Depoimento de Ana Helena Caldeira Galvão (2019)

g) coibir todos os tipos de cartazes, murais e inscrições com finalidade política ou subversiva;

h) “proibir reunião, assembleia ou conferência estudantil de caráter subversivo ou de crítica às nossas autoridades, às instituições públicas ou ao governo constituído”. (UFBA CMSMV, 2014, p. 30-31), (**grifo nosso**).

As “Normas preventivas, acauteladoras e repressivas no tocante à subversão em universidades e escolas de pós-graduação”, citada acima, indica no item ‘c’ o uso de instrumentos de avaliação psicológica e uso dos então denominados psicotécnicos, para investigação de ingressantes nas universidades. (UFBA CMSMV, 2014) Cabe destacar, aqui, a importância que a psicologia adquiria naquele momento, enquanto profissão regulamentada em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar.

Em 1975, a AESI encaminhou Informação sobre os Diretórios Acadêmicos que se encontravam em funcionamento nas Unidades da UFBA⁶⁷. A chapa do DA de psicologia era composta com os seguintes representantes:

Quadro 11 - Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – DA e DCE - 1975

Cargo	Representantes discentes
Presidente	Eulina Simões da Rocha
Secretário Geral	Ana Cecília Barreto Alves de Souza
1ª Secretária	Vera Lúcia Villas Boas de Souza
Tesoureiro	Claudete Sales Sampaio
Secretário Social	Antônio Carlos Costa
Secretário Assuntos Culturais	Isnaia Junquillo Freire
Secretário de Imprensa	Aristóteles Pereira da Rocha Filho
Representante e Suplente no Departamento	Ana Cecília Barreto Alves de Souza Jardelina Bacellar
DCE – Tesouraria	Ana Helena Caldeira Galvão

Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI

A partir da segunda metade de 1975, iniciou-se um processo de distensão política, que se prolongou até a década seguinte. O então presidente Ernesto Geisel propunha uma política de

⁶⁷Informação nº 460/75/ASI/UFBA, de 23 de outubro de 1975. Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_82003613_d0001de0001.

abertura gradual do regime. Porém, nesse contexto político, o ano de 1975 foi de grandes mobilizações. A imprensa passou a ter presença mais ativa, divulgando os eventos estudantis e apresentando a pauta de reivindicações para o grande público. Nesse ano de 1975, foi deflagrada uma greve geral na UFBA, contra o jubramento, incluindo:

melhorias na educação, contratação de novos professores, resolução dos problemas de infraestrutura, falta de materiais didáticos, ausência de aulas práticas, condição de estágios péssima ou inexistente, reivindicavam aumento dos serviços de assistência em quantidade e qualidade, criticavam a criação de novas taxas e o aumento das já existentes, protestavam contra as proibições nas divulgações das publicações e reuniões estudantis, além do desejo da revogação do artigo 9º do Estatuto da UFBA, que regulamentava a recusa de matrícula – jubramento – aos alunos, problema que atingia estudantes de vários cursos. (SILVEIRA, 2019, p. 96)

A pauta de reivindicações dos discentes de psicologia foi elaborada em assembleia geral e apresentada formalmente à Reitoria da UFBA, à Câmara de Graduação, à Direção da FFCH e os Colegiado e Departamento de Psicologia, em 30 de setembro de 1975. Os discentes explicitaram os principais pontos do movimento grevista e a decisão de suspender as atividades didáticas⁶⁸. Referiram-se às condições precárias de ensino e a incoerência no uso do jubramento, diante do baixo nível de ensino, falta de vagas, redução da assistência estudantil e pagamento de taxas. Decidiram interromper as aulas a partir de um posicionamento político sobre a situação de ensino na universidade e no curso de psicologia, assim como reivindicaram, como condição para retorno às aulas, a suspensão de todas as formas de jubramento, inclusive recusa de matrícula e retorno dos jubilados. Pediram a garantia de que, a partir de 1976, fosse formada: 1. Uma assembleia geral com a participação de discentes, docentes, diretoria da FFCH, chefes de departamento e colegiado de psicologia, para que se possa garantir, oficial e publicamente, a mudança dos pré-requisitos para ingresso no 5º ano do curso de psicologia; 2. A constituição de uma comissão paritária composta por discentes e docente do curso de psicologia para: a reformulação geral do currículo; a melhoria das condições materiais de funcionamento do curso, como biblioteca, material didático e manutenção do laboratório; e, a oferta de disciplinas nos três turnos e nos dois semestres letivos; 3. A contratação de novos professores para atender a supervisão de estágio e todas as disciplinas solicitadas pelos alunos; 4. A construção do laboratório de psicologia experimental e aplicada, ainda em fase de projeto, após sete anos do início do curso. Esse documento emitido pelos alunos, como o resultado da

⁶⁸ Documento Registrado sob o nº 291, às fls. 53 do Livro 1 de Protocolo de Porta. Em 02 de outubro de 1975. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

assembleia geral, foi lido na reunião de departamento do curso de psicologia⁶⁹. A representante discente apresentou as reivindicações estudantis para retorno às aulas, tendo o departamento se comprometido a realizar uma reunião com cinco alunos indicados pela assembleia permanente. A chefe do departamento, professora Giselda Morais, assinou o próprio documento, manifestando a decisão favorável ao abono de faltas e à formação da comissão paritária para solução dos problemas levantados. No entanto, a comissão paritária não foi eleita. A representante discente cobrou do departamento a eleição dos professores que deveriam integrar a comissão paritária e a justificativa do departamento foi a “impossibilidade de se efetuar uma eleição oficial devido à não existência legal de tal comissão”⁷⁰.

A greve de setembro de 1975 foi registrada no panfleto, arquivado pela AESI/UFBA. O panfleto trazia dois textos: *Esclarecimento sobre as paralisações na UFBA* e *Jubilamento: aspectos jurídicos*⁷¹. Enquanto o órgão de vigilância e repressão da ditadura dentro das universidades revelava em seus arquivos a luta de resistência dos discentes, o corpo docente de psicologia mostrava seu posicionamento diante das reivindicações estudantis. Durante reunião do Departamento de Psicologia, a representante estudantil manifestou sua “estranheza, pelo fato dos professores de Psicologia não terem participado da assembleia permanente, enquanto os professores dos outros departamentos assim o fizeram”⁷².

O movimento estudantil era intensamente vigiado e visado pelos órgãos de segurança do regime militar. Em março de 1976, os estudantes Valdélío Silva e Frederico Torres foram presos na cidade mineira de Governador Valadares, quando viajavam para participar de uma reunião nacional do movimento estudantil no Rio de Janeiro. Valdélío era aluno da FFCH, curso de Ciências Sociais e Frederico era aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, curso de Economia. De acordo com o Relatório da Comissão da Verdade da UFBA,

Os dois foram mantidos incomunicáveis por oito dias, no DOPS da capital mineira. Foram interrogados sob tortura e soltos após 13 dias de prisão, com a obrigação de permanecerem em Belo Horizonte e se apresentarem mensalmente ao delegado do DOPS. Respaldados no forte movimento estudantil desencadeado por sua libertação, apresentaram-se apenas uma vez e retornaram a Salvador. (UFBA CMSMV, 2014, p. 32)

Preocupados com os colegas presos em Minas Gerais, o DCE convocou uma reunião na Faculdade de Ciências Econômicas, que foi proibida pela Reitoria. Punitivamente, o

⁶⁹ Ata do Departamento de Psicologia, realizada em 06.10.1975. Fonte: Arquivo da FFCH/UFBA.

⁷⁰ Ata do Departamento de Psicologia, realizada em 24.11.1975. Fonte: Arquivo da FFCH/UFBA.

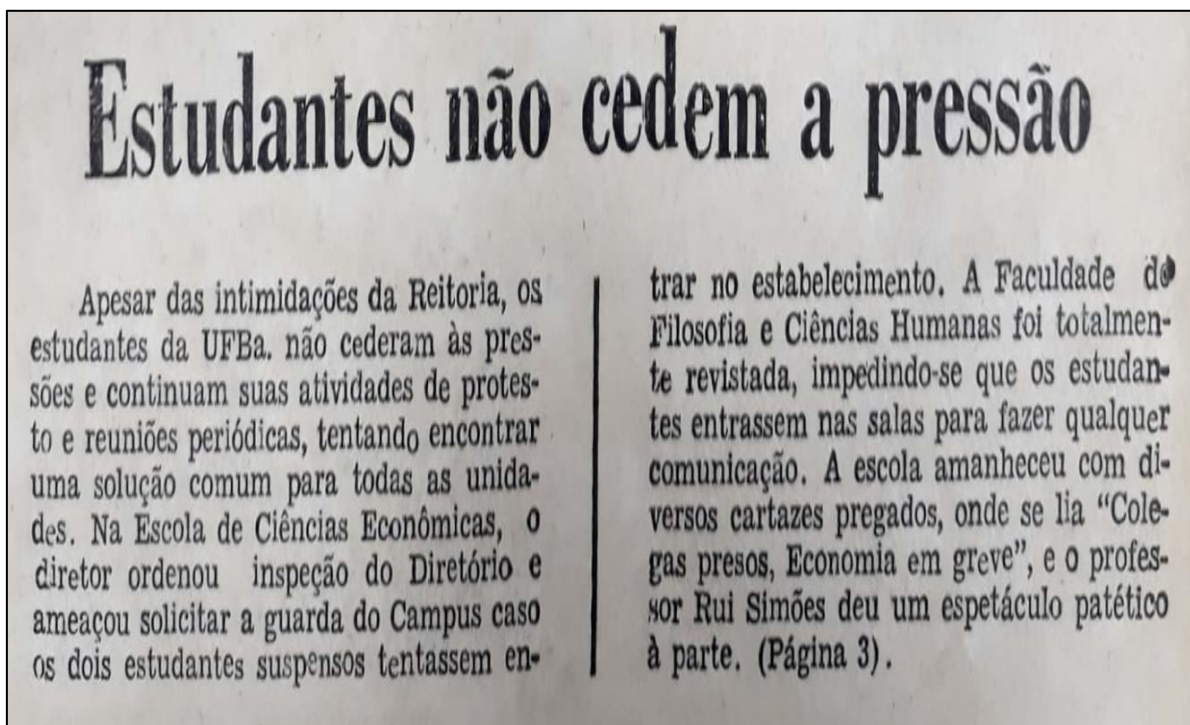
⁷¹ Fonte: Arquivos da AESI/UFBA, Caixa 7, Pasta 2367/2369.

⁷² Ata do Departamento de Psicologia, realizada em 13.10.1975. Fonte: Arquivo da FFCH/UFBA.

Coordenador do Colegiado de Economia determinou a suspensão do funcionamento do DA por tempo indeterminado. Todos os alunos do DA foram advertidos, alguns alunos foram suspensos e um deles, funcionário da faculdade, foi demitido, por determinação do Reitor Augusto Mascarenhas⁷³. Os estudantes decidiram, em assembleia geral, paralisar as aulas por 48 horas, em protesto contra o fechamento do DA de Economia e a prisão de dois colegas em Minas Gerais.

O movimento de luta em defesa dos alunos presos se estendeu a outras faculdades. O jornal *Diário de Notícias* de 20 de março de 1976 dá a manchete em primeira página: *Estudantes não cedem a pressão*, dedicando grande espaço interno com a matéria *Estudantes sustentam posição de protesto*. (Figuras 7 e 8). As medidas punitivas adotadas pela Reitoria foram: fechamento do DA de Economia, suspensão de estudantes, demissão de funcionário, proibição de reuniões e de colocação de cartazes em murais em todas as unidades de ensino. Apesar dessas medidas, o ME manteve suas atividades de distribuição de notas de protesto, reuniões e comunicação em salas de aulas.

Figura 7 - Matéria de capa do jornal *Diário de Notícias* – Edição de 20 de março 1976.



⁷³ Portarias nºs 500/76 e 501/76, da Reitoria da UFBA, datadas de 18.03.1976.

Figura 8 - Matéria do jornal *Diário de Notícias* – Edição 20 de março 1976.

GRANDE SALVADOR - 3

Estudantes sustentam posições de protesto, apesar das ameaças.

Apesar das medidas punitivas adotadas pela Reitoria da UFBA, proibindo reuniões em todas suas unidades, murais, discussões em salas de aula, fechamento do Diretório de Economia e suspensão dos dois estudantes daquela escola, os universitários demonstraram que não estão intimidados, e durante todo o dia de ontem prosseguiram em suas atividades, distribuindo notas de protesto, realizando reuniões e passando em salas de aula.

Novas medidas foram adotadas para conter qualquer movimentação estudantil: sob ordens do diretor da Escola de Ciências Econômicas, Carlos Brandão, o diretório da escola foi inspecionado e os estudantes Elza Souza - presidente do D.A. e Luis Tinoco, foram impedidos de entrar no estabelecimento de ensino, sob ameaça de solicitar a guarda do Campus caso houvesse insistência. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a escola foi revista e foi impedido que os estudantes entrassem em salas para comunicar qualquer fato.

RÁPIDA OPERAÇÃO

Reunindo quatro cursos - Filosofia, História, Ciências Sociais e Psicologia - A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas esteve bastante movimentada ontem, com os estudantes numa rápida operação pregando uma nota do Conselho de Representantes: "Colegas presos, Economia em greve" em todas as portas e paredes. Porém, como informaram os estudantes, após esta operação, uma comissão formada pelo diretor da escola, Edvaldo Saback, Ruy Simões, vice-diretor e o professor Albérico Mota, desceu e depois de percorrer a Faculdade, alguns funcionários tentaram arrancar das paredes a nota pregada.

Segundo os estudantes, "alguns fatos pitorescos aconteceram ontem na Faculdade de Filosofia. Quando estávamos na sala de aula de Psicologia da

Personalidade, conversando com os colegas, o professor Ruy Simões, dizendo-se vice-diretor da escola - até o momento não sabíamos - tal como aconteceu com a invasão dos policiais em Economia, entrou e disse que não ia permitir reunião, desrespeitando inclusive a presença do professor a quem transferiu a responsabilidade".

Também na quarta-feira, o professor Ruy Simões não teria permitido que os estudantes entrassem na sala de aula e ainda, como informaram os estudantes, teria dito que "a maré não está para peixe". Num outro incidente ainda aconteceu com relação à entrada de aula, quando o professor não permitiu que isto acontecesse, os estudantes que estavam assistindo a aula se retiraram em sinal de protesto.

CONTATO COM CLERO

Declarando que "reconhecemos esta situação como uma forma de cercar nossas atividades que levantam os problemas sentidos na UFBA e que este ano se agravaram mais ainda, os estudantes de Psicologia citam inúmeras deficiências da escola: o pessoal do quinto ano ainda não começou o estágio por falta de vagas para todas as pessoas, tem professor que está com cinco turmas de alunos, sendo 60 em cada, o que perfaz um total de 300 alunos.

Por falta de professores, ou melhor, da reclassificação, os estudantes dizem que as pesquisas de alguns professores estão sendo prejudicadas porque têm que dedicar todo o tempo às aulas. O estágio dos estudantes de Psicologia fica a depender de reconhecimento do curso, porque ainda não houve convênio com instituições públicas.

Dentro das atividades estudantis, o DCE está mantendo contato com entidades de classes, e com o clero. Após assembleia realizadas ontem, os estudantes de Ciências Sociais elaboraram documentos de protesto, assim como os de Geociências.

Novas medidas autoritárias foram adotadas para conter o movimento estudantil. A FFCH foi totalmente revista e os alunos impedidos de entrar nas salas para fazer qualquer comunicação. Mesmo assim, os estudantes da FFCH, que reunia os cursos de Psicologia, História, Ciências Sociais e Filosofia, pregaram cartazes nas paredes onde se lia *Colegas presos*, *Economia em greve*. Em seguida, o diretor da faculdade Eduardo Saback e o vice-diretor Ruy Simões percorreram a faculdade, orientando aos funcionários que arrancassem os cartazes. No dia seguinte, o professor Ruy Simões não permitiu a entrada dos alunos na sala de aula, fazendo uso da expressão: "a maré não está pra peixe". A citada matéria jornalística publicou, em primeira página, que o professor de filosofia "Ruy Simões deu um espetáculo patético à parte". Dando voz aos estudantes, o jornal informou:

[...] alguns fatos pitorescos aconteceram na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Quando estávamos na sala de aula de Psicologia da Personalidade, conversando com os colegas, o professor Ruy Simões, dizendo-se vice-diretor da escola – até o momento não sabíamos – tal como aconteceu com a invasão de policiais em Economia, entrou e disse que não ia permitir reunião, desrespeitando inclusive a presença do professor a quem transferiu a responsabilidade.⁷⁴

Nessa mesma matéria do *Diário de Notícias*, citada anteriormente, há um destaque para os problemas estruturais enfrentados pelos alunos de Psicologia: atraso na conclusão do curso por falta de locais de estágio e poucos professores no Departamento, o que impactava em turmas superlotadas. A falta de professores era um problema que já se arrastava no curso desde seu início. Em carta encaminhada, em 1974, ao Colegiado e ao Departamento, os discentes registraram a falta de vagas nas disciplinas, com turmas insuficientes e poucos professores e fizeram um abaixo-assinado solicitando ao Departamento o oferecimento da disciplina Psicologia do Desenvolvimento para uma média de 50 discentes, de modo a concluir o curso em tempo hábil⁷⁵. Também as turmas de 1971 e 1972, num total de trinta e dois discentes, solicitaram o oferecimento da disciplina Metodologia e Técnica de Pesquisa em Psicologia para o segundo semestre de 1975, pois não constava entre as disciplinas oferecidas na pré-matrícula daquele ano.

Também a AESI acompanhava as demandas dos discentes de Psicologia por melhores condições de ensino. Encontramos em seus arquivos O jornal *Tribuna da Bahia*, de 18 de junho de 1976 (Figura 9), que trazia uma nota intitulada *Curso de Psicologia: Alunos reclamam mais professores*:

Na reunião realizada esta semana, o departamento de curso decidiu que nenhum professor deverá dar aulas superiores às que são obrigadas pelo contrato com a universidade. Também decidiram que das 13 disciplinas reivindicadas pelos alunos para o próximo semestre, somente três delas serão oferecidas: Elementos de psicossomática, Técnicas de Exame III e Metodologia e Técnicas de Pesquisa.

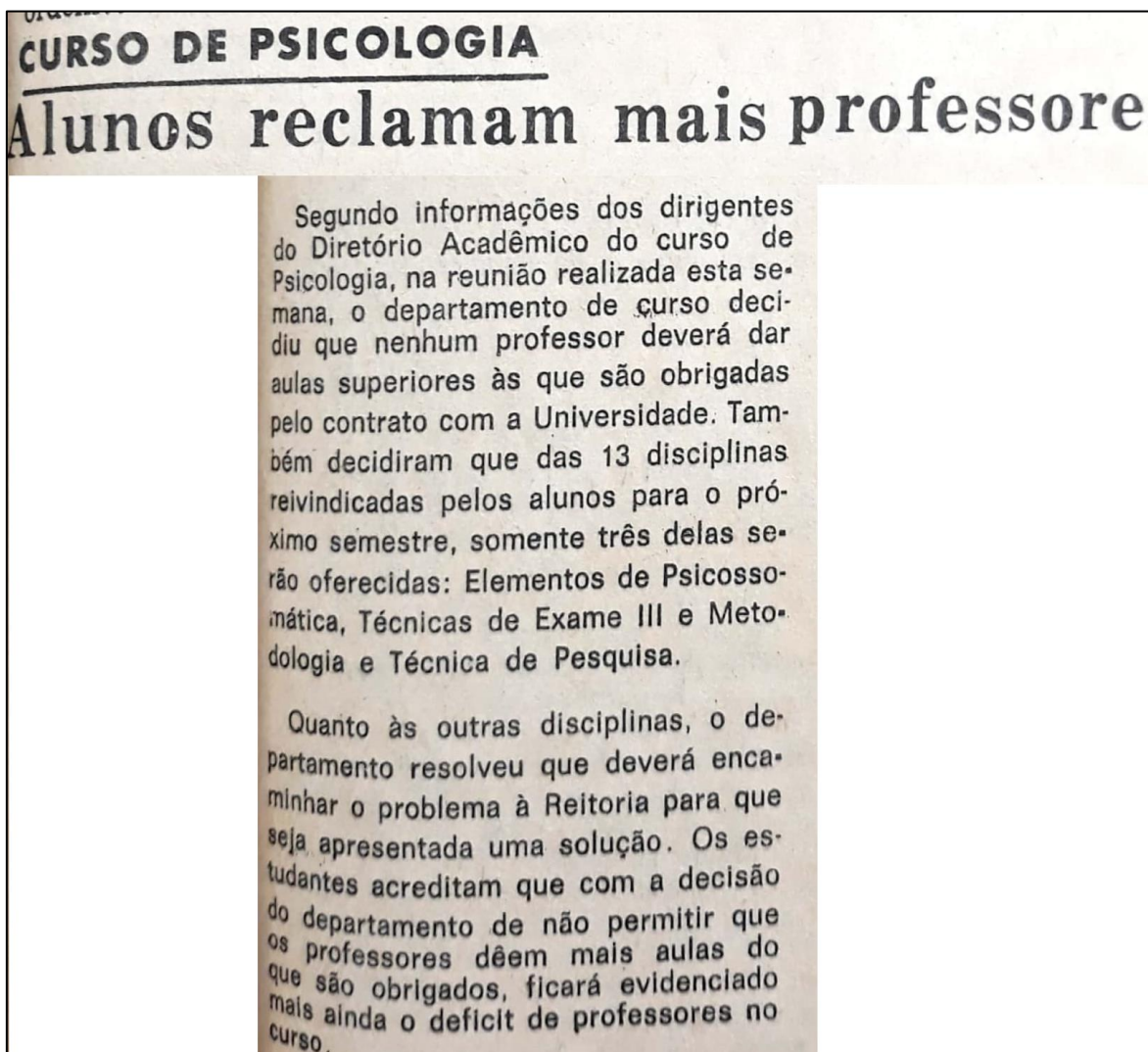
Quanto às outras disciplinas, o departamento resolveu que deverá encaminhar o problema à Reitoria para que seja apresentada uma solução. Os estudantes acreditam que com a decisão do departamento de não permitir que os

⁷⁴Jornal *Diário de Notícias*: “Estudante não cedem a pressão”, Ano 101, Nº 22.154, p. 3, Salvador-Bahia, 20 de março de 1976.

⁷⁵Documento Registrado sob o nº 293, às fls. 28 do Livro 1 de Protocolo de Porta. Em 06 de dezembro de 1974. Fonte: Arquivo CAD/UFBA.

professores dêem mais aulas do que são obrigados, ficará evidenciado mais ainda o déficit de professores do curso.⁷⁶

Figura 9- Matéria do jornal *Tribuna da Bahia* - Edição de 18 de junho de 1976, p. 11



A nova chapa do DA, eleita para a gestão 1977, enfrentou um ano intenso, com greve e prisões de alunos de Psicologia. No Quadro 12, abaixo, estão os nomes dos representantes estudantis do DA de psicologia e das representantes do DCE, discentes do curso, conforme Encaminhamento confidencial do SNI⁷⁷.

⁷⁶Jornal *Tribuna da Bahia*, *Curso de Psicologia: Alunos reclamam mais professores*, 18 de junho de 1976, p. 11. Fonte: Arquivos da AESI/UFBA, Caixa 7, Pasta 2282/2286.

⁷⁷ Como se trata de fontes de natureza repressiva, os dados podem conter erros e imprecisões.

Quadro 12 - Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – DA e DCE - 1977

Cargo	Representantes discentes
Presidente	Ilka Dias Bichara
Secretário Geral	Vera Lúcia Villas Boas de Souza
1ª Secretária	Rita de Cássia Maskell Rapold
Secretário Social e de Esportes	Eliana Noronha de Oliveira
Secretário de Cultura	Icléa Maso Pereira
Secretário de Imprensa	Carlos Francisco Linhares de Albuquerque
Tesoureiro	Maria José Pereira Guirra
Representante e Suplente no Departamento	Isnaia Junquilha Freire Neusa Maria Goes Marques
Representante e Suplente no Colegiado	Ana Cristina Almeida Simon Isa Maria A. Farias
DCE – 1ª Vice-Presidente	Sandra Regina Soares
DCE – Secretaria de Cultura	Ana Cristina Almeida Simon

Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI

Sandra Regina Soares Freire, vice-presidente do DCE nessa gestão de 1977, foi uma de nossas entrevistadas. Ela rememorou aquele momento de luta e sua participação como uma das líderes no movimento pela reabertura do restaurante universitário e seu protagonismo no movimento cultural entre os estudantes.

Eu fui vice-presidente do DCE e essa chapa foi uma chapa, assim, bem marcante porque o movimento estudantil tava, assim, numa certa crise. As lideranças mais históricas estavam tendo algumas dificuldades, né, na época se falava ideológicas. [...] Então, a chapa era composta de 12 membros, [...] seis experientes e seis inexperientes, novos, né, recém ingressos na universidade. E eu estava entre esses recém ingressos. [...] Então, aí nessa gestão os novos acabaram se empoderando mais e empreendendo algumas lutas, né, como a luta do restaurante universitário, [...] do bandeirão. É, tava fechado. E aí eu estive mais à frente disso assumindo a vice-presidência do DCE. Eu era uma pessoa muito tímida, né, mas também, assim, muito impulsiva e tal e isso acabava me colocando em certas circunstâncias, assim, de liderança, né? Era um paradoxo, a inibição e o impulso. E aí eu liderei um movimento interessante, claro junto com outras pessoas, de maratona cultural. A gente nessa época lançou Diana Pequeno [...] e mobilizou muito a

universidade, os alunos, envolvia música, teatro. Então foi uma época de efervescência. (Informação verbal)⁷⁸

Ouvimos também a presidente do DA, gestão de 1977, Ilka Dias Bichara, que reconheceu a importância do movimento cultural para a luta política e rememorou algumas estratégias adotadas pelo movimento estudantil, no período:

[O DA e o DCE] tinham um trabalho cultural muito intenso também, porque se via a cultura também como atividade política, era uma forma de aglutinar pessoas, de fazer um trabalho de consciência [...] a gente fazia uma série de atividades durante as férias, porque durante as aulas qualquer coisa que acontecesse, se saía correndo nas faculdades e organizava um ato rapidamente, mas nas férias, não. Então a gente tinha toda semana um ato cultural que os estudantes eram chamados, que estavam em Salvador, coisa e tal, para ir [...] antes da atividade cultural se dava informe, do que é que estava acontecendo, coisa e tal [...] E se tivesse alguma coisa, alguém foi preso, alguma coisa assim, você tinha aquele pessoal ali para aglutinar, para mobilizar. Eu me lembro que eu fiz parte de uma comissão de mobilização. A gente saía pregando cartaz nos bares, nas residências de interior, que eram poucas vagas que tinham nas residências oficiais da UFBA. Então as cidades do interior... Até hoje tem isso, né? Tem as casas de estudantes secundaristas, estavam se preparando para o vestibular. Então a gente saía nessas residências todas, a gente pregava, em bares, no ICBA, vários lugares assim frequentados por jovens, os cartazinhos [...] e os estudantes já sabiam, entendeu? E iam procurar o cartazinho naqueles lugares, do que é que ia ter aquela semana. E a gente conseguia um excelente público, às vezes era um filme, às vezes era um showzinho, às vezes era uma peça de teatro, alguma coisa tinha que aglutinava as pessoas. (Informação verbal)⁷⁹

Em 1977, o movimento estudantil passou a reorganizar as manifestações de rua e assembleias nas universidades e a lutar pela reconstrução de suas entidades. Estava programado para o início de junho, a realização do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis, no dia 04 de junho, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Dentre os principais objetivos, estava a discussão sobre a recriação da UNE e líderes estudantis de todas as capitais brasileiras iriam participar. Mas, as delegações foram detidas antes de sua realização; as tropas policiais impediram o acesso dos estudantes à Belo Horizonte e aqueles que conseguiram chegar se aglomeraram em frente ao DA de Medicina da UFMG, havendo investida da tropa de choque e mais de 400 prisões. (LIRA, 2010; SILVEIRA, 2019; UFBA CMSMV, 2014)

Da UFBA havia saído uma comitiva formada por 12 estudantes, apreendidos pela polícia antes de chegar à UFMG. Encontramos nos arquivos da AESI/UFBA um Encaminhamento de

⁷⁸ Depoimento de Sandra Regina Soares Freire (2019)

⁷⁹ Depoimento de Ilka Dias Bichara (2019)

nº 257/77/ASI/UFBA com um Relatório de Atividades Estudantis, em anexo, datado de 09.08.1977, tratando sobre os episódios ocorridos com os estudantes. E detalhando que, em 05.07.1977, os estudantes

Estão sendo ouvidas na SR/DPF/BA, por Carta Precatória⁸⁰ da Delegacia da PF de Minas Gerais, os doze estudantes da UFBA que tentaram participar do III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte – MG.⁸¹.

Dentre esses 12 estudantes, presos pela PF em Belo Horizonte, em 04 de junho de 1977, estavam as estudantes de Psicologia, Rita de Cássia Maskell Rapold e Maria Amália Campinho Clementino. Rita de Cássia Maskell Rapold foi entrevistada para esta pesquisa. Ela lembrou sua participação na delegação, como representante estudantil escolhida em assembleia e que, na entrada de Belo Horizonte, o ônibus foi parado pela polícia. Foi levada, junto com outros colegas da UFBA, para o DOPS e, chegando lá, foi colocada em uma cela com várias outras estudantes que estavam indo para o Encontro, [...] *fui interrogada e eles sabiam da minha vida toda, fiquei presa quatro dias, fui enquadrada e respondi carta precatória* (Informação verbal)⁸².

A segunda discente de Psicologia, Maria Amália, teve o seu nome e o seu curso de graduação equivocadamente registrado no Relatório Final da CMSMV/UFBA. Foi citada com o nome de Maria Amália Campinho Cajueiro e como estudante do curso de Letras. (UFBA CMSMV, 2014, p. 109). No entanto, tratava-se da aluna de psicologia Maria Amália Campinho Clementino. Como lembra a entrevistada Rita de Cássia Maskell Rapold: *De psicologia, era eu e Amália Clementino. Mas nós fomos quatro mulheres da UFBA presas, quatro estudantes. [...] era eu, Amália, Clara e Maslowa* (Informação verbal)⁸³.

O Relatório especial sobre o Movimento Estudantil (1977) encaminhado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) ao SNI, apresentou cronologicamente os eventos mais significativos sobre o ME ao longo de todo o ano, inclusive sobre a ida dos

⁸⁰Carta precatória é um instrumento utilizado pela Justiça quando existem indivíduos em comarcas diferentes. É um pedido que um juiz envia a outro de outra comarca.

⁸¹ Consta no Encaminhamento n. 257/77/ASI/UFBA o nome dos 12 estudantes da UFBA que tentaram participar do III Encontro Nacional de Estudantes em BH/MG: Antônio Carlos Sales Icó Souto (Administração); Carlos Alfonso Leite Caricchio (Economia); Clara Maria de Oliveira Araújo (Ciências Sociais); Edgard Miranda Chaves (?); Elias Nunes Dourado (Farmácia); Francisco Fontes Lima Neto (Geologia); Lafayette David de Freitas Júnior (Ciências Sociais); Luíz Augusto de Araújo Marques (Geologia); Maria Amália Campinho Clementino (Psicologia); Maslowa Islanowa Cavalcanti Freitas (Ciências Sociais); Rita de Cássia Maskell Rapold (Psicologia); Pascoal Torres Muniz (Nutrição). Fonte: Arquivo AESI/UFBA, CAIXA 9, n. 2969/2970 e UFBA CMSMV, 2014.

⁸² Depoimento de Rita de Cássia Maskell Rapold (2019)

⁸³ Depoimento de Rita de Cássia Maskell Rapold (2019)

estudantes ao III ENE⁸⁴. Dois dias após a partida da delegação para o III ENE, os estudantes da UFBA permaneceram em vigília, por já terem recebido a notícia das prisões em Belo Horizonte, ocorrida no dia anterior. Foram avisados por meio de telefonemas dos estudantes que viajavam em um ônibus não interceptado pelos policiais mineiros. Cerca de 100 estudantes estiveram reunidos na sede do DA na FFCH, onde foram criadas: uma comissão de finanças com o fim de angariar fundos para o pagamento de advogados que seriam contratados, caso os estudantes permanecessem presos, outra para entrar em contato com o clero pedindo-lhe assistência para os estudantes detidos e uma terceira comissão para reunir os pais dos estudantes implicados, em busca de uma solução comum. Também foi formada uma quarta comissão a fim de conclamar os estudantes, inclusive dos cursinhos, para solicitar apoio e afixar cartazes com os nomes dos alunos detidos nas diversas unidades da UFBA.

No dia 5 de junho de 1977, houve uma reunião dos integrantes do ME com os familiares dos estudantes presos, no Mosteiro de São Bento, em Salvador-Bahia, para discutir meio de libertá-los. (UFBA CMSMV, 2014) Já no dia 6 de junho, foi realizada uma assembleia geral universitária na Escola Politécnica da UFBA, com a presença aproximada de oitocentos estudantes, para decretar uma greve geral de 48 horas, criticar o impedimento e a repressão do III ENE e a prisão dos estudantes participantes. Nesse mesmo dia, haviam chegado, no início da tarde, os primeiros delegados estudantis que haviam ido para Belo Horizonte, desembarcando do ônibus e sendo recebidos por familiares e integrante da comissão de recepção.

Os estudantes deram entrevista coletiva à imprensa na faculdade de FFCH, afirmando que foram vítimas de pressões psicológicas e ameaçados de serem levados para quartéis do Exército. Foi decretada a suspensão da greve iniciada às 12 horas do dia 6 de junho. A imprensa divulgou as prisões, a decretação da greve e toda a mobilização estudantil em torno da prisão dos estudantes em Belo Horizonte (Figuras 10, 11 e 12)⁸⁵.

⁸⁴Fonte: Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105882_D0001DE0001.

⁸⁵*Jornal da Bahia: Estudantes contam como foi a prisão em Belo Horizonte*, 08 de junho de 1977, p. 5; *Tribuna da Bahia: Estudantes respondem às prisões com greve geral*, 07 de junho de 1977, p. 3; *Tribuna da Bahia: Quase todos os estudantes fizeram greve simbólica*, 14.06.1977, p.3.

Figura 10 - Matéria do Jornal da Bahia - Edição de 08 de junho de 1977, p.5

1977 — JORNAL DA BAHIA PAGINA 5

ESTUDANTES CONTAM COMO FOI A PRISÃO EM BELO HORIZONTE

Pressão psicológica para a obtenção de informações, maus tratos físicos, prisões arbitrárias de pessoas desligadas do movimento estudantil e a comprovação de um completo esquema de agentes da Polícia Federal infiltrado nos meios estudantis, foram as denúncias trazidas pelos estudantes da UFBA que foram detidas em Belo Horizonte ao tentarem participar do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis.

Reunidos ontem na Faculdade de Ciências Humanas em entrevista coletiva à imprensa, os estudantes contam que a primeira prisão - de dez universitários balanos - ocorreu nesta noite no Posto da Polícia Rodoviária Federal, a uns 10 Km do centro de Belo Horizonte: "Os policiais entraram no ônibus e pediram a cédula de identidade do pessoal jovem, enquanto iam conferindo os nomes com uma lista que estava em suas mãos. A medida em que os nomes correspondiam eles nos empurravam para um "cambuário" da Polícia Militar que nos levaria ao DOPS".

Segundo os estudantes, a viagem até Minas foi feita em companhia de um agente da Polícia Federal que, no momento em que o ônibus foi detido assumiu o comando da operação, partindo logo em seguida num Opala branco que estava à sua espera. A relação com os nomes dos delegados da UFBA não fora remetida para Minas pelos estudantes.

"Eles sabiam até o curso que cada um de nós cursava, mas foi justamente por isso que um colega não ficou detido, apesar de viajar no mesmo ônibus que nós: ele estava no lugar de outro que acabou não indo".

Chegando ao DOPS, os estudantes foram fichados, fotografados e submetidos a interrogatórios com quatro horas de duração, em média, sendo as quatro moças detidas ficaram em salas separadas.

"Durante o interrogatório - eles contaram - respondemos perguntas sobre qual era o nosso cod-nome, a quem representávamos, a forma como fomos escolhidos para ir a Minas, a qual entidade pertencíamos e qual o cargo que ocupávamos dentro dela, o que achávamos da política econômica, sanitária do país, das importações e exportações, das multinacionais, de onde tínhamos conseguido dinheiro para participar do encontro e se esse dinheiro era proveniente de Moscou, etc. Ao todo, foram 15 perguntas e a alguns de nosso colegas perguntaram se pertenciam ao "Paridão"; a uma colega se ela sabia da aplicação de torturas sexuais a quem não se dispunhesse a falar. Sofremos pressões psicológicas durante o tempo todo".

De acordo com os estudantes, as perguntas eram feitas de maneira truncada, repetidas várias vezes com o objetivo de deturpar os depoimentos. Houve o caso de uma menina que, ao responder a suas perguntas ao mesmo tempo foi interpretada de maneira errada senão que, ao se recusar a assinar o questionário, foi ameaçada de torturas físicas, o que a levou a concordar com o que estava escrito.

Ainda nas dependências do dops, os agentes federais perguntaram sobre a participação que está sendo no movimento um estudante da UFBA preso em 1976. Terminado o interrogatório, os estudantes foram encaminhados para celas comuns, sendo que por volta das 14 horas de sábado a feminista já estava com umas 60 pessoas e a masculina com mais de 80.

"A confusão foi tanta disseram os estudantes - que chegaram a prender uma menor, (filha de um almirante, logo posta em liberdade) um casal em lua-de-mel, e até um professor alemão que estava em Minas a convite do governo, para dar aula na Escola de Ouro Preto. Esse professor estava em companhia de sua esposa e mostrava a todo instante a documentação que recebera de Iliamaraty, reclamando que a Embaixada alemã ia tomar conhecimento daquele afronto. Mesmo assim, o pessoal foi solto todo ao mesmo tempo e fomos obrigados a conviver com baratas, ratos, falta de higiene (a água dada para beber era a mesma utilizada para descarga dos sanitários), num frio e umidade insuportáveis".

Uns estudantes afirmaram ter pago Cr\$ 180,00 por 3 litros de leite, 8 sanduíches, 2 litros de café e seis copos plásticos que pediram a um policial para lhe levar até a cela.

No sábado foram presos mais três estudantes: balanos que estavam no campus universitário e 3 horas da manhã de domingo foram soltas as quatro moças e às 4 horas os rapazes, sob a ameaça dos policiais que os amedrontaram com nova prisão caso andassem agrupados pelas ruas ou ficassem na rodoviária a espera de condução. Os estudantes conseguiram hospitalidade na casa de colegas de Minas e no mesmo dia embarcaram de volta a Salvador. ENCONTRO COM REITOR

Durante a coletiva de ontem, um estudante representante do grupo da Escola de Agronomia da UFBA relatou o encontro ocorrido antontem em Cruz das Almas entre alunos daquela escola e o reitor Augusto Mascarenhas.

Disse o estudante que o reitor referiu-se ao movimento como sendo uma "moleçagem" e que obrigou a dispersão dos 300 representantes de Agronomia que se encontravam em frente ao prédio da Reitoria.

"Formamos então uma comissão para pedir a ele as providências pela libertação dos colegas que, aquela altura dos acontecimentos ainda imaginávamos presos em Minas e ele nos disse apenas que aquele era um caso para ser pensado, alegando que o ENEE era absolutamente ilegal.

Figura 11 - Matéria do Jornal Tribuna da Bahia - Edição 07 de junho de 1977, p. 3.

ESTUDANTES RESPONDEM ÀS PRISÕES COM GREVE GERAL

Greve geral de 48 horas na Universidade Federal da Bahia em repúdio à prisão de mais de 700 colegas que tentaram realizar o III Encontro Nacional de Estudantes no último sábado, em Belo Horizonte, foi a primeira decisão tomada na assembleia que reuniu cerca de 1.500 estudantes em frente à Escola Politécnica, na manhã de ontem. Foi marcada a nova assembleia geral para amanhã, às 9 horas, desta vez no campus da Universidade Católica que, possivelmente, entra em greve hoje.

Narcada inicialmente para a Faculdade de Arquitetura a assembleia foi transferida - por uma questão de espaço - para a Politécnica, onde começou exatamente às 11:15 horas, com representantes estudantis comunicando que desde a manhã já tinham sido realizadas reuniões em suas escolas, decidindo-se pela paralisação das aulas. Assim aconteceu nas escolas de Comunicação, Geologia, Agronomia, Farmácia, Engenharia e Economia Católica.

Ontem à tarde, os diretórios acadêmicos que já funcionam na UCS e mais as comissões de alunos de unidades onde ainda não existem diretórios reuniram-se para discutir as formas de encaminhar a greve também na Universidade Católica. De início, sabe-se que pretendem, hoje pela manhã, passar nas salas de aula, informando toda a situação e convocando os colegas para a paralisação geral.

GARANTIA.

Depois de decidida a greve na UFBA, os estudantes dividiram-se em comissões para garantir a greve em todas as escolas. Assim, foram designadas comissões para passar nas faculdades da parte baixa do campus da Federação (Geologia, Química, Física, Veterinária e Biologia), na parte alta (Instituto de Matemática, Arquitetura, Engenharia e Ciências Humanas) e no Vale do Canela (Medicina, Comunicação, Farmácia, Odontologia, Educação, Administração, Música e Artes Cênicas, Teatro e Direito) e mais o Instituto de Letras.

Outra comissão foi estruturada para entrar em contato com setores da população visando a organização da Semana de Brasília, prevista para realizar-se, em todo o Brasil, no período de 8 a 15 deste mês e discutir idéias como a elaboração de um manifesto de professores e intelectuais por liberdades democráticas, a exemplo do que foi feito no Rio Grande. Uma comissão de "infra-estrutura" foi encarregada de angariar fundos, confeccionar cartazes e redigir uma nota à população, explicando as razões da greve.

Foram ainda formadas comissões para garantir a greve na UCS e para receber os 23 delegados de 12 escolas que haviam sido presos em Brasília e, posteriormente liberados, estavam de volta a Salvador. Os estudantes chegaram em três grupos à Estação Rodoviária, às 13:18 horas de ontem e na manhã de hoje.

A proposta para que todos os estudantes reunidos na assembleia de ontem fossem em passeata buscar a primeira turma que chegava não foi aceita porque os estudantes, após muita discussão, acharam melhor não esvaziar a assembleia, considerando mais importante continuarem reunidos e discutindo o encaminhamento do movimento.

FECHAMENTO DO ICBA

Muitos estudantes inscreveram-se para falar na assembleia de ontem. Um deles denunciou o fechamento do ICBA, na véspera, pela Polícia Federal, para impedir o encaminhamento de colegas durante um show do grupo Sangue Novo e Raça.

Um estudante de Economia contou que pela manhã o diretor da sua escola mandou um funcionário retirar todos os cartazes de propaganda eleitoral das chapas concorrentes ao diretório acadêmico cujas eleições realizam-se dia 8. "Como nós não permitimos, o diretor convocou a guarda universitária para arrancar os cartazes".

Então nós, os alunos que estavam na escola - mais ou menos uns 100 - fomos ao gabinete do diretor e manifestamos o nosso repúdio à sua atitude. Ela disse que não aceitava o nosso repúdio e ameaçou acertar as contas com nosso representante Frederico Torres, que falava em nosso nome. A partir daí, fomos em coro a carta aberta que fizemos no dia 12 de maio, quando o diretor fechou a escola por dois dias. Depois saímos do gabinete dele gritando "abaixo a repressão".

Em Geologia, disse outro estudante, o diretor mandou fechar todas as salas para impedir que fizéssemos assembleia e nós a fizemos, com muito maior número de pessoas (inclusive colegas de outras escolas), na entrada da escola.

para o dia de hoje, ficando acertada a realização de um debate sobre as teses do encontro, que não chegou a ser realizado em Belo Horizonte, e discussão em Belo Horizonte da anistia a ser realizada de amanhã até o dia 15.

Além disso os estudantes dos dois cursos decidiram pela realização de atividades culturais hoje à tarde, com a realização de mostra de som e outras atividades, que contribuíam para permanência dos alunos na escola, apesar da greve.

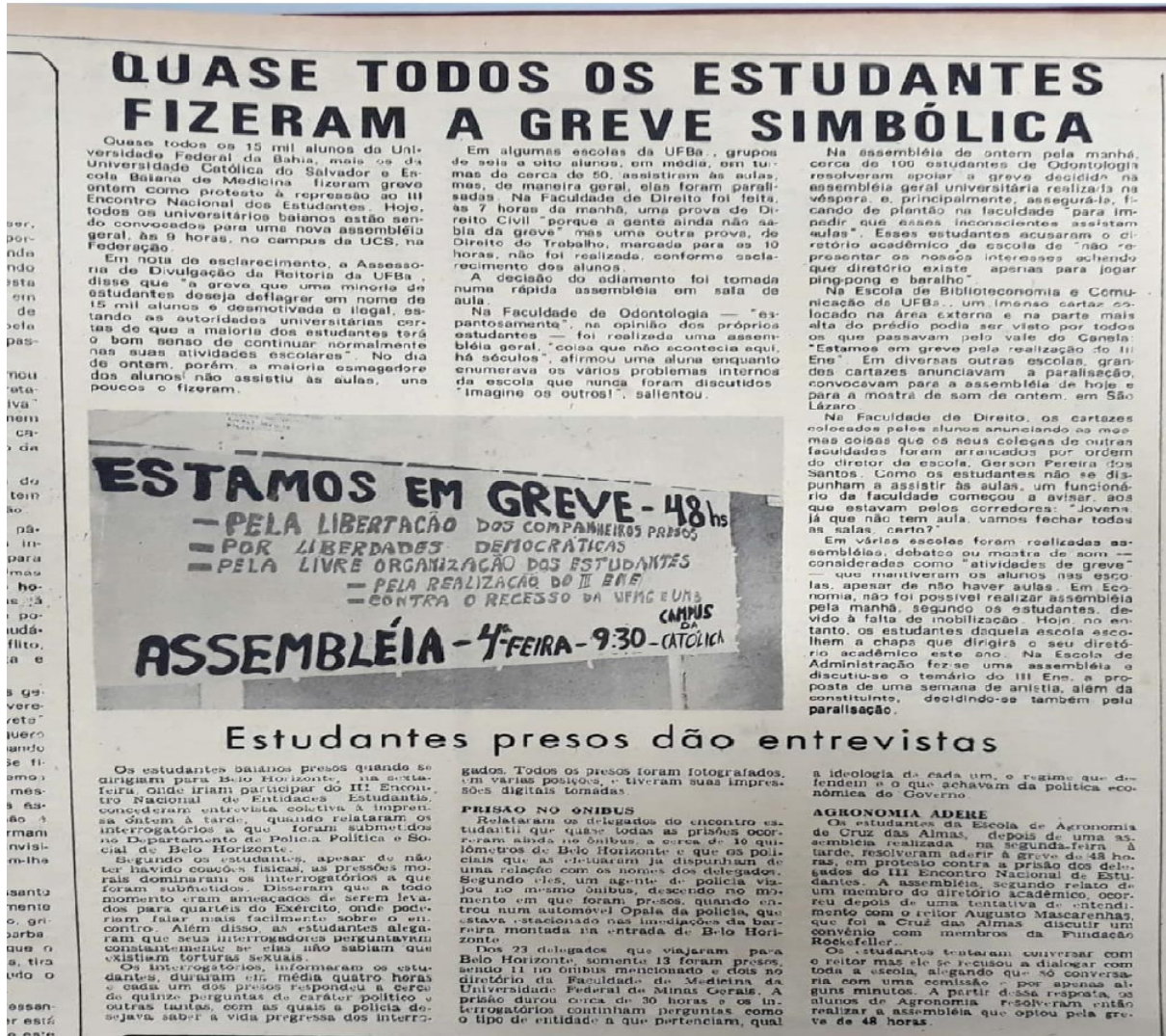
Apesar da greve, eleições.

Apesar da greve de 48 horas decretada ontem os estudantes de Economia da UFBA vão realizar amanhã eleições para o diretório acadêmico e para os órgãos colegiados da escola. Três chapas vão concorrer às eleições de amanhã: "Sangue Novo", "Nova Ação" e "Nós".

As três chapas estão fazendo campanha eleitoral desde a semana passada, mas a partir de prisão dos estudantes que participavam do III Encontro Nacional dos Estudantes, a campanha teve seu ritmo diminuído em função da mobilização para a manifestação e a greve. No entanto, como o fim da greve está previsto para amanhã ao meio-dia os estudantes acreditam que grande número de alunos vai comparecer à votação de amanhã, que deverá se processar até a noite.

Ontem à tarde prosseguiram as realizações de reuniões nas escolas para consolidar a greve decretada pela manhã. Na Escola de Biblioteconomia e Comunicação foi realizada uma reunião ontem para discutir uma programação

Figura 12 - Matéria do Jornal Tribuna da Bahia - Edição de 14 de junho de 1977, p. 3.



No âmbito interno no curso de psicologia, as lutas em prol da melhoria das condições estruturais e de ensino do curso continuavam, a ponto de mobilizar os discentes para uma greve, naquele ano de 1977. A pauta de reivindicações foi explicitada no Relatório das atividades estudantis, encaminhado ao Reitor pela AESI/UFBA, em 05 de setembro. Conforme esse relatório, as reivindicações dos estudantes de psicologia eram,

[...] aulas normais, para mais de 200 universitários, mediante contratação de professores, estágio, que é necessário para a conclusão do curso, aumento de carga horária, clínica experimental e laboratório. ⁸⁶

⁸⁶Ofício nº 242/77/SI. Fonte: Arquivos AESI/UFBA, Caixa 9, Pasta 2861/2862.

A AESI/UFBA pediu ao Reitor um posicionamento, que respondeu⁸⁷:

Em atenção ao Ofício nº 242/77/SI de 06 do corrente, informo a V.Sa. o seguinte:

a) Greve no curso de psicologia

- A Superintendência Acadêmica, em sucessivas reuniões com o corpo docente da Unidade e, em particular, com os componentes do Departamento, induziu a cumprir as Resoluções do Conselho de Coordenação sobre o número de horas/aulas a serem dadas pelos vários docentes, o que não estava sendo observado. Uma vez obedecidas tais Resoluções, as necessidades do Departamento foram cobertas plenamente, como haviam sido planejadas;

- Quanto a uma outra reivindicação dos alunos, referente ao reconhecimento do curso, foi mostrado que a UFBA já havia tomado as providências que eram de sua competência, cabendo a resolução agora ao Conselho Federal de Educação”.

As tensões se ampliaram, pois, quatro estudantes de psicologia corriam o risco de serem jubilados, além de haver possibilidade de reprovação em massa, caso as aulas não fossem retomadas. A AESI continuou acompanhando a mobilização grevista dos estudantes de psicologia, que se prolongava há três semanas, e, em 22.09.1977, registrou em Relatório:

Em psicologia, na sua terceira semana de greve, o ambiente é de extrema tensão, pois existe a possibilidade de 4 (quatro) estudantes serem jubilados e haver reprovação em massa, caso as atividades acadêmicas não se normalizem até o final deste mês.⁸⁸

Nessa segunda metade da década de 1970, o movimento estudantil já se consolidara como campo de resistência em prol da redemocratização e da Anistia. A luta contra a ditadura havia aglutinado diversos setores da sociedade, entre partidos e movimentos políticos, inclusive grupos e partidos clandestinos associados à luta armada, e classe trabalhadora. O ME, que teve uma trajetória de luta articulado a partidos e movimentos mais amplos da sociedade, aderiu à articulação estratégica para derrotar a ditadura pela via da organização e mobilização pacífica, empunhando bandeiras como Anistia, Constituinte, Eleições diretas, dentre outras. (UFBA CMSMV, 2014).

⁸⁷ Ofício emitido pelo Reitor da UFBA, nº 1685/77 datado de 07.10.1977. Fonte: Arquivos AESI/UFBA, Caixa 9, Pasta 2833/2834.

⁸⁸ Arquivos AESI/UFBA, Caixa 9, Pasta 2847/2848.

O Relatório da Comissão da Verdade apresenta alguns documentos, encontrados na AESI/UFBA, nos quais registra-se a mobilização dos estudantes em torno da luta pela Anistia durante o mês de junho de 1977: No dia 10 houve a realização de uma Semana da Anistia, na Faculdade de Arquitetura. Quatro dias depois, ocorreu um debate sobre a Anistia, com a presença de D. Timóteo Anastásio, Abade do Mosteiro de São Bento, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Ala Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Movimento Feminino pela Anistia. No dia 16, cerca de quatrocentas pessoas participaram de um Culto Ecumênico, no Colégio das Mercês. Encerrando a programação, houve um debate sobre Anistia, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Em outro Informe da AESI/UFBA, registra-se que, em 23 de agosto do mesmo ano, cerca de mil estudantes realizaram um ato representativo do “Dia Nacional de Luta” no pátio externo da Escola Politécnica, saindo em passeata até a Catedral Basílica, conseguindo agregar em torno de quatro mil pessoal que levavam faixas pedido “Anistia Geral”, “Democracia Já”, entre outras⁸⁹.

Em 1978, o AI-5 foi revogado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 11, bem como todos os Atos Institucionais e complementares que ainda vigoravam⁹⁰. No ano seguinte, foi aprovada a Lei da Anistia⁹¹, em continuidade ao processo de distensão “lenta, gradual e segura” do regime, que dava sinais de esgotamento de suas “engrenagens”, possibilitando o retorno ao país àqueles que haviam sido banidos ou que optaram pelo exílio. (CLEMENTE, 2005; 2006) O projeto de abertura política e de abrandamento do processo ditatorial foi assumido pelo General Ernesto Geisel, quarto e penúltimo presidente militar a governar o país sob a ditadura imposta em 1964.

Registramos o caso de Acácio Francisco de Araújo Santos, aluno do curso de psicologia, exilado em 1973, e que, beneficiado pela Lei da Anistia, retornou ao país em 1979. Em 1973, Acácio foi citado em declaração prestada por um depoente no Comando Aéreo Regional (COMAR) e precisou sair do Brasil. Seguiu com destino a Argentina, em seguida foi para o

⁸⁹ Para estudo sobre o movimento de luta pela anistia na Bahia, cf. DUCCINI, F. M. B. **A luta pela anistia na Bahia**. Editora Viseu, Maringá-PR, 2018.

⁹⁰ Emenda Constitucional nº 11 de 1978, publicado no Diário do Congresso Nacional - Seção 2 - 14/10/1978.

⁹¹ Fico (2012) evidencia a diferença entre a Campanha da Anistia e a Lei da Anistia, de 1979. A campanha, surgiu em 1975, quando foi criado o *Movimento Feminino pela Anistia*. A campanha ganhou mais fôlego em 1977, quando eclodiu manifestações estudantis em várias cidades do país. Em 1978 formou-se o *Comitê Brasileiro pela Anistia*, lançado no Rio de Janeiro, com a exigência de uma anistia *ampla, geral e irrestrita*, que se tornou o *slogan* da campanha. Diferentemente da campanha, que trazia uma esperança, a Lei da Anistia, aprovada em 1979, consagrou a impunidade. “A exclusão da anistia dos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e o chamado “perdão aos torturadores” frustraram a expectativa otimista da campanha. A lei de 1979, que beneficiou opositores, mas também foi uma autoanistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade”. (FICO, 2012, p. 51).

Chile e depois para a França. Foi detido em Santiago, capital do Chile, quando tentava passar alimentos para os brasileiros asilados na Embaixada do Panamá. Em 1976, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) fez Pedido de Busca ao SNI para atendimento de pedido de prorrogação do passaporte de Acácio Francisco Araújo Santos⁹². Acácio se encontrava na França quando preencheu o pedido de concessão de passaporte brasileiro no Consulado Geral do Brasil em Paris. O Ministério da Aeronáutica respondeu ao Pedido de Busca do MRE, em 23.11.1976, informando:

[...] Em Abr 73, cursava o 3º Trimestre da Faculdade de Psicologia da UFBA.

Em 29 Mar 73, foi citado nas declarações de ADAGMAR ALVES DOS SANTOS, prestadas no COMAR 3 como militante do PC do B na Bahia.

Após a queda do Governo ALLENDE no Chile, onde se encontrava, esteve detido no Estádio Nacional de Santiago.

Em Santiago, residia numa casa de estudantes, na Calle Aldunate. Foi detido nas imediações da Embaixada do Panamá em Santiago, quando tentava passar alimentos para os brasileiros lá asilados.⁹³

Acácio retornou do exílio em 14 de fevereiro de 1979. O SNI acompanhou e registrou seu retorno e sua chegada em Salvador. Foi recebido por cerca de 30 pessoas, entre familiares, imprensa, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção da Bahia e Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Bahia⁹⁴. Chegou ao Brasil, desembarcando inicialmente no Rio de Janeiro, onde prestou depoimento na Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal do Rio de Janeiro. No mesmo dia seguiu para Salvador, chegando às 23:00 horas, pelo voo 142 da VASP⁹⁵.

O jornal *Tribuna da Bahia*, de 24.01.1979, noticiou a existência de trinta casos de crimes políticos existentes na Bahia, sendo que apenas seis haviam tramitado pela Justiça Militar, com quatro casos já decididos, com sentença de prescrição da ação penal, entre eles, Acácio (Figura

⁹²Pedido de Busca nº DSI/3354/MRE. 28 de setembro de 1976. Assunto: Concessão/Prorrogação de Passaportes. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099550_d0002de0002)

⁹³Resposta de Pedido de Busca nº 0944/Ministério da Aeronáutica/CISA. 23 de novembro de 1976. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099550_d0002de0002)

⁹⁴O Informe nº 012/310/ASV/79. 15 de fevereiro de 1979. Assunto: Regresso – Acácio Francisco de Araújo Santos. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_79000164_d0001de0001

⁹⁵Informe do SNI Nº 018/310/ASV/79. 09 de março de 1979. Assunto: Regresso de exilados – Salvador/Ba. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_79000094_d0001de0001)

13). Haviam sido acusados de atividades subversivas e tentativa de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro⁹⁶.

Figura 13 - Matéria do jornal *Tribuna da Bahia* - Edição de 24 de janeiro de 1979, p. 9.

TRIBUNA DA BAHIA — Salvador 24 de janeiro de 1979 — Pág. 9

EXILADOS E BANIDOS: A HORA DE VOLTAR.

Hoje o juiz-advogado Arnaldo Ferreira Lima da VI Circunscrição Judiciária Militar estará julgando mais três casos de pessoas acusadas de crimes políticos que poderão ter suas penas ou ação penal extintas de acordo com os recursos concedidos pela nova Lei de Segurança Nacional. Para o advogado Ronaldo Noblat, que cuida da causa de sua direita natureza, a atual LSN apresenta positividade neste aspecto, o que não pensa o advogado Jaime Guimarães, também atuante nestas questões. Na sua opinião, a lei em vigor não traz qualquer suporte à abertura que o Governo anuncia para o País.

Do mesmo modo pensam o deputado Domingos Leonelli do MDB — mais votado pelo partido nas últimas eleições —, o ex-governador e membro do comitê de anistia Artur Geraldo e o ex-exilado Sérgio Soares Dias, que já se encontra em Salvador. Em entrevista, Sérgio conta sua vida no exílio e fala de suas perspectivas políticas, prometendo ajudar na luta pela restauração das liberdades democráticas.

Gradativamente, vão retornando os que foram punidos pelas leis de segurança nacional com base no extinto A/S. As famílias cujos membros foram atingidos por estas leis encontram-se em total exortativa e algumas delas ainda temem pela sorte deles devido à restrição que elas fazem para alguns casos, considerados graves. É o caso da família de Natuz de Assis, que aguarda com ansiedade a decisão dele, vindo da Moçambique, enquanto a da banda Elizabeth Correlia Lima Rebelo espera cautelosamente o parecer final do processo sob os cuidados do advogado Jaime Guimarães.

CRÍTICAS

Na sua crítica à nova Lei de Segurança Nacional, Jaime Guimarães foi incisivo:

— A LSN em aplicação não apresenta qualquer subsídio à proclamação de abertura que o Governo anuncia para o País. É um diploma que muito deixa a desejar para que se firme seja capaz de realizar o Direito. De resto, para que se chegue a um clima de paz que todos nós anelamos, há que, preliminarmente, seja decretada a anistia ampla, geral e irrestrita. Não é só o desejo do condenado como um apelo da própria Nação Brasileira.

Ainda em suas críticas, o advogado expôs o seu repúdio à LSN, afirmando que a partir da anistia é que se poderia atingir a demais medidas le-

gais assegurando a plenitude dos direitos humanos. "E sem dúvida", prossegue ele, "os próprios direitos do Estado" que devem ser resguardados" — acrescenta Jaime: "O que não se pode confundir é o Direito do Estado com o arbítrio dos que dirigem, porque entre eles há um abismo e a Nação voltar a ter dias como já vivemos, como estamos vivendo e como não desejamos viver".

Sérgio Dias Soares, arquiteto e um dos primeiros exilados da Bahia que teve pena prescrita pela VI CUM, e severo em suas agradações, afirma que o que e lei em questão foi um pescoço de ditadura e não à frente dos interesses da democracia; condena a sua elaboração, taxando-a de arbitrária, ao considerar que a LSN remete a um grupo de militares que se encaixaram no Exército. Fria Sérgio que a formação ideológica desses militares foi montada sem a participação da sociedade civil.

Para Domingos Leonelli, a lei é de desconhecimento em relação aos cidadãos brasileiros. Nesse particular, ele se refere aos casos da penetração de elementos estrangeiros que "devastaram e exploraram a nossa economia e aí estão impunemente", diz ele.

Artur Geraldo, ex-repórter político, que afirma haver sido torturado, opinou:

— A Lei de Segurança que está aí carece de legitimidade, tanto por não ter sido legislada pelo Congresso Nacional, como por ser elaborada por um grupo restrito — que detém o poder. Não só não enquadrados na que fazem oposição ao sistema político vigente e não os que atentam, de fato, contra a segurança nacional.

Como Leonelli, ela denuncia a dominação do Brasil pelo capital estrangeiro, a retaliação do território brasileiro em economia a empresas e indivíduos estrangeiros em prejuízo do próprio povo brasileiro. "Aí estão formas de atender, contra a segurança nacional", complementa.

Divergindo dos pontos já vista expostos, a advogada Ronaldo Noblat, que mais atua nos casos de presos políticos da Bahia, sendo responsável pela petição de extinção de pena de Sérgio Soares Dias, Salomão Ghelliot, Natuz de Assis e em julgamento em tempo, a de Renato Costa e a de João Luiz Silva Ferreira, vê a nova LSN como benéfica em alguns dos seus dispositivos que, segundo ela, beneficiam especialmente em matéria de

Ronaldo Noblat se postou
no atual Lei de Segurança Nacional



Jaime Guimarães e LSN em aplicação
aberta que o Governo anuncia no País.



prescrição a exilados, banidos e a cidadãos que se encontram cumprindo pena. Alina Rodrigues diz:

— Além disso, a Entenda Constitucional n. 11, ao restabelecer o instituto do habeas-corpus para acusados de infringirem as leis de segurança nacional, criou uma garantia maior à liberdade de todos.

Todavia, Ronaldo atribui tal conquista à luta travada pelas mais diversas entidades, especialmente a OAB, no sentido de ver restabelecido o habeas-corpus para casos de crimes de natureza política. Para melhor aplicação dos recursos concedidos pela nova lei que pare a advogada é positivo em matéria de prescrição — ela chama a atenção das famílias que têm pessoas arroladas na Justiça Militar, no sentido de que se interessarem em apressar o trâmite dos processos, requerendo a atuação da Justiça.

OS CONDENADOS

São 30 os casos dos chamados crimes políticos existentes na Bahia. Apenas seis tramitam pela Justiça Militar, sendo que destes, quatro já foram decididos por ela, que sentença a prisão de Acácio Araújo e por decisão da advogada Ronaldo Noblat, Sérgio Soares Dias, Salomão Ghelliot e Natuz de Assis. Todos foram acusados de atividades subversivas e tentativa de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. O primeiro foi condenado à reclusão em 2 anos e 4 meses de prisão em 1971, tendo recorrido, em 1975,

ao Supremo Tribunal e ganho de embargo decidido por maioria de votos na sessão realizada em setembro de 1976, ficando desde então à sua ação prescrita. Mas, por medida de segurança, Sérgio só retornou com todas as suas garantias de liberdade asseguradas e oficializadas pela lei, fato que aconteceu recentemente.

Salomão Ghelliot, judeu, também condenado a reclusão em 1971, à pena de 15 meses de detenção (na ocasião estava fora do Brasil), é outro beneficiado pela prescrição, mas que ainda não retornou. Natuz de Assis Filho foi preso em Fortaleza, onde sofreu torturas, conforme denuncia sua mulher, Anamarice Oliveira Assis. Transferido para Salvador, foi julgado pela VI CUM e condenado a um ano e nove meses depois de quase dois anos de prisão, sem julgamento. Após o cumprimento da pena imposta, o promotor Kleber Coelho recorreu ao Supremo Tribunal, conseguindo ampliar sua pena para mais três meses. Ao ser liberado a sentença, contra Anamarice, Natuz já tinha saído do País, legalmente, portanto toda a documentação fornecida pela Polícia Federal.

A VOLTAR

Mesmo que para alguns casos de banidos e exilados a nova LSN não tenha assegurado garantias de liberdade a volta tem causado alegrias para as famílias de Sérgio e de Natuz, que as aguardam brevemente num clima de festa, com missa e tudo mais. Em outras como a de Elizabeth Rebelo, há

suspense. Sua mãe dona Edite, chega a contrariar toda a sua fé em ter de volta a filha de quem fala com muita saudade e carinho e dizendo que ela representa para a família. Mas, contendo suas emoções, ela diz: "Se Betica viver que ser presa para sofrer, prefiro que fique onde está".

Mas Sérgio Soares, que já está em liberdade, se diz emocionado pela sua volta, sem comprometer o dar todo o seu tempo em Moçambique. Como arquiteto, trabalha em prol da República Democrática desses países e junto com os governos ajuda na construção habitacional e no Ministério dos Correios e Telecomunicações, numa época em que a tarefa era criar condições do plano quadripartido. Este plano consistia em construir 300 edifícios por ano. Também atua em centrais telefônicas, montagem de armazéns e escolas, enfim, espalhando infraestrutura pelos dois países. A melhor experiência foi em Moçambique, onde o caos econômico era total.

Pensando em se engajar na luta pela restauração das liberdades democráticas, já procurou a direção do MDB para se filiar ao partido e está apoiando o trabalho que os seus colegas arquitetos estão empreendendo através da entidade de classe na defesa da paisagem e da habitação no solo baiano. Decepcionado com a inércia de outras classes, ele desistiu.

— Estamos ainda submetidos ao arbítrio e à entrega total deste País. Os profissionais da imprensa não têm liberdade e ficam submetidos aos donos das empresas de comunicação. O trabalho que os seus colegas arquitetos estão empreendendo através da entidade de classe na defesa da paisagem e da habitação no solo baiano. Decepcionado com a inércia de outras classes, ele desistiu.

— Estamos ainda submetidos ao arbítrio e à entrega total deste País. Os profissionais da imprensa não têm liberdade e ficam submetidos aos donos das empresas de comunicação. O trabalho que os seus colegas arquitetos estão empreendendo através da entidade de classe na defesa da paisagem e da habitação no solo baiano. Decepcionado com a inércia de outras classes, ele desistiu.

Sérgio cita um fato que ele presenciou, revoltado, no Tabelionato Franklin em que um cliente foi maltratado por um guarda de segurança só porque ele reclamou dos seus direitos ao habitar o imóvel pelo sistema. "Também — adverte Artur — o Comitê Brasileiro pela Anistia ampla, geral e irrestrita quer que o Governo diga o que faz com todos os cidadãos que se encontram desamparados como Rui Frazão, Jorge Luiz Gonçalves, Eduardo Colher, David Capistrano e as famílias destes desaparecidos junto com os CBAs são responsabilizados juridicamente para que as coisas sejam apuradas e os responsáveis processados".

O DA de psicologia participou do movimento em prol da anistia e estiveram representados no retorno de Acácio, em 1979. A psicóloga e professora Rita de Cássia Maskell Rapold resgatou algumas memórias sobre Acácio, seu desaparecimento e o retorno após a anistia.

Acácio sumiu no primeiro ano, naquela época ainda era ano, no primeiro ano do curso. Eu sei que ele sumiu e aí quando houve a Anistia [...] o Comitê Brasileiro da Anistia fazia toda uma programação para a recepção dos exilados que estavam chegando. No caso específico de Acácio, [...] ele era estudante de Psicologia, então coube a mim. Me lembro que eu fui um dia de madrugada para casa de um amigo aqui em Ondina para ligar para Paris para falar com ele, porque as comunicações não eram com a facilidade que tem hoje, né? Então eu fui para casa desse meu amigo [...] e ele morrendo de medo, mas aí tinha que ligar e eu liguei da casa dele e tal e aí combinei com Acácio, aí tive contato com a família. Mas, assim, representando o Comitê

⁹⁶ Jornal *Tribuna da Bahia*: "Exilados e Banidos: a hora de voltar", de 24 de janeiro de 1979, p. 9.

*Brasileiro da Anistia. E aí depois eu convivi com Acácio aqui nas lutas. (Informação Verbal)*⁹⁷.

Como vimos até aqui, os discentes de psicologia da FFCH/UFBA, vivenciaram uma história de luta contra as perseguições e censura. Participaram ativamente das mobilizações coletivas em prol do retorno à democracia e à melhoria das condições de ensino no país. A entrevistada Maria Angélica Teixeira resgatou memórias sobre a ditadura militar e o movimento estudantil de psicologia naquele momento inicial do curso.

*O curso de psicologia naquele período era verdadeiramente tenso, o clima universitário e acadêmico né, para todos os cursos, era um período de muita tensão, muita pressão política, e as pessoas com muito medo e os alunos muito bem organizados. Curiosamente, durante o período da ditadura os alunos se organizaram, conseguiram uma brecha e tinham uma organização lá da faculdade, que era a Faculdade de Filosofia da UFBA e nacional. Então, havia uma força política muito grande, uma força de um movimento de resistência, de oposição, com o envolvimento de muitos alunos, que depois foram pra política mesmo. Era praticamente o início do curso, né? (informação verbal)*⁹⁸.

Como narraram algumas entrevistadas, o diretório acadêmico de psicologia foi atuante e com lideranças combativas. Mantinham o enfrentamento político constante e mobilizavam realmente os estudantes para a continuidade do trabalho de militância política. Por outro lado, houve o reconhecimento, por parte das entrevistadas, de que qualquer organização que implicasse na participação em um coletivo maior, os colegas se mostravam muito reticentes. Se houvesse necessidade de assinar um abaixo-assinado, por exemplo, para reivindicar melhorias para o curso e que demandava, portanto, engajamento da maior parte dos estudantes de psicologia, havia um medo em assinar. O que pairava era um clima tenso, entidades estudantis estavam fechadas, a UNE estava fechada, o DCE estava fechado e as reivindicações que implicavam num movimento coletivo maior, eram muito difíceis de implementar. Eram posicionamentos que refletiam a insegurança dos estudantes de psicologia frente às tensões e confrontos externos em que se vivia naquela difícil conjuntura repressiva dos anos setenta no Brasil.

Isso posto, cabe registrar, nessa etapa do percurso, a quase total ausência de participação política do corpo docente do curso. Recapitulamos dois fatos narrados acima. O primeiro, durante a greve geral de 1975, em que a representante estudantil denuncia a ausência dos

⁹⁷ Depoimento de Rita de Cássia Maskell Rapold (2019)

⁹⁸ Depoimento de Maria Angélica Teixeira (2020)

professores nas assembleias estudantis. A partir de uma leitura atenta das atas encontradas daquele período, identificamos que não houve qualquer anotação ou registro sobre o movimento estudantil ou paralisação de aulas que ocorriam naquele momento. O segundo, em 1976, diz respeito ao posicionamento da direção da FFCH, na figura do professor do curso de psicologia e psiquiatra Eduardo Saback e seu vice-diretor, o professor de filosofia Ruy Simões. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi totalmente revistada e os alunos impedidos de entrar nas salas, fazer qualquer reunião ou comunicação através de cartazes.

Acresce um terceiro episódio, também digno de nota, que ocorreu em 1977, quando os 12 estudantes da UFBA foram presos indo para o III Encontro Nacional de Entidades Estudantis. Dentre eles, havia cinco alunos da FFCH, três de Ciências Sociais e dois de Psicologia. Ao relatar sobre os momentos difíceis que passou, a prisão, o medo e o sofrimento de seus pais, Rita Rapold relembra, por um lado, o acolhimento que recebeu dos colegas e de alguns professores e, por outro, a ausência de qualquer movimento por parte do diretor da Faculdade para receber os estudantes recém libertados, “[...] *ele não fez nenhum movimento [...] não chamou a gente [...]*”⁹⁹. De fato, o posicionamento do Diretor da FFCH havia sido de impedir a realização de uma assembleia geral convocada pelo ME, no período que os estudantes se encontravam em Belo Horizonte. Na pesquisa que empreendemos, constatamos um documento que a AESI/UFBA encaminhou ao Reitor, com um relatório das atividades estudantis ocorridas no período, no qual especifica:

Esta ASI encaminha, para conhecimento de V. Magnificência, relatório de atividades estudantis, no período de 06.05 a 08.06.1977.

Em 02.06.1977, o Professor Eduardo Saback Dias de Moraes, Diretor da FFCH/UFBA, em Ofício Circular nº 008/77, de 02.06.1977, comunicou que não será permitido a realização de uma Assembleia Geral que teria sido convocada para o dia 03.06.1977.¹⁰⁰

Os registros feitos pelas entrevistadas referem-se ao acolhimento de alguns professores, que facilitavam data de provas, liberavam faltas ou autorizavam a comunicação de informes em sala de aula. As entrevistadas percebiam positivamente esse comportamento dos docentes, mas afirmaram ser o máximo de engajamento político manifestado pelos professores. A entrevistada Ilka Dias Bichara rememora alguns episódios desse período:

⁹⁹ Depoimento de Rita de Cássia Maskell Rapold (2019).

¹⁰⁰ Encaminhamento nº 153/77/ASI/UFBA. Assunto: Movimento Estudantil. Fonte: Arquivo AESI/UFBA, Caixa 6 – Pasta 1423 E 1424

[...]Tinha professor de dizer na aula: “Ela está fazendo uma coisa por todos nós”. E não dar falta. [...] não tinha aqui nenhum professor do curso de Psicologia que fosse assim direitista, né? Você tinha aquele pessoal que não participava não queria se envolver e tinham os bem envolvidos [...] que acobertavam a gente mesmo. Saback que não era um que se envolvia muito. Saback era vice-diretor da Faculdade de Filosofia e em 1975 quando teve uma greve grande, foi a primeira greve geral dos estudantes da UFBA, depois de 1968. E aí o Exército veio invadir a Universidade e ele não deixou entrar no Campus. [...] Eles ficaram lá fora, agentes à paisana entraram. Eu me lembro que a gente não podia fazer uma Assembleia, só podia reunião de até cinco pessoas e nós fizemos Assembleia dos cursos e depois de São Lázaro de 5 em 5. A gente fazia os grupos de cinco, todo mundo sentado naquela descida ali nos grupinhos, aí esse grupinho discutia, tirava um representante que ia para o cinco de outros representantes tirar [...] e a gente tirou uma decisão numa passeata na Politécnica. (Informação verbal)¹⁰¹

Por outro lado, também relataram casos de professores que criavam situações de embates e provocação em sala de aula, interpretado pelas entrevistadas como tentativas de fazer o aluno se expor politicamente, de modo temerário. O medo imperava entre alunos e professores. Referindo-se à participação ou posicionamento político dos docentes, algumas entrevistadas trouxeram falas, como relatou Ana Helena Caldeira Galvão: “quase nada, quase nada” [...] “enquanto os professores eram mais na retaguarda, politicamente falando, não tinham muita participação, a luta estudantil comia no centro” (Informação verbal)¹⁰².

A ditadura militar tinha como uma de suas características marcantes o investimento massivo voltado ao campo informacional e repressivo. Em 1970, o Comandante da VI Região Militar, General Abdon Senna, enviou ofício ao Reitor da UFBA, datado de 19.03.1970, solicitando a remessa de uma lista com nomes e cargos de todo pessoal admitido na Universidade a partir de 1969. Em 1972, a DSI/MEC criou as Normas para Pedidos de Levantamento de Dados Biográficos – LDB. Visava a produção e controle de informação e de diagnóstico político dos docentes investigados. (UFBA CMSMV, 2014)

O procedimento consistia na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do SISNI, de dados sobre pessoas cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões ou afastamento do país. A universidade deveria preencher uma Ficha de Qualificação, documento no qual seria registrado os dados individuais de identificação e qualificação a respeito da pessoa a ser investigada. A DSI/MEC, de posse dessa Ficha fazia o Levantamento de Dados Biográficos sobre a pessoa e geraria uma Ficha Sintética de apreciação que era encaminhada à universidade

¹⁰¹ Depoimento de Ilka Dias Bichara (2019).

¹⁰² Depoimento de Ana Helena Caldeira Galvão (2019).

requerente. Havia também um Prontuário com os registros cronológicos de todos os dados existentes sobre a pessoa.

A Ficha Sintética-LDB era subdividida em seis tópicos a serem assinalados sobre: 1. *Posição ideológica do docente*; 2. *Atitudes com relação à revolução de 31/mar/64*; 3. *Atividades subversivas*; 4. *Probidade administrativa*; 5. *Eficiência funcional ou profissional*; 6. *Conduta civil*. Havia, ainda, campos para incluir *Observações* (item 7) e uma *Apreciação Final*. No item 1. *Posição ideológica* havia as opções na coluna à direita com espaço para marcação: Democrata; Comunista; Esquerdista; Sem posição definida; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. No item 2. *Atitude com relação à revolução de 31/mar/64*, as opções na coluna à direita eram: Integrado; Adesista; Contrário; Contrarrevolucionário; Sem posição definida; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. As opções para o item 3. *Atividades subversivas* eram: Atuante; Simpatizante; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. Para os itens 4, 5 e 6, o agente dispunha das seguintes opções: Há registro positivos; Há registros negativos; ou, Não há registros. Como último item do formulário, havia um espaço para a apreciação final, que possibilitava a escolha de uma das opções: Não há restrição; Os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; Não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; Não há registros; ou, Não deve ser aproveitado. (CLEMENTE, 2005, 2006; FICO, 2005; PEREIRA, 2016; UFBA CMSMV, 2014)

O procedimento adotado pelo Reitor era iniciado com o envio de Ofícios aos órgãos SNI, Superintendência Regional da Polícia Federal-Bahia e DSI/MEC, solicitando informações sobre os candidatos. Para os docentes de psicologia, a Ficha Sintética-LDB foi utilizada comumente na contratação dos candidatos. A pesquisa parcial, realizada nos arquivos AESI/UFBA, mostrou que a investigação sobre a vida funcional e política dos docentes de psicologia era utilizada protocolarmente na contratação dos professores do curso. Em todos os processos acessados, os ofícios de respostas fornecidas à Reitoria pelos citados órgãos foram favoráveis e obtiveram o parecer com o *nada consta* à contratação do candidato cogitado à vaga. Não foi encontrado pedido de contratação negado por parte dos órgãos de segurança na UFBA.

Nesta seção, apresentamos e analisamos as informações e os dados obtidos, com o intuito de responder ao terceiro objetivo específico proposto para este trabalho, qual seja, de investigar o processo de lutas, resistências e mobilização política de discentes e docentes do curso de psicologia da FFCH/UFBA e os embates com as políticas de Estado vigentes no período. Abordamos os mecanismos de controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança da

ditadura militar, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso de psicologia. Evidenciamos a demanda por: melhoria das condições de funcionamento do curso; melhores instalações físicas; implantação do curso de Formação de Psicólogo; aumento da oferta de vagas e de mais espaços institucionais para práticas de estágio. Havia, ainda, as reivindicações pela reformulação do currículo e por mais professores para atender às diversas disciplinas. As preocupações eram, sobretudo, em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Por outro lado, havia, sobretudo, as pautas coletivas, que envolviam o ME na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição, a vigilância e as prisões, que eram abraçadas pelos discentes do curso.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Umberto Eco concluiu sua fala, em uma conferência que fez na *Columbia University*, em 1995, contando como soube do fim do regime fascista italiano. Relembrou quando sua mãe lhe pediu para ir a uma banca comprar um jornal e, ao ler as manchetes, percebeu que havia matérias citando vários partidos. Até aquele momento, lembra Eco, pensava que só existisse um único partido na Itália: o Partido Nacional Fascista. E foi assim que se deu conta do fim da ditadura e o retorno à “liberdade de palavra, de imprensa, de associação política”. Ditadura e liberdade foram palavras que entraram, ali, no seu vocabulário e o fez renascer como homem livre ocidental. Com esse relato memorialista, Eco encerrou a conferência intitulada *O fascismo eterno*, na qual explanou sobre regimes políticos e suas ideologias que, mesmo depois de perderem sua legitimidade, permanecem enquanto “[...] modos de pensar e de sentir, enquanto hábitos culturais”. (ECO, 1998, p. 34)

As histórias e memórias subterrâneas do período da ditadura militar brasileira, que subsidiaram este trabalho, nos remeteu aos seus significantes associados, tais como, clandestinidade, não dito, silenciamento, ocultamento e esquecimento como defesa, e sua outra face, vigilância e perseguição, que se perpetuam e ressurgem como “modos de pensar”, como “hábitos culturais” mas, também, como projetos políticos. O que nos instigou diante do dilema entre julgar ou compreender, e que, ao fim e ao cabo, nos provoca, ainda, muitas e tantas reflexões. (POLLAK, 1989; BLOCH, 2001)

A tese deste trabalho é de que o processo de institucionalização da psicologia na Bahia foi influenciada pelo contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, promovidas pelo regime militar. A relação entre o desenvolvimento desse campo disciplinar na Bahia e a ditadura militar somente pode ser apreendida a partir das respostas buscadas para dar conta da nossa questão de pesquisa, qual seja: como se deu o processo de institucionalização da psicologia da UFBA, tendo como pano de fundo o contexto político do período compreendido entre os anos de 1968 a 1980?

Para alcançar nosso objetivo de descrever e analisar o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar, entre os anos de 1968 a 1980, partimos de uma tríade de objetivos específicos que enfocou a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia e a implantação do curso de graduação da FFCH/UFBA; a recepção e circulação da Análise do Comportamento e da Psicanálise por parte da comunidade acadêmica do curso, naquele contexto político; e as lutas e mobilização políticas dos discentes e docentes frente às políticas de Estado. Nosso estudo evidenciou a influência que a ditadura militar exerceu sobre

o desenvolvimento educacional e científico do período e que impactou na formação teórica e prática dos discentes e na sua pauta de lutas e mobilizações políticas.

A perspectiva de análise, amparada nos Estudos Sociais das Ciências, fundamentou este trabalho sobre a história da psicologia na Bahia, com ênfase nas contingências políticas e na concepção de um campo disciplinar construído socialmente. A história do tempo presente nos guiou teórico-metodologicamente ao longo do percurso, dando sentido à nossa narrativa sobre a história da psicologia na Bahia, que entremeou pesquisa bibliográfica, memórias reveladas e fontes documentais, nem sempre tão reveladas, mas sempre *sensíveis*.

Tendo retomado os tópicos teóricos e metodológicos que guiaram nosso estudo, vamos sumarizar as principais conclusões, baseadas nos resultados encontrados, apresentados e analisados ao longo das seções.

Na seção sobre os antecedentes da criação do curso de graduação em Psicologia da UFBA, verificamos que a psicologia na Bahia se configurou a partir de três espaços acadêmicos, formadores das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na Bahia e a exercer a docência no curso de psicologia, que seria criado em 1968. A primeira e mais antiga dessas instituições é a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia, responsável por grande parte da formação e capacitação dos profissionais do campo “psi” na Bahia. Em seguida, a Faculdade de Filosofia da Bahia, berço da aplicação da psicologia nas licenciaturas e casa dos principais pioneiros da área: Isaías Alves e João Inácio de Mendonça. E, por fim, o Instituto de Orientação Vocacional, instituição de aplicação da psicologia nos campos da educação, clínica e seleção profissional, sob a liderança de Emílio Mira y Lopes.

Na seção seguinte, apresentamos dados informacionais sobre o curso de Psicologia da FFCH/UFBA. Enfatizamos a importância do curso, no contexto local e regional, por ter sido o primeiro do Estado da Bahia e do Nordeste, oferecido por uma instituição pública, e que permaneceu como o único curso de psicologia na Bahia ao longo de três décadas, formando gerações de psicólogos nesse período e mantendo uma demanda importante desde sua primeira turma, em 1968 e ao longo de todo o período analisado. Encontramos dados bibliográficos, documentais e memoriais sobre o perfil dos alunos, caracterizado como eminentemente feminino, formado, em sua maioria, por jovens de classe média e média alta da capital, moradores de bairros nobres, sem atividade remunerada e dependentes financeiramente da família de origem.

Demonstramos que o processo de formação e consolidação da psicologia na Bahia esteve fortemente vinculado ao campo psiquiátrico. Os psiquiatras tiveram uma atuação importante,

como docentes e gestores em vários âmbitos institucionais. Houve uma prevalência da clínica, como área de estágio, em detrimento da área educacional e industrial. Mostramos que o ingresso dos discentes nas instituições psiquiátricas, conduzidos pelos professores psiquiatras, estimulou a preferência pelo campo psicoterapêutico, ao nível da clínica individualizada.

Na seção sobre a análise da recepção da Psicologia Experimental e da Psicanálise na Bahia e seus aspectos teóricos e políticos, verificamos, que, no período investigado, a clínica se consolidou como a especialidade psicológica dominante. Identificamos que o processo de recepção da psicanálise pela comunidade acadêmica de psicologia deu-se a partir de dois movimentos. O primeiro, no âmbito do curso, se caracterizou pelo pioneirismo de alguns docentes ao introduzir a teoria freudiana nos seus programas de disciplinas, iniciando os discentes na clínica psicoterápica e na teoria psicanalítica. O segundo, constituiu-se num movimento para além do âmbito do curso, no qual psicólogos e psiquiatras congregaram-se num coletivo, em prol da recepção dos primeiros psicanalistas didatas. Evidencia-se, nesse momento, que a Psicanálise, que então inicia seu processo de intensa difusão na Bahia, encontra nos psicólogos seus clientes preferenciais.

O modo como a psicanálise foi recebida e se desenvolveu em Salvador ficou à margem da influência das instituições de formação reconhecidas pela IPA. Demonstramos que a recepção da psicanálise na Bahia deu-se através de dois núcleos constituídos pelos psicanalistas argentinos, arregimentados pelo NEP, e pelo psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa, vinculado ao CBP. Esses agrupamentos pioneiros de formação e transmissão da psicanálise tinham como característica o fato de serem, ambos, signatários, pessoal ou institucionalmente, de uma oposição à IPA. Anunciamos que os principais efeitos da recepção desses grupos independentes da IPA foram: o distanciamento das normas rígidas de acesso à psicanálise; um certo eclecismo de teorias e práticas no processo de formação e transmissão; a quebra da hegemonia das Sociedades Psicanalíticas ligadas à IPA, formadoras de psicanalistas de origem médica; e o surgimento de instituições de formação sob a liderança de psicólogos. Constatamos que, em solo baiano, os psicanalistas argentinos trouxeram a quebra do modelo médico-clínico, a cisão com a rigidez formativa da APA, a crítica à neutralidade e aos padrões e critérios nas técnicas de atendimento. O rompimento de arranjos tradicionais do fazer psicanalítico não seria possível em outro contexto político, senão aquele que se fazia presente nas sociedades, brasileira e argentina, da época, sob regimes ditatoriais. Para os psicólogos da Bahia, a formação, reconhecidamente heterodoxa, dos psicanalistas argentinos, possibilitou o acesso a novas práticas profissionais no campo psicoterápico na Bahia.

Analizamos o lugar central que a psicanálise, paulatinamente, foi assumindo no ensino de psicologia e identificamos a combinação de uma diversidade de fatores. Primeiro, a existência da velha tradição clínico-psicopatológica, que facilitou a discussão sobre psicoterapia. Segundo, muitos estudantes desejavam aprender psicanálise porque era percebida como uma fonte potencial de clientes e embora houvesse outras áreas de especialização, como a psicologia industrial e educacional, a maioria dos discentes se orientou pela psicologia clínica. Terceiro, a psicanálise oferecia um modelo teórico consistente e inovador para o exercício clínico, que atraía os jovens psicólogos em busca de especialização. Nesse sentido, afirmamos que a psicanálise favoreceu o campo psicológico, do ponto de vista mercadológico, ao contribuir para sua consolidação como uma carreira promissora e atrativa financeiramente.

Ao tempo em que a sociedade baiana se urbanizava e se modernizava, assimilando termos e conceitos da psicologia e da psicanálise na linguagem cotidiana, a psicologia clínica, individualizada e reparativa, ganhava cada vez mais adeptos. A censura e as proibições foram molas propulsoras para as profissões do campo “psi”. Os consultórios privados tornaram-se os ambientes protegidos para as narrativas, talvez de dor, talvez de violências impetradas, que não se podia revelar publicamente. O esvaziamento do espaço público e a radicalidade do autoritarismo de estado, estimularam a busca pela interioridade individual. Surgiram, assim, as condições propícias e que estimularam o surgimento da psicoterapia, como um novo campo profissional, que agregou grande parte dos psicólogos baianos recém formados, no período.

Por sua vez, a recepção da Análise do Comportamento no curso de psicologia da FFCH/UFBA ocorreu no âmbito da demanda por um modelo de psicologia científica. Verificamos que os docentes tinham interesse na criação de condições de ensino de uma psicologia científica experimentalista e sua consolidação fundamentou a crença na cientificidade da psicologia entre os estudantes do curso. Demonstramos os diversos fatores que contribuíram para essa expectativa positiva: em primeiro lugar, a exigência curricular, pois a Psicologia Experimental fazia parte das diretrizes curriculares do curso e era considerada indispensável para a formação profissional do psicólogo. Em segundo lugar, a função didática, uma vez que o laboratório possibilitaria a formação discente, enquanto recurso de ensino e demonstração das teorias e conceitos da Análise do Comportamento. Em terceiro lugar, o imperativo científico que vicejava naquele momento. A Psicologia Experimental representava um modelo de uma psicologia científica, que, como tal, tornou-se central para o movimento de consolidação da psicologia como disciplina independente.

Observamos que o laboratório didático de Psicologia Experimental do curso de psicologia da FFCH/UFBA estruturou-se a partir do suporte teórico e técnico dos psicólogos formadores

de análise do comportamento da USP, que estiveram presentes no processo de formação e estruturação do curso, na implantação do laboratório de Psicologia Experimental e na formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento, na Bahia

Abordamos a clivagem ideológica que caracterizava o pensamento político em vigor no país, que se articulava no campo político-ideológico e se refletia na oposição teórica entre discentes afiliados ao behaviorismo e aqueles adeptos da psicanálise. Por um lado, a crítica dos discentes era sustentada no estigma de uma “clínica de direita”, reacionária, burguesa e elitista atribuído à psicanálise. Os opositores denunciavam o posicionamento político dos psicanalistas que adotavam o silenciamento e a neutralidade diante da situação política do país, ausentando-se dos movimentos de luta estudantil e de manifestações, sem jamais criticar a ditadura militar. Por outro lado, os estudantes afiliados à corrente behaviorista eram reconhecidos como os principais atores nos debates políticos e na luta de resistência contra a ditadura militar. Muitos daqueles que faziam parte do movimento contra o regime se filiavam à Análise do Comportamento como a abordagem teórica capaz de dar respostas às questões sociais enfrentadas pela população brasileira naquele momento.

Na seção que analisamos o controle e a vigilância que os órgãos de segurança e informação exerciam sobre a UFBA e sobre o curso de Psicologia durante a ditadura militar, nos debruçamos detidamente sobre a participação dos discentes de psicologia no movimento estudantil e suas lutas coletivas. Analisamos o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de psicologia da FFCH/UFBA, assim como os embates com as políticas de Estado, implantadas pelos tecnocratas do regime militar. Verificamos que os estudantes do curso de Psicologia da UFBA já iniciaram sua vida acadêmica se defrontando com problemas de ordem política nacional impostos pelas reformas e legislações autoritárias do regime ditatorial brasileiro. A conjuntura política impactou na vida acadêmica universitária e gerou diversos prejuízos aos estudantes de Psicologia, que se encontravam em fase inicial de funcionamento, com entraves para a plena consecução do curso.

O ME se organizava paulatinamente no âmbito do curso de Psicologia e as questões políticas mais amplas entraram na pauta do DA, juntamente com as reivindicações mais específicas do curso. Os discentes de psicologia da FFCH/UFBA, vivenciaram uma história de luta contra as perseguições e censura e participaram ativamente das mobilizações coletivas em prol do retorno à democracia e à melhoria das condições de ensino no país. Ao analisar a mobilização do diretório acadêmico de psicologia, sua atuação e representações estudantis, verificamos a posição de enfrentamento político constante de seus integrantes em prol da continuidade do trabalho de militância política.

Evidenciamos as demandas por melhoria das condições de funcionamento do curso; melhores instalações físicas; implantação do curso de Formação de Psicólogo; aumento da oferta de vagas e de mais espaços institucionais para práticas de estágio. Havia, ainda, as reivindicações pela reformulação do currículo e por mais professores para atender às disciplinas. As preocupações eram, sobretudo, em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Destacava-se, sobretudo, as pautas coletivas, que envolviam o ME na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição, a vigilância e as prisões. Lutas que eram abraçadas pelos discentes do curso. Identificamos as dificuldades de engajamento de parte do corpo discente nas lutas coletivas e a presença constante de um clima de medo e insegurança. Eram posicionamentos de parte dos estudantes de psicologia, frente às tensões e confrontos externos em que se vivia naquela difícil conjuntura repressiva dos anos setenta no Brasil. Registramos a quase total ausência de participação política do corpo docente do curso, com algum nível de acolhimento e solidariedade, ao lado de atos de perseguição por parte da gestão.

Ao nos aproximar do final dessa jornada, podemos afirmar que houve uma vigilância e tutela sistemática sobre a comunidade acadêmica de psicologia desde sua implantação. Por um lado, verificamos como a ditadura militar foi condicionante para a configuração da psicologia e consolidação de um modelo de atuação no qual a clínica individualizada, reparativa e terapêutica se tornou prevalente, por outro, evidenciamos que o enfrentamento na luta contra a ditadura militar forjou o posicionamento socialmente ampliado por parte dos discentes, naquele momento de intensa restrição. O que nos leva a concluir, confirmando o pressuposto que norteou este trabalho, que o contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, implantadas pelo regime militar, influenciaram o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, configurando, dessa forma, os rumos do seu desenvolvimento, seus modos de atuação e práticas profissionais.

A ampla gama de investigações possíveis sobre a ditadura militar brasileira, as relações entre ciência e política e o uso da história do tempo presente como recurso teórico-metodológico, não respondem unicamente a demandas disciplinares, mas, também, sociais e éticas de produção do trabalho acadêmico. O estudo que ora concluímos não se encerra aqui, por entendermos que o conhecimento histórico é uma obra aberta e inacabada. Como afirma Certeau (2002, p. 94), “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim...”. Assim, somos conduzidos, da prática ao texto, ao final da jornada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Therezinha Lins. Teixeira, Anísio Spínola (1900-1971). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ALVES, Isaías. **Teste individual de inteligência**. Salvador: Oficinas Graphics da Luva. 1928.
- ALVES, Isaías. **Os Testes e a reorganização escolar**. Salvador: A Nova Graphica, 1930.
- ALVES, Isaías. **Da educação nos Estados Unidos** (relatório de uma viagem de estudo). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Peixoto, Afrânio (1876-1947). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; ROCHA, Nádia Maria Dourado. Alves, Isaías (1898-1968). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962) - sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psicologia da Educação**, v. 22, p. 79–94, 2006. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43307>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Algumas reflexões acerca de minha formação como pesquisadora em história da psicologia. *In*: **História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino [on line]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 84–

93. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c2248/pdf/freitas-9788599662830-07.pdf>.

Acesso em: 8 mar. 2018.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 44–65, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-98932012000500005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Em Nome da Memória. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. num. esp., p. 310–317, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca22.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARAÚJO, Saulo de Freitas. Toward a philosophical history of psychology: An alternative path for the future. **Theory and Psychology**, v. 27, n. 1, p. 87–107, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0959354316656062>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985.

ASSIS, Raquel Martins de; PERES, Sávio Passafaro (org.). **História da Psicologia: Tendências Contemporâneas**. Belo Horizonte: Artesã, 2016, p. 240.

AZEVEDO, Sunna Prieto de; TRANQUILLI, Alessandra. Instituto de Psicologia da Bahia (IPB) – 1965-1977. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

BAIARDI, Amílcar. **Sociedade e Estado no apoio à ciência e a tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BAIARDI, Amílcar. A perseguição política e a homofobia na antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar. XI Seminário Nacional em História da Ciência e da Tecnologia. **Anais...**Rio de Janeiro: 2008, v. 1. p. 89-114.

BAIARDI, Amílcar. Desindustrialização, política industrial e política de ciência e tecnologia no Brasil. **Sodebras**, v. 11, n. 124, p. 36–40, 2016. Disponível em: <http://www.sodebras.com.br/edicoes/N124.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BAPTISTA, Marisa Todescam Dias da Silva. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 170–191, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500008&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARBOSA, Deborah Rosária. **Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/en.php>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BAREMBLITT, Gregorio. Franklin. Uma Pseudo-Biografia de Emilio Rodrigué. **Mnemosine**, v. 4, n. 1, p. 205–211, 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41469/pdf_129. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARROS, José D'Assunção. O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, p. 230–239, 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando Alguns Aspectos Primordiais Para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, v. 1, n. 12, p. 129–159, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BERARDINELLI, Waldemar; MENDONÇA, João Inácio de. **Biotipologia criminal**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1933. 183 p.

BLOCH, Marc. **Apologia da história – ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. (org.). **UFBA: Trajetória de uma Universidade (1946-1996)**. Salvador-Ba: EGBA - Empresa Gráfica da Bahia, 1999. p. 238–240.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia**. São Paulo: EDUC / Cortez, 1999.

BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 1–16, 1994. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/211-rbcs-26>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BORJA, Maria Eunice Limoeiro. **Sede Psicanálise: Micro e macropolítica de formação**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/copia_digital_da_tese_de_doutorado_maria_eunice_limoeiro_borja.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRANCO, Paulo Coelho Castelo; CIRINO, Sérgio Dias. História da psicologia em contexto: teoria, conceitos e implicações metodológicas. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 172–194, 2017. Disponível em: <http://ediciones.ucsh.cl/index.php/RSAP/article/view/1805>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRANDÃO, Bárbara. Instituto Guanabara - 1970. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

BRANDÃO, Iarlis; CAMAROTTI, Walkyria. Divisão de Recrutamento e Seleção do Banco Econômico S.A. – 1966(?)–1994. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos

eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Violações de direitos humanos na universidade. Texto 6**. Brasília - DF: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014. p. 266-296. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Mortos e desaparecidos políticos**. v. 3. Brasília-DF: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório: textos temáticos**. v. 2. Brasília-DF, Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em:
http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n. 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 out. 1970. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 fev. 1969. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10464.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 477/1969, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 1969. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.155, de 8 de abril de 1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 abr. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9155.htm

BRASIL. Decreto n. 66.732, de 16 de junho de 1970. Aprova o Plano Nacional de Informações e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1 - 17/6/1970, Página 4524 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Decreto n. 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1 - 2/10/1970, Página 8524 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-norma-pe.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 75.499, de 18 de março de 1975. Concede reconhecimento ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede em Salvador, Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 mar. 1975. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1975-03-18;75499>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 81.964, de 13 de julho de 1978. Concede reconhecimento à habilitação Formação de Psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 1978. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1978-07-13;81964> Acesso em 23 abr. 2020.

BRASIL. DSI/MEC. **Guerra Psicológica**. Divisão de Segurança e Informações do MEC. 1971.

BRASIL. DSI/MEC. **Como eles Agem**: Levantamento sobre o movimento estudantil. Divisão de Segurança e Informações do MEC. 1974.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

BRASIL. Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art.&text=Art.,-2%C2%BA%20Os%20estabelecimentos

BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 set. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 ago. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4759.htm#:~:text=LEI%20No%204.759%2C%20DE,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20lei%3A&text=3%C2%BA%20Esta%20lei%20entra%20em%20vigor%20na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970->

1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%2C%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.&text=2%C2%BA%20O%20Conselho%20Federal%20de,e%20sede%20no%20Distrito%20Federal. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 403 do CFE**, de 19 de dezembro de 1962.

Dispõe sobre o currículo mínimo dos cursos de Psicologia. Disponível em:

<http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer MEC/CFE nº 1616/78**, de 12 de maio de 1978. Dispõe sobre o reconhecimento da habilitação formação de psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/837/1/PSICO-RELAT%2012mai1978.PDF>>

Acesso em 2 ago. 2019.

BRECHT, Bertolt. **Teatro completo, v. 6**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRITO, Antonio Maurício Freitas. **O Golpe De 1964 , O Movimento Estudantil na UFBA e a resistência à Ditadura Militar (1964-1968)**. 2008. Tese (Doutorado em História) -

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Disponível em:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_golpe_de_1964_o_movimento_estudantil_na_ufba_e_a_resistencia_a_ditadura_militar_1964-1968.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRITO, Antonio Maurício Freitas. O movimento estudantil na UFBA entre parênteses (1968-1969). *In*: CARDOSO, Lucileide Costa, CARDOSO, Célia Costa. **Ditaduras: Memória,**

Violência e Silenciamento. Salvador-Ba: EDUFBA, 2017. p. 587–602.

BROWN, James Alexander Campbell. **Técnicas de persuasão: Da propaganda à lavagem**

cerebral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

BROZEK, Josef.; MASSIMI, Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna - versão brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 439.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889469/mod_resource/content/1/burke-p-a-escola-dos-annales-a-revoluc3a7c3a3o-francesa-da-his.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. Disponível em:

<http://edufn.ufrn.br/bitstream/123456789/1335/1/A%20HIST%C3%93RIA%20VISTA%20DE%20BAIXO.%20A%20Escrita%20da%20Hist%C3%B3ria.%20BURKE%2C%20Peter.%20SHARPE%2C%20Jim.%201992..pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; MASSIMI, Marina. Arquivos e bibliotecas para a história da Psicologia brasileira. *In*: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. (org.)

Historiografia da Psicologia Moderna - Versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 305–311.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CÂNDIDO, Gabriel Vieira. **O desenvolvimento de uma cultura científica no Brasil - contribuições de Carolina Martuscelli Bori**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-28102014-093710/en.php>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14052008->

[132129/publico/TESE MARCOS ALEXANDRE CAPELLARI.pdf](#). Acesso em: 26 jun 2020.

CAPINAM, José Carlos. **Confissões de Narciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CARDOSO, Lucileide Costa. Dimensões da memória na prática historiográfica. *In:*

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira (org.) **História Regional e Local: Discussões e Práticas**. Salvador-Ba: Quarteto Editora, 2010. p. 153–173.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas-Ba: Editora da UFRB, 2012a, v. 1.

CARDOSO, Lucileide Costa. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o “Massacre da Chácara São Bento” (1960/1970). **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 193–216, 2012b.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência.

Anos 90, v. 20, n. 37, p. 237–267, 2013. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28620>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (org.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2017.

CARVALHO, Anamélia Araújo de. **Esquiva discriminada no peixe dourado (Carassius auratus): efeitos de intensidade do choque**. Biblioteca de Teses e Dissertações da USP, Instituto de Psicologia, 1972.

CARVALHO, Anamélia Araújo de. **Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento**. Tese de Doutorado. Biblioteca de Teses e Dissertações da USP, Instituto de Psicologia, 1979a.

CARVALHO, Mercedes Cunha Chaves de. **Dados para uma avaliação de currículo do curso de psicologia da UFBA: caracterização do aluno e análise das condições de ensino oferecidos pela instituição**. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979b.

CARVALHO, Mercedes Cunha Chaves de; MORAES, Eduardo Saback Dias de. Carolina Bori e a Criação do Curso de Psicologia da UFBA. **Psicologia USP**, v. 9, n. 1, São Paulo,

1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 jul. 2018

CARVALHO, Mercedes Cunha Chaves de. Mendonça, João Ignácio (1903-1969). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARVALHO, Mercedes Cunha Chaves de. Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) – 1959-1968. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

CAVALCANTI, Diogo Esmeraldo. Casa de Saúde Ana Nery – (1966-2006). *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

CERQUEIRA, Ildenor Mascarenhas. **Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. Localização: IP - Instituto de Psicologia (T BF319.5.A9 C416e e.2).

CIRINO, Sérgio Dias; MIRANDA, Rodrigo Lopes; CRUZ, Robson Nascimento; ARAÚJO, Saulo de Freitas. Disseminating Behaviorism: the impact of J. B. Watson's ideas on brazilian educators. **Revista Mexicana de Analisis de la Conducta**, v. 39, n. 2, p. 119–134, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/593/59335808007.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CIRINO, Sérgio Dias; MIRANDA, Rodrigo Lopes; CRUZ, Robson Nascimento. The beginnings of behavior analysis laboratories in Brazil: A pedagogical view. **History of Psychology**, v. 15, n. 3, p. 263–272, 2012. Disponível em: <https://content.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0026306>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CIRINO, Sérgio Dias; MIRANDA, Rodrigo Lopes; SOUZA JR, Eustáquio José de. The Laboratory of experimental psychology: Establishing a psychological community at a Brazilian university. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 46, n. 1, p. 609–616, 2012. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/188>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em:

https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/jose_eduardo_ferraz_clemente_-_dissertacao_-_ciencia_e_politica_durante_a_ditadura_militar_1964-1979_o_caso_da_comunidade_brasileira_de_fisicos.pdf. Acesso em 19 jul. 2020.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da SBHC**, v. 4, n. 2, p. 129–145, 2006.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. A ciência durante a ditadura militar: a criação da pós-graduação na Universidade Federal da Bahia e o caso da Geofísica (1964-1985). *In*: ZACHARIADHES, G. C. **Ditadura Militar na Bahia: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador-Ba: EDUFBA. 2014. v. 2, cap. 8, p. 183-199. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/169/4/Ditadura%20militar%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. Ciência, Tecnologia e Educação Superior durante a Ditadura Militar - A Pós-Graduação na Universidade Federal da Bahia: O Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica. *In*: CARDOSO, Lucileide Costa, CARDOSO, Célia Costa. **Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2017. Parte III, p. 569–587.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *In*: JACÓ-VILELA, A. M. *et al.* **Clio-Psyché: História da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 43–53. Disponível em: http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Clio-e-Psyche.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CONCEIÇÃO, Augusto Costa; SOUZA, Mab Amália Alencar Sacramento de. Sanatório São Paulo (SSP) – 1953-. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro**. São Paulo: EDICON, 1988. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CORRÊA, Carlos Pinto. Entrevista para o Circular – Boletim Informativo do CBP, publicada em edição especial, Ano II, p. 2, out. 1993. Disponível em: <http://www.circulopsibahia.org.br/entrevistas.htm>. Acesso em 07 mai 2018.

CORREA DA FONSECA, Sérgio; MORAES, Márcia. Sobre a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil: notas introdutórias. **Perspectivas em psicologia**, v. 9, p. 73–81, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113943>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORREIA, Tom. Caio Flamínio de Carvalho: *in memoriam*. **Informativo do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região**, n.9, Julho/Setembro 2012, p.11. Disponível em: https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2015/08/9-Ano-04-Edi%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-09-julho_setembro-2012.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso - o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_a_bahia_ja_deu_regua_e_compasso._o_saber_medico-legal_e_a_questao_racial_na_bahia_1890-1940.pdf. Acesso em: 19 jul 2020.

COSTA, Juliana Camargo; OLIVEIRA, Patrícia Alves de; FERRAZZA, Daniele de Andrade. Psicologia Social e Direitos Humanos: A Atuação da Psicologia Diante da Ditadura Militar e das Manifestações Atuais no Brasil. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 2, p. 70–80, 2014. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/543/480>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, Viviane. Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) – 1968-. *In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil***. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

COUTINHO, Domingos; MORAES, Eduardo Saback Dias de. O histórico da psiquiatria na Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 2, p. 210–218, 2007. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/102/95>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura - 1964-85**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2003.

CRISTO, Fábio de. Departamento de Trânsito (DETRAN) – 1966-. *In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil***. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 332p.

DAGFAL, Alejandro Por una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. **Frenia**, v. IV, n. 2, p. 7–16, 2004. Disponível em: <http://revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16407>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DANZIGER, Kurt. Hacia un marco conceptual para una Historización crítica de la psicología. **Revista de historia de la psicología**, v. 5, n. (1/2), p. 99–107, 1984.

DANZIGER, Kurt. **Review of Constructing the subject: Historical origins of psychological research**. Melbourne: Cambridge University Press, 1990.

DANZIGER, Kurt. Universalism and Indigenization in the History of Modern Psychology. *In: Brock, A.C. (ed.). **Internationalizing the history of psychology***. New York. New York University Press. 2006, p. 208–225. Disponível em: <http://www.kurtdanziger.com/univ%20and%20indig.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DANZIGER, Kurt. Psychology and its history. **Theory & Psychology**, v. 23, n. 6, p. 829–839, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0959354313502746>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIAS, André Luís Mattedi. A Universidade ea modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobras. **Revista da SBHC**, v. 3, n. 2, p. 125–145, 2005. Disponível em:

https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=18. Acesso em: 24 abr. 2019.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95–121, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2000000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jul. 2020.

DOMINGUES, Sérgio. **Estudo histórico sobre a recepção da Análise do Comportamento de B. F. Skinner pelo campo educacional no Brasil (1961 – 1996)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7813413. Acesso em: 19 jul. 2020.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5–22, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130378002.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUARTE, Eglê Vieira. **Terapia Comportamental da Obesidade: Uma Aplicação de Técnicas de Autocontrole para a Redução de peso**. 1981. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, 1981.

DUARTE, Maria das Graças dos Santos; FERNANDES, Patrícia Jacques; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Breve história da constituição do grupo Plataforma argentino. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (org.). **Clio-psyqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 136–149. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hkyyb>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUCCINI, Felipe Moreira Barbosa. **A luta pela anistia na Bahia**. Editora Viseu, Maringá-PR, 2018.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**.

Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

EDLER, Flávio Coelho. A História das Ciências e seus públicos. **Revista Maracanan**, n. 13, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/20118>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, Patrícia Jacques; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; DUARTE, Maria das Graças dos Santos. Os “psicanalistas argentinos” no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; CERREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (org.). **Clio-psyqué hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 150–167. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hkyyb>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERREIRA, Marcela Reuter; SEIXAS, Larisse. Hospital Especializado Mário Leal (HEML) – 199?-. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 80–108, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080/0>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em: 20 jul. 2020.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. **Varia Historia**, v. 28, n. 47, p. 43–59, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIERRO, Catriel. La historiografía de la psicología: historia clásica, historia crítica y la recepción de los estudios sociales de la ciencia. **Revista de Historia de la Psicología**, v. 36, n. 2 (Junio), p. 67–94, 2015. Disponível em: <https://www.revistahistoriapsicologia.es/archivo-all-issues/2015-vol-36-n%C3%BAm-2/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Ana Cristina Costa de. Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – 1972-1982. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. A Psicanálise dos Psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 1970. **Culturas Psi**, v. 0, 2012. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/culturaspsi/article/view/3890>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREIRE JÚNIOR, Olival. Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico: apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar brasileiro. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 4, n. 3, p. 1–11, 2007. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/dossie.artigo.3-Olival.Freire.Junior.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GALVÃO, Virgínia Lúcia S. Brito. Círculo Psicanalítico da Bahia - Trinta anos: marco da psicanálise na Bahia. **Cogito**, Salvador, v.4, p. 11-15, 2002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792002000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 maio 2020.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. **A ditadura Escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

GERBASE, Jairo. Meu encontro com Emílio Rodrigué. In: Peres, Urânia Tourinho; Pêpe, Griselda (org.). **Emílio Rodrigué: Velho analista do tempo novo**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2014. p. 319.

GIL, Antônio Carlos. O psicólogo e sua ideologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 5, n. 1, p. 12–17, 1985. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931985000100005. Acesso em: 20 jul. 2020.

GÓES, Zorilda Santos. **Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. Localização: IP - Instituto de Psicologia (T BF637.C45 G598d e.2).

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUEDES, Gisela Maria; VALENTE, Rita de Cássia Teixeira. Casa de Saúde Santa Mônica Ltda. (Espaço Bom Viver – EBV) – 1995. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice - Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOLLAND, James Gordon; SKINNER, Burrhus Frederic. **A Análise do Comportamento**. São Paulo: Herder/EDUSP. 1969.

HUR, Domenico Uhng. **Políticas da Psicologia de São Paulo: As Entidades de Classe durante o período do regime militar à redemocratização do país**. Volume I. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/en.php>. Acesso em: 19 jul. 2020.

HUR, Domenico Uhng. Políticas da Psicologia: histórias e práticas das Associações Profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a Ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, v. 23, n. 1, p. 69–90, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-65642012000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

HUR, Domenico Uhng; ARAGUSUKU, Henrique Araújo. Políticas do movimento estudantil de psicologia no Brasil. **Memorandum**, v. 35, p. 184–204, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6893>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBARRA, Carlos Figueroa; CARRERA, Nicolás Inigo. Reflexiones para una definición de Historia Reciente. *In: LÓPEZ, Margarita.; FIGUEROA, Carlos; RAJLAND, Beatriz (ed.). **Temas y procesos de la historia reciente de América Latina**. Santiago do Chile: CLACSO ARCIS, 2010. p. 13-34. Disponível em:*

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319015043/temas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. Hospital Juliano Moreira – 1936-. *In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.*

JACÓ-VILELA, Ana Maria. Concepções de pessoa e a emergência do indivíduo moderno. **Revista Interações**, v. 6, n. 12, p. 11–39, 2001.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco. **História da Psicologia: Rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; JABUR, Fábio; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, num. esp., p. 28–43, 2012.

JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (org.). **Clio-psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hkyyb>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; BRAGHINI, S. L. Psicologia, política, organizações sociais - a construção de um imaginário psi. **Psicología Básica y Aplicada**, v. 1, n. 2, p. 89–95, 2015. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Psicologia->

[pol%C3%ADtica-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-imagin%C3%A1rio-ps.pdf](#). Acesso em: 20 jul. 2020.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; OLIVEIRA, Dayse de Marie (org.). **Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia**, p. 103–115, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575114988>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/27bn3>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MESSIAS, Maria Cláudia Novaes (org.). **Clio-Psyché - Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia**. Curitiba: CRV, 2020.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: O Capitão da Guerrilha**. São Paulo: Global, 2015.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 43–62.

KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Portugal: Porto Editora, 2001.

KYRILLOS NETO, Fuad; PÁDUA, Maria Luíza Guimarães de. Ditadura militar e as Sociedades Psicanalíticas: relações e ressonâncias na práxis. **Revista da SPAGESP**, v. 16, n. 2, p. 32–45, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a04.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LACERDA JÚNIOR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, v. 263, n. 3, p. 216–263, 2013. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LANGENBACH, Miriam; NEGREIROS, Teresa Creuza de Gois M. A formação complementar: um labirinto profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988. p. 86–99. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: A produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de Educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Visão Histórica de Lourenço Filho sobre a Psicologia no Brasil”. **Arquivos brasileiros de Psicologia aplicada**, v. 23, n. 3, p. 113–141, 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/16750/15556>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 6ª ed. rev. e ampl. Salvador : EDUFBA, 2019.

MAJDALANI, Leonardo. Instituto de Cegos da Bahia (ICB) – 1933-. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

MANCEBO, Deise. Formação em psicologia : gênese e primeiros desenvolvimentos. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 53–72, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41338>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, Luciano. A geração AI-5: Um ensaio sobre autoritarismo e alienação. Em: **Ensayos de Opinião**, II, Rio de Janeiro, 1979, p. 72-102.

MARTINS, Roberto de Andrade. História e história da ciência - encontros e desencontros. **Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica (Universidade de Évora e Universidade de Aveiro)**, n. 11-46, p. 5-25, 2001. Disponível em: <http://www.ghhc.usp.br/server/pdf/ram-86.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MASSIMI, Marina. Estudos históricos acerca da psicologia brasileira: uma contribuição. In: CAMPOS, R. H. de F. (org.). **História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino [on line]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 133. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/c2248/pdf/freitas-9788599662830.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MASSIMI, Marina. Métodos de Investigação em História da Psicologia. **Psicologia em Pesquisa**, v. 4, n. 2, p. 100-108, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v4n2/v4n2a03.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MATOS, Maria Amélia. Carolina Bori : A Psicologia Brasileira como Missão. **Psicologia USP**, v. 9, n. 1, p. 67-70, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107739>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MEGRET, M. **La Guerre psychologique**. Presses Universitaires de France. Paris: 1956.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Eliana Rodrigues Pereira. A presença de Igor Caruso no Brasil. **Estudos de Psicanálise**, n. 39, p. 47-52, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100005. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENEZES, Maria Odete. **A psicanálise na Bahia (1926-1937): os estudos de Arthur Ramos sobre a loucura, educação infantil e cultura**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia,

2002. Disponível em:

https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/maria_odete_menezes_-_dissertacao_-_a_psicanalise_na_bahia_1926_-_1937_os_estudos_de_arthur_ramos_sobre_a_loucura_educacao_infantil_e_cultura.pdf.

Acesso em: 19 jul. 2020.

MIRANDA, Rodrigo Lopes. **Laboratórios de Análise do Comportamento No Brasil : Percursos Na UFMG Na Década De 1970**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8E3KBS/1/dissertacao_rodrigo_miranda.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

MIRANDA, Rodrigo Lopes; CIRINO, Sérgio Dias. Os primeiros anos dos Laboratórios de Análise do Comportamento no Brasil. **Psicologia Latina**, v. 1, p. 79–87, 2010. Disponível em: <https://psicologia.ucm.es/data/cont/docs/29-2013-04-25-art5.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MIRANDA, Rodrigo Lopes. **O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1315168. Acesso em: 19 jul. 2020.

MIRANDA, Rodrigo Lopes; CIRINO, Sérgio Dias. O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da psicologia? **Memorandum**, n. 30, p. 104–119, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303984983_What_can_laboratories_tell_us_about_the_history_of_psychology. Acesso em: 20 jul. 2020.

MORAES, Gizelda Santana. Carolina Bori, Presença no Nordeste. **Psicologia USP**, v. 9, n. 1, p. 113–116, 1998. DOI: 10.1590/s0103-65641998000100018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100018. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, v. 21, n. 2, p. 43–66, 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107721>.

Acesso em: 20 jul. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Reportagem histórica sobre 46 anos da Faculdade de Filosofia Colóquio nº 13**. Salvador-Ba: UFBA-CCE, 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 1–28, 1993.

OLIVEIRA, Carmen Lúcia Montechi Valadares. Sob o discurso da neutralidade: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. **História, Ciências, Saúde**, v. 24, p. 79–90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v24s1/0104-5970-hcsm-24-s1-0079.pdf>.

Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Gilberto Couto. **Repressão a Nelson Soares Pires durante a ditadura militar: UFBA, Processo e Exílio (1964-1979)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PARAQUETT, Márcia; SIQUEIRA, Sávio (org.). **Caminhando e contando: memória da ditadura brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2015.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara: reportagem biográfica**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1991.

PATTO, Maria Helena Souza. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 203–225, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41357/pdf_26. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. **Psicología y Destrucción del Psiquismo: La Utilización**

Profesional del Conocimiento Psicológico para la Tortura de Presos Políticos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 11–27, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932017000500011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 20 jul. 2020.

PENNA, Antônio Gomes. Ramos, Arthur (1903-1949). In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

PEREIRA, Fernanda Martins; PEREIRA NETO, André. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 2, p. 19–27, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a02.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PEREIRA, Ludila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Historia-Ludmila-Gama-Pereira.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PERES, Urânia Tourinho; PÊPE, Grizelda (org.). **Emilio Rodrigué: velho analista do tempo novo**. Salvador-Ba: EDUFBA, 2014.

PESSOTI, Isaías. Notas para uma história da psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?**. São Paulo: EDICON, 1988, p. 17-31. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/UNICAMP**, v. 6, n. 1, p. 3–56, 1996. Disponível em: <https://ctsadalbertoazevedo.files.wordpress.com/2014/09/pestre1996.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Nelson Pires (1910-1994). **Psychiatry on line**, v. 9, n. 9, 2004. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PICKREN, Wade; RUTHERFORD, Alexandra. **Modern Psychology in Context**. New Jersey: Wiley, 2010. Disponível em:

https://www.academia.edu/40186328/Wade_E_Pickren_Alexandra_Rutherford_A_history_of_modern_psychology_in_context_Wiley_2010. Acesso em: 20 jul. 2020.

PIÑEDA, Maria Andrea; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Ciencia psicológica y profesionalización en Argentina y Brasil: 1930-1980. **Universitas Psychologica**, v. 13, n. 5, p. 2015, 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2016-43663-030>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PINTO, Luiz Fernando. Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB) – 1965-1973. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

PITHON, Thiago Monteiro; CORREIA, Ludmila Cerqueira. Hospital de Custódia e Tratamento da Bahia – 1991-. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

PLOKTIK, Mariano Ben. **Freud en las Pampas: Orígenes y desarrollo de una psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)**. Buenos Aires - Argentina: Editorial Sudamericana, 2003. DOI: 10.7868/s001667581802011x.

POLANCO, Fernando; MIRANDA, Rodrigo Lopes. Recepção del conductismo en Argentina y Brasil: Un estudio de dos universidades, 1960-1970. **Universitas Psychologica**, v. 13, n. 5, p. 2035, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/647/64739325031.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 jul. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Tempo Social**, v. 5, n. 10, p. 200–215, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas [on line]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/rnn6q>. Acesso em: 25 mar 2018.

RABELO, Rafaela Silva. Isaías Alves e as aproximações entre a psicologia educacional e a educação matemática. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 0, p. 1–19, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022017005008105&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAPOLD, Rita de Cássia Maskell. **Uma contribuição para a História da Psicologia: o curso de Psicologia da UFBA, cronologia, memória e alguns documentos (1961-1973)**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAPOLD, Rita de Cássia Maskell. **A psicologia da Educação na Bahia: a história do IDOV pela memória de seus personagens**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

REBELO-PINTO, Fernanda. **A Travessia: adoecer, viver e morrer na marcha imigratória para o Brasil (1890-1926)**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017. 297p.

REIMÃO, Sandra. Livro e prisão: o caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós. **Em Questão**, v. 15, n. 1, p. 99–108, 2009.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. História do movimento estudantil na psicologia - leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia). **Memorandum**, p. 100–119, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6706>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Salvador-Ba: Omar G. Editora, 2000.

RISÉRIO, Antonio. **Edgard Santos e a reinvenção da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

RISTUM, Marilena. Memorial apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como parte das exigências do processo de Progressão para Professor Titular. 2006.

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. Isaías Alves através de seu arquivo pessoal: possibilidades de leitura. **Mosaico**, v. 2, n. 3, 2010.

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. **O que fazer com os rudes?: Isaías Alves e as divergências sobre o papel da inteligência na organização escolar (1930-1942)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8177>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, José Fernando Moura. História do Curso de Física da UFBA: da Faculdade de Filosofia da Bahia à contemporaneidade. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 9, n. 2, p. 265–287, 2016a. Disponível em: https://www.sbhcc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=57. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. A preocupação com questões psicológicas nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 163–173, 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000200006. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Mendez, Cidália Dias (1923-). In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, Nádia Maria Dourado; TRANQUILI, A. G.; LEPIKSON, B. B. A Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX - A preocupação com aspectos de Saúde Mental. **Gazeta Médica da Bahia**, v. 74, n. 2, p. 103–126, 2004. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/375>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROCHA, Nádia Maria Dourado; MORAES, Eduardo Saback Dias de; CARVALHO, Mercedes Cunha Chaves de. Memória histórica do Departamento de Psicologia, atual Instituto de Psicologia: sua constituição e desenvolvimento. In: TOUTAIN, L. M. B., SILVA, R. R. G. da, (org.). **UFBA - do século XIX ao século XXI**. EDUFBA, 2010, p. 525–543. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 2008. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Fontes para a História da Psicologia na Bahia. *In*: ASSIS, Raquel Martins de; PERES, Sávio Passafaro (org.). **História da Psicologia: Tendências Contemporâneas**. Belo Horizonte: Artesã, 2016b. p. 240.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Emilio Mira y Lopez na mídia impressa baiana: 1946 a 1961. *In*: JACÓ-VILELA, A.M.; OLIVEIRA, D.M. (org.). **Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia**, p. 103–115, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575114988>. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/27bn3>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUÉ, Emílio. **Separações Necessárias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

RODRIGUÉ, Emílio; LOPES, Syra Tayin. **Um sonho de final de análise, Final de análise, um sonho ou Análise final de um sonho**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Acesso aos “arquivos sensíveis”: contextualização do debate e da legislação no Brasil e na França nos anos 1990-2000. *In*: **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Rodrigué, Emílio (1923-). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

RODRIGUES, Vicente de Arruda Câmara. Documentos (In)Visíveis - arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: EDISE, 2017.

ROSAS, Doreen Barreto. Mattos, Giscele (1920-1997). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

- ROSAS, Paulo da Silveira. Mira y López (1896-1964). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ROSA RIVERO, Alberto; HUERTAS MARTÍNEZ, Juan Antonio; BLANCO TREJO, Florentino. **Metodología para la Historia de la Psicología**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- ROSE, Nicolas. **Inventando nossos Selves - Psicologia, poder e subatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/17808546/Dicionario_de_Psicanalise_-_Roudinesco_E_-_Plon_M_1. Acesso em: 19 jul. 2020.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 93–101.
- RUDÁ, Caio; ALMEIDA FILHO, Naomar; COUTINHO, Denise. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 29, p. 58–95, 30 ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6471>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- RUSSO, Jane. **O mundo PSI no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- RUSSO, Jane. Uma leitura antropológica do mundo “psi”. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 38–43, 2004. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41336>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- RUSSO, Jane. O movimento psicanalítico brasileiro. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco (org.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008. p. 413–424.
- SALLES, João Carlos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Breve nota sobre o sentido de sua história. *In*: TOUTAIN, L. M. B., SILVA, R. R. G. da, (org.). **UFBA - do**

século XIX ao século XXI. Salvador-Ba: EDUFBA, 2010. p. 343–347. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SALMERON, Roberto. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SANTOS, Adriana Alves. Colégio Estadual da Bahia (Central) – (1837)-. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 28, n. 76, p. 291–312, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jul. 2020.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall’Igna. Psicologia e Ditadura Civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de Estado. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, p. 57–78, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004. Acesso em: 20 jul. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: MCT/CNPq/CEE, 2001. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia. Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) – 1970-1990. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2012.

SELAU, Maurício da Silva. História Oral : uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços**, v. 11, n. 11, p. 217–228, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SENNA, Consuelo Pondé. Minha querida Faculdade de Filosofia. *In*: BOAVENTURA, Edivaldo Machado (org.). **UFBA: Trajetória de uma Universidade (1946-1996)**. Salvador-Ba: EGBA - Empresa Gráfica da Bahia, 1999. p. 238–240.

SILVA, Marcus Vinícius Oliveira. **A emergência da cultura psicológica na Bahia: do pré-psiquiátrico ao pós-psicanalítico, cursos e percursos de uma trajetória**. 1995. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, Rosane Maria Souza e. Formação dos psicólogos na Bahia durante o período da ditadura militar: contribuição dos psicanalistas argentinos. *In*: JACÓ-VILELA, A. M.; MESSIAS, M. C. N. (org.). **Clio-Psyché - Ciência e Política na História da Psicologia**. Curitiba: CRV, 2020. p. 205–220.

SILVA, Vanessa Magalhães. **No emalo das redes - cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15335>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado - a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31951>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SIMÕES, Ruy. **A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida**. Salvador-Ba: Biblioteca Central da UFBA, 1990.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: EDART/EDUSP. 3ª edição. 1976.

SOARES, Antônio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. esp., n. 30, p. 8–41, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, Juberto Antônio Massud de; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Luta Armada na Psicologia: Prática de Classe contra o Terrorismo de Estado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 44–56, 2017.

SOUZA, Juberto Antônio Massud de. Pauline Reichstul: uma psicóloga na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). *In*: JACÓ-VILELA, A. M., MESSIAS, M. C. N., (org.). **Clio-**

Psyché - Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia. Curitiba: CRV, 2020. p. 305–328.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: Histórias da luta armada em Salvador (1969-1971).** Salvador: EDUFBA, 2013.

TAPAJÓS, R. **Em câmara lenta.** São Paulo: Alfa ômega, 1977.

TODOROV, João Cláudio. Behavior analysis in Brazil. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, v. 24, p. 127–147, 2006. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/1226>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TODOROV, João Cláudio; MOREIRA, Márcio Borges; MARTONE, Ricardo Corrêa. Sistema personalizado de ensino, educação à distância e aprendizagem centrada no aluno. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 289–296, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a02v25n3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TODOROV, João Cláudio; HANNA, Elenice S. Análise do Comportamento no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 143–153, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000500013&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (org.). **UFBA - do século XIX ao século XXI.** Salvador-Ba: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293>. Acesso em: 19 jul. 2020.

UFBA CMSMV. **Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade - Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA: Rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação.** Salvador: 2014. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/5c70df8a1b3e3064d5abd99c7058cd4a.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ULIAN, Ana Lúcia Alcântara de Oliveira; LIMA, Lindomário S.; BARBOSA, João Ilo C.; COSTA, Nazaré. Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste – Bahia, Ceará e Maranhão. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. XIX, n. 1, p. 61–70, 2016. Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/950>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VELHO, Gilberto. **Subatividade e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

VENANCIO, Ana Teresa A. Moreira, Juliano (1873-1933). *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil - pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

VEZZETTI, Hugo. Psicanálise e marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971). **Tempo Social**, v. 21, n. 2, p. 61–85, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a04.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WOODWARD, William R. Rumo a uma historiografia crítica da psicologia. *In*: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina. **Historiografia da Psicologia Moderna - versão brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 439.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Síntese das entrevistas e da trajetória profissional das entrevistadas

Ana Cristina Almeida Simon - Entrevista realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada, com duração de 53min 10s. Ana Simon relatou sua trajetória como aluna do curso no período de 1974 a 1979. Como discente, teve uma participação ativa no ME, atuando no DA e no DCE nas chapas de 1977. Ao longo da entrevista, Ana Simon rememorou vários episódios de luta e resistência do ME da UFBA e sobre os diversos movimentos sociais, que aglutinavam estudantes, professores e intelectuais baianos na década de 1970. Ana Simon é atualmente professora aposentada da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Ana Helena Caldeira Galvão - Entrevista realizada em 15 de julho de 2019, na residência da entrevistada, com duração de 1h 44 min 39s. Ana Helena foi aluna do curso de 1972 a 1975 e teve uma ativa trajetória no curso de psicologia e no ME. Seu nome foi lembrado por alguns entrevistados e professores que integraram o ME, especialmente pela sua importante atuação na Secretaria de Finanças da gestão do DA de 1974 e do DCE em 1975. Ao longo da entrevista resgatou a história de lutas, greves e manifestações que participou e de todos os aprendizados políticos que a vida estudantil lhe trouxe. Ana Helena integra, atualmente, o quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Salvador.

Ana Maria Santos Rocha - Entrevista realizada em 28 de agosto de 2019, por *Skype*, com duração de 49min 49s. Sua trajetória como aluna do curso de psicologia da UFBA inicia em 1969, tendo feito parte da segunda turma de ingressantes, concluindo em 1973. Desde logo, atuou como representante estudantil, passando a representação junto ao DA e DCE. Rememorou o clima pesado de perseguição política vivida por ela e outros membros de sua família. Filiada ao PCdoB, em 1974 saiu do Brasil e foi trabalhar na Albânia, onde permaneceu até o seu retorno, em 1980. Possui uma trajetória política em defesa dos direitos das mulheres e, atualmente é assessora de gênero no Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro.

Anamélia Araújo de Carvalho - Entrevista realizada em 14 de novembro de 2019, na residência da entrevistada, com duração de 1h 9min 26s. A professora

Anamélia ingressou como docente do curso de psicologia da UFBA em 1973. Havia, então, concluído o mestrado na USP e, por intermédio de sua professora, Carolina Bori, foi convidada para assumir as disciplinas de Psicologia Experimental e coordenar o laboratório de psicologia da UFBA, onde permaneceu até se aposentar. Posteriormente assumiu a coordenação do curso de psicologia da Faculdade Ruy Barbosa, primeiro curso de psicologia em instituição privada, na Bahia.

Denise Maria Barreto Coutinho - Entrevista realizada em 15 de agosto de 2019, na residência da entrevistada, com duração de 1h 32min e 49s. Denise relatou sua trajetória no curso de psicologia, que ingressou em 1977, citando os ensinamentos dos professores e especialmente seus primeiros contatos com a psicanálise. Resgatou as inserções teóricas trazidas pelos psicanalistas que contribuíram na década de 1970 para a formação dos alunos do curso de psicologia e suas experiências de estágio clínico. Denise é atualmente professora associada do Instituto de Psicologia da UFBA, vinculada ao Departamento de Psicologia. Doutora em Letras e Linguística pela UFBA. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, ambos da UFBA.

Ilka Dias Bichara - Entrevista realizada em 03 de setembro de 2019, no seu gabinete no Instituto de Psicologia da UFBA onde atua como diretora, com duração de 1h 22min 20s. Ilka foi aluna do curso de psicologia da UFBA de 1973 a 1978. Ao longo da entrevista Ilka relatou sua trajetória de militância estudantil e o intenso processo de luta e resistência dos docentes de psicologia, os enfrentamentos políticos, as pautas reivindicatórias por melhorias e os temores e estratégias de luta também no campo cultural. Ilka foi presidente do DA de psicologia na gestão de 1977. Possui mestrado e doutorado em Psicologia Experimental pela USP. É professora associada do curso de psicologia da UFBA, onde atua na graduação e na pós-graduação e é diretora do Instituto de Psicologia, atuando também como presidente do Conselho de Curadores da UFBA e vice coordenadora do GT Brinquedo, educação e saúde da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).

Maria Angélica Teixeira - Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2020, no seu consultório, com duração de 1h 8min e 14s. Maria Angélica ingressou no curso de psicologia em 1971 e concluiu em 1979. Ao longo da entrevista rememorou o ambiente político da época, o clima de tensão no âmbito universitário, o medo e tensão em todos os cursos e a organização e militância do movimento estudantil. Trouxe, ao longo da entrevista, suas memórias sobre os embates políticos e teóricos que se davam entre os alunos defensores das teorias behavioristas e psicanalistas no ambiente acadêmico. Tendo se interessado pela Psicanálise desde os primeiros anos da graduação, Maria Angélica seguiu uma trajetória profissional como psicanalista e professora do curso de psicologia da UFBA. Possui Mestrado e Doutorado em Teoria Psicanalítica pela UFRJ e atualmente está aposentada da universidade.

Rita de Cássia Maskell Rapold - Entrevista realizada em 16 de setembro de 2019, na residência da entrevistada, com duração de 52min 39s. Rita Rapold foi aluna do curso de psicologia da UFBA no período entre 1975 e 1979 e teve participação ativa no ME, integrando a chapa do DA na gestão de 1977, como primeira secretária. Nesse mesmo ano fez parte da comitiva da UFBA para participar do III Encontro Nacional dos Estudantes em Belo Horizonte, Minas Gerais e foi presa junto a vários outros estudantes que tentavam chegar ao evento. Durante sua entrevista relatou sobre sua prisão; a perseguição e vigilância que sofriam como militantes do ME, no qual atuou também junto ao DCE no último ano de sua graduação; a participação política de docentes e discentes do curso de psicologia e a vinculação desses atores às teorias psicológicas predominantes no curso naquele período. Rita Rapold é professora adjunta aposentada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e tem relevante contribuição à história da psicologia na Bahia, por suas pesquisas, no mestrado e doutorado realizados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisou sobre as memórias dos primeiros psicólogos de Salvador e especialmente aqueles que atuaram no campo da Psicologia Aplicada através do Instituto de Orientação Vocacional (IDOV).

Sandra Regina Soares Freire - Entrevista realizada em 07 de agosto de 2019, no seu gabinete na UNEB, onde atua como docente de psicologia, com duração de 41min 4s. Ao longo da entrevista Sandra trouxe suas memórias sobre o curso de

psicologia da UFBA, que fez entre 1975 a 1981. Sandra atuou ativamente no ME, tendo sido eleita vice-presidente do DCE na gestão de 1977 e presidente do DA de psicologia no ano seguinte. Rememorou o movimento de luta e resistência contra a ditadura e as diversas formas de militância, no âmbito político e cultural. Sandra Soares possui mestrado e doutorado em Educação e é professora titular da UNEB. Atualmente, está na direção da Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB).

Telma Fernandes Mascarenhas - Entrevista realizada na residência da pesquisadora, em 11 de novembro de 2019, com duração de 1h 21min 5s. Telma Mascarenhas fez parte da primeira turma do curso de psicologia da UFBA (1968-1973) e foi representante estudantil junto ao Departamento, em 1968. Telma enfatizou, na entrevista, sua vivência como aluna da primeira turma de psicologia da UFBA e seu processo de amadurecimento ao longo da graduação. Lembrou como o curso foi sendo construído a cada ano, com a chegada de professores, as mudanças de sede, a instalação do laboratório de psicologia experimental, as dificuldades estruturais que tiveram que enfrentar, bem como as conquistas que foram sendo alcançadas ao longo do processo de formação e consolidação do curso. Telma é professora universitária, tendo atuado em diversas faculdades particulares, com mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social.

APÊNDICE B – Cessão de direitos sobre Depoimento Oral



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo ANA CRISTINA ALMEIDA SIMONI presente documento eu,
ANA CRISTINA ALMEIDA SIMONI
nacionalidade, BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA profissão
PSICÓLOGA, portador do documento de Identidade N° 697.215-21
domiciliado e residente na Cidade de SALVADOR, endereço
RUA TAMOIOS, N° 164,
Bairro RIO VERMELHO declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
Silva, portadora do documento de Identidade N° 1882284-38, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos
autorais do depoimento oral de ANA CRISTINA ALMEIDA SIMONI
e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida
pesquisadora em SALVADOR, num total de 0 h, 53 m e 10 s de gravação. A
referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para
consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.
A pesquisadora acima fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,
para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado
ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 04 de setembro de 2019

Ana Cristina Almeida Simoni
Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza

Assinatura da Entrevistadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu,

ANA HELENA CALDEIRA GALVÃO

nacionalidade, BRASILEIRA, estado civil DIVORCIADA, profissão PSICÓLOGA, portador do documento de Identidade N° 589.894-39

domiciliado e residente na Cidade de SALVADOR, endereço RUA CAETANO MOURA 130 EM TARDIM DA COLINA Nº 130,

Bairro FEDERAÇÃO, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e

Silva, portadora do documento de Identidade N° 1882284-38, sem quaisquer restrições

quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos

autorais do depoimento oral de ANA HELENA CALDEIRA GALVÃO

e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida

pesquisadora em SALVADOR - BA, num total de 1 h, 44 m e 39 s de gravação. A

referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para

consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.

A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,

para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado

ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a

ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 08 de julho de 2019

Ana Helena B. Galvão
Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza
Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

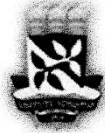
CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu, ANA MARIA SANTOS ROCHA
nacionalidade, Brasileira, estado civil separada, profissão
jornalista/psicóloga portador do documento de Identidade N° 678 177-26
domiciliado e residente na Cidade de RIO de Janeiro endereço
Rua Raul Pompeia, 190, N° apto 904
Bairro Copacabana, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
Silva, portadora do documento de Identidade N° 1882284-38, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os
direitos autorais do depoimento oral de
ANA MARIA SANTOS ROCHA e da transcrição do mesmo,
de caráter histórico e documental que foi prestado à referida pesquisadora em
27.08.2019, num total de 49m e 49s de gravação. A referida pesquisadora ficará com a
custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para consulta e utilização por outros
pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico. A pesquisadora acima fica
consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e
culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado ou não, bem como
permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia,
por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2019

Ana Maria Santos Rocha
Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza
Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo _____ presente documento eu,

ANAMÉLIA ARAÚJO DE CARVALHO

nacionalidade, BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, profissão

PSICÓLOGA, portador do documento de Identidade N° 72789 PB,

domiciliado e residente na Cidade de SALVADOR, endereço

RUA ARTHUR DE SA MENEZES, N° 99,

Bairro PITUBA, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e

Silva, portadora do documento de Identidade N° 1882284-38, sem quaisquer restrições

quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos

autorais do depoimento oral de ANAMÉLIA ARAÚJO DE CARVALHO

e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida

pesquisadora em 14.11.2019, num total de 4 h, 04 m e 26 s de gravação. A

referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para

consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.

A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,

para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado

ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a

ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

SALVADOR, 14 de NOVEMBRO de 2019

Rauzilio

Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza

Assinatura da Entrevistadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo _____ presente _____ documento _____ eu,

GENISE COUTINHO
nacionalidade, BR, estado civil CAS, profissão
PROFESSORA, portador do documento de Identidade Nº 1341149,
domiciliado e residente na Cidade de Salvador, endereço
R. WALDEMAR FALCAO 641 Ap. 501, Nº _____,
Bairro HORTO, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
Silva, portadora do documento de Identidade N º 1882284-38, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos
autorais do depoimento oral de GENISE COUTINHO

e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida
pesquisadora em SALVADOR, num total de 1h, 32m e 49s de gravação. A
referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para
consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.
A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,
para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado
ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

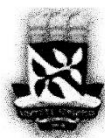
Salvador, 15 de agosto de 19

Genise Coutinho

Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza

Assinatura da Entrevistadora



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu, Ilka Dias Bichara, nacionalidade, brasileira, estado civil solteira, profissão professora universitária, portador do documento de Identidade Nº 1010574, domiciliado e residente na Cidade de Salvador, endereço: Largo do Campo Grande, Nº 33, ap. 201, Bairro Campo Grande, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e Silva, portadora do documento de Identidade N º 1882284-38, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos autorais do depoimento oral de ILKA DIAS BICHARA e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida pesquisadora em 03.09.2019, num total de 1h, 22m e 20s de gravação. A referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico. A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 28 de abril de 2020

Assinatura do Entrevistado

Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu,

MARIA ANGEZIA TEIXEIRA

nacionalidade, BRASILEIRA, estado civil CASADA, profissão PSICOLOGA, portador do documento de Identidade Nº 795 230, domiciliado e residente na Cidade de SALVADOR, endereço ARISTIDES NOVIS, Nº 105, Bairro FEDERACAO,

declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e Silva, portadora do documento de Identidade N º 1882284-38, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos autorais do depoimento oral de MA ANGEZIA TEIXEIRA

e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida pesquisadora em 05.02.2020, num total de 1 h, 08m e 14 s de gravação. A referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico. A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

SALVADOR, 05 de FEVEREIRO de 2020



Assinatura do Entrevistado



Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu,
Rita de Cássia Maskell Rapold
nacionalidade, Brasileira, estado civil solteira, profissão
psicóloga, portador do documento de Identidade Nº 779.240-96
domiciliado e residente na Cidade de Salvador, endereço
Av Anita Garibaldi, Nº 707/502
Bairro Federacao, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
Silva, portadora do documento de Identidade N º 1882284-38, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos
autorais do depoimento oral de Rita de Cássia Maskell Rapold
e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida
pesquisadora em Salvador, num total de 1 h, 52 m e 30 s de gravação. A
referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para
consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.
A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,
para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado
ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 16 de setembro de 2019

Rita Rapold

Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza

Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

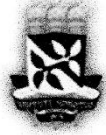
CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu,
SANDRA REGINA SOARES
nacionalidade, BRAS., estado civil CASADA, profissão
PSICÓLOGA - PROF., portador do documento de Identidade N° 720874704
domiciliado e residente na Cidade de SALVADOR, endereço
R. DR. AUGUSTO LORES PONTES, N° 279/AP 102
Bairro COSTA AZUL, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
Silva, portadora do documento de Identidade N° 1882284-38, sem quaisquer restrições
quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos
autorais do depoimento oral de SANDRA REGINA SOARES
e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida
pesquisadora em 07.08.19, num total de 41 m e 03 s de gravação. A
referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para
consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.
A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,
para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado
ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 07 de agosto de 2019

Sandra Regina Soares
Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza
Assinatura da Entrevistadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento eu,
Helma Fernandes Mascarenhas
 nacionalidade, brasileira, estado civil Solt., profissão
psicóloga, portador do documento de Identidade Nº 335455-3
 domiciliado e residente na Cidade de Salvador, endereço
Rua Mangogipe, Nº 329,
 Bairro Rio Vermelho, declaro ceder à pesquisadora Rosane Maria Souza e
 Silva, portadora do documento de Identidade Nº 1882284-38, sem quaisquer restrições
 quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e definitiva, os direitos
 autorais do depoimento oral de Helma F. Mascarenhas
 e da transcrição do mesmo, de caráter histórico e documental que foi prestado à referida
 pesquisadora em 11/11/2019, num total de 1 h, 21 m e 05 s de gravação. A
 referida pesquisadora ficará com a custódia desta entrevista e poderá disponibilizá-la para
 consulta e utilização por outros pesquisadores através do acervo eletrônico e arquivístico.
 A pesquisadora acima fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar,
 para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte editado
 ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
 ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Salvador, 11 de novembro de 2019

Helma F. Mascarenhas
Assinatura do Entrevistado

Rosane Souza
Assinatura da Entrevistadora

ANEXOS

**ANEXO B - Carta de Carolina Bori, dirigida ao vice-diretor em exercício da
FFCH/UFBA, Prof. Dr. Joaquim Batista Neves, em 14.11.1968**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 - BRASIL, SP.

São Paulo 14 de novembro de 1968
DPSE nº 24/68

*Reunião hoje dia 14-12-68
do Departamento de Psicologia
for umi Protala Neg*

Professor Doutor Joaquim Batista Neves
Vice-Diretor em exercício da Faculdade de
Filosofia da Universidade Federal da Bahia
em mãos.

Prezado Senhor Diretor

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência por intermédio de Mário A.A. Guidi, uma proposição mais especificada dos aspectos a serem considerados por essa Diretoria, para iniciar a implantação de um laboratório destinado ao ensino de psicologia experimental.

Conforme decisão dos docentes do Departamento de Psicologia dessa Faculdade alcançada nas reuniões de alunos e professores do Curso de Psicologia, realizados durante minha recente estada nesta capital, o primeiro laboratório de psicologia a ser instalado deverá permitir o ensino de análise experimental do comportamento ao nível de introdução e ser, suficientemente flexível, para servir também a pesquisa.

Com base nessa decisão a implantação envolve a consideração dos seguintes aspectos:

1- Espaço

a- espaço para laboratório. Com base no número de vagas do curso e a possibilidade dos exercícios de laboratório serem realizados por sub-grupos de alunos sou de parecer que a sala destinada ao laboratório deveria conter amplamente 10 mesas de trabalho e portanto, ter uma área de ± 35 m². Além da área suficiente a sala deveria ter piso de fácil limpeza e iluminação controlada por persianas.

b- Espaço para biotério. Para abrigar os animais necessários aos exercícios a serem realizados pelos alunos, nos dois primeiros semestres de curso, é suficiente reservar uma área de pelo menos 15 m². Nessa área está incluído o espaço necessário para duas galerias de gaiolas, duas mesas, um armário e uma pia destinada a limpeza diária das gaiolas. Também o biotério deve ter um piso de fácil limpeza e a iluminação controlada. Na escolha de um local para instalar o biotério é preciso evitar lugares úmidos e poucos ventilados. Em todos os casos é indicada a instalação de

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Seção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. Imprimiu

Scanned by CamScanner

2

id:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 - BRASIL, SP.

um exaustor para renovação de ar.

2- Móveis

a- Treze mesas com as seguintes dimensões 1,20 x 0,70 m. de preferência recobertas de formica ou material que permite limpeza com água e desinfetante. As mesas devem ser de construção estável para não se constituírem em uma variável pouco controlável. Onze dessas mesas mobiliariam o laboratório - uma para cada um dos conjuntos de condicionamento operante e uma para o instrutor do curso. As demais seriam utilizadas no biotério - uma para a balança e a pesagem dos animais e outra para o fichário e as anotações que o aluno deverá fazer no recinto do biotério.

b- Dois armários, um para o laboratório, construído de maneira a ter uma parte com pequenas prateleiras, para 10 alunos depositarem seus livros e cadernos, enquanto trabalham no recinto e, outro, mais ampla para armazenar tanto o material (em geral folhas mimeografadas) necessário aos cursos, quanto os elementos de equipamento, não utilizados nos exercícios em desenvolvimento. O outro armário a ser instalado no biotério se destina a armazenar a ração dos animais e o material de limpeza do biotério.

3- Instalação elétrica

a- No laboratório é necessário prever uma rede de instalação elétrica no correr das paredes com tomadas em número suficiente para alimentar cada uma das mesas. É conveniente que cada mesa do laboratório tenha de 3 a 4 tomadas disponíveis.

b- Convém que se instale uma chave geral para maior facilidade de controle da rede elétrica do laboratório bem como um estabilizador de voltagem.

4- Equipamento

a- Cada conjunto é composto dos seguintes elementos: câmara ambiente, painel de controle manual e automático, cronômetro elétrico, painel de luz e dispositivo para lâmpada, estimulador de choque e registrador gráfico. A FUNBEC de São Paulo poderá fornecer esse material sob encomenda. Seria indicado adquirir 10 conjuntos para o laboratório de introdução.

b- Essa mesma Fundação constrói o modelo de galeria de gaiolas que tem se demonstrado mais econômico, a longo prazo, no que concerne a durabilidade e a maior facilidade de limpeza. Duas galerias de 30 gaiolas cada abrigariam o número de animais necessários para os alunos do curso.

c- Uma balança para pesar ratos (Modelo FUNBEC)

d- Mimeógrafo elétrico à álcool.

3

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 - BRASIL, SP.

5- Material bibliográfico

Parte do material para os dois primeiros semestres já foi publicado em tradução brasileira e seria indicado que o curso pudesse contar, pelo menos, com 5 exemplares de cada um dos seguintes livros:

- Keller, F.S. e W.H. Schoenfeld, Princípios de psicologia. São Paulo: Herder, 1966.
- Holland, J.C. e B.F. Skinner, A análise de comportamento. São Paulo: Herder, (em vias de publicação)
- Skinner, B.F. Ciência e comportamento humano. Editora Universidade de Brasília, 1966.
- Guidi, M.A.A. e H.B. Bamermeister Manual de exercícios de laboratório. São Paulo, Fundação Brasileira para o desenvolvimento do ensino de ciências, 1967.

6- Material de papelaria

Considerando que os dois semestres de psicologia experimental serão, provavelmente, lecionados como curso individualizado programado, coloca-se a necessidade de prever a verba para aquisição de papel e matrizes para a preparação de material didático mimeografado e de folhas de instruções para as várias atividades que o curso de psicologia experimental envolve.

Provavelmente, à medida que se efetivem as determinações para a instalar esse laboratório outras providências, não prevista nesta enumeração, poderão se impor. Entretanto, estes são os dados que agora submeto a apreciação de Vossa Excelência.

Ao lado desses aspectos mais propriamente relacionados com a instalação do laboratório é importante registrar nesta carta aquêles concorrentes ao pessoal docente para o Curso de Psicologia. Nesse sentido quero reiterar a Vossa Excelência a disposição dos docentes dêste Departamento em dar o melhor de sua colaboração para o desenvolvimento do ensino da psicologia experimental na Universidade Federal da Bahia e, insistir no ponto de vista de que seria indicado destacar, pelo menos, dois jovens interessados em fazer carreira acadêmica para, a partir de fevereiro próximo, iniciarem estudos de pós-graduação em psicologia experimental.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 - BRASIL, SP.

Aproveito da oportunidade para apresentar os meus agradecimentos pela acolhida de que fui alvo na Faculdade de Filosofia dirigida por Vossa Excelência e que bem refletiu a generosa hospitalidade da gente baiana.

Muito Cordialmente

Carolina Martuscelli Bori

Carolina Martuscelli Bori


Diretora do Departamento de Psicologia
Social e Experimental.

*Recebido em despacho com a carta de 2-5-68
Hanni Antônia Cruz*

Registro nº 9355 de nº 66 Livro nº 13 de Protocolo de Poste Em 12 de dezembro de 1968 <i>Direção</i>

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Seção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. Imprimiu

ANEXO C - Parecer do Prof. Mário Guidi, instrutor do departamento de psicologia social e experimental da FFCL/USP, em 07.10.1969


MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
SALVADOR - BAHIA

7 de outubro de 1969.

Professor Doutor Joaquim Batista Neves
Vice-Diretor em exercício da Faculdade de
Filosofia da Universidade Federal da Bahia
em mãos

Prezado Senhor Diretor

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o parecer que me foi solicitado referente a instalação de um Laboratório de Psicologia Experimental nessa Faculdade.

a) Do Local - Tendo examinado os locais de possível utilização, na atual Faculdade de Medicina, sou do parecer que as instalações atualmente ocupadas pela disciplina de Fisiologia são as que melhor se prestariam a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental. Prende-se este parecer a considerações quanto a área disponível, disposição das salas e a existência de um biotério já instalado.

b) Dos aparelhos -

I - Em anexo envio a Vossa Excelência lista de aparelhos a serem adquiridos da Fundação Brasileira para Ensino e Desenvolvimento da Ciência - FUNBEC-, em S. Paulo.

II- Em data futura enviarei detalhes referentes a construção de 20 mesas necessárias para a instalação dos supra-citados aparelhos.

Aproveite da oportunidade para agradecer a Vossa Excelência as atenções e a colaboração que me foram prestadas durante a realização de meus trabalhos.

Atenciosamente,

Mario Guidi
Instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da FFCL - USP

Scanned by CamScanner



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA

SALVADOR - BAHIA

LISTA DE EQUIPAMENTOS
LABORATÓRIO DE INTRODUÇÃO


II -

Quantidade	Especificação	Prêço Unit.	Prêço Total
15	Caixa de Skinner	350,00	5.250,00
15	Cronômetros Elétricos	80,00	1.200,00
15	Conjuntos p/discriminação	200,00	3.000,00
2	Estantes de Gaiolas p/bio- tério	3.400,00	6.800,00
10	Estimuladores elétricos	350,00	3.500,00
10	Estimuladores auditivos	80,00	800,00
10	Contadores de resposta	300,00	3.000,00
2	Balanças p/ratos	220,00	440,00
			<u>23.990,00</u>

Êste material deve ser encaminhado a FUNBEC - Cidade Universitária
São Paulo.

ANEXO D - Boletim informativo *Reflexo*, dos estudantes de psicologia da FFCH/UFBA,
edição nº 1/junho de 1973.

5



o "reflexo" nº 1, foi elaborado como uma comemoração ao 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. o pessoal todo gostou muito do jornal, incentivando a equipe a prosseguir no trabalho sério e realmente informativo que vinha sendo feito. um dos artigos colocava alguns dos pontos mais importantes desta carta da qual o Brasil é signatário e, junto a eles, violações flagrantes destes princípios.

a nossa universidade, infelizmente, vem sendo tristes exemplos destas violações. na 2a. feira passada, 18/6/73, o colega Jatobá, estudante de Geologia, foi praticamente sequestrado em sala de aula por dois agentes da Polícia Federal, sem maiores explicações ao professor ou aos colegas. sua residência foi invadida e vários aparelhos eletrodomésticos foram depredados. para que fique bem patente o grotesco da situação, até laranjas foram abertas pelos policiais. o que procuravam? desde quando uma pessoa pode ser presa sem nenhuma acusação palpável, uma residência pode ser invadida, causando pânico e tristeza para os familiares do nosso colega? o que é da assinatura do Brasil na Declaração dos Direitos Humanos da ONU?

o nosso colega de Geologia é bastante representativo dentro da sua escola; no ano passado exercia as funções de representante estudantil no Colegiado de Geologia. é querido tanto por professores como pelos alunos da escola. a prisão não é de nenhuma maneira procedente.

a movimentação dos estudantes fez com que a Reitoria da UFBA. procurasse intervir para que o colega fosse solto, o que aconteceu na noite do mesmo dia 18; o seu estado emocional é dos mais sérios, ele foi visivelmente prejudicado pe

Scanned with CamScanner

lo que aconteceu. a explicação inacreditável dos órgãos de segurança é que a prisão "foi por engano". diante dessa lógica qualquer estudante pode ser preso por engano, sofrer um interrogatório estafante e ameaças de toda ordem.

denunciar, tomar posição diante destes fatos é um dever de todo estudante. é a nossa segurança que está em jogo, a nossa liberdade. e os estudantes sempre souberam defendê-la.

"Vamos confiança. temos a certeza de um futuro claro, de um céu aberto sobre a chuva que está a cair".

gianfrancesco guarnieri
"UM GRITO PARADO NO AR"

e pra quem não acredita
va que universitário //
ainda fazia teatro, tá
o TEPsi (Teatro dos Es-
tudentes de Psicologia).
não foi lá muito fácil
estruturar o grupo, es-
colher o texto, arran-
jar onde ensaiar e en-
contrar a melhor forma
de apresentar.

mas o pessoal não de-
sistiu. e no fim de ma-
io muita gente assistiu
o 1º ensaio geral de
Bertolt Brecht, um cara
importantíssimo em se
falando de teatro.

esta peça foi escolhida
porque tem muito a ver
com o que se passa hoje
em nossa realidade //
massificação - neutra -
lidade. e a reação das
pessoas diante da situa-
ção. agora é importante
dizer SIM sabendo o por

quê. ou dizer NÃO com
o máximo de coragem e
consequencia.

para o 2º semestre o
pessoal quer preparar
outro trabalho. o gru-
po tá aberto. você po-
de entrar se tiver a
fim. é só procurar al-
guém do D.A.

e o que foi que a peça
disse?

É PRECISO IMEDIATAMEN-
TE INSTITUIR UM NOVO
COSTUME: O COSTUME DE
REFLETIR DE NOVO A CA-
DA NOVA SITUAÇÃO.

Tepsi